

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE HUMANIDADES E DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

TANIA APARECIDA DA SILVA CALONGA

A DUPLA FACE DE SALOMÃO
MEMÓRIAS DE UMA ESCOLA DE ESCRIBAS NO
SÉCULO X A.C.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2012

TANIA APARECIDA DA SILVA CALONGA

A DUPLA FACE DE SALOMÃO
MEMÓRIAS DE UMA ESCOLA DE ESCRIBAS NO
SÉCULO X A.C.

Tese apresentada em cumprimento
às exigências do curso de Pós-
Graduação em Ciências da Religião
para obtenção do grau de Doutor.
Área de concentração: Literatura e
religião no mundo bíblico.
Orientação: Prof. Dr. Tércio
Machado Siqueira.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2012

A tese de doutorado sob o título “A dupla face de Salomão – Memórias de uma Escola de Escribas no século X a.C”, elaborada por Tania Aparecida da Silva Calonga foi defendida e aprovada em 11 de Maio de 2012, perante a banca examinadora composta por Prof. Dr. Tercio Machado Siqueira, Prof. Dr. Paulo Roberto Garcia, Prof. Dr. Edson de Faria Francisco, Prof. Dr. Benedito Ferraro, Prof. Dr. Renatus Porath.

Prof. Dr. Tercio Machado Siqueira
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dr. Leonildo Silveira Campos
Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Programa: Pós-Graduação em Ciências da Religião

Área de Concentração: Literatura e Religião no Mundo Bíblico

Linha de Pesquisa: Estudos Históricos-Literários do Mundo Bíblico

Este texto foi escrito com o apoio do CNPQ
sob a forma de bolsa de estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de toda sabedoria. Meu companheiro de todas as horas. Inspiração nos momentos mais difíceis e solitários no decorrer dessa jornada.

Ao Ronaldo, esposo e amigo que me apoiou e incentivou em todos os sentidos.

Aos meus filhos Ana Clara e Renato que souberam compreender as minhas ausências.

A todos os amigos que estiveram ao meu lado me ajudando nos estudos ou com palavras de conforto e de carinho. Em especial ao Célio Silva, Fernando Cândico e Shirley Antoni .

Ao Prof. Dr. Tércio Machado Siqueira por seu apoio, compreensão e orientação ao final dessa pesquisa.

Aos professores e funcionários do curso de Pós-Graduação em Ciências da Religião.

Ao apoio financeiro do CNPq, sob a forma de bolsa de estudos.

Dedicatória

In Memoriam

Dedico essa tese ao meu orientador Milton Schwantes (26/04/1946 – 01/03/2012).

Agradeço ao mestre, orientador, amigo, pastor honrado, cristão comprometido, militante nas causas sociais, idealista, motivador, eterno incentivador na difícil caminhada em prol das transformações sociais tão urgentes, principalmente em nossa América Latina.

Este profeta da atualidade tinha uma alegria contagiante, um entusiasmo marcante e uma maneira especial para ensinar as lições da vida e a vivência do amor com intensidade e plenitude.

Seu entusiasmo pela vida foi um exemplo. Mesmo com as limitações que a doença lhe causou, nunca deixou de reconhecer e agradecer a Deus pelo dom da vida. Fez-nos e nos fará sempre beber da “fonte de água fresca”, que supri nossa sede de conhecimentos, de mudanças e de comprometimento.

Sua luz não se apagou entre nós. Permanecerá vivo, guiando-nos pelo caminho do bem. Não podemos mais ouvir sua voz, a voz dos humanos, mas ele sempre nos falará com a voz da alma, pois, será eterno em nossos corações, em nossas lembranças e em nossas memórias.

Obrigada pelas palavras de sabedoria no processo de orientação, nas aulas e até mesmo nas nossas divertidas conversas.

A você, minha eterna gratidão.

“Na América Latina, a Bíblia se manifesta como memória inquietadora. Sua reserva de sentido está sendo recriada pelos oprimidos, desde o reverso da história, como denúncia conscientizadora da opressão e anúncio da libertação. A inquietude que aflora através de tal reminiscência não se esgota em um novo sentido, mas, basicamente, se compõe de um novo sujeito histórico: os oprimidos em processo de organização.”

Milton Schwantes

CALONGA, Tania Aparecida da Silva, A dupla face de Salomão – Memórias de uma Escola de Escribas no século X a.C., Universidade Metodista de São Paulo - Faculdade de Humanidades e Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo. 2012.

Sinopse

O memorável rei Salomão passou para a história como um sábio por excelência. Ainda na atualidade, a maioria das pessoas relaciona o seu nome com a sabedoria. Mas a partir do momento que passamos a ter conhecimento dos textos que se referem a Salomão, de como foram construídos e quais as ideologias ali presentes (tanto as favoráveis quanto as contrárias), surgem muitos questionamentos, em especial, quando se busca metodicamente dissociar a história da memória. Ao que parece a historiografia tradicional sobre Salomão, ainda encontra-se muito dependente da figura idealizada de Salomão. Resultado de uma construção feita desde a sua época, pelas mãos de seus escribas, como também em tempos posteriores, de acordo com os interesses de cada época. Concluí-se que a sabedoria de Salomão nada mais é do que uma construção ideológica. A partir dessa perspectiva, surge o desafio de buscar outra *memória* de Salomão, a fim de propor um caminho alternativo, que nos permita produzir uma nova historiografia a respeito de Salomão. Uma historiografia que não se firma na “memória oficial”, mas que siga na direção contrária, a partir das memórias dos que não se deixaram influenciar pela ideologia do poder. Dessa forma, poderemos alcançar a comprovação de nossa tese: a existência de duas memórias conflitantes a respeito de Salomão, dentro da Escola de Escribas da corte de Jerusalém no século X a.C. Infelizmente, as fontes disponíveis sobre esse assunto são realmente escassas, o que temos são textos, isto é, *memórias* sobre Salomão. Escolheu-se um texto crítico a Salomão. Trata-se de 1Rs 1-2, texto que pertence a chamada História da Sucessão de Davi, acreditando-se que a partir dele, consiga-se produzir uma historiografia diferente da historiografia tradicional. Concluímos que dentro da Escola de Escribas Salomônica existiam duas ideologias conflitantes. Os que eram a favor de Salomão, defendiam os interesses urbanos. Aqueles que pertenciam à escola anti-Salomônica e anti-Jerusalém, representavam os interesses dos camponeses explorados e oprimidos pelo poder.

Palavras-chave: história, memória, monarquia, sabedoria, campo, cidade.

CALONGA, Tania Aparecida da Silva, A dupla face de Salomão – Memórias de uma Escola de Escribas no século X a.C., Universidade Metodista de São Paulo - Faculdade de Humanidades e Direito. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. São Bernardo do Campo. 2012.

ABSTRACT

The memorable king Solomon entered into history as a wise man for excellence. Even nowadays most people link his name to wisdom. But, when we get knowledge of texts that refer to Solomon, of how they were written and which ideologies they have (the favourable and the opposite ones), then many questions are made, in special when they search methodically to dissociate the history from memory. It seems the traditional historiography about Solomon has been found much dependent of his idealized figure yet. Result of a construction made as since his time by his scribes's hands as in later times, too, according to interests of each epoch. The conclusion is that Solomon's wisdom is not more than an ideological construction. Since this perspective, urge the challenge in searching another *memory* of Solomon, with the aim of suggesting an alternative way which may allow us to produce a new historiography about him. A historiography that may not be based on the "oficial memory", but that one which may follow in the opposite way, from memories of those who were not influenced by the ideology of power. And, finally, to verify our thesis about the existence of two opposite memories about Solomon in the school of scribes in the court of Jerusalem in 10th century b. C. Unfortunately, available sources about this issue are scarce, for we only have texts or *memories* about Solomon. We refer to 1Rs 1-2, that belongs to the so called History of succession believing that, from that narrative, it is possible to construct a historiography that might be different of that traditional one. We conclude that within the Solomonic school of scribes there were two opposite ideologies: Those which were favourable to Solomon and were used to defend the urban interests, and those that belonged to anti-Solomonic school and anti-Jerusalem, which were used to represent the interests of peasants who were explored and oppressed by the power.

Palavras-chave: history, memory, monarchy, wisdom, field, city

SUMÁRIO

Introdução	11
1. “O peso do ouro que chegava a Salomão”	
Contexto histórico-arqueológico de Salomão no debate historiográfico ²⁸	
1.1. Introdução	29
1.2. A historiografia tradicional sobre Salomão	30
1.3. Do reinado de Salomão	32
1.3.1. O programa de construção de fortalezas	49
1.3.2. Reorganização do exército	50
1.3.3. Estruturação técnico-administrativa	51
1.3.4. Integrantes do gabinete na administração de Salomão	56
1.3.5. Cargos que já haviam sido instituídos sob Davi	59
1.3.6. Os novos cargos que foram acrescentados	65
1.4. Conclusão	70
2. “A sabedoria de Salomão foi maior que a de todos os filhos do Oriente”	
A sabedoria salomônica como propaganda memorial	75
2.1. Introdução	76
2.2. O reino de Salomão – história e memória	76
2.2.1. A sabedoria de Salomão no contexto do Antigo Oriente	79
2.2.2. Política e propaganda de ‘Salomão, o Sábio’	89
2.2.3. Da escola de escribas	96
2.3. Conclusão	109
3. “Disse Adonias... Sou eu que vou reinar!”	
Desafios à memória de Salomão em 1Rs 1-2	112
3.1. Introdução	113
3.2. A fonte – relato sobre a sucessão de Davi	115
3.3. O nascimento de Salomão	121
3.4. O texto de 1Rs 1-2	124
3.4.1. Delimitação	124
3.4.2. Conteúdos	126
3.4.2.1. Como Salomão ascendeu ao trono: análise de 1Rs 1	126
3.4.2.2. Os partidos	135
3.4.2.2.1. O partido de Adonias	135
3.4.2.2.2. O partido de Salomão	139
3.4.2.3. Da eliminação dos adversários: análise de 1Rs 2	144
3.4.3. Memórias críticas e uma outra historiografia	149
3.5. Conclusão	195
4. Conclusão	199
5. Referências bibliográficas	207

INTRODUÇÃO

O memorável rei Salomão passou para a história como um sábio por excelência. Ainda na atualidade, a maioria das pessoas relaciona o seu nome com a sabedoria. A narrativa do julgamento de Salomão (1Rs 3, 16-28) parece ter incutido nas pessoas uma *memória* salômonica de rei sábio e justo. Mas a partir do momento que passamos a ter conhecimento dos textos que se referem a Salomão, de como foram construídos e quais as ideologias ali presentes (tanto as favoráveis quanto as contrárias), surgem muitos questionamentos, em especial, quando se busca metodicamente dissociar a história da memória. E, por fim, não será essa exatamente a tarefa do historiador? Afinal, como nos lembra Nora, “com o nascimento do cuidado historiográfico, é a história que se coloca no dever de perseguir nela o que não é ela, se descobrindo vítima da memória e se esforçando para dela se livrar.”¹

Seu reinado parece ter sido marcado por uma corte luxuosa e alianças realizadas com os reinos vizinhos. No entanto, pode-se afirmar que este governou com “mãos de ferro”. Impôs grande jugo sobre o povo, cobrando pesados impostos e instituindo a corvéia. O resultado de tanta opressão foi a divisão do estado, logo depois da sua morte, em dois reinos: o reino do norte – Israel e o reino do sul – Judá. A história do reinado de Salomão indica uma situação paradoxal, a riqueza do estado e a pobreza do povo, levando a um ponto extremo de opressão. O que intriga é que a situação de revolta interna ficou latente até a morte de Salomão. Isso demonstra que durante o seu governo não foi possível, sequer, tentar uma insurreição, conseqüentemente, se conclui que Salomão impôs sua hegemonia até o final de seu reinado. É evidente que Salomão buscou mecanismos para se manter no poder, inibindo qualquer tipo de manifestação interna contra seu poderio.

O que se pretende é estudar na história de Israel, o período do governo de Salomão, no século X a.C., pesquisando a lógica social, política e econômica, com o objetivo de investigar de que forma a sabedoria e o poder foram utilizados durante o seu

¹ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.xii.

reinado para ativar a(s) memória(s) que agora se faz(em) presente(s) nos textos bíblicos. Buscaremos responder às seguintes questões: qual a relação existente entre a sabedoria atribuída a Salomão e o poder desse monarca? Quais os meios utilizados por Salomão para justificar seu poder? Qual a estratégia que Salomão utilizou para garantir a centralização do poder? São questões como essas que podem nos ajudar a desestabilizar a memória coletiva de Israel sobre Salomão para encaminhar, por fim, à história.

Acreditamos que a historiografia tradicional sobre Salomão, ainda encontra-se muito dependente da figura idealizada de Salomão. Partindo do pressuposto que a sabedoria de Salomão nada mais é do que uma construção ideológica, muito bem elaborada por seus escribas, a fim de justificar seu poder, nossa proposta para esse estudo é buscar uma historiografia que não se firme na “memória oficial”, mas que siga na direção contrária, a partir das memórias dos que não se deixaram influenciar pela ideologia do poder.

As fontes para nossa pesquisa são textos, isto é, *memórias*, sobre Salomão. Escolheu-se um texto crítico a Salomão. Trata-se de 1Rs 1-2, texto que pertence a chamada História da Sucessão de Davi, acreditando-se que a partir dele, consiga-se produzir uma historiografia diferente da historiografia tradicional. Nossa hipótese é de que o autor da História da Sucessão de Davi era um escriba na corte de Jerusalém, durante o reinado de Salomão. Se nossa hipótese estiver correta, poderemos ao final dessa pesquisa comprovar nossa tese: a existência de duas memórias conflitantes a respeito de Salomão, dentro da Escola de Escribas da corte de Jerusalém no século X a.C.

Assim, poderemos concluir que a ideologia salomônica encontrou resistência no seio da escola de escribas, praticamente o coração do poder. Dessa escola é que saíram os administradores, conselheiros e escritores. Os responsáveis pelo sucesso das medidas políticas e econômicas adotadas pelo rei, bem como, os construtores ideológicos da imagem do rei ideal, designado por Iahweh para reinar e agraciado com a sabedoria divina.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como finalidade abordar alguns aspectos importantes a respeito do reinado de Salomão. Pelo fato da pesquisa estar relacionada com a historiografia, acredita-se ser importante tecer algumas considerações teóricas acerca do uso dos textos bíblicos como documentação para uma pesquisa historiográfica. Além disso, não se pode deixar de lado a profunda revisão pela qual a história de Israel tem passado na atualidade. Uma grande parte da produção historiográfica a respeito do antigo Israel teve a Bíblia como a principal fonte de pesquisa. Atualmente, muitos autores questionam o uso da Bíblia como fonte histórica, alguns até se perguntam se é realmente possível escrever a história de Israel.² Talvez, por isso, caminhamos cada vez mais para o estudo da ‘memória’, ou seja, aquela história que não está ocupada com o passado em si, mas somente com o passado da forma que é lembrado.³ Aqui, outra agenda se impõe: “analisar os elementos míticos na tradição e descobrir sua agenda oculta.”⁴

Ao eleger a Bíblia como um documento válido para a historiografia de Israel é preciso considerar que, se por um lado, a pertinência histórica do texto bíblico pode consistir na coerência com um sistema geral de crenças (coerência interna do relato); por outro, pode consistir na correspondência do relato aos fatos.⁵ Dessa forma, pode-se entender que um texto pode não corresponder fielmente aos fatos narrados, mas que fornece informações significativas – a partir da memória que flui da narrativa – no que se refere ao poder daqueles que o fabricaram. Portanto, é possível afirmar que o texto bíblico ainda pode nos auxiliar na descrição da sociedade e da cultura do povo que o produziu.⁶ O grande problema é saber: como identificar tais memórias e como se deve abordá-las para se escrever a história?

Segundo Ranke, um dos fundadores da história científica na Alemanha, o trabalho do historiador consistia na apresentação dos fatos “puros”, sem interpretações: “se alguém estabelecer de maneira competente um fato histórico estabeleceu-o para

² Assim, por exemplo, DAVIES, Philip. *In Search of ‘Ancient Israel’*, 2ª edição. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1995.

³ DAVIES, Philip. *Memories of Ancient Israel: An Introduction to Biblical History*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2008.

⁴ ASSMANN, Jan. *Moses the Egyptian: the Memory of Egypt in Western Monotheism*. Cambridge: Harvard University Press, 1997, p.10.

⁵ FOX, Robin Lane. *Bíblia, verdade e ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 15.

⁶ Veja YERUSHALMI, Yosef. *Zakhor: história judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.37.

todos os investigadores interessados.”⁷ Contudo, levando-se em consideração que é impossível alcançar os fatos “puros” deve-se procurar verificar a exatidão dos fatos. “Ele deve procurar focalizar todos os fatos conhecidos, ou que possam ser conhecidos, e que tenham alguma importância para o tema em que está empenhado e para a interpretação a que se propôs” escreve Carr.⁸ Se se considerar tais afirmações pode-se concluir que o fato histórico depende da interpretação do historiador. Para Hobsbawm, ao se tomar consciência de que a história pode muitas vezes ser usada de forma maldosa, como por exemplo, para legitimar interesses políticos, é imprescindível estabelecer a diferença entre fato e ficção,⁹ o que pode facilmente nos remeter à diferença igualmente insistente da escola francesa entre história e memória.¹⁰

Com relação à identificação dos fatos históricos na Bíblia, além do uso da arqueologia e da história, é possível lançar mão da análise dos diversos gêneros literários contidos no Antigo Testamento, que podem ajudar o historiador a discernir entre fato e ficção, história e memória. Para tanto, é preciso ter conhecimento do processo de formação do texto bíblico e ter em mente que qualquer tipo de documento poderá refletir apenas uma visão parcial do ‘fato’. Segundo Carr, “nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava [...] ou talvez apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar”.¹¹ Daí a necessidade de conhecer o *lugar social* preciso em que a obra foi produzida.¹²

Além disso, é preciso considerar que a história de Israel não pode ser entendida tendo como base conceitos ocidentais, especialmente os que os gregos e romanos deixaram como legado para a definição do termo historiografia. A utilização de um texto bíblico como fonte para uma pesquisa historiográfica implica em reconhecer que não é possível recuperar o passado como ele realmente aconteceu, mas interpretar a

⁷ SCHAFF, Adam. *Os fatos históricos e a sua seleção: história e verdade*. Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 204.

⁸ CARR, Edward H. *Que é história?*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 27.

⁹ HOBBSAWM, Eric. *Sobre história. Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 18.

¹⁰ Assim, sobretudo, LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.423-478.

¹¹ CARR, Edward H. *Que é história?*, p. 27.

¹² Confira SCHWANTES, Milton. “A origem social dos textos”. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, Vozes, n.16, 1988, p.31-37.

ideologia dos grupos que escreveram a respeito de determinada época. Nesse caso, se buscará a memória de Salomão, sua construção ideológica, seus usos e abusos. Não se pode buscar nos textos bíblicos uma fonte direta e positivista para a pesquisa historiográfica, mas como construção da memória de uma época, de um acontecimento ou de um personagem.

Quando se estuda a construção da memória é preciso levar em consideração a pluralidade por parte das fontes de que se está investigando e os possíveis fatores que contribuíram para a formação da identidade do indivíduo ou grupo que reflete sua memória. É preciso reconhecer que a memória pode ter várias faces, várias verdades, mostrando a seleção de fatos que convenham ao narrador. Portanto, é prudente selecionar os dados disponíveis e procurar entrelaçar os pontos em comum buscando dar mais clareza ao texto. Não cabe aqui, nem é o intuito fazer uma explanação minuciosa sobre o desenvolvimento do estudo a respeito da memória e sua relação com o estudo da história. Apenas apresentar-se-á de forma bastante sucinta algumas considerações a respeito do estudo da memória que acreditamos nos ajudará no desenvolvimento dessa pesquisa.

Para Halbwachs, a memória é reconstrução de um acontecimento passado tendo como ponto de partida um conjunto de lembranças que podem ser apenas do indivíduo, do grupo social ao qual ele pertence ou mesmo de outro grupo social. Mesmo admitindo que possa haver uma memória individual, Halbwachs acredita que de qualquer maneira ela sofreria algum tipo de intervenção do coletivo. Portanto, para se ter maior segurança para construir a memória é preciso resgatar e analisar estas lembranças de maneira que coincidam com a maioria das pessoas.¹³

A memória de cada pessoa está atrelada, pois, à memória do grupo e a esta última ligada à tradição, isto é, a memória coletiva de cada sociedade. Dessa forma, a explicação tradicional de que a memória reflete o que aconteceu verdadeiramente e a história simplesmente reproduz a memória se apresenta de maneira muito simplista. Na

¹³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990, 280p.

verdade, “o estudo acadêmico da memória coletiva oferece uma importante ajuda intelectual para o entendimento das representações bíblicas sobre o passado de Israel”.¹⁴

Smith discute “a questão dos escritos bíblicos como produtos de seus próprios autores em sua própria época; em outras palavras, como os trabalhos bíblicos constituem a memória coletiva de seus autores”.¹⁵ Smith aplica as teses daqueles que ele denomina de “historiadores da memória” nos escritos bíblicos. A partir do pensamento desses estudiosos, Smith elenca sete pontos que podem nortear o estudo da memória cultural do antigo Israel:

- 1) “A Bíblia não só registra fato ou ficção, história ou literatura (geralmente distinções modernas de considerável valor e dificuldade). Em vez disso, muitos textos bíblicos poderiam ser caracterizados melhor como constituindo o registro da memória cultural de Israel”.¹⁶ Neste tópico, apoiando-se nas teses de Halbwachs e Nora, Smith considera que a principal finalidade de grande parte dos textos bíblicos é o ensinamento. Os autores dos textos bíblicos estavam mais preocupados em recordar o passado para que os erros e acertos servissem de instrução para as gerações presente e futura. Mas essa constatação não descarta os elementos históricos contidos nesses relatos. Smith afirma que houve “uma significativa mudança de paradigma ao considerar a Bíblia em geral, não como o *locus* do registro histórico de Israel (ou não), mas como o registro parcial das memórias culturais de Israel sobre seu passado e que contém uma quantidade de informação acuradamente histórica”.¹⁷ Podem ser citados alguns exemplos como os Salmos 78, 105, 106, Êxodo 12-13 e com certeza incluir a História Deuteronomista (Josué-2Reis), que como vimos anteriormente foi elaborada com a intenção de entender o presente buscando as repostas no passado de Israel/Judá.

¹⁴ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus – História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 2006, p.183.

¹⁵ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.37.

¹⁶ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.191.

¹⁷ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.191.

- 2) “Reconhecer o papel da memória de nossas próprias tradições religiosas que tem influenciado, não somente o interesse inicial dos especialistas bíblicos em entrar no campo dos estudos bíblicos, mas também nosso interesse e nossos horizontes, bem como nossas perguntas e nossas respostas”.¹⁸

- 3) “Analisar o papel do contexto social e do poder dos grupos ao moldarem suas memórias coletivas”.¹⁹ A esse respeito, Smith afirma que muito se tem escrito a respeito do poder social na produção dos textos, deixando de analisar o papel dos grupos sociais e sua influência na produção das memórias culturais do Israel bíblico. Com base nas teses de Halbwachs e Ariès, Smith afirma “a importância da família em moldar a memória e sobre a implicação da monarquia emergente na submersão e imersão das memórias coletivas”.²⁰ Ele faz uma comparação entre a memória dos santuários familiares e os lugares altos dos clãs, o sacerdócio de vários santuários e o sacerdócio nomeado em santuários reais. Enfatizando o “impacto do sacerdócio e da realeza de Jerusalém no pré e no pós-exílio ao gerarem amplas narrativas sociais que submergem e co-optam as memórias coletivas da família e da linhagem sacerdotal não-jerosolimita”.²¹

- 4) Neste ponto, Smith trata da importância de analisar “o papel que os locais físicos reais tiveram ao moldar a memória cultural”.²² Pode-se citar o exemplo de Davi, no livro 2Samuel, ele é apresentado pela história oficial com uma figura ideal e sua memória com o passar do tempo foi se tornando cada vez mais gloriosa. Exceção é a história de seu adultério com Bateseba, que pode ter sido escrita por aqueles que não aprovavam a memória ideal e oficial de Davi. Smith conclui que “a maior parte dos personagens bíblicos, são sacramentados em histórias oficiais não simplesmente de acordo com os

¹⁸ SMITH, Mark S., *O memorial de Deus*, p.192.

¹⁹ SMITH, Mark S., *O memorial de Deus*, p.193.

²⁰ SMITH, Mark S., *O memorial de Deus*, p.193.

²¹ SMITH, Mark S., *O memorial de Deus*, p.193.

²² SMITH, Mark S., *O memorial de Deus*, p.194.

“fatos históricos”, mas de acordo com os locais onde suas reputações foram sacramentadas”.²³

5) Smith não concorda, ao menos, no caso do antigo Israel, com a tese de Nora “quanto ao fato de o surgimento da escrita e das fontes escritas da história marcar uma transição que afasta a consideração da memória oral como forma de prestígio cultural de recordação”.²⁴ É muito provável que em Israel a transmissão oral continuou como um expressivo elemento na memória social de Israel por um período maior. Foi a partir do século VIII a.C. que a memória cultural perdeu seu prestígio. Nessa época, surge uma grande quantidade de material escrito, Smith cita “as chamadas fontes Javista e Eloísta; o contexto neo-Assírio alegado pelo Deuterônômio 12-26; as redações alegadas pela História Deuteronomista (Josué-2Reis) durante os reinados de Ezequias e Josias; as primeiras obras proféticas separadas no século VIII a.C.; uma redação do século VII a.C. alegada a Isaías; e a redação de Provérbios 25-29 pelos “homens de Ezequias” (Provérbios 25,1)”.²⁵

6) Nesse tópico, Smith discorre sobre “a importância da tragédia social na produção da escrita sobre o passado”.²⁶ Essa prática de recorrer às grandes tragédias para orientar o futuro é clara nas narrativas bíblicas, como já se constatou anteriormente. Os períodos de maior produção de escritos históricos foram aqueles nos quais Israel passou por perdas irreparáveis. O século VII a.C. com a queda do reino do Norte (722), marco que levou ao início da História Deuteronomista, e, provavelmente, uma parte da narrativa do Pentateuco. Posteriormente, a queda de Jerusalém e a destruição do Templo em 586 a.C., foram os episódios que motivaram o surgimento de escritos como os livros de Esdras-Neemias, Crônicas e Ester e uma posterior redação da História Deuteronomista. Smith afirma que “escrever sobre o

²³ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.194.

²⁴ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.196.

²⁵ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.197.

²⁶ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.197.

passado é captar o movimento através das perdas do presente em direção ao futuro”.²⁷

- 7) Smith utiliza-se da tese de Hervieu-Léger sobre a destruição e a reestruturação da memória tradicional, a fim de aplicá-la por analogia à religião israelita. Para isso, Smith faz uso das conexões defendidas por Hervieu-Léger: “a natureza conflitante da memória coletiva; os esforços em homogeneizar a memória coletiva; e o papel da fraternidade eletiva”.²⁸ Ele analisa da seguinte forma: a religião tradicional é a religião dos clãs, com “lugares altos” e santuários locais; essa tradição acaba por submergir com o surgimento do Estado e dos santuários reais, isto é, a ascensão da monarquia. Especialmente durante o período do oitavo ao sexto século acontece um recuo dessa religião tradicional devido à “perda de patrimônios locais, das linhagens e dos santuários não-reais”. Esta perda acarreta o aparecimento de “novas formas de fraternidade eletiva”, que nesse caso é caracterizado pelo “movimento profético e talvez sacerdotais e deuteronômicos”.²⁹ No caso da transmissão oral da memória pode ocorrer que a tradição lembra apenas do que é útil e esquece o que não se usa mais. Quanto à transmissão da memória Smith escreve que “uma vez que a memória escrita é transferida para um corpo de textos tradicionais, a tradição não parece jogar fora o que ela esquece; ao invés disso, ela tende a reescrever o que não é lembrado”.³⁰

Nesta perspectiva, a meu ver, deve-se reconsiderar o método histórico crítico para uma avaliação adequada do valor e do sentido dos textos bíblicos, fonte principal para qualquer avaliação *historiográfica* dos tempos *memoráveis* de Salomão. Destaco, primeiramente, que o método histórico-crítico constitui-se de vários métodos de análise de um determinado texto. As etapas essenciais do método são: tradução e crítica textual, crítica literária, história traditiva, história redacional, história da forma, história

²⁷ SMITH, Mark S., *O memorial de Deus*, p.198.

²⁸ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.198.

²⁹ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.198.

³⁰ SMITH, Mark S. *O memorial de Deus*, p.199.

temática, análise de detalhes, conteúdo teológico e intenção, conforme Mueller.³¹ Será também empregado o método da historiografia comparada³², utilizando-se de material extra bíblico, referentes ao Egito e a Mesopotâmia, para que de posse dessas informações, se possa, por analogia, compreender alguns aspectos da memória historiográfica de Israel nos tempos de Salomão.

Os primeiros onze capítulos dos livros de Reis narram a história do reinado de Salomão filho do rei Davi e Bate-Seba. Os capítulos 1-2 apresentam a narrativa de como Salomão sucedeu seu pai e a forma como ele se estabeleceu definitivamente no trono de Israel e Judá no século X a.C. Os capítulos seguintes (3-10) trazem os grandes feitos de Salomão, exaltando sua sabedoria, suas construções, suas riquezas e sua fama internacional. Terminando com os pontos negativos de seu reinado relatados no capítulo 11.

Assim, é possível constatar que nesse conjunto de capítulos existem pelo menos duas partes bem distintas. Enquanto os capítulos 1-2 trazem crítica severa a Salomão demonstrando que o autor possuía verdadeira aversão por esse monarca, os outros capítulos, com exceção do capítulo 11, evidenciam que o autor ou autores procurou enaltecer Salomão como o mais sábio dos reis que já existiram. Além disso, estilisticamente são bastante diferentes. Os dois primeiros capítulos revelam história intrigante contada com riqueza de detalhes, revelando aos poucos a intenção e o papel de cada personagem de uma história repleta de interesses, jogos de poder e mentiras. O que não ocorre nos demais capítulos, os quais apresentam apenas as narrativas dos feitos de Salomão. A partir de pequena análise já é possível se perceber que essas duas partes que compõem 1Rs 1-11 não pertencem à mesma fonte, ou para ressignificar a terminologia, não pertencem a uma mesma memória.

³¹ MUELLER, Enio R. O Método Histórico-Crítico: uma avaliação, In: FEE, Gordon / STUART, Douglas, *Entendes o que Lês?* São Paulo: Vida Nova, 1984, p.256-260.

³² Confira BARROS, José D'Assunção. História Comparada: Atualidade e Origens de um campo disciplinar, In: *História Revista*, Goiânia: Revista da Faculdade de História do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Goiânia, 2007, v.12, n.2, p. 279-315. Para uma abordagem comparada própria ao mundo do Antigo Oriente e Israel, veja os passos metodológicos de MALAMAT, Abraham. *Mari and the Bible*. Leiden: Brill, 1998, p.1-10.

A história dos reis de Israel e Judá foram narradas nos livros dos Reis (1-2Rs), abrangendo um período aproximado de 400 anos (970 a 561 a.C.), iniciando com a morte de Davi e terminando com o exílio na Babilônia. Os livros dos reis (1-2 Reis) formam juntamente com os livros de Josué, Juízes e 1-2 Samuel o bloco que se chama de Profetas Anteriores. Esses livros estão intimamente ligados entre si e apresentam, em parte, a mesma teologia e estilo do Deuteronômio, formando com este um corpo literário homogêneo.

À medida que se aprofunda na leitura dos livros dos Reis é possível perceber as semelhanças com o livro do Deuteronômio. Pode-se citar dois dos principais traços peculiares entre os dois livros, o estilo literário, como a utilização de uma fórmula fixa para a apresentação dos reis e a fraseologia usada em determinados discursos e reflexões.³³ Também no sentido teológico, 1-2 Reis apresentam afinidade com as ideias centrais do Deuteronômio, como a adoração exclusiva a Iahweh, a importância do templo como único santuário legítimo e o papel central da Torá.

Baseando-se nesses e em outros aspectos literários alguns estudiosos, sendo que o primeiro deles foi Noth, formularam a hipótese de que os livros de Josué, Juízes, Samuel e Reis faziam parte de uma grande obra histórica. Como os autores dessa obra inspiraram-se nos princípios teológicos do Deuteronômio, convencionou-se chamá-la de História Deuteronomista. Seu conteúdo compreende desde a morte de Moisés até o indulto concedido ao rei Jeconias em sua prisão na Babilônia.

O processo de formação dos livros dos reis ainda está em discussão entre os especialistas, mas mesmo assim pode-se afirmar que por enquanto existe coincidência fundamental entre as várias teorias, o fato de que foi uma obra composta durante o exílio com a finalidade de explicar teologicamente (e/ou memoravelmente?) a expatriação, a destruição do templo e a queda de Jerusalém. O exílio na Babilônia trouxe consigo inúmeros questionamentos a respeito das promessas e alianças estabelecidas entre Iahweh e Israel. Era preciso entender o que havia acontecido e principalmente sobreviver ao desastre. Os exilados foram buscar as respostas no

³³ Os elementos fraseológicos foram destacados exemplarmente por WEINFELD, Moshe. *Deuteronomy and the Deuteronomistic School*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1992, p.320-359.

passado e a partir daí reconstruíram seus paradigmas. Pode-se entender os capítulos 1Rs 3-11 nessa perspectiva.

Os autores deuteronomistas fizeram uso de diversas fontes para compor a sua obra histórica: as fontes históricas como, por exemplo, os anais de Salomão (1Rs 11,41); os anais dos reis de Israel (1Rs 14,19); os anais dos reis de Judá (1Rs 14,29); as listas de funcionários e de cargos militares (2Sm 20,23-26; 1Rs 4); atas oficiais (1Rs 6-7; 9,15-25); as fontes históricas não oficiais como a história da ascensão de Davi ao trono (1Sm 16-2Sm 5), a história da sucessão ao trono de Davi (2Sm 7-20; 1Rs 1-2), a história do cisma (1Rs 12-14), narrativas cujos primeiros autores foram pessoas que viveram muito próximas desses acontecimentos; as fontes populares transmitidas ao longo do tempo que incluem relatos e tradições; as fontes proféticas como os três ciclos de Elias (1Rs 17-2Rs 1), de Eliseu (2Rs 2-8) e de Isaías (2Rs 18-20); algumas seções dedicadas a Natã (2Sm 7); Aís de Silo (1Rs 11,14), entre outras.

Embora a principal finalidade da História Deuteronomista tenha sido de ordem teológica não se pode negar que se trata também de uma obra historiográfica. Konings escreve que:

“história como ciência, com documentos e verificações metódicas é algo que surgiu com a Modernidade, com a imprensa, as descobertas, as grandes universidades a partir do século XVII. Na Antiguidade, história é o que hoje chamamos de crônica, relato, não necessariamente cientificamente estabelecido. Mais que trazer fatos constatados e verificados importava a arte de bem contar a história, de modo que fosse facilmente gravada na memória e conhecida por todos”³⁴

Segundo Smith:

“a história da composição textual de todos estes assim chamados “livros históricos” pode, na verdade, ter variado um pouco antes de sua amalgamação maior na História Deuteronomista. Além disso, a partir de uma análise crítica destes trabalhos, pode parecer que eles passaram, não de um estágio anterior de

³⁴KONINGS, Johan. “A historiografia de Israel nos “Livros Históricos”, em: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, n.71, p.9.

tradição oral para uma posterior fase escrita, mas sim por vários estágios, com versões orais e escritas, com uma influenciando potencialmente a outra. Chegar à “história” nos assim chamados “trabalhos históricos” não é tarefa simples. Certamente, seria errado entender estes trabalhos como história, se entendêssemos por “história” uma apresentação do passado sem uma reflexão crítica da natureza e da qualidade das fontes usadas”.³⁵

É dentro desta História Deuteronomista que encontramos as narrativas a cerca do período salomônico. Segundo tal *memória*, Salomão foi o terceiro e o último dos monarcas que governaram os reinos unidos de Israel e Judá. O primeiro deles foi Saul. Durante seu governo se deu a passagem do sistema tribal para o sistema estatal. Pode-se considerar o período desse rei como intermediário entre a sociedade tribal e a sociedade monárquica. Alguns autores preferem classificá-lo como o último dos juízes. Sob seu governo não ocorreram grandes mudanças, visto que sua principal preocupação estava voltada para a defesa dos territórios tribais.

Então, foi sob o reinado de Davi que a monarquia começou a se consolidar. O modelo adotado foi o das nações vizinhas, principalmente dos reinos das cidades-estado de Canaã. Davi conseguiu derrotar os inimigos e empreendeu campanhas para a expansão do território de Israel. Resolvidos os problemas externos era o momento de cuidar da organização interna do Estado. Para isso, Davi tomou algumas medidas importantes em direção à consolidação do sistema monárquico. O rei era da tribo de Judá e durante sete anos governou em Hebrom. Mas, como havia certa rivalidade entre as tribos do norte e as do sul, Davi precisava de uma capital que estivesse mais centralizada geograficamente e que também se constituísse num território neutro sem influências dos dois lados. Conquistou uma cidade jebusita chamada Jerusalém, que posteriormente ficou também conhecida como a cidade de Davi.

O texto 2Sm 8,17-18 traz alguns nomes importantes na administração de Davi, dois deles eram jebuseus, o sacerdote Sadoc e o comandante militar Banaías, os quais foram incorporados ao quadro administrativo. Provavelmente, Sadoc passou a ser um

³⁵ SMITH, Mark S., *O memorial de Deus – História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*, São Paulo, Paulus, 2006, p.33.

poderoso e importante aliado de Davi, sendo que nesse acordo entre eles, Davi ficaria com o poder político e Sadoc com o poder religioso. Certamente, Davi aproveitou o modelo monárquico já existente em Jerusalém e empregou pessoas influentes em sua administração.

Outra medida importante tomada por Davi foi sua iniciativa de transladar a Arca da Aliança para Jerusalém, após fixar a nova capital. Isto significou em primeiro lugar a retomada das relações entre a monarquia e o sacerdócio, que estavam estremecidas desde os tempos de Saul. Em segundo lugar, a Arca dentro de Jerusalém passa a ser vinculada ao rei, legitimando religiosamente a monarquia. Não foi somente na questão estrutural e administrativa que Davi deixou se influenciar pelos povos vizinhos, mas também no que se refere à instituição de uma dinastia davídica e a aplicação da ideologia da filiação divina dos reis. Dessa forma o rei passa a ser o intermediário entre Deus e o povo, função muito bem justificada por uma suposta aliança eterna entre Davi e Iahweh, através da qual o poder estava garantido nas mãos de seus descendentes. Essa aliança passa a ser o centro da ideologia real, incutindo na mente do povo que a sua dinastia fora escolhida por Deus.

Davi possuía um aparato militar constituído pelo exército de Israel, sob o comando do general Joab e um grupo de mercenários, os feleteus e os cereteus, cujo comandante era Banaías; a respeito desses homens Dreher escreve que “o grupo dos trinta seria um séquito composto por Davi, para sua proteção, para seu aconselhamento e para representações. Comporia uma guarda pessoal – diferenciada da guarda real, comandada por Benaia, um dos Trinta.”³⁶ Esse grupo de mais ou menos trinta homens teria se tornado uma instituição em Israel; alguns autores defendem a ideia de que teria sido inspirada numa instituição egípcia da qual se tem notícia através de uma “inscrição tumular tebana, que faz menção a um “bando dos trinta” a acompanhar Ramsés II, compreendendo-o como um grupo de soldados de elite, participantes do séquito real”.³⁷

A respeito da burocracia estatal há duas listas de funcionários. Uma em 2Sm 8,16-18 “Joab, filho de Sárvia, comandava o exército. Josafá, filho de Ailud, era o

³⁶ DREHER, Carlos A. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*. São Paulo: Paulus, 2002, p.59.

³⁷ DREHER, Carlos A. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*, p.58.

arauto. Sadoc e Abiatar, filhos de Aquimelec, filho de Aquitob, eram sacerdotes; Saraías era secretário; Banaías, filho de Joiada, comandava os cereteus e os feleteus.” E a outra em 2Sm 20,23-26 “Joab era o comandante supremo do exército; Banaía, filho de Joiada, comandava os cereteus e os feleteus; Adoram controlava a corvéia; Josafá, filho de Ailud, era o arauto; Siva era secretário; Sadoc e Abiatar eram sacerdotes. Além desses, também Ira, o jairita, era sacerdote de Davi.” Pode-se perceber a criação de um novo cargo “o chefe da corvéia” assumido por Adoram. Isso significa que Davi recrutou trabalhadores para serviços gratuitos para o estado.

Salomão assumiu o trono de Israel e Judá quando seu pai ainda estava vivo. Foi co-regente de Davi. Esse fato ocorreu devido à formação de dois partidos na corte onde lutavam pela sucessão do trono, visto que até então não havia nenhuma legislação a respeito. Um partido defendia o direito de Adonias, o filho mais velho de Davi; era formado por Joab, general do exército e pelo sacerdote Abiatar. O outro favorável a Salomão era composto por Natã, Sadoc, Banaías e os soldados da guarda pessoal de Davi.

O autor da História da Sucessão de Davi (1Rs 2, 1-46) narra com detalhes como Salomão livrou-se de todos os seus inimigos. Derrotado os oponentes, Salomão pode reinar absoluto sobre os reinos de Israel e Judá. A tradição não nos conta que Salomão tenha empreendido alguma ação bélica e certamente não interveio nenhuma guerra. Procurou centralizar seus projetos de governo na política interna. Dedicou construções tanto em Jerusalém, como em outras cidades do reino. Também as questões administrativas e burocráticas sofreram mudanças significativas em direção à consolidação da monarquia. Com a divisão do território de Israel em doze distritos ele criou uma eficiente estrutura para a arrecadação de impostos. Além disso, desenvolveu um extraordinário sistema de trabalhos forçados e obrigatórios.

Salomão procurou manter relações amigáveis com as nações vizinhas, estabelecendo com elas acordos de paz e tratados comerciais. É evidente que Salomão pretendeu igualar-se aos monarcas do Antigo Oriente e deixou se influenciar pelo modelo de Estado desses países, principalmente do Egito. Essa complexa estrutura administrativa, política e econômica que Salomão instituiu em Israel e Judá precisava de

uma base sólida a fim de conseguir os recursos necessários para sua manutenção, desenvolvimento e principalmente a centralização do poder. Salomão optou por fundamentar seu governo na sabedoria, tanto que até hoje ele é lembrado como um sábio por excelência.

A partir da tensão exposta acima entre as memórias bíblicas e a escrita da história, nosso objetivo, no primeiro capítulo é obter uma visão geral do reinado de Salomão em Israel e Judá no século X a.C. Para realizar tal estudo escolhemos nos apoiar na historiografia de Donner. No início do capítulo faremos um breve comentário a respeito da obra *História de Israel e dos povos vizinhos* de Donner. Em seguida buscaremos focar os principais aspectos do reinado de Salomão, tendo como base os escritos de Donner, mas também levando em consideração a opinião de outros autores. Optamos em seguir sequência dos assuntos proposta por Donner. Finalizando, buscaremos entender como todas as mudanças ocorridas durante o reinado de Salomão atingiram a vida da população rural. Seguimos aqui, portanto, uma narração historiográfica tradicional com o intuito principal de avaliar o quão dependente é tal historiografia da memória bíblica.

No segundo capítulo, desejamos desfazer o novelo da memória bíblica no intuito de dela se ‘livrar’ (Nora)³⁸. Este capítulo tem como principal objetivo estabelecer a relação existente entre sabedoria e poder durante o reinado de Salomão em Judá e Israel no século X a.C.. O rei Salomão passou para a história como um sábio por excelência. Seu reinado foi marcado por grandes construções; muitos empreendimentos comerciais; uma corte luxuosa e alianças realizadas com os reinos vizinhos. No entanto, poderemos afirmar que estamos aqui diante de memórias fortemente financiadas pelo próprio complexo palaciano. Localizar sociologicamente tais memórias elogiosas de Salomão no interior da escola de escribas será importante para responder algumas questões relativas ao poder e à sabedoria: qual a relação existente entre a sabedoria atribuída a Salomão e o poder desse monarca? Quais os meios utilizados por Salomão para justificar seu poder? Qual a estratégia que Salomão utilizou para garantir a centralização do poder?

³⁸ NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984, p.xii.

No terceiro capítulo, queremos compreender como se deu a ascensão de Salomão ao trono de Israel e Judá e como ele se consolidou no poder. Acreditamos que as narrativas que compõem 1Rs 1-2 trazem os elementos necessários para que possamos responder a essas questões, considerando que a intenção do autor da História da Sucessão de Davi não foi narrar a história de Davi, ao contrário, seu principal objetivo foi apontar os jogos de interesse e as ideologias existentes na corte de Jerusalém, bem como os expedientes utilizados por Salomão a fim de se consolidar no poder. No final do capítulo esperamos chegar à conclusão quanto à autoria da História da Sucessão de Davi. Como é possível ainda termos acesso a uma memória conflitiva em relação ao governo salomônico? Qual teria sido seu lugar sociológico preciso? A escola de escribas e a sabedoria podem também ter criado memória contestatória às grandes organizações? Ao recobrar tal memória dissidente, caminharemos, por fim, para uma historiografia não retificadora da memória facilmente elogiosa.

Eis o tempo de rever as duas faces de Salomão...

CAPÍTULO I

“O PESO DO OURO QUE CHEGAVA PARA SALOMÃO”

**CONTEXTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO DE SALOMÃO NO DEBATE
HISTORIOGRÁFICO**

1.1. Introdução

Neste primeiro capítulo, o principal objetivo é obter uma visão geral do reinado de Salomão em Israel e Judá no século X a.C. Para realizar tal estudo, escolheu-se apoiar em diversas obras historiográficas: *Historia y Poder - Comentario sobre el Libro de Reyes*, de Adolfo Ham, *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba* e de Theodor Herzl até nossos dias, de Antonius H. J. Gunneweg, *História Política de Israel desde as origens até Alexandre Magno*, de Henri Cazelles, *A História de Israel a partir dos pobres*, de Jorge Pixley, *Nueva Historia de Israel – De los Orígenes a Bar Kochba*, de J. Alberto Soggin, *Para além da Bíblia - História antiga de Israel*, de Mario Liverani, *Historia de Israel*, de Martin Noth, *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, de Siegfried Herrmann, *História de Israel*, de John Bright e *História de Israel e dos povos vizinhos*, de Herbert Donner. Optou-se por privilegiar a obra de Herbert Donner, por ser representativo de uma ala historiográfica mais usual - a de reconstruir o real período de Salomão.

Com base nas considerações que se fez na introdução desse trabalho a respeito da historiografia com relação à história de Israel e levando-se em conta que o método escolhido foi o histórico-crítico, acredita-se que Donner seria um excelente referencial teórico, afinal sua proposta para uma análise do texto bíblico dispensa o pressuposto teológico de que Israel é o “povo escolhido” e de que toda sua história se deve às manifestações divinas. Como o próprio nome do livro aponta, a história de Israel deve estar inserida na história dos povos vizinhos do Antigo Oriente Médio. Na pesquisa de Donner, os textos bíblicos são analisados como qualquer outra fonte. Segundo o autor, “desde a exploração das culturas do Oriente Antigo vizinhas de Israel, estamos na situação favorável de possuir, além das fontes de origem israelitas, também material

extra-israelita para a história de Israel: material cujo volume aumenta ano a ano. Essa circunstância permite que se olhe para a história de Israel a partir de dentro e de fora”.³⁹

No início do capítulo, far-se-á um breve comentário a respeito da obra “História de Israel e dos povos vizinhos” de Donner. Em seguida, se buscará enfatizar os principais aspectos do reinado de Salomão, tendo como base a obra de Donner, mas também levando em consideração a opinião dos autores citados acima.

Optou-se em seguir a sequência dos assuntos proposta por Donner. Assim será analisado as relações internacionais, os tratados comerciais e as alianças feitas por Salomão, uma delas selada pelo casamento do rei com uma princesa egípcia, bem como sua política defensiva com relação aos possíveis inimigos externos o que resultou na perda de parte do território conquistado por Davi, depois das rebeliões de Hadad e Rezon, destacando as consequências posteriores a Salomão.

Quanto à política interna serão tratados assuntos como as construções de Salomão, incluindo a construção do templo e seu significado dentro de Israel. A reforma política e administrativa imposta por ele: a divisão do território de Israel em doze distritos e o sistema de arrecadação de impostos; a ampliação da corveia; a reorganização do exército e a ampliação do gabinete administrativo com a criação de novos cargos.

Finalizando, buscar-se-á entender como todas as mudanças ocorridas durante o reinado de Salomão atingiu a vida da população rural.

1.2. A historiografia tradicional sobre Salomão

³⁹ DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos – dos primórdios até a formação do Estado*, v.1. São Leopoldo: Sinodal, 1997, p. 260.

Donner inicia a obra apresentando os pressupostos do seu estudo. Entende que a história de Israel deve ser apresentada a partir das fontes, daí o nome do seu primeiro capítulo. Faz então algumas reflexões sobre o acervo de fontes e sobre a interpretação do material. Lamenta o fato de o Antigo Testamento ser a fonte principal e, em alguns casos, a única fonte, mas afirma que o tratamento dado a ela é o mesmo utilizado para qualquer documento da antiguidade. Assim, trabalha com a interpretação histórico-crítica das fontes. Segundo Donner, “para a história de Israel o Antigo Testamento não entra em cogitação a não ser como coletânea de documentos históricos de caráter diferenciado e de valor muito diverso”.⁴⁰

O autor classifica dois tipos de fontes: o material literário e material arqueológico. Quanto ao material literário, comemora o fato de, a cada ano, estar aumentando o material extra-israelita, através da exploração de culturas de povos do Oriente Antigo. Assim a história de Israel é olhada também a partir de fora. Donner classifica esse material por regiões: Egito, Mesopotâmia, Síria e Palestina. Nesse trabalho historiográfico, os documentos contemporâneos são preferidos a outros que se refiram a acontecimentos e pessoas da história a partir de uma distância cronológica mais ou menos grande. Crítica textual, crítica literária, crítica da forma e do gênero, história das tradições, história da redação e história da interpretação são os métodos e procedimentos de pesquisa defendidos pelo autor, que afirma que só através deles as fontes de fato começam a ser visualizadas e se tornam utilizáveis.

O livro ainda cita a dificuldade de se obter documentos históricos de um povo que viveu como nômade: “Israel é um povo não-autóctone”.⁴¹ Sob esse ponto de vista, o autor entende que Israel revestiu as suas origens, a sua pré-história e a sua história primitiva com o manto da saga e estas não podem ser consideradas como documentos históricos primários. Donner menciona autores que através de seus estudos tiveram uma contribuição especial para a pesquisa como Hermann Gunkel e Hugo Gressmann; depois vieram Martin Noth e Albrecht Alt, destacando a contribuição de Noth que enriqueceu a pesquisa histórico-crítica com a abordagem histórico-traditiva. Donner conclui que a consequência disso foi uma rigorosa desmontagem do quadro tradicional

⁴⁰ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 18.

⁴¹ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 25.

transmitido pelo Pentateuco, Josué e Juízes. Com relação à crítica das formas, o autor concorda com as críticas contrárias ao método adotado por Alt e Noth, explicando que somente o uso da metodologia da “probabilidade interna” na análise das tradições do Antigo Testamento não seria suficiente para a pesquisa das fontes literárias. O ideal é a combinação da “probabilidade interna” com a “evidência externa”, que nada mais é do que levar em consideração os dados externos objetivos, como por exemplo, a arqueologia.

Por fim, apresenta as fontes arqueológicas. Depois de conceituá-las, menciona os seus dois métodos de trabalho: através das escavações e da exploração arqueológica de superfície. Diz que a arqueologia bíblica surgiu no século XIX a partir do interesse pela Bíblia e que faz uso dos métodos acima citados. Ele faz um alerta com relação à arqueologia bíblica que, em sua opinião, os resultados da pesquisa arqueológica nas terras bíblicas são muitas vezes usados erroneamente para confirmar as informações da Bíblia. Donner conclui argumentando que “a Bíblia não precisa de confirmação. Ela própria é fonte de conhecimento para a ciência histórica, como também o são os restos materiais que a arqueologia traz à tona e interpreta”. Portanto as duas disciplinas “devem completar-se criticamente.”⁴²

Quanto a Salomão, o autor escreve que o estudo de 1Rs 3-11 torna-se complexo e extremamente delicado, visto que, esse conjunto literário é constituído por textos que foram produzidos em diferentes épocas, elaborados sob óticas diversas e com objetivos distintos. Segundo Donner, “dentro de 1Rs 3-11 estão misturadas várias imagens de Salomão, tornando impossível sua distinção: o Salomão histórico do século X a.C., o Salomão deuteronomista e o Salomão ideal da história da interpretação, chegando até os tempos pós-exílicos”.⁴³ Em decorrência disso, tem-se considerado como históricas muitas informações acrescentadas ao texto durante os séculos posteriores a Salomão.

1.3. Do Reinado de Salomão

⁴² DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 32.

⁴³ DONNER, Herbert. *História de Israel* p. 250.

Os capítulos que compõem 1Rs 3-11 foram organizados ao redor de um assunto central, a construção do templo, apresentando tradições a respeito do início e do fim da era salomônica. Os materiais utilizados para compor essa obra têm diversas origens, como informações registradas nos anais oficiais do reino, uma coletânea intitulada “Livro da História de Salomão” citada em 1Rs 11,41, listas de funcionários e de cargos militares (2Sm 20,23-26; 1Rs 4), as fontes históricas não oficiais como a história da sucessão ao trono de Davi (2Sm 7-20; 1Rs 1-2), a história do cisma (1Rs 12-14), narrativas cujos primeiros autores foram pessoas que viveram muito próximas desses acontecimentos, as fontes populares transmitidas ao longo do tempo que incluem relatos e tradições, as interpretações deuteronômistas. Dessa forma, seria um equívoco afirmar que 1Rs 3-11 em sua composição final poderia ser resultado da “descrição deuteronômista de Salomão”.⁴⁴ Quanto ao “Livro da História de Salomão”, mencionado acima, Soggin escreve que é preciso ter cautela quando se trata deste material, “pois o texto bíblico não nos oferece extratos seguros, somente referências genéricas.” Mas, se admitirmos sua existência, a lista dos funcionários estatais em 1Rs 4,1-6, a lista dos distritos e dos governadores de cada um (1Rs 4,7-19), a pequena nota sobre os trabalhos forçados em 1Rs 5,27, as referências aos empreendimentos comerciais patrocinados por Salomão (1Rs 10,11ss. 22,28ss.), são textos que poderiam ter sido retirados desse livro.⁴⁵

Diante de tal complexidade, Donner afirma que “a pesquisa científica em busca do Salomão histórico se assemelha a um processo de redução: é preciso descartar penosamente tudo aquilo com que a história deuteronômista e a história da interpretação posterior retocaram a figura de Salomão”.⁴⁶

O autor caracteriza o reinado de Salomão como um período de paz; por essa razão, afirma que não houve um aumento do império de Davi durante o governo de Salomão. Para Donner, o nome “*Shelomoh* contém o elemento *shalom*, isto é, tanto o nome *Shelomoh* quanto o vocábulo *shalom* são derivados da mesma raiz verbal, que possui acepções de manter a paz, viver em paz, deixar em paz etc., e conjectura que o

⁴⁴ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 251.

⁴⁵ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer S.A, 1997, p. 109-110.

⁴⁶ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 250.

nome pode ter sido adotado pelo rei, como um “nome de trono no início de governo”.⁴⁷ Como não havia ameaças externas ao território, Salomão não se preocupou com operações militares e acabou pagando um alto preço por não dar atenção devida à questão territorial. Seu interesse estava voltado para a consolidação da monarquia. Para realizar tal objetivo era preciso aprimorar a política interna, as relações exteriores e a cultura. Salomão pretendia manter relações amigáveis com as nações vizinhas. Muitos acordos políticos foram selados através de matrimônios. Esses casamentos fortaleciam os laços políticos e asseguravam as boas relações entre as nações amigas. Donner escreve:

“alguma coisa historicamente confiável, todavia, pode ser dita. Salomão pretendia iniciar e cultivar relações internacionais. Alcançou isso, não por último, por meio de seu harém i. através da aplicação daquele sadio princípio político que, milênios mais tarde, os habsburgos austríacos tornaram famoso: “Deixa outros travarem guerras – tu, Israel feliz, casa!”⁴⁸

No Antigo Oriente Médio a poligamia fazia parte da cultura da época. Mas, apesar disso, era um luxo que poucos podiam ter. Pode-se dizer que era um privilégio real. No Egito, o harém era uma instituição. Desde os primórdios os faraós possuíam muitas mulheres e uma grande parte do harém era constituída por mulheres estrangeiras, dadas ao faraó como garantia de acordos políticos. Mas, foi no Novo Império que o harém se tornou o centro da política externa do faraó. O rei passa a receber princesas estrangeiras a fim de selar os acordos com outros países. Há notícias que Tutmósis III recebeu três concubinas sírias acompanhadas de 30 escravas. Seu sucessor, Tutimósis IV casou-se com uma das filhas do rei de Mitanni. O faraó Amenófis III também casou-se com Gilukipa, filha de Shutama II, rei de Mitanni. Esta trouxe consigo um séquito de 317 mulheres, como confirma o escaravelho comemorativo que Amenófis mandou fazer. Amenófis também possuía em seu harém 40 mulheres originárias de Gaza. Era casado com uma irmã do rei dos cassitas. Da mesma forma, Ramsés II contraiu matrimônio com várias princesas estrangeiras. A primeira delas, e a única que se sabe o nome egípcio que recebeu por ocasião do casamento, foi a princesa hitita Maat-Hor-

⁴⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 251.

⁴⁸ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 252.

Neferu Re, filha de Hattusili III. O casamento se deu no 34º ano de reinado de Ramsés II, a fim de selar um acordo de paz concluído a mais de uma década. Maat-Hor-Neferu Re foi recebida com muita festa e grande pompa, pois foi uma das sete mulheres que durante o reinado de Ramsés II recebeu o título de “grande esposa real”. Depois dela o faraó se casou com mais duas princesas hititas.

Em Judá e Israel, os costumes não eram diferentes. De Saul há um texto que se refere a uma de suas concubinas: “Havia uma concubina de Saul chamada Resfa, filha de Aías, e Abner a tomou. Isbaal disse a Abner: “Por que te aproximaste da concubina de meu pai?” (2Sm 3,7). Outro texto se refere às mulheres de Saul, mas não informa a respeito da quantidade de mulheres que o rei mantinha em seu harém: “Natã disse a Davi: “Esse homem és tu! Assim diz Iahweh, Deus de Israel: Eu te ungi rei de Israel, eu te salvei das mãos de Saul, eu te dei a casa do teu senhor, eu coloquei nos teus braços as mulheres do teu senhor, eu te dei a casa de Israel e Judá, e se isso não é suficiente, eu te darei qualquer coisa.” (2Sm 12,7-8).

Quanto a Davi, seu harém parece ter sido maior que o de Saul, o próprio texto acima diz que as mulheres de Saul passaram ao seu sucessor. Enquanto reinava em Hebrom, Davi possuía seis mulheres: “Os filhos nascidos a Davi em Hebrom foram: o seu primogênito Amnon, de Aquinoam de Jezrael; o segundo, Quelead, de Abigail, que fora mulher de Nabal de Carmel; o terceiro, Absalão, filho de Maaca, a filha de Tolmai, rei de Gessur; o quarto, Adonias, filho de Hagit; o quinto, Safatias, filho de Abital; o sexto, Jetraam, nascido de Eglá, mulher de Davi. Esses nasceram em Hebrom” (2Sm 3,2-5). Em Jerusalém o rei tomou mais esposas e concubinas: “A sua chegada de Hebron, tomou Davi ainda concubinas e mulheres em Jerusalém, e nasceram-lhe filhos e filhas.” (2Sm 5,13).

Com relação a Salomão, a tradição informa que seu harém era composto por “setecentas mulheres princesas e trezentas concubinas” (1Rs 11,3), sendo que dentre elas estavam muitas mulheres estrangeiras: “além da filha do faraó, o rei Salomão amou muitas mulheres estrangeiras: moabitas, amonitas, edomitas, sidônias e heteias” (1Rs 11,1). Trata-se de um texto deuteronomista e o número de mulheres soa como um

exagero. Para Donner, é “um número redondo, sagrado e suspeito”.⁴⁹ Também não se pode afirmar a nacionalidade de suas mulheres estrangeiras. Sabe-se que a mãe de Roboão era amonita (1Rs 14,21) e que Salomão casou-se com uma princesa egípcia. A respeito desse casamento encontramos cinco menções em 1Rs 3-11. A primeira nos informa do casamento propriamente dito, dizendo que Salomão tornou-se genro do faraó, rei do Egito (1Rs 3,1). A segunda, diz que Salomão construiu uma casa semelhante à sua para a filha do faraó (1Rs 7,8). A terceira conta que o faraó entregou a Salomão a cidade de Gezer, após tê-la tomado dos cananeus, como dote pelo casamento da filha. A quarta relata a mudança da princesa da Cidade de Davi para a casa que o rei havia construído para ela (1Rs 9,24) e a quinta refere-se às mulheres estrangeiras de Salomão, entre as quais estava a princesa egípcia. Infelizmente, não se pode afirmar com segurança quem foi o faraó que fez aliança com Salomão. É importante ressaltar que esses acordos eram feitos entre os governantes e não entre os Estados. Após a morte de pelo menos um dos reis o relacionamento político já não era obrigatório. O casamento diplomático de Salomão, provavelmente, garantiu uma época de paz entre Israel e Egito. No entanto, logo após sua morte o faraó Shoshenk I atacou Israel, demonstrando que a aliança feita entre Salomão e o faraó anterior já não estava em vigor. Conforme Donner,

“no 5º ano de governo de Roboão (922), o faraó Shoshenk I empreendeu uma campanha militar na Palestina [...] Shoshenk I mandou afixar uma extensa lista das localidades conquistadas – às vezes talvez apenas visitadas – numa das paredes externas meridionais do grande templo de Amom em Tebas-Karnak, no chamado portal dos dinastas de Bubástis. Nessa lista faltam completamente localidades do núcleo do território judaíta, as montanhas e a região de colinas. Isso corresponde a 1 Rs 14, 25-28, segundo o qual Roboão ofereceu o tesouro do palácio e do templo de Jerusalém para comprar a liberdade para si e sua zona de domínio. Shoshenk avançou até o território do Reino de Israel, alcançou a Planície de Meguido e de lá, enviou unidades de suas tropas para diversas direções do país, também para a Transjordânia. Em Meguido até deixou uma estela com seu nome conservada fragmentariamente.”⁵⁰

⁴⁹ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 253.

⁵⁰ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 286-287.

Segundo Soggin, não é fácil comprovar a veracidade do matrimônio de Salomão devido ao estado atual das fontes e das investigações. Mas, se realmente trata-se de um fato histórico, pode ser considerado como “um êxito internacional de notável importância”, por duas razões: a primeira porque Salomão recebeu como dote a cidade de Gezer e a segunda, porque os faraós nunca davam suas filhas em casamento para os soberanos estrangeiros. Outra conclusão de Soggin é de que o fato do faraó ter conquistado e destruído Gezer demonstra que o Egito não estava passando por um período de declínio, como afirmam alguns autores. Noth, por exemplo, afirma que “se tratava de uma filha do harém de um dos insignificantes faraós da XXI dinastia egípcia.”⁵¹ Para Soggin, o dote representa que o faraó era favorável ao casamento e que tratava-se de um acordo entre iguais.⁵² Na opinião de Bright, é difícil imaginar que o faraó empreenderia uma campanha tão árdua apenas para conquistar uma cidade para o rei israelita. Ele argumenta que talvez o faraó tivesse a intenção de restabelecer o domínio egípcio sobre a Palestina, com esse intuito, tivesse lançado uma campanha contra as cidades filistéias, dentre as quais estava a cidade fronteira de Gezer, mas, “tendo-se defrontado com tropas mais fortes do que imaginara, nos moldes do exército de Salomão, considerou mais sábio (ou a isto foi impelido) a entregar a concessão territorial e proclamar a paz.”⁵³

Das relações internacionais exercidas por Salomão merecem destaque seus acordos com a costa fenícia, especialmente com a cidade de Tiro. Donner afirma que havia “um legítimo tratado de comércio” entre Israel e a cidade-Estado de Tiro, cujo rei chamava-se Hirão. Esse contrato estabelecia que Hirão fornecesse madeira e mão-de-obra especializada para as construções de Salomão. Como pagamento, Salomão lhe enviaria azeite e trigo (1Rs 5, 24-25). Donner considera o texto 1Rs 5,15-26 como deuteronomista. Além desse acordo, Hirão também participava das expedições da marinha mercante de Salomão para Ofir e Társis, disponibilizando navios e marinheiros experientes (1Rs 9, 26-28; 10, 11; 22), que além das viagens também auxiliaram Salomão na construção de seus navios, chamados “navios de Társis”, tinham esse nome por causa da colônia fenícia de Tartessos à margem do Guadalquivir, no sul da Espanha.

⁵¹ NOTH, Martin, *Historia de Israel*. Barcelona: Ediciones Garriga, 1966, p. 204.

⁵² SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 124-125.

⁵³ BRIGHT, John. *História de Israel*. 5. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1995, p. 278.

O porto “de *Eziom-Geber*” situava-se “na extremidade setentrional do Golfo de Ácaba.”⁵⁴

Para Soggin, não é possível afirmar com certeza para onde se dirigiam tais expedições, visto que a localidade de Ofir não pode ser identificada, afirmando que juntamente com Tarsis, “formassem parte de uma geografia puramente mítico-simbólica, sem relação alguma com a realidade.” Também questiona o tempo de duração dessas viagens, três anos (1Rs 10, 22), tendo em vista que “se considerarmos que as técnicas navais da época somente permitiam a navegação de barcos de pequena cabotagem, é impossível que esses se distanciassem muito da costa africana ou asiática do Mar Vermelho.”⁵⁵ Herrmann escreve que “não se sabe se Ofir era o país de origem das numerosas riquezas ou era somente uma parada intermediária naquela via comercial.” Mas acredita que Salomão fundou uma cidade portuária e realizou viagens marítimas com o apoio do rei de Tiro.⁵⁶

Por motivos desconhecidos Salomão acabou por entregar “20 localidades na região de *Kabul*, (9, 10-14) na Baixa Galileia”, razão pela qual Donner interpreta que a relação entre Israel e Tiro era caracterizada como uma relação de dependência.⁵⁷ Segundo Soggin, Hirão de Tiro deve ter concedido a Salomão crédito ilimitado (1Rs 9,10-14), do qual Salomão provavelmente usou além do que podia, chegando ao ponto de não mais conseguir honrar com seus compromissos, sendo obrigado a ceder vinte populações situadas, possivelmente, na Galileia ocidental. Mesmo assim, Hirão não ficou satisfeito com o pagamento, considerando ser insuficiente para saldar as dívidas contraídas por Salomão. Posteriormente, o autor de 2Cr 8,1-6 procurou inverter a situação afirmando que Hirão havia entregue as cidades a Salomão. Para Soggin, a tese de 1Rs é mais verdadeira, pois se encaixa perfeitamente na questão da “máxima exploração dos recursos financeiros da nação.”⁵⁸

⁵⁴ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 253-254.

⁵⁵ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 121-122.

⁵⁶ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1985, p. 229.

⁵⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 253.

⁵⁸ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 122-123.

O casamento com a filha do faraó é o mais famoso dos matrimônios de Salomão e o acordo comercial entre Salomão e Hirão de Tiro é o mais conhecido. Mas as relações internacionais de Salomão não se limitaram apenas a esses dois tratados. As ambições de Salomão eram bem maiores. O rei pretendia de uma vez por todas consolidar o regime monárquico nos moldes existentes entre as nações vizinhas, a fim de inserir Israel no cenário de sua época. Para garantir a paz e expandir o reino, Salomão passa a usar, ao invés da guerra, a diplomacia e faz várias alianças com os países vizinhos. Para conseguir realizar seus inúmeros projetos Salomão não poupou esforços, revelando um excelente estrategista comercial. O rei acabou comandando uma das maiores e mais valiosas rotas de comércio de sua época. Bright escreve: “o verdadeiro “gênio” de Salomão, contudo, estava no setor da indústria e comércio. Ele era capaz de compreender a significação econômica de sua posição estratégica, abarcando as maiores rotas de comércio norte-sul do Egito e da Arábia até o norte da Síria, e também de captar as possibilidades de sua aliança com Tiro.”⁵⁹

Outro aspecto das atividades comerciais de Salomão se refere ao comércio de carros de combate e cavalos, os quais ele importava da Ásia Menor e do Egito, respectivamente, não podendo descartar a possibilidade de que realmente Salomão tenha estabelecido um monopólio comercial desses produtos. Soggin cita que o comércio dos carros e cavalos implicava também alguns soberanos menores como os hititas e os reis de Aram, comentado que a “posição da Palestina como nação-ponte entre a Ásia e a África evidentemente favorecia estas operações comerciais.”⁶⁰ Noth escreve que “Salomão realizava um comércio ativo, e seguramente muito proveitoso, com os carros de combate e os cavalos, por mediação dos mercadores reais. Os carros e cavalos procediam do Egito, mas, importavam-se também cavalos da Cilícia, os quais eram vendidos aos reis dos hititas e aos reis de Aram.”⁶¹

Segundo Siqueira, Salomão foi o precursor na exploração das rotas comerciais, servindo-se da posição estratégica ocupada por Israel, na região que posteriormente recebeu o nome de crescente fértil. Para ele, a visita da rainha de Sabá, relacionada com

⁵⁹ BRIGHT, John. *História de Israel*, p. 281.

⁶⁰ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p.122.

⁶¹ NOTH, Martin, *Historia de Israel*, p. 204.

a sabedoria de Salomão, trata-se, na verdade, de uma visita de negócios. “A expressão ‘pedir por algo desejado’ (verso 13) refere-se à troca de bens entre dois monarcas. É bom lembrar que durante as negociações entre Salomão e Hirão (1Rs 5, 22-24), o rei fenício usou a mesma expressão.” Ele defende a tese de que “Salomão controlava as rotas comerciais e as regiões em que as caravanas árabes percorriam em direção às terras do Crescente Fértil”, assim os árabes dependiam do intermédio de Salomão para “assegurar o transporte regular de seus produtos.” Afirma ainda que:

“As expressões *'ansei hatarim*, homens de comércio, *mishar haroklim*, o tráfico dos comerciantes (1Rs 10,15) e *soharei hammelek*, os comerciantes do rei (1Rs 10,28). Embora a história dos patriarcas fale de suas atividades comerciais (conferir Gn 34, 10.21; 42,34), as evidências de uma atividade comercial mais formalizada está na narrativa do governo de Salomão. Os termos *tarim* e *roklim* e a expressão *soharei hammlek* levam a crer que o rei participava diretamente do comércio numa escala internacional.”⁶²

As reconstruções e fortificações de importantes cidades como Hazor, Megido e Gezer, executadas por Salomão, foi devido à posição estratégica dessas cidades, situadas ao longo da rota comercial. Essas três cidades estavam “situadas nos pontos mais estratégicos da Via Maris: Gezer, ao pé da Sefela, guardando a passagem para a montanha de Judá; Meguido, como chave do acesso para a grande planície de Jezrael; e Hazor, última praça forte antes de abandonar o território da Palestina a caminho de Damasco”, conforme EcheGARAY.⁶³ Segundo Siqueira, “a grande razão das nações preferirem a Palestina e a Síria como ponte de ligação e passagem, para o Egito e Mesopotâmia, é justificada pela denominação “Crescente Fértil”. A Palestina forma a parte central da “lua crescente” deste solo produtivo. À sua margem leste, fica o estéril deserto e, à oeste está o Mar Mediterrâneo.” Assim, a limitação marítima e a impossibilidade de viajar pelo deserto, restou aos Egípcios e aos povos da Mesopotâmia a passagem via Palestina. “Na verdade, este pequeno território constituiu-se, por alguns milênios, na passagem mais viável e econômica entre as maiores potências comerciais

⁶² SIQUEIRA, Tércio Machado, *O povo da terra no período monárquico*, Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UESP - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 98.

⁶³ ECHEGARAY, Joaquín González, *O crescente fértil e a Bíblia*, Petrópolis, Vozes, 1993, p.128.

da região”.⁶⁴ Salomão transformou essas rotas comerciais em uma importante fonte de receitas para o Estado, cobrando impostos sobre as mercadorias em circulação.⁶⁵

Para Donner, os ganhos obtidos através de tais empreendimentos dificilmente beneficiavam o povo. Os lucros alcançados faziam parte do tesouro real e eram empregados na manutenção da corte e nas obras de construções. Na época de Salomão não se pode “falar da existência daquela proximidade e familiaridade que Davi tinha com os homens de Judá e Israel”. Toda riqueza se concentrava na corte de Jerusalém e os grandes beneficiários eram aqueles que estavam ao redor do rei.⁶⁶

Quanto à sabedoria de Salomão, Donner prefere ser bem cauteloso, pois historicamente, nada é muito confiável no que se refere a esse assunto. Ele entende como lenda a visita da rainha de Sabá (1Rs 10,1-3) e o julgamento salomônico (1Rs 3, 16-28). Considera 1Rs 5, 9-14 como um texto não deuteronomista, mas admite a dificuldade em datar o texto. Discorda de Von Rad quanto à expressão “iluminismo salomônico”, afirmando que “o conceito ‘iluminismo’ tem seu lugar na história do pensamento do Ocidente, denominando aí a emancipação do espírito ocidental de suas origens”. Fica evidente que “na época de Salomão razão e emancipação significavam algo diferente do que na Europa do século XVIII”.⁶⁷ Soggin também critica tal expressão, argumentando que apesar das escolas de escribas, abertas para a formação dos futuros funcionários, nada indica que esses eram possuíam o título de sábios. Pode-se considerar que a época de Salomão foi um período de abertura e que houve um desenvolvimento do conhecimento, favorecido pelos contatos internacionais e pela riqueza em circulação no país. Com relação às tradições atribuídas a Salomão, ainda é preciso ter certa prudência devido ao silêncio das fontes.⁶⁸ Segundo Noth, “o que o capítulo 5 diz referindo-se a Salomão, sem dúvida poderia ser aplicado perfeitamente a toda a sua época, e é possível que a tradição tardia procurasse centrar na pessoa do rei o que podia aplicar-se a todo o Israel na época

⁶⁴ SIQUEIRA, Tércio Machado, *O povo da terra no período monárquico*, p. 127-128.

⁶⁵ Tércio Siqueira fez um importante estudo a respeito do comércio internacional, analisando detalhadamente as principais rotas comerciais, destacando a duas mais importantes: “o Caminho do Mar (Via Maris)” e o “Caminho Real”, conferir SIQUEIRA, Tércio Machado, *O povo da terra no período monárquico*, p. 127-138.

⁶⁶ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 254.

⁶⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 257.

⁶⁸ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 122-123.

de Salomão, em cuja corte e entre os funcionários reais ia se formando uma classe mais culta.” Para ele os altos funcionários deveriam estar aptos não somente para exercer os trabalhos da administração interna, como também desempenhar outras funções junto às outras nações como exigia as relações internacionais. Com o tempo, a cultura acaba atraindo outras camadas da população despertando novos anseios intelectuais.⁶⁹

Para Herrmann, se quisermos saber até que ponto Jerusalém tomou um rumo próprio e o rei submergiu na atmosfera internacional daquela época, basta prestar atenção a certas notícias que nos dão a entender sua participação na vida cultural de maneira geral, a qual não estava vinculada apenas ao âmbito religioso. O conceito de sabedoria abre-se a um campo mais amplo de atividades intelectuais e grandes iniciativas dentro da corte consolidada, que não estão somente relacionadas à pessoa do rei. Afirma que em “Jerusalém se dedicaram à confecção de listas ou catálogos enciclopédicos, que abarcavam o mundo e seus objetos”, como as listas conhecidas tanto na Mesopotâmia, como no Egito. Um exemplo egípcio da “ciência enciclopédico-catalogal” é o onomástico de Amenope, que data de 1100 a.C. Daí o texto 1Rs 5,13, “falou das plantas, desde o cedro que cresce no Líbano até o hissopo que sobe pelas paredes: falou também dos quadrúpedes, das aves, dos répteis e dos peixes.” Assim, sua sabedoria é comparada com a sabedoria de outros povos, inclusive dos egípcios (1Rs 5,10). É bem provável que Salomão tenha ordenado aos escribas coletarem sentenças de sabedoria prática, de princípios ético-morais, procurando registrá-las por escrito, dessa forma, 1Rs 5,12 menciona os provérbios e os cânticos de Salomão.⁷⁰

Segundo Bright, é difícil afirmar a respeito da fama internacional de Salomão como autor de provérbios, levando-se em conta que não temos conhecimento das sábias palavras atribuídas a ele, mas considera que a tradição, “da qual o livro dos Provérbios é a essência”, teve início nessa época. Ele escreve:

“Apesar de “Os Provérbios” serem um livro pós-exílico, não há nenhuma razão para considerar a sabedoria hebraica como um desenvolvimento pós-exílico, e menos ainda para supor que representa uma aquisição tardia de supostas fontes edomitas ou norte-arábicas. Uma literatura gnômica existira já no segundo

⁶⁹ NOTH, Martin, *Historia de Israel*, p. 206.

⁷⁰ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, p. 239-240.

milênio, e muito antes em todo o mundo antigo, particularmente no Egito, mas também em Canaã (como os provérbios nas Cartas de Amarna, os textos de Ras Shamra, etc., como o indicam os canaanismos do “Livro dos Provérbios). Sabe-se que parte de “Os Provérbios” (cf. cc. 22 a 24) baseia-se nas Máximas Egípcias de Amenemope (que datam do final do segundo milênio). Não há razão para se duvidar que a sabedoria tenha florescido em Israel no século décimo, provavelmente através da mediação canaanita, e cultivada na corte de Salomão.”

Para Pixley:

“os primeiros documentos israelitas que se podem reconstruir provêm desta primeira época monárquica. Tudo o que há de mais antigo são poesias incrustadas em obras posteriores (os oráculos de Balaão, o cântico de Débora, etc). Durante esta época surgem os primeiros produtos da literatura de Israel, provavelmente sob o influxo da corte de Salomão, recordado posteriormente como sábio devido ao ambiente intelectual de sua corte. As obras literárias desta época estão inseridas em obras maiores de uma época posterior.”⁷¹

Segundo Donner, a “fama universal” de Salomão se deve à construção do templo em Jerusalém, iniciada no 4º ano e concluída no 11º ano de seu reinado. Apesar disso, era uma construção de “dimensões modestas: a nave longa possuía 30x10x15m, o átrio 10x15m”. Foi construído de pedras talhadas e madeira do Líbano, seguindo o estilo arquitetônico siro-fenício que possuía nave longa com átrio (*'ulam*), nave longa (*hekal*) e Santo dos Santos (*debir*). O palácio de Salomão, construído na mesma época também se localizava no espaço sagrado, fora da área residencial de Jerusalém no atual “*Ham esh-Sherif*”.⁷² Donner limita-se a essas informações a respeito da construção do templo, admitindo que ainda existam muitas informações que precisam ser esclarecidas, considerando que o texto 1Rs 6, 1-9.9 que descreve com detalhes a construção do templo é deuteronomista. Mas, afirma que o templo estava “localizado no lugar do domo islâmico sobre a rocha (*Qubbet eç-çahra*); o adito com a arca se erguia sobre a rocha sagrada”.⁷³

⁷¹ PIXLEY, Jorge. *História de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991, p. 35.

⁷² DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 257.

⁷³ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 257.

Noth também considera que o deuteronomista demonstra um interesse especial por esse edifício relatando inúmeros detalhes referentes à construção do templo e o inventário de seu conteúdo (1Rs 6,1-38; 7,13-51). A respeito da rocha, Noth escreve que “esta rocha era sem dúvida um lugar santo que remontava a uma época muito anterior, o antigo santuário dos altos de Jerusalém pré-israelita”.⁷⁴ Para Soggin, as informações de que Salomão contratou artesãos fenícios para a construção do templo podem ser consideradas como historicamente verdadeiras. Ele afirma que a razão pela qual Salomão trouxe mão-de-obra de Tiro foi sua pretensão de “construir um santuário do tipo cananeu, que também fosse reconhecido como tal por populações não israelitas do império. Para reconstruir o templo deveríamos investigar as construções sagradas siro-palestinas.” Segundo Soggin, de acordo com o texto 1Rs 8, 1-66, pode-se deduzir que Salomão exerceu funções sacerdotais. Os reis fenícios também eram sacerdotes no âmbito do culto estatal, tais constatações demonstram as “intensas relações existentes entre Israel e os fenícios naquela época.”⁷⁵ Segundo Herrmann, o “*debir* no templo salomônico se converteu no Santo dos Santos, local onde estava colocada a arca. Nas religiões politeístas, ali era o lugar onde se colocavam as imagens dos deuses”, assim ele conclui que o templo de Salomão seguiu o estilo sírio e que não foi construído em torno da arca.⁷⁶

Tanto fisicamente quanto teologicamente, o templo e o palácio estavam muito próximos. “O rei morava desde aqueles dias, ao lado de Iahweh, separado dele por uma única parede” escreve Gunneweg.⁷⁷ Para Herrmann, “a construção do templo foi assunto do rei, ele decidiu sobre seu projeto e realização; a coordenação entre palácio e templo vem confirmar a impressão de que se tratava de um santuário estatal, inclusive os sacerdotes eram funcionários reais.”⁷⁸ O templo funcionava como um “santuário real” e pertencia à dinastia davídica. Pixley afirma que “a teologia davídica foi elaborada pelos sacerdotes do rei na cidade de Jerusalém.”⁷⁹ Para Donner, “inicialmente o templo era um corpo estranho em Israel, e essa característica ele tinha em comum com

⁷⁴ NOTH, Martin, *Historia de Israel*, p. 196.

⁷⁵ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 117-118.

⁷⁶ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, p. 235.

⁷⁷ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*. São Paulo: Editora Teológica, Edições Loyola, 2005, p. 155.

⁷⁸ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, p. 235.

⁷⁹ PIXLEY, Jorge. *História de Israel a partir dos pobres*, p. 31.

a cidade de Jerusalém, cuja posição peculiar do ponto de vista do direito de Estado não se alterou também sob Salomão”.⁸⁰ A população rural continuou com suas tradições nos santuários do interior, mesmo porque o povo não tinha acesso ao Santo dos Santos e a Arca da Aliança só podia ser vista por ocasião das procissões. Essa situação favoreceu o aparecimento de um “terceiro complexo de tradições”. Javé passou a ser o protetor da cidade de Jerusalém e da dinastia davídica. A religião de Javé, o interesse pelo templo e o encanto da cidade de Jerusalém cresceram ao passar do tempo. “A reforma cültica do rei Josias, em 622 a.C., como que representou a coroação de um desenvolvimento preparado há muito”, escreve Donner.⁸¹

Com relação à corveia durante a monarquia, Donner defende a ideia de que ela já existia nos tempos de Davi, inclusive o ministro dos trabalhos forçados da administração davídica, continuou sob o governo de Salomão. Mas foi durante a administração de Salomão que a corveia atingiu grandes proporções, foi amplamente usada durante o seu reinado, tanto nas dependências do templo e do palácio, como nas obras de construções e no preparo e transporte de materiais empregados em seus empreendimentos. Não se sabe como os grupos eram selecionados e qual era a duração de suas tarefas, escreve Noth.⁸² A corveia também era uma forma de tributação.

Existem dois relatos a respeito de trabalhos forçados ou corvéia durante o reinado de Salomão 1Rs 5, 27-32 e 1Rs 9, 15-23. “O rei Salomão recrutou em todo o Israel mão-de-obra para a corvéia; conseguiu reunir trinta mil operários” (1Rs 5,27); “Eis o que se refere à corvéia que o rei Salomão organizou para construir o Templo de Iahweh, seu palácio, o Melo e o muro de Jerusalém, bem como Hasor, Megido, Gazer (1Rs 9, 15); “toda a população que restava dos amorreus, heteus, ferezeus, heveus e jebuseus, que não pertencia aos filhos de Israel. E todos os descendentes desses povos que ficaram após eles na terra sem serem votados ao anátema pelos filhos de Israel, Salomão os empregou como mão-de-obra na corveia, o que são ainda hoje. Mas não impôs a corveia aos filhos de Israel, que serviam antes como soldados; eram seus guardas, seus oficiais e seus escudeiros, bem como comandantes de seus carros e de sua cavalaria”. (1Rs 9, 20-22).

⁸⁰ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 258.

⁸¹ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 258.

⁸² NOTH, Martin, *Historia de Israel*, p. 196.

Possivelmente, 1Rs 5,27 corresponda à verdade. Salomão teria recrutou tanto os cananeus e outros povos que viviam no território de Israel quanto os israelitas para a corveia em suas construções. Para Donner, “ele dificilmente terá cometido o erro que 1Rs 9, 20-22 lhe atribui, qual seja, o de ter requerido só cananeus e nenhum israelita para o trabalho forçado”.⁸³ Se forem analisadas as queixas trazidas pelas tribos do norte em 1Rs 12,4: “Teu pai tornou pesado o nosso jugo; agora, alivia a dura servidão de teu pai e o jugo pesado que ele nos impôs e nós te serviremos.” Não há dúvidas de que “a dura servidão” de que fala o texto se refere aos trabalhos forçados nas obras públicas, visto que após o rompimento com as tribos do norte, Roboão envia Adoram, o chefe da corveia para fazer com que os trabalhadores voltassem ao trabalho. O texto mostra o descontentamento da população, sem mencionar a nacionalidade dos revoltosos. E a revolta da população foi tão grande que acabaram apedrejando e matando o chefe da corveia. Até mesmo o rei Roboão teve de fugir para Jerusalém (1Rs 12,18-19). Gunneweg afirma que 1Rs 9, 20-22 é uma:

“citação deuteronomista e pressupõe o teologúmeno deuteronomista de que Israel teria subjugado, mais tarde, todos os cananeus. Por isso, devemos supor que, na realidade, israelitas e cananeus fossem tratados igualmente como súditos do rei, como também se podem encontrar na lista dos distritos lado a lado, sem diferenciação, territórios tribais israelitas e distritos cananeus.”⁸⁴

Herrmann vai mais além, ele afirma que é existem fortes indícios “para pensar que “todo Israel” do qual se fala em 1Rs 5, se refere realmente ao estado do norte, excluindo Judá.” Ele argumenta que desde a revolta de Seba, durante o reinado de Davi, o norte estava também submetido militarmente e que a divisão do norte em doze distritos durante o reinado de Salomão, para a arrecadação e distribuição de tributos, está diretamente ligada à convocação dos trabalhos forçados da população do norte.”⁸⁵

Como foi escrito anteriormente, Salomão sofreu duras penas por concentrar todas as suas forças na política interna, descuidando-se dos possíveis inimigos externos.

⁸³ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 259.

⁸⁴ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*, p. 158.

⁸⁵ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, p. 232-233.

O resultado foi a perda de parte do território herdado de Davi. Um antigo inimigo de seu pai, um príncipe edomita chamado Hadad, que a tempos morava no Egito, inicia durante o reinado de Salomão a retomada do território edomita (1Rs 11, 14-22). Segundo Donner, não é possível saber se Hadad tomou parte do Estado edomita, talvez as montanhas de Seir ou se o seu retorno se deu após a morte de Salomão. Gunneweg compartilha da mesma opinião escrevendo que “Salomão não tomou medidas contra esse primeiro sinal de desintegração da periferia de seu império. Enquanto um Edom independente podia ameaçar o acesso tão cobiçado ao Mar Vermelho, o desenvolvimento que começou na Síria durante a época de Salomão foi, a longo prazo, ainda mais perigoso.”⁸⁶

Ao contrário de Donner, Noth afirma que esse episódio ocorreu no início do reinado de Salomão. Com a morte de Davi e de seu general Joab, Hadad o príncipe edomita, que nos tempos de Davi havia se refugiado no Egito voltou tornando-se o novo rei de Edom. Isto não quer dizer que Hadad governasse sobre a totalidade do território de Edom, ao que parece o príncipe só tinha autoridade sobre algumas regiões de difícil acesso, pois Salomão “conservava livre passagem ao golfo de *el-‘Aqabah* e *Wadi El-‘Arabah*, também tinha acesso ao porto de *‘Esyon Géber* (1Rs 9,26), que havia construído e seguia utilizando.”⁸⁷

Conforme 1Rs 11, 23-25, Salomão “perdeu a totalidade da parte arameia de seu reino”, para Rezom, um homem da corte de Hadadezer, de Arã-Zobá, antigo inimigo de Davi. Após a conquista, Rezom fundou um estado independente, tendo como centro a cidade de Damasco, dificultando cada vez mais as relações entre Israel e os estados arameus da Síria Central. Ainda mais graves foram as conseqüências posteriores à morte de Salomão, os arameus se tornaram os maiores inimigos do Reino do Norte, Israel, “até o surgimento dos assírios, uma das potências mais fortes de todo corredor siro-palestinense.”⁸⁸

⁸⁶ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*, p. 155.

⁸⁷ NOTH, Martin. *Historia de Israel*, p.194.

⁸⁸ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 260.

Gunneweg escreve que após a conquista de Rezon “a província criada por Davi voltou a ser, pelo menos em parte, um Estado autônomo; em Damasco residia um rei arameu”⁸⁹ Para Noth o fato de Salomão não ter perdido a totalidade do território não significa grandes vantagens, ao contrário, trouxe sérias consequências para ele:

“a cidade mais importante, residência dos governadores davidicos, havia caído em mãos estrangeiras; essa conquista deu origem ao reino arameu de Damasco, que rapidamente aumentou seu poderio convertendo-se na nação mais poderosa da Síria- Palestina. Para Salomão a perda de Damasco significou o fim da influência que Davi havia exercido sobre os arameus que habitavam o interior da Síria”⁹⁰

Para Gunneweg, “a criação de uma força de carros de guerra de acordo com o antigo modelo cananeu deve ser entendida como uma medida defensiva (1Rs 5, 6-8).”⁹¹ Tanto Noth quanto Donner acreditam na política defensiva de Salomão e seu descuido quanto à política externa no que diz respeito aos possíveis inimigos, cujo resultado é sempre o retrocesso, no caso de Salomão significou o início da decadência do império de Davi.

A planície de Aco entregue formalmente a Hirão (1Rs 9, 11-14) não só corrobora com a hipótese acima, como também com a teoria de que os acordos entre Israel e Tiro tornou-se com o tempo uma relação de dependência, visto que além dos materiais, Salomão também precisava dos conhecimentos fenícios tanto para suas atividades comerciais, quanto para suas obras de construções.

Essas situações externas parecem não ter preocupado Salomão, que realmente estava concentrado em desenvolver e organizar o sistema monárquico em Israel. Donner classifica em quatro itens as diversas medidas tomadas por Salomão para consolidar o sistema político iniciado por Davi.

⁸⁹ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*, p. 155.

⁹⁰ NOTH, Martin. *Historia de Israel*, p.194-195.

⁹¹ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*, p. 155.

1.3.1. O programa de construção de fortalezas

Para a realização desse projeto Salomão aproveitou as fortificações já existentes nas antigas cidades cananeias, as quais Davi havia incorporado aos territórios de Israel e Judá, ampliando-as e reforçando-as. Tal medida demonstra que Salomão tinha consciência de seus inimigos externos. Mas que optou por uma política de defesa e não de ataque. Segundo Donner, ele construiu as seguintes fortalezas:

“Hazor (*Tell Waqqaç*), para a segurança das estradas no norte e contra os arameus; Meguido (*Tell El-Mutesellim*), para a segurança das estradas de ligação que cruzam a planície do mesmo nome; Gezer (*Tell Djezer*) e Bete-Horom (*Bet 'Ur ET-tahta*), com a finalidade de defesa gradual na estrada da planície litorânea até Jerusalém; sul, Baalate(?) e Tamar (*'Em Haçb*), contra os edomitas e provavelmente contra os nômades do deserto meridional.”⁹²

“Dispostos nestes pontos, o exército de Salomão podia ser rapidamente reunido para defender-se contra invasões, dominar pequenas revoluções internas ou agir contra vassalos rebeldes”, escreve Bright.⁹³

De acordo com Soggin, as localidades de Hazor, Gezer e Megido foram reconstruídas por Salomão, “a raiz hebraica (*bnh*) (1Rs 9,15) possui os significados de edificar, construir, reconstruir.” Salomão aproveitou as estruturas já existentes e adaptou-as aos seus interesses. Ele escreve:

“Em todas essas localidades tem sido encontradas uma construção identificada como a porta da cidade. Se caracteriza por uma forma particular, típica dessa época: em ambos os lados da passagem se encontram nichos quadrangulares, interpretados geralmente como espaços reservados para os postos de guarda. As escavações de Meguido nos indicam que este tipo de porta possui

⁹² DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 261.

⁹³ BRIGHT, John. *História de Israel*, p. 279.

características de uma técnica particular, encontrada em Canaã nos séculos precedentes.”⁹⁴

Segundo Gunneweg, “em algumas cidades, ele mandou construir guarnições e estábulos para cavalos e combatentes de carros.”⁹⁵ Noth escreve que:

“No curso de umas escavações, empreendidas pelos americanos em Meguido, encontrou-se um Dédalo de dependências que se identificavam então como cavaliças e se datavam dos tempos do rei Salomão. A julgar por seus restos, Salomão deve ter construído um grande conjunto de estábulos nos três lados do pátio capaz de alojar centenas de cavalos, na parte noroeste de Meguido”.⁹⁶

Para Donner, “os estábulos salomônicos para cavalos de Megido, não são estábulos de cavalos, e provavelmente só são originários da época de Acabe.”⁹⁷ Soggin compartilha dessa opinião, afirmando que tais construções pertencem a um ou dois séculos posteriores a Salomão.⁹⁸

1.3.2. Reorganização do exército

A reorganização do exército complementa o programa de construção de fortalezas descrito acima. Ao exército, formado por tropas populares de Judá e Israel e pelo grupo de mercenários criado por Davi, Salomão incorporou um corpo régio de carros de combate, técnica cultivada há muito tempo pelos cananeus, por essa razão, é muito provável que os membros das classes sociais superiores das cidades cananéias foram designados para preencher os novos cargos. Com o tempo o número de cananeus no exército cresceu consideravelmente, assim o exército popular perdia sua importância,

⁹⁴ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 117-118.

⁹⁵ GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel – Dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até os nossos dias*, p. 156.

⁹⁶ NOTH, Martin. *Historia de Israel*, p. 196.

⁹⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 262.

⁹⁸ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 117-118.

visto que um exército permanente era suficiente para as necessidades de Salomão que visava apenas a defesa do território.

1.3.3. Estruturação técnico-administrativa

A fim de assegurar a chegada dos fornecimentos provenientes do campo, Salomão criou um eficaz sistema de arrecadação. Dividiu o território israelita em doze distritos. Cada distrito tornou-se responsável pelo abastecimento da corte por determinado mês do ano (1Rs 4,7), da qual também faziam parte os funcionários e o exército. Assim foram nomeados governadores para cada um dos distritos, os quais cuidavam para que os fornecimentos se efetuassem no momento certo e fossem depositados nas cidades armazéns, de lá seguiriam para Jerusalém conforme o mês combinado. De Vaux afirma que:

“O objetivo reconhecido desta instituição israelita era garantir a arrecadação das contribuições. Mas a função dos prefeitos era seguramente mais ampla: eles eram os governadores de seus distritos, que representavam as divisões administrativas do reino. Mas temos que recordar que nas monarquias orientais, antigas e modernas, a tarefa essencial dos administradores consistia, juntamente com a manutenção da ordem, na arrecadação dos impostos e dos dízimos.”⁹⁹

Dessa forma, Salomão, habilmente, aperfeiçoa o sistema de arrecadação de tributos, desarticulando completamente o sistema econômico vigente até então. Essa forma de arrecadação resultou numa concentração cada vez maior da riqueza nas mãos da elite. Foi preciso organizar uma burocracia governamental para dar suporte ao novo sistema tributário imposto por Salomão. Com relação à implementação da máquina administrativa há duas listas dos altos funcionários: A primeira lista (1Rs 4,1-6) refere-se a organização da corte, composta por nomes de ministros e altos funcionários de Salomão. A segunda lista (1Rs 4,7-19) traz a relação dos doze prefeitos e seus

⁹⁹ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003, p. 166.

respectivos distritos. Trata-se de um documento antigo, talvez da segunda metade do reinado de Salomão. “Essa lista data da segunda metade do reinado de Salomão, posto que dois dos prefeitos são genros do rei.”¹⁰⁰ afirma De Vaux. Segundo Ham, “na antiguidade são frequentes estas listas de funcionários; por exemplo, nos textos de *Ras Shamra*, Mari, inscrições cuneiformes neobabilônicas e persas, e documentos egípcios”.¹⁰¹ Para Donner, a lista dos doze distritos de Israel (1Rs 4, 7-19) é “um documento de arquivo com alto valor histórico”.¹⁰²

A lista abaixo segue a ordem indicada no texto 1Rs 4,7-19:

Filho de Hur, na montanha de Efraim (1Rs 4,8). Antigo território de Efraim e Manassés. Trata-se do antigo território das tribos de Efraim e parte de Manassés.

Filho de Decar, em Maces, Salebim, Bet-Sames, Aiolon, Bet-Hanã (1Rs 4,9). Situada a oeste de Benjamin e de Judá, na região que originalmente era o país dos danitas, expandido com os territórios conquistados dos cananeus e dos filisteus.

Filho de Hesed, em Arubot, ao qual pertencia Soco e toda a terra de Héfer (1Rs 4,10). Esse distrito estendia-se pela costa do mediterrâneo, na planície de Sarom, desde a filistéia ao sul terminando na divisa com Dor o próximo distrito.

Filho de Abinadab, todo o distrito de Dor. Era casado com Tabaat, filha de Salomão (1Rs 4,11). Situava-se na continuação da planície de Sarom e era limitado a leste pela cordilheira do Carmelo.

Baana, filho de Ailud, em Tanac e Meguido até além de Jecmaam e todo o Betsã abaixo de Jezrael, desde Betsã até Bet Meula, perto de Sartã (1Rs 4,12). Estendia-se de forma irregular por Megido no noroeste, até Betsã a leste e Jecmaam a sudeste. Este era

¹⁰⁰ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 165.

¹⁰¹ HAM, Adolfo, *Historia y poder – Comentario sobre El libro de Reyes*, Quito, Departamento de Comunicaciones Del Consejo Latinoamericano de Iglesias – CLAI, 1999, p.31.

¹⁰² DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 262.

basicamente o lado mais ocidental de Manassés, com excessão das regiões costeiras da tribo.

Filho de Gaber, em Ramot de Galaad, ele tinha a aldeia de Jair, filho de Manassés, que estão em Galaad; possuía também o território de Argob que está em Basã, sessenta grandes cidades, muradas e com ferrolhos de bronze (1Rs 4,13). Localizava-se do outro lado do Jordão. Era uma extensa área da Transjordânia, ocupando quase que totalmente as terras entre os rios Jaboque e o Yarmuk. Pode-se comparar esse distrito com o lado oriental de Manassés.

Ainadab, filho de Ado em Maanaim (1Rs 4,14). Também estava localizado na Transjordânia, entre o mar de Quirinete e o mar Morto, ficando a oeste do reino dos amonitas.

Aquimaás em Neftali, que também se casou com uma filha de Salomão, de nome Basemat (1Rs 4,15). Situava-se no território original da tribo de Neftali.

Baana, filho de Husi, em Aser e nos rochedos (1Rs 4,16). Estava localizado ao ocidente e incluía o território de Aser e parte de Zebulom. Foi desse distrito que Salomão entregou algumas cidades para Hirão (1Rs 9,11), dessa forma toda a costa ao norte do Carmelo tornou-se um território fenício.

Josafá, filho de Farué, em Issacar (1Rs 4,17). Ocupava praticamente o mesmo território da tribo de Issacar, estendendo-se ao oriente pelo vale de Jezrael e ao norte de Betsã.

Semei, filho de Ela, em Benjamin (1Rs 4,18). Antigo território de Benjamin.

Gaber, filho de Uri, na região de Gad, terra de Seon, rei dos amorreus, e de Og, rei de Basã (1Rs 4,19). Abrangia basicamente o mesmo território da tribo de Rúben, localizado na Transjordânia, fronteira com Moabe.

Quanto à posição geográfica dos distritos pode-se perceber que em alguns casos os limites coincidiam mais ou menos com as áreas tribais, mas não parece ter havido

uma preocupação em manter as antigas fronteiras das tribos. Cidades cananéias foram incorporadas ao território. Segundo de Vaux:

“A ordem seguida nela não é sempre geográfica, mas corresponde a um agrupamento lógico: a casa de José (I), à qual são associados os antigos territórios cananeus (II, III, IV, V), depois as conquistas na Transjordânia (VI, VII), as tribos no norte (VIII, IX, X), por fim Benjamin (XI) e Gade, que lhe fica de frente do outro lado do rio (XII).”¹⁰³

Segundo Soggin, o paralelo mais próximo dessa lista de distritos encontra-se no Egito, na época do faraó Sosenq (segundo o relato bíblico Sisaq), contemporâneo de Salomão. Nesse documento egípcio estão relacionadas as localidades e os nomes dos funcionários responsáveis pela administração de cada uma delas, cujo objetivo principal era fornecer provisões durante um mês por ano ao estado. “Também no Egito a lista menciona primeiro o nome da pessoa e depois a localidade territorial sobre a qual ela é responsável. E podemos definir que tal lista no plano jurídico-administrativo possuía funções evidentemente fiscais.”¹⁰⁴

Um problema a respeito dos distritos de Salomão é que Judá não consta da lista. Alguns autores acreditam que Judá estava igualmente dividida em distritos já nos tempos de Davi, conforme uma lista que se encontra em Js 15, 21-62. De Vaux elaborou uma relação mais compacta citando apenas a principal cidade de cada distrito, ele escreve: “assim se obtém uma lista de doze distritos que cobrem todo o reino de Judá. As capitais não são indicadas; entre as cidades citadas escolhemos em cada grupo a que nos parece ter sido a mais importante ou que expressa melhor a posição geográfica do distrito:

No Neguebe:

I. Berseba, Js 15,21-32.

Na planície:

II. Azeca, Js 15, 33-36.

III. Láquis, Js 15, 37-41.

¹⁰³ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 165.

¹⁰⁴ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 126-127.

IV. Maressa, Js 15, 42-44.

Na montanha:

V. Debir, Js 15, 48-51.

VI. Hebrom, Js 15, 52-54.

VII. Maom, Js 15, 55-57.

VIII. Bete-Zur, Js 15, 58, 59^a.

IX. Belém, Js 15, 59b. (grego, falta no hebraico).

X. Quiriate-Jearim, Js 15, 60.

XI. Gibeá, (a ser tirada de Js 18, 25-28)

No deserto.

XII. En-Gedi, Js 15, 61-62.¹⁰⁵

Outros afirmam que Judá está implícita em 1Rs 4,19b: “Além deles, havia um prefeito que permanecia na terra”. Nesse caso “terra” estaria se referindo ao território de Judá que talvez tivesse uma administração especial. Ocorre que tal afirmação foi colocada após a conclusão da lista dos doze distritos, portanto, é evidente que Judá não fazia parte do sistema descrito em 1Rs 4, 7-19. Para Donner, esta é “uma questão que ainda precisa ficar em aberto”.¹⁰⁶ No entanto, levando em consideração a hipótese de que realmente Judá tenha sido excluída do sistema tributário de Salomão, ele conjectura que essa medida teria sido “uma medida equivocada de graves conseqüências na política interna”.¹⁰⁷ Culminando após sua morte com a divisão do reino.

Para Soggin, a argumentação de alguns autores a respeito da lista dos doze distritos de Judá, afirmando que no sul havia uma instituição análoga à do norte com o objetivo da arrecadação de impostos não é convincente. Para ele, “a data desse texto (Js 15,21-61), se situa entre a primeira época monárquica, no que se refere a suas partes mais antigas, e a época de Josias (segunda metade do século VII a.C.) em relação a sua forma final.” Soggin opta por confiar nas informações dos textos bíblicos, conjecturando que apesar de serem pouco claros, os textos afirmam que a divisão em distritos no norte tinha finalidades fiscais, enquanto que a respeito do sul nada é dito neste sentido.¹⁰⁸

¹⁰⁵ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 167.

¹⁰⁶ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 263.

¹⁰⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 263.

¹⁰⁸ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*, p. 117-118.

1.3.4. Integrantes do gabinete na administração de Salomão

Com relação à lista que se encontra em 1Rs 4,2-6 contendo os nomes e funções dos altos funcionários de Salomão, pode-se dizer que trata-se de um documento antigo. Segundo Donner, “também da época do governo de Salomão possuímos uma lista dos integrantes do gabinete (4,2-6). Em comparação com as duas listas davídicas (2Sm 8,16-18; 20, 23-26), ela mostra que, com a ampliação e complicação do sistema, também as lideranças ministeriais se alteraram consideravelmente.”¹⁰⁹

A respeito da burocracia estatal durante o reinado de Davi, há duas listas dos altos funcionários, uma em 2Sm 8,16-18 “Joab, filho de Sárvia, comandava o exército. Josafá, filho de Ailud, era o arauto. Sadoc e Abiatar, filhos de Aquimelec, filho de Aquitob, eram sacerdotes; Saraías era secretário; Banaías, filho de Joiada, comandava os cereteus e os feleteus.” E a outra em 2Sm 20,23-26 “Joab era o comandante supremo do exército; Banaías, filho de Joiada, comandava os cereteus e os feleteus; Adoram controlava a corvéia; Josafá, filho de Ailud, era o arauto; Siva era secretário; Sadoc e Abiatar eram sacerdotes. Além desses, também Ira, o jairita, era sacerdote de Davi.” O modelo adotado foi o das nações vizinhas, principalmente dos reinos das cidades-Estado de Canaã. Além do modelo monárquico, é bem provável que Davi empregou pessoas influentes de Jerusalém em sua administração. Para Donner:

“após a incorporação das cidades-Estado cananéias, outrora independentes, à estrutura dos reinos de Israel e Judá, ele teria tido a possibilidade de assumir e colocar a seus serviços membros da aristocracia Cananéia destituída: homens que tinham atrás de si uma tradição administrativa secular e que certamente tinham capacidade para dar conta das tarefas que Davi lhes quisesse atribuir”.¹¹⁰

O texto 2Sm 8,17-18 traz alguns nomes importantes na administração de Davi, dois deles eram jebuseus, o sacerdote Sadoc e o comandante militar Banaías, os quais

¹⁰⁹ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 263.

¹¹⁰ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 239.

foram incorporados ao quadro administrativo. Provavelmente, Sadoc passou a ser um poderoso e importante aliado de Davi, sendo que nesse acordo entre eles, Davi ficaria com o poder político e Sadoc com o poder religioso. O nome de Sadoc aparece pela primeira vez em 2Sm 8,17 na lista dos altos funcionários da administração de Davi. Sua origem ainda provoca muitas discussões. A confusão surge em primeiro crônicas no qual ele é citado em duas genealogias diferentes. Aparece em 1Cr 24,3 como descendente de Eleazar e 1Cr 5,29-34; 6,35-38 informam sua genealogia completa a partir de Arão e seu filho Eleazar. Mas em 2Sm 8,17 ele é filho de Aquitob, dessa forma ele estaria ligado à família de Eli. Segundo De Vaux:

“essas genealogias de Crônicas são artificiais e é impossível que Zadoque seja um descendente de Eli, pois sua nomeação é apresentada como o cumprimento da maldição pronunciada contra a casa de Eli, 1Rs 2,27, cf. 1Sm 2,27-36; 3,11-14. Há outra marca de desordem no texto de 2Sm 8,17 “Zadoque, filho de Aitube, e Aimeleque, filho de Abiatar, eram sacerdotes”; mas Abiatar era o filho de Aimeleque e não seu pai, 1Sm 22,20. Já a versão siríaca fez essa correção, mas deve-se sem dúvida ir mais longe: Abiatar, em 1Sm 22,20 é chamado de “filho de Aimeleque, filho de Aitube” e pode-se pensar que, em 2Sm 8,17, Aitube tenha sido transferido como pai de Zadoque, acidentalmente ou deliberadamente. O texto primitivo seria então: “Zadoque e Abiatar, filho de Aimeleque, filho de Aitube”. O que deixa Zadoque sem genealogia.”¹¹¹

Uma hipótese muito aceita atualmente assegura que Sadoc seria um sacerdote que servia ao templo de Jebus antes de ser conquistada por Davi. A partir de então o templo jebuseu foi transformado em santuário javista, assim pode-se pensar que Sadoc tenha se convertido à nova religião passando a ser sacerdote da corte de Davi. Seu nome Sadoc (*tsadôq*) é derivado da raiz verbal (*tsdq*) muito comum nos nomes jebuseus, como por exemplo, Melquisedec (Gn 14,18) e Adonisedec (Js 10,1-3). Sua origem permanece na obscuridade, mas uma coisa é certa, Sadoc acabou por suplantando Abiatar, tornando-se o único sacerdote da corte (1Rs 2,26-27) e seus descendentes conseguiram se manter em Jerusalém até o exílio e todos os sumos sacerdotes também eram de sua descendência até a revolta dos macabeus, quando foi deposto o sumo sacerdote

¹¹¹ VAUX, Roland de, *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p.411.

sadoquita Onias III em 174 a.C. (2Mc 4,7), portanto a legitimidade de seu sacerdócio nunca foi contestada.

Banaías, filho de Joiada, originário de Cabseel (2Sm 23,20) aparece pela primeira vez entre os “valentes de Davi” ao lado de Abisai e Asael. Era comandante da guarda real de Davi. Depois da morte do rei, ele assumiu o posto de general do exército.

Se se comparar a lista dos funcionários reais do tempo de Davi com os funcionários de Salomão é possível notar que alguns cargos foram criados e outros passaram a ter maior importância na administração desse monarca.¹¹²

No governo de Davi, o chefe do exército ocupava o primeiro lugar na lista. Ele também exercia a função de conselheiro para os assuntos políticos. É correto afirmar que Joab desempenhou um papel de grande importância junto a Davi. Assim pode-se constatar que o centro da administração estava voltado para as conquistas e à formação do império davídico.¹¹³

¹¹² A partir das afirmações de Donner é possível perceber a evolução do sistema administrativo em Israel comparando-se as etapas em que esteve sob o governo de Saul, Davi e Salomão. Sob Saul tratava-se de um reinado militar. Não há indícios que ele tivesse de administrar a justiça, promulgar leis ou garantir, ou até rever os limites territoriais das tribos reunidas em seu Estado. Relacionado com isso, está o fato de que a monarquia de Saul não necessitava de um aparelho de Estado; sua base era formada pelo contingente recrutado do exército popular das tribos. Quanto a Davi, após o banimento de perigos agudos ou crônicos na política externa, o rei viu-se diante da necessidade da organização de um aparelho de Estado. Dada a amplitude territorial do reino, o controle dos múltiplos assuntos militares e civis não podia a longo prazo, ser exercido só pelo rei. A construção de um aparelho administrativo desses, que tinha seu ponto de partida no rei e estava centrado em sua pessoa, naturalmente tinha como consequência uma sensível perda de poder por parte das tribos israelitas e de seus representantes. Surgiu, assim, um funcionalismo com áreas de competência na administração militar, civil e político-cultural. Desde então tudo que era decisivo era deliberado em Jerusalém. Tais informações encontram-se em DONNER, Herbert, *História de Israel*, p. 209 e 236.

¹¹³ “O império de Davi abrangia, após sua conclusão, praticamente todos os territórios que, na metade do 2º milênio a.C., haviam pertencido à zona de interesse egípcios. Estendia-se da margem meridional da terra cultivada palestinese até a Síria Central. Esse reino não era assim tão grande em sua extensão; a distância de Berseba até Hamate perfaz apenas aproximadamente 500 km – ou seja, sem comparação com o território de impérios orientais anteriores ou posteriores. Em todo caso, porém, trata-se do primeiro império em solo palestinese e em parte da Síria de que se tem conhecimento. Seu surgimento foi, por um lado, favorecido pela circunstância de que passageiramente, por volta da virada do 2º para o 1º milênio a. C., o corredor siro-palestinese não estava sob o domínio de grandes potências estrangeiras. O vácuo político daí decorrente no corredor foi preenchido por Davi a seu modo.” afirma DONNER, Herbert, *História de Israel*, p. 263.

Na época de Salomão, os sacerdotes aparecem em primeiro lugar na lista juntamente com os secretários. Outros cargos foram criados, como o chefe do palácio, chefe das corvéias e o amigo do rei; bem como os prefeitos dos doze distritos cujo chefe era Azarias, filho de Natã.

A seguir, a relação dos altos cargos no reinado de Salomão: “O rei Salomão reinava sobre todo o Israel, e estes eram os seus principais chefes: Azarias, filho de Sadoc, sacerdote. Eliaf e Aías, filhos de Sisa, secretários. Josafá, filho de Ailud, arauto. Banaías, filho de Joiada, chefe do exército. Sadoc e Abiatar, sacerdotes. Azarias, filho de Natã, chefe dos prefeitos. Zabud, filho de Natã, amigo do rei. Aisar, prefeito do palácio. Eliab, filho de Joab, chefe do exército. Adoram, filho de Abda, chefe da corvéia (1Rs 4,1-6). Esse texto apresenta um problema no que se refere ao nome de Abiatar colocado como sacerdote contradizendo o texto 1Rs 2,26-27 que narra a condenação ao exílio do sacerdote Abiatar decretada por Salomão. Segundo nota na Bíblia de Jerusalém “glosa cuja segunda parte contradiz o v. 2 e 2,26s”¹¹⁴ Para Donner, “ela mostra que, com a ampliação e complicação do sistema, também as lideranças ministeriais se alteraram consideravelmente”.¹¹⁵ Ele divide em duas partes o quadro dos altos cargos da administração salomônica, coloca em primeiro lugar os que já haviam sido instituídos na época de Davi e que permaneciam sob Salomão e os novos cargos que foram acrescentados durante o governo de Salomão. Abaixo estão relacionados os cargos nessa ordem.

1.3.5. Cargos que já haviam sido instituídos sob Davi

“Azarias, filho de Sadoc, sacerdote” (1Rs 4,2). A função dos sacerdotes está diretamente ligada aos santuários. No período patriarcal não havia sacerdotes. Eram os patriarcas que realizavam o sacrifício, principal elemento do rito sagrado: “Israel partiu com tudo o que possuía. Chegando a Bersabeia, ofereceu sacrifícios ao Deus de seu pai

¹¹⁴ *Bíblia de Jerusalém* (A). revista, São Paulo, Sociedade Bíblica Católica Internacional, Paulus, 9 ed., 2000, p.512.

¹¹⁵ DONNER, Herbert, *História de Israel*, p. 263.

Isaac” (Gn 46,1). O sacerdócio propriamente dito se desenvolveu de forma gradativa no decorrer da História de Israel, resultado da organização social do povo. A principal função do sacerdote era o cuidado e o exercício das atividades realizadas no santuário pelo qual era responsável. Havia também os que serviam no tabernáculo onde se encontrava a Arca.

O advento da monarquia e principalmente a presença da Arca em Jerusalém garantiu aos sacerdotes da capital projeção e prestígio. Segundo de Vaux:

“O sacerdócio em Israel não é uma vocação, é uma função. Os textos nunca falam de um chamado ou de uma escolha divina a respeito do sacerdote, como fazem para o rei e o profeta. Nos documentos antigos, a nomeação de sacerdotes se faz sem intervenção divina: Mica escolhe um de seus filhos, Jz 17,5, depois um levita, Jz 17,10, para seu culto doméstico; o povo de Quiriat-Jearim escolhe Eleazar para guardar a Arca, em 1Sm 7,1; os reis escolhem ou destituem os oficiantes de seus santuários oficiais, 1Rs 2,27; 12,31”.¹¹⁶

Através das listas de funcionários, tanto as de Davi quanto a de Salomão pode-se concluir que já havia uma hierarquia sacerdotal. A razão pela qual a função de sacerdote fazer parte da lista dos altos funcionários do rei se deve ao fato de que o templo de Jerusalém é um santuário estatal e o sacerdote responsável deve obediência direta ao soberano. Na lista encontram-se os nomes de Sadoc e Abiatar como sacerdotes (1Rs 4,4b). Quanto a Abiatar sabe-se que havia sido exilado por Salomão. É provável que Sadoc também não exercesse mais o sacerdócio na época em que essa lista foi escrita. De Vaux afirma que após expulsão de Abiatar, “Sadoc fica sozinho em posse do sacerdócio, 1Rs 2,35. Ele deve ter morrido pouco depois, pois não é mais mencionado na história de Salomão e, a lista dos altos oficiais que data de meados do reinado, é seu filho Azarias que tem o título de sacerdote, 1Rs 4,2 (a menção de Sadoc e de Abiatar nesta lista no v. 4 é um acréscimo evidente)”.¹¹⁷ Donner também compartilha da mesma opinião “o âmbito do culto é, portanto, administrado sozinho por um representante dos sacerdotes jerosolimitas. O velho Sadoc já era falecido ou estava aposentado. Salomão não via mais

¹¹⁶ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 385.

¹¹⁷ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 411.

motivo para levar em consideração correntes e interesses diversificados existentes entre os sacerdotes de Javé.”¹¹⁸

“Eliaf e Aías, filhos de Sisa secretários” (1Rs 4,3). Segundo De Vaux: “os nomes de Sisa ou Sausa (1Cr 18.16) e de seu filho Eliorefe, ou Eliafe, podem ser egípcios ou hurritas. De fato é normal que o jovem reino israelita tenha recrutado parte de seus funcionários nos países vizinhos que possuíam uma tradição administrativa.”¹¹⁹ Esses funcionários eram ao mesmo tempo secretários particulares do rei e secretários de Estado. Os secretários eram responsáveis pela redação das correspondências internas e externas, verificação e anotação das contribuições recebidas: “quando viam que havia muito dinheiro no cofre, vinha o secretário real, fundia-se e contava-se o dinheiro que se achava no templo de Iahweh” (2Rs 12.11), além de desempenhar um importante papel nos negócios públicos. Para Donner a escolha de dois secretários significa que “as tarefas da administração civil haviam crescido sob Salomão. A guerra da papelaria aumentara”.¹²⁰

Através de alguns textos pode-se notar a importância desse cargo: em 2Rs 22, 8-10 é o secretário que leva o livro da Lei encontrado no templo para o rei, também presta conta do dinheiro que estava no templo e o pagamento que efetuou aos responsáveis pela restauração do templo: “O secretário Safã veio ter com o rei e informou-lhe: “Teus servos fundiram o dinheiro que se achava no templo e entregaram-no aos empreiteiros encarregados do templo de Iahweh.” Depois o secretário Safã anunciou ao rei: “O sacerdote Helcias, deu-me um livro”, e Safã leu-o diante do rei.” O texto Jr 36,11-20 informa de uma importante reunião da qual participaram muitos dignitários, acontecida na sala do secretário Elisama. O texto cita a “sala do escriba”, provavelmente trata-se de seu local de trabalho, portanto a chancelaria do Estado: “ali todos os príncipes estavam reunidos: Elisama, o escriba; Dalaías, filho de Semeías; Elnatã, filho de Acobor; Gamarias, filho de Safã; Sedecias, filho de Hananias, e todos os outros príncipes” (Jr 36, 12); “Depois foram ao rei, no pátio do palácio, deixando o rolo guardado na sala do escriba Elisama.” (Jr 36, 20).

¹¹⁸ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p.263.

¹¹⁹ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 159.

¹²⁰ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p.264.

No Egito, o cargo de secretário ou escriba real era um dos mais importantes na administração estatal, na maioria das vezes trabalhava em conjunto com o prefeito ou administrador do palácio, participando efetivamente de todos os negócios do Estado.

“Josafá, filho de Ailud, arauto” (1Rs 4,3b). Era responsável por informar ao rei os negócios do dia e os assuntos relacionados ao povo, bem como a incumbência de transmitir ao povo as ordens do rei, também era encarregado das audiências e das cerimônias do palácio. Suas funções eram tão importantes que ele acompanhava o rei por toda a parte. Esse cargo subsistiu até o final da monarquia.

“Banaías, filho de Joiada, chefe do exército” (1Rs 4, 4). Esse cargo refere-se ao comandante supremo do exército. Foi a partir da monarquia que se instituiu um exército profissional em Israel. Saul recrutou mercenários: “Enquanto viveu Saul, houve encarniçada guerra contra os filisteus. Todos os bravos e valentes que Saul conhecia, ele os requisitava para si” (1Sm 14,52), essa prática representa o início do exército profissional, bem diferente do recrutamento em massa do povo durante o regime tribal. Sob Saul Abner era comandante do exército: “Quando Saul viu Davi partir ao encontro do filisteu, perguntou a Abner, o chefe do exército: ‘Abner, de quem aquele jovem é filho?’ Abner respondeu: ‘Tão certo como estares vivo, ó rei, eu o ignoro’” (1Sm 17,55).

Durante o reinado de Davi a guarda real aparece em paralelo ao exército popular. Ela é comandada por Banaías, que também consta como chefe dos Ceretus e Feleteus. Joab aparece como comandante do exército: “Joab, filho de Sárvia, comandava o exército. Josafá, filho de Ailud, era o arauto. Sadoc e Abiatar, filhos de Aquimelec, filho de Aquitob, eram sacerdotes; Saraías era secretário; Banaías, filho de Joiada, comandava os cereteus e os feleteus. Os filhos de Davi eram sacerdotes” (2Sm 8,16-18); “No retorno do ano, na época em que os reis costumam fazer a guerra, Davi enviou Joab, e com ele a sua guarda e todo o Israel, e eles massacraram os amonitas e sitiaram Rabá. Mas Davi ficou em Jerusalém” (2Sm 11,1). Sob Salomão o exército passa a ter um único comandante. Depois da sentença de morte de Joab, decretada por Salomão, Banaías assume o seu lugar: “Banaías, filho de Joiada, partiu, feriu Joab e o matou, enterrando-o depois em sua casa, no deserto. Em seu lugar, na chefia do

exército, o rei colocou Banaías, filho de Joiada, em seu lugar; e em lugar de Abiatar colocou Sadoc” (1Rs 2,34-35). Na lista dos altos funcionários de Salomão, Banaías aparece como o único comandante do exército. Pode-se concluir que sob o reinado de Salomão não havia mais a separação das forças armadas e conseqüentemente o cargo de comandante da guarda real, antes ocupado por Banaías, desapareceu. Segundo Donner, “Salomão desistiu do tratamento separado das forças armadas.”¹²¹

“Adoram, filho de Abda - chefe da corveia” (1Rs 4,6b). Em todo o Antigo Oriente Médio encontra-se a instituição da corveia. Em Israel, ela aparece após a implantação do regime monárquico e conheceu o seu apogeu durante o reinado de Salomão.

No Egito, o ministério das obras públicas era o responsável por todos os projetos do governo, que incluíam as construções dos edifícios públicos, construções de estradas, aberturas de canais e outras atividades relacionadas à arquitetura. Tinha como preposto o arquiteto real, a quem estavam subordinados vários arquitetos, inclusive o arquiteto do palácio real, como o próprio nome diz, ocupava-se exclusivamente com o palácio real.

Uma das principais atividades desse ministério era a exploração das pedreiras e o emprego da mão-de-obra.

Em Israel, apesar do nome de Adoram aparecer como chefe da corveia, é provável que sua função fosse equivalente ao arquiteto real do Egito. Há informações que Salomão investiu em grandes empreendimentos arquitetônicos, portanto deveria haver muitas frentes de trabalho durante seu reinado. Além do templo, sua construção mais famosa, o rei fez também a Casa do Bosque do Líbano cuja área era maior que a área do templo, com dois anexos, o vestíbulo das colunas e a sala do trono, os quais tinham acesso à residência particular de Salomão. Semelhante a essas construções edificou uma casa para a filha do faraó, uma de suas esposas. Também construiu as muralhas de Jerusalém, restaurou e fortificou várias cidades transformando-as em

¹²¹ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p.263.

idades-armazéns ou construindo cavaliças e guarnições para as tropas. Construiu uma cidade portuária e uma frota de navios mercantes.

Para empreender tantas construções Salomão necessitava também de uma enorme quantidade de materiais para suas edificações. As pedras eram retiradas nos canteiros das montanhas, onde depois de removidas eram talhadas e emparelhadas, antes de serem transportadas para o local das obras: “O templo foi construído com pedras já talhadas; de modo que não se ouviu barulho de martelo, de cinzel, nem de qualquer outro instrumento de ferro no templo, durante sua construção” (1Rs 6,7). A madeira era importada. O grande centro de abastecimento do Antigo Oriente Médio eram os bosques do Líbano, na fronteira setentrional da Palestina. Os sidônios eram especialistas no corte e preparo da madeira, mas Salomão deve ter enviado trabalhadores para auxiliar nessa empreitada.

A extração, preparação e transporte dos materiais, e a execução das obras, exigia um grande contingente de trabalhadores braçais, sem especialização, visto que a população de Israel era essencialmente camponesa. Técnicos, artistas e arquitetos vieram de Tiro para trabalhar nas obras de Salomão. O texto 1Rs 7,14 fala de um especialista chamado Hirão de Tiro, sua mãe era uma israelita da tribo de Neftali e seu pai era natural de Tiro. Além desses havia os capatazes e superintendentes responsáveis pela supervisão dos trabalhos. Todos deveriam responder ao ministério comandado por Adoram, filho de Abda, cujos nomes são fenícios. Como foi afirmado anteriormente alguns funcionários de Salomão eram de origem egípcia. Nada mais natural que o responsável pelas construções tivesse origem fenícia, visto que possuíam grande conhecimento nessa área.

Na arquitetura fenícia havia a predominância da pedra talhada em blocos e não em colunas, como aconteceu no Egito. Assim os fenícios eram considerados como ótimos talhadores de pedras para construções e como madeiros que entendiam tudo no abatimento das enormes árvores que havia em suas florestas. Eles também se especializaram na metalurgia e por isso eram peritos em fundir, moldar e cinzelar objetos em ouro ou prata. Havia excelentes artesões em esculturas de madeira e de marfim. Modelavam também objetos de vidro e teciam lã e linho.

1.3.6. Os novos cargos que foram acrescentados

“Azarias, filho de Natã, chefe dos prefeitos” (1Rs 4, 5). Essa função está ligada à criação dos distritos administrativos. A concepção desse cargo foi uma estratégia usada por Salomão cujo objetivo era evitar a descentralização do Estado. Com relação aos distritos, apesar de não se possuir informações sobre como funcionava sua administração, é evidente que se exigia uma estrutura muito bem organizada e que para garantir o perfeito funcionamento do sistema de arrecadação de impostos, o principal objetivo dessa instituição; era preciso que houvesse um controle rigoroso da produção e a manutenção da ordem, garantida pela ideologia da classe dominante ou pela força do exército, afinal os prefeitos eram os representantes de Salomão nesses territórios e suas atribuições deveriam ser bem amplas. A direção dessa estrutura era confiada a um funcionário superior, que recebia o nome de “superintendente”¹²² ou o chefe dos prefeitos, um dos principais postos no reinado de Salomão. Segundo Pixley, “a nomeação de governadores sobre os territórios tradicionais das tribos é uma novidade muito significativa. O rei deixa de lado as autoridades do povo e impõe suas próprias autoridades. O governo da nação tornou-se piramidal.”¹²³

No Egito, cada circunscrição administrativa, as quais se denominavam *nomos*, era governada por um regente. Cada nomo tinha sua capital, um tribunal e um centro de culto, mas tinham como obrigação enviar periodicamente informações a respeito de todos os acontecimentos importantes para o seu ministério. Devido à distância e, portanto as dificuldades de manter uma comunicação rápida, os administradores locais possuíam certa liberdade para tomar decisões, sujeitos é claro, a responder diante do

¹²² NOTH, Martin. *Historia de Israel*, p.201.

¹²³ PIXLEY, Jorge. *História de Israel a partir dos pobres*, p. 33.

poder central e até mesmo receber uma contra-ordem. Em determinados reinados, foram nomeados dois vizires, um deles permanecia em Mênfis, no Alto Egito e o outro em Tebas, no Baixo Egito, a fim de ter um controle mais eficaz das divisões administrativas pelo poder central.

Na primeira dinastia babilônica, Hamurabi já controlava de forma ostensiva a vida dos territórios sob seu domínio. Alguns príncipes foram mantidos em seus antigos domínios, passando a usar o título de governador. Tornando-se apenas funcionários designados pelo rei, que poderia transferi-los de uma cidade para a outra da maneira como bem entendesse. As administrações locais comunicavam-se com a administração central através de uma ativa correspondência, enviando relatórios a respeito dos mais variados aspectos da vida coletiva sob sua jurisdição.

“Aisar, o prefeito do palácio” (1Rs 4,6). No Egito, o vizir era a posição mais importante do governo abaixo do faraó. O status de um vizir era equivalente ao de um primeiro-ministro, podendo ocupar o lugar do faraó durante sua ausência. O cargo de vizir poderia ser considerado como o intermediário entre a administração central e as administrações regionais do Estado. O homem que o ocupava era responsável pela coordenação de todos os cargos administrativos, inclusive a nomeação de funcionários do governo. Supervisionava os monopólios estatais, a economia e as finanças como um todo, além de ser a mais alta instância judiciária. Presidia os colegiados distritais, fazia com que os testamentos fossem cumpridos e supervisionava a medição dos campos. Uma das principais atribuições de um vizir era a de controlar o recolhimento das taxas em todo o país. Recebia embaixadores estrangeiros e supervisionava as oficinas e os trabalhos de construção.

O livro do Gênesis apresenta José como a mais alta autoridade no Egito devendo obedecer apenas ao faraó: “Tu serás o administrador do meu palácio e todo o meu povo se conformará às tuas ordens, só no trono te precederei. O Faraó disse a José: “Vê; eu te estabeleço sobre toda a terra do Egito,” e o Faraó tirou o anel de sua mão e o colocou na mão de José, e o revestiu com vestes de linho fino e lhe pôs no pescoço o colar de ouro. Ele o fez subir sobre o melhor carro que havia depois do seu, e gritava-se diante dele “Abrec.” Assim foi ele preposto a toda a terra do Egito.” (Gn 41,40-44).

Segundo Rachewiltz “a chancelaria é o órgão coordenador de todas as atividades administrativas, o lugar onde se procede à correspondência real e se conserva o Arquivo do Estado, o selo etc.”¹²⁴

Assim como no Egito, em Israel o poder do prefeito do palácio se estendia muito além da residência do monarca. Por suas mãos passavam todos os negócios do estado, os documentos importantes precisavam ter o seu selo e todos os funcionários estavam sob suas ordens. Era o cargo mais alto na administração do Estado. Em 1Rs 18,3. 5-6, o administrador do palácio aparece ao lado do rei para resolver um assunto de importância: “Acab mandou chamar Abdias, intendente do palácio” (1Rs 18,3). “Acab disse a Abdias: Vem! “Nós vamos percorrer a terra, procurando todas as fontes e torrentes; talvez encontremos erva para manter vivos os cavalos e burros e não tenhamos de sacrificar os animais.” Repartiram entre si a terra para percorrê-la; Acab partiu sozinho para um lado e Abdias partiu sozinho para o outro” (1Rs 18,5-6). No texto 2Rs 18.18 ele encabeça a lista dos principais funcionários reais: “Chamou o rei; saíram ao seu encontro o chefe do palácio, Eliacim, filho de Helcias, o secretário Sobna e o escriba Joaé, filho de Asaf.” Como já se afirmou anteriormente, o vizir era quem substituía o faraó na sua ausência, em Israel um exemplo em 2Rs 15,5: “Mas Iahweh castigou o rei e ele foi atacado de lepra até o dia de sua morte. Permaneceu encerrado num quarto; seu filho Joatão regia o palácio e administrava o povo.” Conforme De Vaux:

“Em Is 22.15, o administrador do palácio, Sebna, é chamado também *soken*. Essa palavra é encontrada na forma de *zukinu* em duas glosas cananéias das cartas de Amarna para designar o comissário do faraó. Em acádio, *saknu* designa, em primeiro lugar, o prefeito de Asur (*sakîn mâti*), depois governadores dos países anexados, e o termo é usado pelos faraós na sua correspondência em acádio. Não obstante, em Ras Shamra, o *skn* (em escrita alfabética) ou o *sakîn matî* (em acádio) é um funcionário de Ugarit, aparentemente o primeiro funcionário do reino, o que corresponde em Judá à posição de Sebna, *soken* e administrador do palácio.”¹²⁵

¹²⁴ RACHEWILTZ, Boris de, *A Vida no Antigo Egito*, Círculo de Leitores, p.45.

¹²⁵ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 161.

Segundo Kessler “um portador desta função foi imortalizado na inscrição em um túmulo no Silwan, perto de Jerusalém. Já a capacidade de poder mandar fazer tal túmulo dentro da rocha indica a elevada posição do proprietário, para o qual se deve observar o texto de Is 22,16.”¹²⁶ “Assim disse o Senhor Iahweh dos Exércitos: Vai procurar a esse intendente, a Sobna, intendente do palácio, e dize-lhe: “Que possuis aqui? Que tens aqui para quereses talhar para ti neste lugar um sepulcro?” Pois ele talha para si um sepulcro no alto, e cava na rocha um sepulcro para si mesmo.” (Is 22,15-16).

“Zabud, filho de Natã, amigo do rei” (1Rs 4,5b). Esse cargo equivalia ao de um conselheiro do rei. “Algo assim como ministro sem pasta, ministro especial”, escreve Donner.¹²⁷ Segundo Herrmann, “o amigo do rei teria poderes especiais. No Egito existe uma série de ‘amigos do rei’, até certo ponto comparáveis aos secretários de estado.”¹²⁸

Através da lista dos altos funcionários de Salomão é possível perceber a continuidade de algumas famílias importantes durante o reinado de Davi. Azarias, filho de Sadoc, substituiu o pai no sacerdócio do templo de Jerusalém, como alto funcionário era também o chefe na hierarquia sacerdotal. Eliaf e Aías, filhos de Sisa, secretário de Davi, tornaram-se secretários de Salomão. O arauto de Davi, Josafá, filho de Ailud, continua no cargo sob a administração de Salomão. Dois filhos do profeta Natã assumem cargos de grande prestígio sob Salomão. Azarias se torna chefe dos prefeitos, função estratégica e de extrema importância dentro do sistema econômico implantado por Salomão. Zabud é o amigo do rei. É importante lembrar que logo após o nascimento, Salomão foi entregue a Natã, para ser educado pelo profeta, que lhe deu o nome de Jededias (“o amado de Iahweh” 2Sm 12,25). O profeta também teve participação decisiva na ascensão de Salomão ao trono de Israel. De oito cargos, cinco foram ocupados por membros de famílias que já estavam no poder. Isso sem falar de Banaías que era chefe da guarda real e acabou assumindo o cargo de comandante do exército de Israel.

¹²⁶ KESSLER, Rainer. *História Social do Antigo Israel*. São Paulo: Paulinas, 2009, p.104.

¹²⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p.264.

¹²⁸ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*, p. 238.

No sistema monárquico a corte do rei é formada por todas as pessoas que cercam o soberano. A começar por aquelas que pertenciam à família real, mulheres, filhas e filhos do rei, parentes e agregados. Os altos funcionários e seus assessores, além dos locais e dos trâmites oficiais dos quais se ocupavam toda essa hierarquia governamental, não se deve esquecer que o complexo palaciano envolvia os trabalhos domésticos, oficinas, armazéns, tesouros, o que exigia uma enorme quantidade de trabalhadores em todos os níveis. Na corte desde os mais altos funcionários até os serviçais do palácio eram chamados de servos do rei: “e este lhes disse: ‘Tomai convosco os servos do vosso rei, fazei montar na minha mula o meu filho Salomão e fazei-o descer até Gion’ (1Rs 1,33).¹²⁹ O Selo de Shema (788 a.C.), reinado de Jeroboão II traz o título “servo do rei”, nesse caso indicando que se tratava de um alto funcionário. Este selo era feito de Jaspe e foi encontrado em 1904 nas escavações de Megido.

Pertencer à corte ou à camada mais elevada da sociedade era garantia de comida farta, luxo e conforto sem muito esforço. Na época de Salomão, o regime monárquico já estava consolidado e com ele havia constituído uma classe de pessoas acostumadas às benesses do poder. A tendência natural é a preservação da posição social conquistada, dessa forma é inevitável que os pais ambicionem deixar a seus filhos não apenas os bens materiais, mas também os meios através dos quais possam dar continuidade à obra iniciada por eles. No caso dos altos funcionários reais a transmissão de cargos era fundamental para que a família continuasse desfrutando do poder e tudo o que ele lhes pudesse proporcionar.

A monarquia centralizada provocou muitas mudanças na sociedade. Com os funcionários reais, civis e militares, exercendo suas funções tanto na capital como nos distritos representando a autoridade real, se formou uma casta social que dependia dos

¹²⁹ db, [, “Conquanto a ideia fundamental de ‘*ebed*’ seja a de escravo, em Israel a escravidão não era algo tão repulsivo, visto que a condição de escravo envolvia direitos e, frequentemente, cargos de confiança. Os súditos do rei são seus servos (Gn 21.25; Ex 7,28), como também o são todos os seus reis-vassalos (2Sm 10.19) e as nações que lhes pagam tributo (1Cr 18,2, 6,13). Aqueles a serviço do rei também são seus servos (Gn 40.20), inclusive os oficiais (1Sm 19,1; 2 Rs 22,12) e os embaixadores (Nm 22,18). HARRIS, Laird R., ARCHER JR., Gleason L. e WALTKE, Bruce K., *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*, São Paulo, Edições Vida Nova, 1998, p. 1066.

tributos da população. Também a igualdade nas relações familiares desaparece com as mudanças provocadas pelas transações comerciais, a produção de excedente para o pagamento de tributos, o que resultou no enriquecimento de alguns e empobrecimento de muitos outros. Bright escreve: “havia proprietários, trabalhadores assalariados e escravos; e havia os que se imaginavam aristocratas. Na corte, onde, nos dias de Salomão, se havia criado toda uma geração nascida para a riqueza, ninguém considerava o povo como outra coisa que não pessoas que podiam ser dominadas de corpo e alma (1Rs 12, 1-15).¹³⁰ Segundo Donner, “o reinado de Salomão estava emancipado da população rural; estava separado dos homens de Israel e Judá como que por uma camada de isolamento. Essa alteração já havia se anunciado nos últimos anos de Davi; sob Salomão ela se consumou.”¹³¹

1.4. Conclusão

Após o estudo da historiografia a respeito do reinado de Salomão pode-se concluir que a fonte principal utilizada pelos autores é o próprio texto bíblico, fazendo uso das evidências arqueológicas e extra-bíblicas. O método utilizado pelos autores é o exame histórico-crítico das fontes tanto das que se referem a Israel quanto para o material extra-bíblico.

Donner compactua da teoria deuteronomista e afirma que existem muitas imagens de Salomão em 1Rs 3-11, tornando-se extremamente difícil identificar o Salomão histórico. Para ele, todo o texto foi construído em torno da construção do templo. Portanto, para empreender uma pesquisa científica, torna-se necessário identificar e excluir da pesquisa todo o material considerado deuteronomista.¹³²

¹³⁰ BRIGHT, John. *História de Israel*, p. 294.

¹³¹ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p.262.

¹³² Esta premissa metodológica não é exclusiva de Herbert Donner. “Libertar-se da reflexão deuteronomista” para empreender a moderna reconstrução da história de Israel é tarefa comum, em especial, no campo exegético alemão. Confira, por exemplo, SMEND, Rudolf. *La formazione dell'Antico Testamento*. Brescia: Paideia, 1993, p.165.

O autor afirma que o reinado de Salomão foi um período de paz, o próprio nome de Salomão pode ter sido um nome escolhido pelo rei no início de seu reinado, referindo-se à paz (*shalom*). Salomão adotou uma política defensiva com relação aos possíveis inimigos externos e pagou um preço alto por isso, perdeu partes significativas do território conquistado por Davi. O rei estava mais preocupado com a consolidação do regime monárquico. Para isso era preciso investir na política interna, adequar a monarquia de Israel aos modelos dos países vizinhos. Assim, adotou a política da boa vizinhança, selando muitas vezes, os acordos de paz ou comerciais através de casamentos. O mais famoso deles foi o matrimônio de Salomão com uma princesa egípcia, fato considerado histórico por Donner. Com relação ao assunto, existe divergência entre os diversos autores. Tanto no que diz respeito à sua historicidade, quanto à situação política e econômica do Egito nessa época. Alguns afirmam que o Egito passava por uma fase de decadência, daí o faraó ter realizado uma aliança com Israel, selada pelo casamento de uma de suas filhas, situação quase que inusitada na tradição egípcia. Outros acreditam ter sido um acordo entre iguais, demonstrando que Salomão havia conseguido projetar Israel no mundo de sua época. Quanto ao famoso harém de Salomão composto por setecentas mulheres princesas e trezentas concubinas, o autor atribui ao deuteronomista.

Com relação ao acordo internacional entre Israel e a cidade-estado de Tiro, Donner o classifica como um legítimo tratado de comércio. Hirão, rei de Tiro, enviaria a Salomão madeira e mão-de-obra especializada para a realização de seus empreendimentos. O pagamento seria feito com azeite e trigo. Para Donner, a entrega de 20 cidades israelitas entregues a Hirão, caracteriza uma relação de dependência entre Israel e Tiro. Soggin não compactua dessa ideia, afirmando que Hirão teria fornecido crédito ilimitado a Salomão, e este acabou se excedendo, não conseguindo honrar com seus compromissos, sendo obrigado a entregar as cidades como forma de pagamento. De uma forma ou de outra, todos os autores admitem ter havido um acordo comercial importante entre Salomão de Israel e Hirão de Tiro. Também, referem-se às atividades marítimas, construção de navios e de um porto no Golfo de Ácaba, todas com a participação de Hirão, seja no fornecimento de marinheiros experientes, como também na participação das viagens internacionais.

Quanto ao comércio de carros e cavalos, os autores acreditam que existe a possibilidade de que Salomão tenha conseguido garantir um monopólio comercial desses produtos. Salomão transformou as rotas comerciais que passavam pelo território de Israel, em uma importante fonte de receitas para o Estado, cobrando impostos sobre as mercadorias em circulação ou exercendo a função de intermediário na distribuição dos produtos, como no caso dos carros de combate e cavalos que provinham do Egito, muitos cavalos também viam da Cilícia e Salomão através de seus mercadores os revendia para os reis hititas e para os reis de Aram.

A fama de Salomão se deve à construção do templo, isso em decorrência da importância que posteriormente o deuteronomista destinou ao templo em Jerusalém já na época de Salomão. Tratava-se de uma construção modesta, erguida junto à residência do rei. Funcionava mais como uma capela real, pertencente à dinastia de Davi. Para Donner, o templo era um corpo estranho em Israel, bem como a cidade de Jerusalém. Soggin afirma que a contratação de artesãos fenícios para a construção do templo podem ser considerada como historicamente verdadeiras e que Salomão optou pelo estilo cananeu para que o templo de Jerusalém fosse reconhecido pelas populações não israelitas do império. Herrmann escreve que a Arca foi colocada no local destinado às imagens dos deuses, nos templos politeístas, quer dizer, adaptando-se a um modelo estrangeiro. Todos os autores são da mesma opinião, tratava-se de um santuário real.

Além do templo e do complexo que incluía o palácio do rei, a sala do trono, a casa da princesa egípcia, Salomão reformou e transformou várias cidades, situadas em locais estratégicos, em fortalezas. Cidades como Hazor, Megido e Gezer, dentre outras, localizavam-se ao longo das principais rotas comerciais que atravessavam o território de Israel, tornando-se pontos estratégicos para o controle do tráfico de mercadorias. Em algumas delas, deve ter construído cavaliarias para abrigar seus carros de combate, mas Donner não cita quais foram elas, apenas afirma que as descobertas arqueológicas em Megido que no início acreditava-se serem as cavaliarias de Salomão, realmente não pertencem a esse período e sim a uma época posterior a Salomão. Também investiu na construção de cidades armazéns como parte de sua política tributária.

Tanto a construção de fortalezas quanto a introdução de carros de combate faziam parte da política defensiva de Salomão e interferiram também na reorganização do exército. Salomão reuniu numa só instituição o grupo de mercenários e o exército popular sob o comando de Banaías. Para o corpo do exército responsável pelos carros de guerra, Salomão recorreu aos homens pertencentes às classes altas cananéias, entregando-lhes o comando. Com o tempo, o número de cananeus no exército cresceu significativamente, afastando cada vez mais o exército popular, visto que o contingente permanente atendia às necessidades de Salomão.

Assim é evidente que para empreender tantos projetos Salomão precisava de recursos. Dessa forma, tratou de desenvolver um sistema de arrecadação de tributos, do qual se tratará a seguir. Desse sistema fazia parte a instituição da corveia, para a qual segundo os autores, foram recrutados tanto os cananeus quanto os israelitas. Herrmann diz que Judá foi privilegiada, em sua opinião, Salomão recrutou apenas a população do norte.

Salomão aperfeiçoou o sistema de arrecadação de tributos com a divisão do território em doze partes, criando doze distritos. Os quais eram comandados por prefeitos nomeados pelo rei, responsáveis pela cobrança e envio dos tributos para Jerusalém. Além disso, cada distrito era responsável pela manutenção da corte durante um determinado mês do ano. Um problema com relação a esse assunto é o fato de Judá não aparecer entre os distritos, sugerindo que talvez tenha ficado isenta do pagamento de tributos. Mas essa é uma questão que deve continuar em aberto.

Para um eficaz funcionamento da estrutura econômica e política implantadas por Salomão, foi preciso aprimorar o sistema administrativo. A organização do estado já havia sido iniciada por Davi após a conquista de Jerusalém, aproveitando a estrutura administrativa da cidade-estado. Coube a Salomão o aperfeiçoamento. Além dos prefeitos nomeados para os distritos, o rei criou mais três altos cargos para compor o antigo gabinete de Davi: o chefe dos prefeitos, o prefeito do palácio e o amigo do rei.

Quanto à sabedoria de Salomão, Donner prefere ser bem cauteloso, pois historicamente, nada é muito confiável no que se refere a esse assunto. Ele considera

como lenda a visita da rainha de Sabá e o julgamento salomônico. Soggin avalia que o reinado de Salomão foi um período de abertura, o que favoreceu o desenvolvimento do conhecimento. Com relação às tradições atribuídas a Salomão, ele escreve que ainda é preciso ter certa prudência devido ao silêncio das fontes. Segundo Herrmann, as grandes iniciativas consolidadas dentro da corte com relação à cultura e ao conhecimento, que não estavam apenas relacionadas com a religião ou à pessoa do rei, demonstram até que ponto Jerusalém tomou um rumo próprio e o rei submergiu na atmosfera internacional daquela época. Pixley afirma que os primeiros documentos e as primeiras obras literárias de Israel provêm do período inicial da monarquia.

Segundo Donner, nenhum dos projetos de Salomão procurou beneficiar o povo. Durante o seu reinado não havia mais qualquer proximidade entre a corte e os homens de Israel e Judá. Essas mudanças já haviam começado timidamente nos tempos de Davi e se consumaram no governo de Salomão.

Dessa visão geral a respeito do reinado de Salomão que obteve-se através das diversas obras historiográficas citadas nessa pesquisa, pode-se concluir que a política de Salomão estava voltada para os interesses do estado, mais precisamente aos interesses da corte de Jerusalém. É possível perceber a consolidação de uma camada privilegiada da população, detentora dos altos cargos na administração. Salomão pretendeu incluir Israel no conjunto das nações importantes de seu tempo, mantendo um relacionamento amigável, com isso estabelecendo alianças comerciais e culturais. À população rural restou o pagamento de pesados impostos e o fornecimento de mão-de-obra para os trabalhos forçados exigidos pelo governo nos empreendimentos de Salomão. Qualquer resquício do ideal tribal desapareceu sob Salomão, não havia mais nenhum tipo de identificação dos membros da alta aristocracia com a população rural. Até mesmo o exército popular deixou de ser importante, sendo substituído pelos mercenários e cananeus. Gostaria de terminar essas considerações finais com as sábias palavras de Herbert Donner: “o reinado de Salomão estava emancipado da população rural; estava separado dos homens de Israel e Judá como que por uma camada de isolamento.”¹³³

¹³³ DONNER, Herbert, *História de Israel*, p.262.

CAPÍTULO II

***“A SABEDORIA DE SALOMÃO FOI MAIOR QUE A DE TODOS
OS FILHOS DO ORIENTE”***

A SABEDORIA SALOMÔNICA COMO PROPAGANDA MEMORIAL

2.1. Introdução

Este capítulo tem como principal objetivo estabelecer a relação existente entre sabedoria e poder durante o reinado de Salomão em Judá e em Israel no século X a.C.. O rei Salomão passou para a história como um sábio por excelência. Seu reinado foi marcado por grandes construções; muitos empreendimentos comerciais; uma corte luxuosa e alianças realizadas com os reinos vizinhos. No entanto, poderemos afirmar que estamos aqui diante de memórias fortemente financiadas pelo próprio complexo palaciano. Localizar sociologicamente tais memórias elogiosas de Salomão no interior da escola de escribas será importante para responder algumas questões relativas ao poder e à sabedoria: qual a relação existente entre a sabedoria atribuída a Salomão e o poder desse monarca? Quais os meios utilizados por Salomão para justificar seu poder? Qual a estratégia que Salomão utilizou para garantir a centralização do poder?

Tomaremos por base, para começar a discutir a relação entre sabedoria e ideologia no texto bíblico à luz do Antigo Oriente Médio, o célebre texto de 1Rs 5,9-14, também empregaremos o método da historiografia comparada, utilizando-se de material extra bíblico, referentes ao Egito. Também com o auxílio desse método, buscaremos compreender como funcionavam as escolas de escribas no Egito, visto que Salomão incentivou a criação de Escolas de Escribas em Jerusalém, nos moldes das que existiam no Egito e na Mesopotâmia. Esse estudo nos permitirá avaliar qual a importância dessas Escolas para a consolidação do poder de Salomão e, qual a contribuição dos escribas na construção da propaganda ideológica de Salomão, o sábio.

2.2. O reinado de Salomão – história e memória

No primeiro capítulo foi feita uma abordagem dos aspectos mais importantes do reinado de Salomão, assim conseguiu-se ter uma visão geral de seu governo sobre Israel

e Judá no século X a.C. Constatou-se que Davi havia tomado importantes medidas em direção à consolidação da monarquia. Coube a Salomão ampliar, desenvolver e consolidar definitivamente o regime monárquico.

O rei Salomão optou em investir na política interna e estabelecer relações internacionais amigáveis. A tradição não conta que Salomão tenha empreendido alguma ação bélica e certamente não interveio em nenhuma guerra, cuidou apenas de fortificar algumas cidades e reestruturar o exército incluindo os carros de combate como estratégia de defesa. Além das fortalezas, investiu também na construção das cidades armazéns com a finalidade de guardar os tributos cobrados nos distritos. Pouco tempo depois de sua ascensão o rei decidiu ampliar os limites de Jerusalém anexando-lhe uma nova faixa de terra situada ao norte da cidade de Davi, onde construiu seus palácios rodeados por muralhas. Segundo Noth, “dominavam completamente a cidade jebusea e ocupava quase a mesma superfície”.¹³⁴ O famoso Templo de Salomão foi construído no meio do complexo palaciano.

Para a realização de seus projetos arquitetônicos Salomão precisava de trabalhadores. Ele desenvolveu um extraordinário sistema de trabalhos forçados e obrigatórios. Necessitava também de uma enorme quantidade de materiais para suas edificações. As pedras eram retiradas nos canteiros das montanhas, mas a madeira deveria ser importada. O grande centro de abastecimento do Antigo Oriente Médio eram os bosques do Líbano, na fronteira setentrional da Palestina. Hirão, o rei de Tiro (1Rs 5,15-26) que já possuía negócios com Davi, fez um novo tratado com Salomão.

Salomão se dedicou a muitas outras atividades comerciais. Construiu uma frota marítima para empreender viagens através do Mar Vermelho (1Rs 9,26-28; 10,11-12). Hirão colocou à disposição de Salomão marinheiros e construtores navais; em troca receberia uma porcentagem sobre os lucros comerciais do rei. As expedições chegaram até Ofir, de onde se traziam ouro, pedras preciosas e toda sorte de raridades exóticas, inclusive macacos e pavões (1Rs 10,11.22). Não se sabe o que Salomão entregava em troca dessas riquezas, mas certamente, havia muitos benefícios. Como porto de sua

¹³⁴ NOTH, Martin. *Historia de Israel*. Barcelona: Ediciones Garriga, S.A., 1966, p. 196.

marinha mercante Salomão construiu a cidade de *'Esyon G ber* na costa norte do Golfo de Ácaba.

O rei lucrava também com a extração de cobre e ferro em minas situadas nas margens de *Wadi El-'Arabah*. Era em *'Esyon Géber* que esses materiais ganhavam as mais diversas formas de objetos forjados, essa cidade era monopólio real, assim como provavelmente as minas e a fundição de metais da província de Edom também fossem propriedades de Salomão. Outra atividade muito proveitosa, era o comércio de carros de combate e cavalos. Os carros vinham do Egito e os cavalos da Cilícia, ambos eram vendidos através das agências de Salomão, em sua grande parte aos reis dos Hititas e aos reis de Aram.

Dessa forma, Salomão mantinha amplas relações com todo o Antigo Oriente . Estabeleceu inúmeras alianças e muitas delas seladas por casamentos, daí a existência de mulheres estrangeiras em seu harém, inclusive uma princesa egípcia (1Rs 3,1; 9,16).

Nosso estudo também revelou que para desenvolver seus projetos, Salomão precisou realizar mudanças significativas, tanto na política, como na economia. No entanto, sabe-se que para manter a hegemonia de um grupo no poder é necessário bem mais que alterar a política e a economia: é preciso ter uma excelente ideologia que seja capaz de justificar o poder e todas as consequências provindas dele, frente aos outros grupos sociais. Efetivamente, como nos lembra tão bem Tavares, “para vencerem e se imporem, foi necessário persuadir, convercer, fabricar o consenso. Não bastou esmagar e vencer pelas armas.”¹³⁵

Nesse capítulo, pois, pretendemos descobrir qual foi o mecanismo ideológico usado por Salomão para garantir e consolidar o poder em suas mãos. Enveredaremos, nesse sentido, pela memória sapiencial salomônica construída na escola de escribas. As pesquisas até aqui realizadas, apontam ser muito provável que a sabedoria, tão presente nas histórias referentes a Salomão, era o suporte ideológico de seu poder. Nesse capítulo

¹³⁵ TAVARES, António Augusto. *Impérios e propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Presença, 1988, p.14.

temos como principal objetivo estabelecer a relação existente entre sabedoria e poder na memória produzida acerca do reinado de Salomão em Judá e Israel no século X a.C.

2.2.1. A Sabedoria de Salomão no contexto do Antigo Oriente

Tomaremos por base, para começar a discutir a relação entre sabedoria e ideologia no texto bíblico à luz do Antigo Oriente Médio, o célebre texto de 1Rs 5,9-14:

“9. Deus deu a Salomão sabedoria e inteligência extraordinárias e um coração tão vasto como a areia que está praia do mar. 10. A sabedoria de Salomão foi maior que a de todos os filhos do Oriente e maior que toda a sabedoria do Egito. 11. Foi mais sábio que qualquer pessoa: mais que Etã, o ezraíta, mais que Emã, Calcol e Darda, filhos de Maol; sua fama se espalhou por todas as nações circunvizinhas. 12. Pronunciou três mil provérbios e seus cânticos foram em número de mil e cinco. 13. Falou das plantas, desde o cedro que cresce no Líbano até o híssopo que sobe pelas paredes: falou também dos quadrúpedes, das aves, dos répteis e dos peixes. 14. Vinha gente de todas as nações para ouvir a sabedoria de Salomão e ele recebeu tributo de todos os reis da terra que ouviram falar de sua sabedoria.”

Esse texto coloca em evidência três dimensões do cultivo da sabedoria: o caráter internacional devido ao intercâmbio cultural. Dessa maneira, 1Rs 5,10-11 citam-se como termo de comparação as sabedorias oriental e egípcia e alguns sábios famosos, dentre eles pode-se identificar Emã e Etã aos quais são atribuídos os salmos 87 e 88 respectivamente. Segundo Von Rad:

“desde muito cedo, a corte de Jerusalém participou da concorrência e do intercâmbio geral das culturas e a sabedoria era tida como fruto de alta civilização, cuja prática competia ao rei encorajar. Era, na realidade, um valor internacional e inter-religioso. O próprio Israel a considera assim, pois

compara com grande naturalidade a sabedoria de Salomão com a dos outros povos (1Rs 5,10s)”¹³⁶.

Sobre a criação literária, 1Rs 5,12 fala de “três mil provérbios” e “cinco mil poemas”. Provérbios aqui podem ser entendidos como um conjunto de ditos, máximas, sentenças, comparações, enigmas. Os “poemas” referem-se a diferentes manifestações de poesia lírica. O cultivo de uma sabedoria do tipo enciclopédico, caracterizado pelo interesse pela botânica e pela zoologia (1Rs 5,13), aspecto mais presente nas sabedorias mesopotâmica e egípcia. Para Herrmann:

“É evidente que em Jerusalém, se dedicaram a fazer listas ou catálogos enciclopédicos, abrangendo o mundo e seus objetos, como aconteceu também com listas que são conhecidas por nós, tanto do âmbito da Mesopotâmia, como em todo o Egito. Um exemplo conspícuo do Egito, aproximadamente em torno de 1100 a.C. e, portanto, apenas um cem anos antes de Salomão

dessa «ciência enciclopédico-catalogal». Que Salomão, ou pelo menos as pessoas de seu ambiente cortesão se ocuparam com esse tipo de registro universal, pode ser derivado de 1RS 5.13: Falou das plantas, desde o cedro que cresce no Líbano até o hísopo que sobe pelas paredes: falou também dos quadrúpedes, das aves, dos répteis e dos peixes. Aqui estão exatamente perfilados os princípios da ciência-catalogal, que classifica e organiza seus objetos segundo seu tamanho e por grupos de coisas. Não é certamente por acaso que em 1Rs 5.10 a sabedoria de Salomão é comparada com a sabedoria de outras povos, inclusive os egípcios. Mas não devemos descartar a possibilidade de que Salomão, além de elaborar as listas, tenha ordenado recopilar sentenças de sabedoria prática, de princípio ético- moral, e se esforçado fazer um registro por escrito.”¹³⁷

Deixando de lado os exageros, esse texto reflete o incentivo à sabedoria durante o reinado de Salomão. Segundo Von Rad, “Se considerarmos que um bom número de provérbios pressupõe efetivamente uma circunstância cortesã, o primeiro resultado de nossa pesquisa será considerar que o livro de Provérbios nos revela por enquanto que a

¹³⁶ RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: ASTE, 1973, p. 403.

¹³⁷ HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antigo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1985, p. 231-232.

corde era um lugar tradicional de cultivo da sabedoria. Algo que corresponderia exatamente com o que sabemos das cortes do Egito e da Mesopotâmia.”¹³⁸

Tanto em Israel, como nas outras nações, a sabedoria surge da necessidade que o ser humano tem em querer entender sua origem, o sentido da vida e seu destino. O ser humano, diante das dificuldades e sofrimentos precisa encontrar uma maneira de compreender e encontrar formas, aprendendo com as dificuldades, com os erros e acertos, os próprios ou dos outros, a viver melhor. Portanto, definir o que é sabedoria é quase que impossível. “O vocábulo hebraico (*hokhmâ*) designa a capacidade do homem, inata ou adquirida, de bem conduzir a própria vida e, se possível de ser feliz. A maior parte dos textos mesopotâmicos e egípcios usa um termo da mesma raiz, com o sentido de conhecer, compreender.”¹³⁹ Assim não é possível entender ou limitar a sabedoria aos livros sapienciais. Ela surge em Israel num período bem anterior, seguindo os passos da sabedoria existente nos países vizinhos.

Não é objetivo deste estudo se aprofundar em todos os aspectos da sabedoria antiga, mas enfatizar como a sabedoria foi usada em favor do poder. As escolas de escribas foi o recurso usado para a formação de intelectuais ou se quiser usar-se o termo da época, na formação de sábios. Segundo Soggin:

“há uma hipótese repetida continuamente nos últimos anos. De acordo com ela, nesta época haviam sido construídas algumas escolas sapienciais, elas serviam para a formação de futuros funcionários da administração pública. Mas, dado o silêncio das fontes, é provável que Davi primeiro e especialmente Salomão deva ter incorporado no aparato administrativo do Estado a burocracia existente, na organização egípcia e cananéia, das várias cidades-estados. A época de Salomão poderia muito bem ter sido um momento de abertura, ajudados por contatos internacionais, o resultado do comércio e das viagens, e a riqueza notável em circulação.”¹⁴⁰

Durante o governo de Salomão, houve um grande incentivo para o surgimento das escolas de escribas ou centros acadêmicos nos quais eram educados os membros da

¹³⁸ RAD, Gerhard von. *La sabiduría em Israel*. Madrid: Ediciones Fax, 1973, p. 123.

¹³⁹ VV.AA. *As raízes da sabedoria*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983, p. 16.

¹⁴⁰ SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer S.A, 1997, p. 119.

família real e os filhos da elite destinados a fazer parte do governo e da administração do Estado.¹⁴¹ Tais escolas foram criadas seguindo o modelo das escolas de escribas que funcionavam no Egito. Ali, se encontravam os detentores do saber, pois somente os escribas sabiam ler e escrever. Além disso, tinham acesso aos conhecimentos adquiridos através dos tempos tanto da própria história e cultura como podiam estabelecer contato com outras culturas. Esse conhecimento proporcionava muito mais que uma formação intelectual, na verdade, conferia um grande poder aos escribas.¹⁴² No Egito, alguns chegaram a ser divinizados, como Imhotep (2700 a.C) e o vizir Ptahotep (2330-2300 a.C).

Na administração exerciam diversas funções como, por exemplo, o corpo diplomático, funcionários, arrecadadores, arquivistas, etc. “Estas escolas transmitiam um saber: leitura, escrita, gramática, matemática, e também um ensino “profissional”: administração, diplomacia, sabedoria política, arte de fazer um recenseamento ou fixar o imposto “in natura” que cada um devia pagar.”¹⁴³

Os futuros funcionários públicos precisavam receber uma educação que lhes desenvolvessem muitas habilidades, como foi visto, Salomão empreendeu amplas relações internacionais, tornando-se necessário a formação de diplomatas com o conhecimento de línguas estrangeiras e que fossem capazes de representar o país e o rei nas negociações internacionais.

Para desempenhar tais funções era necessário o conhecimento da escrita. “um bloco em forma de sarcófago (atualmente em Avignon), onde está gravada uma definição de escriba que se opõe à que é dada no excerto citado dos Textos das Pirâmides: ‘ó vivos na terra! Todo o escriba, todo o magistrado, todo o sacerdote, todo o erudito que sabe empunhar o pincel [para escrever], todo o erudito que sabe ler.”¹⁴⁴ Portanto, a formação de escriba era uma preliminar para almejar os cargos mais

¹⁴¹ Para a corte real em Jerusalém como centro intelectual e ideológico veja WHYBRAY, R.N. “The Sage in the Israelite Royal Court”. In: GAMMIE, J., PERDUE, L. (Eds.). *The Sage in Israel and the Ancient Near East*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1990, p.137-138.

¹⁴² Confira LEMAIRE, Andre. “Escrita e línguas do Oriente Médio Antigo”. In: VV.AA. *Escritos do Oriente Antigo e fontes bíblicas*. São Paulo: Paulinas, 1992, p.24-45.

¹⁴³ VV.AA, *As raízes da sabedoria*, p. 18.

¹⁴⁴ BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D., *O homem egípcio*, p. 68.

elevados. É evidente que dessas escolas saíssem obras literárias. O Egito fornece inúmeros exemplos. Aqui há apenas dois. Um tebano que viveu durante a 12ª dinastia, incluiu nos escritos de seu “sarcófago (T 9C) um extrato de uma narração, “O pastor que viu uma deusa”, que, num papiro contemporâneo, está associado a obras propriamente literárias.” No final do século IV a.C., um sacerdote e escriba levou para o túmulo várias obras que pertenciam à sua coleção particular: “O livro secreto do tesouro, que ninguém viu”, que é conhecido como o papiro *Bremner Rhind* (conservado em Londres, *British Museum*), também os Cantos de Ísis e Néfti, o Ritual para transportar Sokar e o Livro para derrubar Apópolis, todos são cópias de textos que remontam pelo menos ao Novo Império.”¹⁴⁵ Dentre os documentos que pertencem a época de Salomão, podemos citar: a lista dos funcionários reais, a relação dos distritos de Salomão e a importante obra historiográfica, a História da Sucessão de Davi. Parece que quase a totalidade dos escribas se concentravam nos palácios, nos centros administrativos ou no templo e que pertenciam às classes mais elevadas da sociedade. Muitos achados arqueológicos demonstram o prestígio e a posição de destaque que a “classe” dos escribas ocupava dentro da sociedade egípcia. Na monarquia de Israel, certamente, a realidade não era diferente. A seguir citarei alguns exemplos:

A tumba do escriba Ken-Amun, encontrada perto Ismailia, 120 km a leste do Cairo, era construída de tijolos de barro e composta por uma sala retangular com um teto abobadado feito de pedra e um profundo poço quadrangular. No interior da tumba havia um grande sarcófago de pedra calcária coberto de inscrições. Nas paredes foram inscritos os títulos do falecido, o nome de sua esposa e as figuras contendo cenas do Livro dos Mortos, culminando na vinheta que representa a cerimônia do julgamento. Segundo Mohamed Abdel Maqsd, supervisor do Departamento de Antiguidades do Baixo Egito: “As cenas e os títulos no túmulo mostram que Ken-Amun fora um homem importante; Ele foi o supervisor dos registros reais durante a 19ª Dinastia.”¹⁴⁶

Outro exemplo é a estátua de Haremhab, que se encontra no The Metropolitan Museum of Art de Nova York, cujo título é “Haremhab como escrevente do Rei”.

¹⁴⁵BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D., *O homem egípcio*, Lisboa, p. 68.

¹⁴⁶Disponível em: <http://personaret.blogspot.com/2010/04/encontrada-tumba-do-escriba-real-ken.html>, fonte Discovery News - <http://news.discovery.com/>, acesso em 03/05/2011.

Considerada como uma obra prima da escultura egípcia, pertence ao período do Novo Reino, 18ª Dinastia, Reinado de Tutancâmon ou Aya, data de 1336-1323 a.C. Esta obra de arte revela algumas camadas de significados, dentre elas o escriba como administrador. A estátua representa um membro da elite letrada que foi qualificado para ocupar altos cargos. O texto sobre a base da estátua revela um pedido de bênçãos aos deuses Thoth, Ptah, Sakhmet, Ptah-Sokar, e Osíris. Os quatro últimos eram divindades de Memphis (a capital) e ou divindades funerárias. Thoth, o deus da escrita, da contabilidade e da sabedoria era de muita importância para os escribas. Pequenas estátuas representando um escriba com uma imagem de Thoth eram populares durante a 18ª Dinastia. No papiro que está no colo de Haremhab está escrito um hino destinado a Thoth, que descreve a função essencial de Thoth como conselheiro de Rá, a suprema divindade solar, sugerindo de maneira implícita que o serviço de Haremhab ao Faraó era de natureza semelhante.¹⁴⁷

Pode-se citar o túmulo de Betah Mes, encontrado no sítio da necrópole de Saqqara, sul do Cairo. Ele era um alto dignitário da 19ª Dinastia. Exerceu os cargos de chefe militar, escriba real, chefe do tesouro e chefe dos celeiros reais. O túmulo possui uma extensão de 70 metros e foram descobertos baixos-relevos que representam oferendas às divindades e o falecido com sua família orando ao deus Amon.¹⁴⁸ A função de chefe do tesouro estava relacionada com o recebimento e a distribuição de matérias-primas e bens acabados, com o controle dos butins de guerra, dos tributos e de outros proventos. Competia também ao administrador do tesouro supervisionar as grandes construções, providenciar a alimentação e o pagamento dos trabalhadores das obras. Gerenciava as atividades que eram monopólios reais como a exploração de minas e pedreiras. O cargo de chefe dos celeiros reais também era um posto de grande importância dentro da burocracia egípcia. Ele era responsável pelo registro e armazenagem da produção anual de grãos e outros produtos agrícolas colhidos em todo o território. Também era encarregado de providenciar a chegada dos alimentos na corte do faraó.

¹⁴⁷Disponível em: http://www.metmuseum.org/works_of_art/collection_database/egyptian_art/haremhab_as_a_scribe_of_the_king/objectview.aspx?coIID=10&OID=100001015, acesso em 03/05/2011.

¹⁴⁸Disponível em: <http://www.cabecadecuia.com/noticias/71280/descoberto-um-tumulo-com-mais-de-3000-anos-no-egito.html>, acesso em 03/05/2011.

O egiptólogo espanhol José Manuel Galán descobriu uma câmara funerária de 3.500 anos em Luxor. As paredes e o teto foram completamente pintados com desenhos e hieróglifos do Livro dos Mortos. Esse túmulo pertence a Djehuty que foi escriba real, supervisor do Tesouro e supervisor dos trabalhos dos artesãos do rei, provavelmente serviu a Hatshepsut, uma das poucas mulheres a assumir o cargo de faraó, era filha de Tutmósis I, que reinou entre os anos de 1479 e 1457 a.C. A câmara medindo 3,5 metros de largura e 1,5 metro de altura, é uma das primeiras a ter sido completamente decorada com pinturas da época, segundo o Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC) da Espanha.¹⁴⁹

A respeito das funções do vizir é interessante citar o túmulo de Rekhmire que foi vizir sob Tutmósis III, pois as inscrições no túmulo fornecem informações sobre o cargo que ocupava. Na parede do lado esquerdo da primeira câmara, existem cenas representando o interior de um tribunal em que os sonegadores de impostos são levados à justiça, testemunhas esperam do lado de fora, outros se curvam diante do vizir e abaixo do trono do juízo estão quatro esteiras com papiros enrolados. Na parede oposta Rekhmire está retratado realizando as funções de receber os impostos de funcionários e recebendo homenagens dos príncipes vassalos da Ásia, os chefes da Núbia entre outros. Numa outra parede Rekhmire está supervisionando a entrega de vinho, milho e pano dos armazéns reais. Noutra cena ele inspeciona marceneiros, operários trabalhando com couro, metal e cerâmica. Um pouco abaixo o vizir está cumprindo a importante tarefa de supervisionar a construção de um portal de entrada para o templo de Amon em Karnak, ele acompanhou desde a fabricação dos tijolos até os objetos e utensílios trazidos para o templo. Também existem cenas representando sua posição social elevada, como por exemplo, a pintura que mostra mulheres elegantes da família de Rekhmire se preparando para um evento social e jovens servas arrumando seus cabelos, unguindo seus corpos e levando joias.¹⁵⁰

¹⁴⁹ Disponível em: http://www.universitario.com.br/noticias/noticias_noticia.php?id_noticia=7204, acesso em 03/05/2011.

¹⁵⁰ Disponível em: <http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.ancient-egypt-history.com/2010/05/tomb-of-rekhmire-tombs-of-nobles-luxor.html>, acesso em 04/05/2011.

Outro exemplo é uma imponente porta de granito vermelho coberta de inscrições que foi encontrada perto do Templo de Karnak, em Luxor, essa porta pertencia ao túmulo do ministro-chefe da rainha Hatshepsut que governou o Egito entre 1479 e 1457. Tratava-se de uma entrada falsa, colocada no túmulo, considerada pelos antigos egípcios como o ponto de passagem para o além. De acordo com as inscrições o vizir também possuía os títulos de príncipe e prefeito da cidade. Segundo Zahi Hawass trata-se de “uma obra-prima de alta qualidade em termos artísticos”. “Como prova de sua importância, o usuário tinha seu próprio túmulo, na margem oeste do Nilo, em Luxor, onde os reis e rainhas foram enterrados. A capela dedicada a ele também foi descoberta mais ao sul, nas colinas de Assuão”.¹⁵¹

Pode-se citar o túmulo de Ramose. Ele foi prefeito de Tebas e vizir do Alto Egito durante o final do reinado de Amenhotep III e início do reinado de Amenófis IV, que mais tarde tornou-se Akhenaton. Morreu antes da nova capital de Akhenaton ser construída. Sua tumba ficou inacabada. Ramose é retratado usando uma peruca, um colar de coração pesado, um colar de pequenas contas e o colar de ouro de um nobre. Ele está supervisionando a equipe de um alto funcionário. O texto diz: “Justificados antes de Ra, o Supervisor da cidade (prefeito de Tebas), Ramose Vizir, justo de voz”.¹⁵²

O livro do Gênesis nos apresenta José como a mais alta autoridade no Egito devendo obedecer apenas ao faraó: “Tu serás o administrador do meu palácio e todo o meu povo se conformará às tuas ordens, só no trono te precederei. O Faraó disse a José: “Vê; eu te estabeleço sobre toda a terra do Egito,” e o Faraó tirou o anel de sua mão e o colocou na mão de José, e o revestiu com vestes de linho fino e lhe pôs no pescoço o colar de ouro. Ele o fez subir sobre o melhor carro que havia depois do seu, e gritava-se diante dele “Abrec.” Assim foi ele preposto a toda a terra do Egito.” (Gn 41,40-44).

Von Rad estabelece uma importante ligação entre a história de José e a sabedoria antiga, cujo principal objetivo era saber falar bem em público e ter a capacidade de dar

¹⁵¹Disponível em:

http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&sl=en&tl=pt&u=http%3A%2F%2Fwww.huffingtonpost.com%2F2010%2F03%2F29%2Fancient-egyptian-door-to_n_516822.html, acesso em 04/05/2011.

¹⁵²Disponível em:

<http://translate.google.com.br/translate?hl=ptBR&langpair=en%7Cpt&u=http://www.donf.com/egypt/vizier/18ram.htm>, acesso em 04/05/2011.

conselhos a respeito de qualquer assunto referente ao estado. José representa um alto funcionário, com competência para substituir o faraó. Ele cita uma máxima egípcia: “Se você é um homem sábio e se assenta na sala de seu senhor, concentra sua inteligência ao máximo. O silêncio é melhor que flor de Teftef. Se você falar, saiba o que vai dizer. Hábil é aquele que sabe dar conselhos, é mais difícil falar que todos os outros trabalhos.” A imagem de José, provavelmente, representa o ideal de formação, um jovem educado, com muitos conhecimentos, equilibrado, paciente e generoso, que transmite confiança aos seus interlocutores. Para Von Rad, “a história de José é uma narração didático-sapiencial, que tanto respeita ao seu ideal de formação como respeita o seu pensamento teológico fundamental com forte influência egípcia.”¹⁵³ “Egito era um representante especialmente rico destas obras didáticas, que eram ali atribuídas com preferência a reis e a altos funcionários palacianos.”¹⁵⁴

A principal finalidade da educação na formação dos sábios da corte era torná-los ótimos conselheiros para o rei. Dessa forma, há uma sintonia com Von Rad quando ele diz que “a principal tarefa dos altos funcionários palacianos era aconselhar o rei em matéria política (Prov. 20,18; 24,6). Aconselhar o rei com palavras bem medidas era uma função cheia de responsabilidade que exigia competências muito concretas adquiridas somente através de uma longa educação.”¹⁵⁵

O conselheiro do rei, este recebia o nome de sábio. O rei necessitava de conselheiros que o ajudassem nos julgamentos, nas decisões dos negócios e na administração das riquezas, esses “sábios” deviam ser muito bem preparados, possuindo profundo conhecimento em administração, economia, leitura, escrita e na arte da retórica. No Egito, escreve Von Rad “a arte de dominar uma situação com um discurso de estilo nobre superava todas as outras”.¹⁵⁶ “O mesmo ocorria na Mesopotâmia; por exemplo, o sábio ministro Ajicar, “de cujo conselho dependia toda Assíria” – como

¹⁵³ RAD, Gerhard von. *Estudios sobre El Antiguo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sigueme, 1976, p. 255-262.

¹⁵⁴ RAD, Gerhard von. *La sabiduría em Israel*, p. 125.

¹⁵⁵ RAD, Gerhard von. *La sabiduría em Israel*, p. 135.

¹⁵⁶ RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento*, p. 405.

realça estereotipadamente o relato – e no ensino que ele dirigiu a seu primo e sucessor do cargo.”¹⁵⁷

Os conselheiros influenciavam as decisões reais. O redator do livro de Samuel diz: “o conselho que Aquitofel dava naquele tempo era recebido como um oráculo de Deus” (2Sm 16,23). Talvez o melhor exemplo da importância de um conselheiro real é o caso de Absalão que se encontra em 2Sm 17,1ss. Nesse caso, Absalão teve de optar entre o conselho de Aquitofel e Cusai, os dois eram conselheiros de Davi. Aquitofel preferiu tomar o partido de Absalão durante sua revolta para usurpar o trono do pai. Cusai foi instruído por Davi para dar um mau conselho a Absalão a fim de ganhar tempo na fuga de Jerusalém. Absalão preferiu seguir o conselho do traidor o que acabou por causar sua morte. O bom conselheiro poderia levar ao progresso e à justiça, assim como o mau conselheiro poderia conduzir o rei ao declínio. Em Provérbios 25, 4-5 há uma referência ao mau conselheiro: “Tira as escórias da prata e ela fica totalmente pura; tira o ímpio da presença do rei, e seu trono se firma na justiça”.

Com as inovações administrativas, econômicas e políticas trazidas por Salomão tornou-se necessário um grande número de funcionários. Verifica-se que a preocupação de Salomão era bem diferente da de Davi. Tendo recebido um império já bem estruturado, Salomão não precisou se dedicar à guerra. Numa época de paz o monarca pode aperfeiçoar a estrutura já existente, dedicar-se ao comércio, às construções e às relações exteriores, dando um grande incentivo à cultura e aperfeiçoando o sistema tributário. Salomão tornou-se um homem muito rico, suas propriedades não se limitavam apenas ao complexo palaciano, mas todo o patrimônio herdado da família real, assim como propriedades de diferentes gêneros, a grande parte era formada por vinhedos e hortas.

As construções de Salomão demonstram uma vida de muita ostentação em sua corte. O povo não teve de pagar apenas pelas edificações do rei, mas também arcar com os gastos da corte que levava uma vida extremamente dispendiosa.

¹⁵⁷ RAD, Gerhard von. *La sabiduría em Israel*, p. 134.

Pode-se afirmar que Salomão pretendeu transformar Israel e Judá num império, reproduzindo os modelos existentes em sua época, inspirando-se, principalmente, no Egito. “Salomão agia, sobretudo, como um administrador segundo a linha da sabedoria política do Oriente”¹⁵⁸, escreve Rossi. Portanto, a sabedoria de Salomão estava intimamente relacionada com a arte de governar. Ele investiu em grandes construções, no custeamento de um aparato militar e na manutenção de uma corte extremamente dispendiosa.

2.2.2. Política e propaganda de ‘Salomão, o Sábio’

É evidente que Salomão pretendeu igualar-se aos monarcas do Antigo Oriente Médio e deixou-se influenciar pelo modelo de estado desses países, principalmente do Egito. Schwantes afirma que “um estado territorial representa um desafio administrativo. Davi tão somente conseguiu consolidar a nova grandeza política. Coube à outra geração, a de Salomão, enfrentar a questão administrativa, com sabedoria e aprendizado junto ao Egito”¹⁵⁹. Para López é impossível negar a existência de “importantes paralelos entre a estrutura administrativa do Egito e de Israel no período da monarquia unida”¹⁶⁰.

No Antigo Oriente Médio o poder exigia uma sabedoria superior próxima da dos deuses. O rei deveria participar da sabedoria divina a fim de manter o equilíbrio de seu reino, e até mesmo do cosmo, como por exemplo, o Egito. Eles entendiam que o Faraó deveria governar segundo as leis de “*Maat*” (o bem, a justiça), “assim o Faraó possuía *Maat*, a sabedoria para manter a criação. O deus criador lhe concedera o conhecimento e lhe revelara seus desígnios”¹⁶¹. Esse trecho do hino a Aton revela tal concepção:

¹⁵⁸ ROSSI, Luiz Alexandre Solano. “A importância da cidade para a realeza”. In: *Estudos Bíblicos*, v. 36. Petrópolis: Sinodal, 1992, p.11.

¹⁵⁹ SCHWANTES, Milton. *As monarquias no Antigo Israel – Um roteiro de pesquisa histórica e arqueológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 2006, p. 48.

¹⁶⁰ LÓPEZ, Maricel Mena. “O legado das deusas – Egito e Sabá no tempo da monarquia de Salomão”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, n.54, 2006, p.54.

¹⁶¹ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p. 29.

“... Depois que partiste, não existe mais nenhum dos seres que criaste para não contemplar senão a ti;
embora daqueles que criaste ninguém te veja,
tu estás no meu coração.
Não há nenhum outro que te conheça,
a
porque tu o informaste sobre teus desígnios e sobre teu poder.
A terra veio à existência por tua mão, porque tu a criaste.
Quando te levantas, vive-se; quando te deitas, morre-se.
Tu mesmo és a duração da vida; todos vivem de ti.
Todos os olhares estão fixos em tuas perfeições até que te deites.
Todo trabalho é abandonado quando te deitas no ocidente.
Quando te levantas, fazes crescer todas as coisas para o rei.
A prontidão se apodera de todas as pernas
depois que organizaste a terra
e a fizeste surgir para teu filho, saído do teu corpo,
o rei do Sul e do Norte que vive da verdade, Akenaton...
e para a grande esposa real que ele ama, Nefertiti.”¹⁶²

Por ocasião da coroação, o faraó recebia cinco títulos. O primeiro deles é Hórus. “Esse nome identifica o rei como manifestação terrena de Hórus, o deus do céu que tem forma de um falcão, configurado como ‘Hórus no Palácio’.” Simboliza a posição de representante do princípio solar na terra. O segundo título é constituído pelo “elemento *Nebti*, ‘as duas senhoras’, que designa concretamente as duas protetoras do Alto e do Baixo Egito: *Nekhbet*, a deusa-abutre, e *Uto (Uadjit)*, a deusa-cobra.” O terceiro título real é designado por “nome do Hórus de ouro”. Expressa a natureza do falcão associada ao material de que são feitos os deuses e suas imagens. Provavelmente, trata-se de uma recordação da vitória de Hórus sobre Set, tradição do Egito pré-dinástico. O quarto é o título é ‘*Nesut-bití*, ‘Rei do Alto e do Baixo Egito’, o nome do trono, que a partir do Médio Império passou a incluir o nome de Rá, o deus solar. Por último, o quinto título equivale ao nome de família, escreve Donadoni (ed).¹⁶³

¹⁶² VV.AA, *As raízes da sabedoria*, p. 29-30.

¹⁶³ BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*. Lisboa: Editorial Presença, 1994, p.240-241.

Em Israel não foi diferente. Pode-se dizer que a partir do momento em que Davi trasladou a arca da aliança para Jerusalém, Iahweh passou a ser o Deus de sua dinastia. Segundo Siqueira:¹⁶⁴

“Instalada em Jerusalém, a Arca somou, à sua personalidade própria, algumas características novas. À sua característica guerreira, é adicionado o pomposo nome de defensora da cidade e do rei: a “Arca de Javé dos Exércitos” (1Sm 4,4; 2Sm 6,2; 2Rs 19,15; Is 37,16). Percebe-se claramente que a Arca doou totalmente os seus atributos e popularidade à cidade, para depois ser relegada ao esquecimento (Jr 3, 16-17). Os atributos, outrora carregados pela Arca, a seguir, são passados para Jerusalém. A partir daí, os teólogos de Jerusalém acrescentaram novos conceitos sobre a cidade, fortemente marcados pela ideologia monárquica. A designação “trono de Javé” é tardia e reflete bem esta mudança intencional (Is 66,1; Sl 99,5; 132,7; Lm 2,1).”

Na fala da mulher de Técua (2Sm 14,4-20), narrativa que pertence a história da sucessão ao trono de Davi, provavelmente um texto antigo, da época de Salomão, o autor por duas vezes cita a sabedoria do rei como sendo semelhante à do Anjo do Senhor: “Porque o meu rei é como o Anjo de Deus para discernir o bem e o mal”(2Sm 14,17); “O meu senhor tem a sabedoria de um Anjo de Deus e sabe tudo o que se passa na terra” (2Sm 14,20). No sonho de Gabaon, Salomão pediu e recebeu a sabedoria divina. Do texto 1Rs 3,1-15 que narra o sonho de Salomão, deve-se extrair os versos 1 a 3; 14 e 15b que são acréscimos deuteronômistas, assim há o texto mais antigo. Os versos 4 e 5 introduzem o texto apresentando o local do sonho e os personagens Salomão e Iahweh. Foi Iahweh quem iniciou o diálogo dizendo ao rei que lhe fizesse um pedido. Nos versos 6 e 8 Salomão responde a Iahweh recordando sua bondade para com seu pai, o rei Davi, que apoiado pela fidelidade divina pode caminhar na justiça e retidão. A promessa de uma casa para Davi (2Sm 7) também é lembrada por Salomão, pois é um filho dele quem agora ocupa o seu trono. Humildemente, Salomão coloca-se como um servo de Deus, jovem e inexperiente, que não sabe comandar. O povo que ele deve conduzir pertence a Iahweh. No verso 9, Salomão pede que Iahweh lhe dê inteligência para saber ouvir e saber discernir entre o bem e o mal. Nos versos 11 a 13,

¹⁶⁴ SIQUEIRA, Tércio Machado. *O povo da terra no período monárquico*, Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UMESP - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1997, p. 117.

Iahweh concede a Salomão sabedoria e inteligência, acrescentando ainda riqueza e glória.

Nesse texto, percebe-se claramente que Salomão, assim como os monarcas dos países vizinhos é escolhido por seu Deus para governar e recebe de suas mãos a sabedoria divina. Aqui se encontra a justificativa ideológica que assegura o poder nas mãos de Salomão. Sua sabedoria vem de Deus e ele se torna o seu representante na terra, aquele que foi designado para governar o povo escolhido. Comparando o texto acima com escritos egípcios e mesopotâmicos pode-se dizer que a ideologia de dominação por meio da religião contida neles é a mesma. Para Von Rad, “a revelação de Javé no sonho de Salomão (1Rs 3,4-15) constitui, como provam muitos paralelos egípcios, um texto cerimonial: a revelação onírica no santuário, o rei como criança, a marcha para a cidade, o sacrifício e principalmente a confirmação da realeza pela divindade, permitem concluir que, também aí, o cerimonial judaico se inspirou no modelo egípcio.”¹⁶⁵ A seguir estão alguns textos retirados do livro “A sabedoria viva do antigo Egito”:¹⁶⁶

“Aquele que reina sobre as Duas Terras é um conhecedor.
Senhor dos dignitários, o Faraó não pode ser um ignorante.
Ele já era sábio ao sair do ventre materno,
Pois Deus já o havia escolhido entre milhões de seres.”

Merikarê

“O Faraó é um benfeitor, pelos trabalhos que empreende para com
os deuses, construindo seus templos e modelando suas imagens.”

Estela de Amada

Na concepção dos egípcios, o faraó pertence ao mundo dos deuses, ele é o administrador do culto e representante da humanidade perante os deuses. “Ciclos figurativos e textos (sobretudo os de Hatshepsut, em *Deir El-Bahari*, e de Amenófis III, no templo de Luxor) descrevem o acontecimento e os cuidados prestados pelas amas

¹⁶⁵ RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo, 1973, p. 55.

¹⁶⁶ Jacq, Christian. *A sabedoria Viva do Antigo Egito*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 94 e 96.

celestes. Numerosas inscrições informam que o rei é chamado à realeza ainda ‘no ovo’.’¹⁶⁷

Abaixo estão textos mesopotâmicos retirados do livro “As raízes da sabedoria”.¹⁶⁸

“Marduk, o mais sábio dos deuses, deu-me de presente um amplo entendimento e uma vasta inteligência; Nabu, o escriba do universo, presenteou-me com seus ensinamentos de sabedoria; (...) Aprendi a arte do sábio Adapa, o mistério oculto de toda a arte do escriba; (...) li o documento sutil no qual o sumério é obscuro, e o acádio, difícil de interpretar; perscruto as inscrições em pedras de antes do dilúvio, que são herméticas, encobertas e desordenadas”.

Assurbanipal

“...Ele lhe concedeu um vasto entendimento para que ele revelasse os destinos do país. A este homem ele deu a sabedoria, mas não lhe deu a vida eterna. Naquele tempo, naqueles anos, o Sábio era originário de Eridu; E a, entre os homens, o havia criado como modelo: sábios, ninguém pode rejeitar a sua palavra, _erudito, ele é o mais inteligente dos Anunnaki, - santo, de mãos puras, sacerdote ungido, fiel cumpridor dos ritos...”.

Poema de Adapa

Na Mesopotâmia o governante também era um representante dos deuses na terra. Escolhido por eles para reinar, o “instruíam em sua vasta sabedoria”.¹⁶⁹ Dessa forma, o rei era considerado um sábio, possuindo todo conhecimento necessário para implantar um governo de justiça e prosperidade.

Segundo Liverani,

“Os dotes típicos da realeza estão centrados para Salomão na dupla “justiça” (*sedaqah*, também *mispah*, “juízo”) e “sabedoria” (*hokmah*, também *bînah*,

¹⁶⁷ BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*, p.240-241.

¹⁶⁸ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p. 34.

¹⁶⁹ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p. 32.

“inteligência”). Isso corresponde ao que sabemos da realeza siro-palestina da época: Yehimilk de Biblos na metade do século X se autodefine como “rei justo e rei reto” (*mlk.sdq.wmlk.yshr*: SSI III 6), Bar-Rakib de Sam'al na metade do século VIII indica como seus dotes a sapiência e a justiça (*hkmt e sdq*: SSI II 14 e 15), e pouco depois Azitawata de Karatepe cita a justiça, a sapiência e a bondade de alma (*sdq, hkmt, n'm.Ib*: SSI III 15). Nada impede que já Salomão tenha usado essa terminologia numa inscrição sua que dissesse algo como “Pela minha sapiência e pela minha justiça e pela de meu pai, Yahweh me fez reinar”, ou algo parecido. A inscrição mesma, que ficou à vista no tempo ou no palácio, talvez por séculos, pode ter dado origem a tradições depois enriquecidas de releituras anacrônicas e adornos fabulosos.”¹⁷⁰

A grande preocupação dos monarcas no Antigo Oriente Médio era a arte de governar e como se viu a sabedoria estava intimamente ligada à política e a administração. Quando Davi conquistou a cidade-estado de Jerusalém, encontrou uma cidade econômica, política e teologicamente organizada nos moldes egípcios. Davi não só aproveitou a estrutura administrativa, como também incorporou a ideologia real dos povos do Antigo Oriente Médio. Para Siqueira:

“Quando se toma contato com o texto bíblico, percebe-se que a cidade de Jerusalém possuía uma dinâmica diferente, comparado às demais regiões e cidades da Palestina. Ela tinha privilégios que outras cidades, da época, não possuíam. As razões para que Jerusalém se tornasse uma cidade por excelência – “morada de Deus”, “inabalável”, “montanha sagrada”, “cidade do nosso Deus” (conferir Sl 40; 48; 89) – nasceram dentro de seus próprios muros. Essas e outras denominações faziam parte de uma ideologia bem articulada que começou com Davi ao conduzir a Arca – ‘aron para Jerusalém (2Sm 6, 1-23) e a sua consequente, instalação no templo (1Rs 6,1 – 8,66), por Salomão. Na verdade, a Arca deu à cidade e ao templo a identidade e a popularidade necessárias a uma sede de governo cujo povo era marcadamente camponês. Os reis precisavam dos agricultores e pastores para manter o Estado. Ao levar o símbolo maior deste povo para a nova capital, Davi e Salomão deram um passo definitivo para concretizar esta aliança.”¹⁷¹

¹⁷⁰ LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia – História antiga de Israel*. São Paulo: Paulus – Edições Loyola, 2008, p. 135.

¹⁷¹ SIQUEIRA, Tércio Machado. *O povo da terra no período monárquico*, p. 117.

Realmente, a transferência da Arca para Jerusalém e a construção do templo nesta cidade, contribuíram de forma definitiva para legitimar politicamente a Casa de Davi como legítima herdeira do governo de Israel.¹⁷² Davi assumiu o trono de Israel através de uma designação divina, e posteriormente, essa escolha divina transferiu-se do indivíduo para a dinastia. Salomão soube tirar todo proveito dessa ideologia. Segundo Gorgulho:

“O trono do rei é a expressão da ordem sagrada da sociedade. O rei é a encarnação deste Estado sagrado, é ápice de uma sociedade de classes, construída pelo poder e formada pela elite política dirigente. A figura do rei é a concentração da força social do camponês trabalhador, do militar e do sacerdote. É o rei que, a mandado da divindade, cuida do povo e cria uma ordem justa na terra pela mão dura de seu poder, pela imposição do tributo que os trabalhadores do campo devem pagar à classes dirigentes da cidade, da corte e do templo.”¹⁷³

Em seu estudo a respeito do salmo 89, Siqueira faz uma importante análise a respeito da ideologia real, sustentada pela crença na designação divina do rei, ou melhor, da dinastia davídica. Além de garantir o poder, essa ideologia ia de encontro aos costumes estrangeiros, como vimos acima. “Assim, não somente instituições sociais e religiosas deveriam adaptar-se às necessidades internacionais, mas também o próprio conceito de Deus”. Portanto, para ter projeção e se colocar em pé de igualdade diante dos soberanos vizinhos, o rei precisava de alguns pré-requisitos. Conforme Siqueira, o rei deveria reunir alguns valores considerados essenciais nos regimes monárquicos do Antigo Oriente Médio:

“ser considerado filho de Deus (Sl 2,7; 89,7); sentar-se à direita de Deus (Sl 110,1; 80,18); sentar-se sobre um trono e descansar os seus pés sobre o escabelo (Sl 110,1; 89,5.15.30.37.45; 132,11); usar um cetro nas mãos (Sl 45,7; 89,40; 110,2); ter qualidades divinas (Sl 45,7); ser-lhe assegurada a posse do trono para sempre (Sl 89,3.29.37s etc.). Ademais, o luxo, a aparência (Sl 45,3), a sabedoria (1Rs 5,9-14; cf. Sb 7,17-21); a beleza (Sl 45,3 etc.)”

Para ele, a sacralização da monarquia se deu através dos conceitos de unção, eleição e aliança. “o ato de *ungir* um rei tornou-se uma particularidade importante em

¹⁷² LIVERANI, Mario. *El Antiguo Oriente: Historia, sociedad y economía*. Barcelona: Crítica, 2008, p.532.

¹⁷³ GORGULHO, Gilberto. “Os Salmos do rei”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.23, p.11.

Israel, a partir da instituição da monarquia, por volta do ano 1.000 a.C. Com a unção, o rei tornava-se um escolhido de Javé, uma espécie de cargo que transformava o ocupante do trono num “protegido” por Deus, uma espécie de intocável, imune de todo mal (1Sm 1,14-16; 19,22; 24,7; Sl 2,7-9).” Essa ideologia, tão bem construída, iniciada por Davi e consolidada por Salomão, estabeleceu a base para a manutenção do poder. “Fincados nesses pilares, ficou mais fácil instalar outros tantos na memória do povo. Para que a tradição davidita de Jerusalém fosse melhor recebida e atingisse o coração do povo, nada melhor que o culto para legitimá-la.”¹⁷⁴

2.2.3. Da escola de escribas

Com base nas avaliações anteriores, foi possível concluir que a consolidação da monarquia e as mudanças políticas e econômicas implantadas por Salomão exigiram a formação de funcionários qualificados para as mais diversas funções, para a realização dos projetos de Salomão. Fossem eles, de ordem administrativa ou cultural. “Cercado de conselheiros, o rei formava seus projetos e empreendia realizações para o bom desempenho do seu governo. Essas pessoas do aparelho administrativo, saídas das escolas dos escribas, tinham consciência de sua importância. Dominando a escrita e a leitura, eles detinham o poder, à vezes com arrogância.”¹⁷⁵ Davi já havia começado um movimento nessa direção (2Sm 20, 23-26), mas sob Salomão as escolas de escribas tiveram um grande incentivo. Segundo Von Rad,

“considerando ainda que nessa época havia começado a compilação e a classificação das noções de ciência natural (1Rs 5,9ss), teremos uma ideia exata dessa época de civilização intensa e de desabrochamento intelectual. Esse novo despertar do sentido do humano, a cultura do homem, o interesse pelo psicológico e o gosto pela retórica permitem falar de um humanismo salomônico.”¹⁷⁶

¹⁷⁴ SIQUEIRA, Tércio Machado. “Salmo 89: a crise da promessa”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.23, p.30-38.

¹⁷⁵ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p. 24.

¹⁷⁶ RAD, Gerhard von. *Teologia do Antigo Testamento*. P. 68

Para Nakanose,

“O surgimento de uma corte como a de Davi, por mais primitiva que tenha sido, sugere a existência do escriba ou do arquivista para sistematizar os materiais literários de interesse da casa real. O trabalho do escriba e do arquivista se desenvolveu e consolidou especialmente no tempo de Salomão. Eles nos deixaram várias tradições que foram aproveitadas posteriormente pelos deuteronomistas, entre elas destacamos a parte antiga do ciclo de Davi (1Sm 16,1-2Sm 5) e da história de Salomão (1Rs 3-11).”¹⁷⁷

Essas escolas já existiam a séculos tanto no Egito, quanto na Mesopotâmia. No Egito, desde a 4ª dinastia temos notícias de que havia a possibilidade dos filhos dos altos funcionários estudarem na escola do Palácio, na companhia dos filhos do rei. O estudo com o filho do soberano poderia significar muitas possibilidades de crescimento profissional dentro da corte. Nessa escola não se ensina apenas a escrever, ler e contar. “Também se promovia o amor pela literatura, a eloquência e o rico, brilhante e figurado estilo literário, como demonstra a história do *Oasiano Eloquente*, que o autor situa na 9ª dinastia.”¹⁷⁸

Afirmou-se anteriormente, que Davi, ao conquistar a cidade-estado de Jerusalém, adotou o modelo administrativo existente na cidade. Seguramente, os altos funcionários de Jerusalém tinham uma formação à egípcia, visto que as cidades-estado de Canaã eram vassalas do Egito. “Assim a sabedoria egípcia fazia sentir a sua influência nesta parte do mundo, através das escolas cananéias de escribas.”¹⁷⁹ Segundo Rachewiltz, “nas escolas governamentais preparavam-se os novos escribas e os futuros administradores do Estado, segundo um critério essencialmente “aristocrático”, no sentido etimológico da palavra.”¹⁸⁰

“A única falha grave cometida pelo autor do romance histórico dos últimos capítulos do Gênesis refere-se à instrução de José, ou mais exatamente à sua ausência. O fato de se ser perito na interpretação dos sonhos não poderia tê-la

¹⁷⁷ NAKANOSE, Shigeyuki. *Uma História para contar...A Páscoa de Josias – Metodologia do Antigo Testamento a partir de 2Rs 22,1-23,30*. São Paulo: Paulinas, 2000, p.71.

¹⁷⁸ BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*, p.90

¹⁷⁹ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p. 25.

¹⁸⁰ RACHEWILTZ, Boris de, *A Vida no Antigo Egito*. São Paulo: Círculo de Leitor, 1994, p. 76.

substituído. O funcionário tenha de ler e escrever corretamente, saber fazer contas, conhecer as operações matemáticas, calcular áreas e volumes e possuir noções de engenharia. Devia desempenhar cargos praticamente de todos os gêneros, e na perfeição; caso contrário, as consequências podiam ser graves (e por vezes, mesmo muito graves).¹⁸¹

Com relação ao rigor na educação dos escribas, futuros funcionários do estado, pode-se citar uma “exortação” usada nas escolas de escribas:

“Ó escriba, não sejas preguiçoso, não sejas preguiçoso ou serás severamente castigado! Não te percas nos prazeres ou ficarás arruinado. Escreve com a tua mão, lê com a tua boca e procura o conselho de quem tem mais experiência do que tu...Não passes o dia ocioso ou serás espancado. O ouvido do rapaz está nas suas costas e ele só ouve quando é espancado!”¹⁸²

Tanto no Egito como na Mesopotâmia, muitos anos nas escolas de escribas eram dedicados ao aprendizado da escrita. Um dos métodos utilizados pelos professores constituía do exercício de realizar cópias dos textos clássicos da literatura de seus respectivos países. Inclusive alguns deles só chegaram ao nosso conhecimento através de cópias feitas por estudantes. Pode-se dividir os textos usados nas escolas em dois grupos: exortações e máximas moralizantes e modelos epistolares. Rachewiltz escreve:

“Ao lado destes modelos, morais e literários, o jovem estudante devia aprender o estilo epistolar e as diferentes fórmulas protocolares a empregar nas relações com pessoas das várias classes sociais. Com esse objetivo o professor recorria a duas categorias epistolares: a) Cartas realmente enviadas por várias personalidades e que, pela pureza do estilo, a elegância da forma e o brilho das imagens, eram consideradas clássicas e dignas de servir, por sua vez, de modelo. b) Cartas ‘tipo’, ou seja, modelos *standart* para uso em todas as circunstâncias e nas quais eram, sobretudo, postas em evidência as fórmulas protocolares. No início, o esquema epistolar comporta a indicação do remetente e do destinatário (Exemplo: ‘O escriba ‘A’ informa-se do Comandante ‘B’), seguida pela fórmula de saudação: ‘Vida, prosperidade e saúde’. Entra-se, depois, nos vários assuntos que constituem o escopo da missiva e conclui-se com a fórmula ‘Que passe bem!’.”¹⁸³

¹⁸¹BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*, p.90

¹⁸² RACHEWILTZ, Boris de, *A Vida no Antigo Egito*. p. 90.

¹⁸³ RACHEWILTZ, Boris de, *A Vida no Antigo Egito*. p. 89.

“Em Tell el Amarna, a capital de Amenófis IV, existia, a meio caminho entre o Templo Grande e o Templo Pequeno, um edifício onde a correspondência era arquivada; a descoberta de um fragmento da epopeia de Gilgamesh confirma que a aprendizagem era feita através da leitura de obras literárias de notável qualidade.”¹⁸⁴ Segundo Sellin-Fohrer, “também se conhecia, na Palestina, uma parte considerável das literaturas mesopotâmica e egípcia, em particular através de textos que se utilizavam como exercício nas escolas de escribas. Tratava-se sobretudo de cânticos, poemas épicos, mitos e textos sapienciais.”¹⁸⁵

Abaixo temos um texto, um diálogo entre dois estudantes, mais precisamente uma disputa entre eles. O mais velho, considerando-se um aluno dedicado, acha-se no direito de insultar o mais novo. Este, por sua vez, parece criticar os métodos escolares. No final, o professor, aparentemente um defensor da tradição da escola, posiciona-se a fazer do aluno mais velho. Através desse diálogo é possível perceber uma série de detalhes metodológicos aplicados nas escolas de escribas na Mesopotâmia.

Diálogo entre dois escribas¹⁸⁶

(Girine-Isag)

“Bem, colega estudante, o que escreveremos hoje na parte de trás de nosso tablete?”

(Enki-Mansum)

“Hoje não escreveremos nem sequer uma única palavra de nossa lição!”

(Girine-Isag)

“Mas então certamente o professor saberá e ficará nervoso conosco por sua causa! O que diremos a ele?”

(Enki-Mansum)

“Venha agora, vou escrever o que eu quero! Eu vou definir a tarefa!”

(Girine-Isag)

¹⁸⁴BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, 'I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*, p.75.

¹⁸⁵SELLIN, Ernst; FOHRER, Georg. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, vol. 1, p.21.

¹⁸⁶ Tradução de Fernando Candido a partir de Herman Vanstiphout, “The Dialogue Between Two Scribes”, em William Hallo (editor), *The Context of Scripture – Canonical Compositions from the Biblical World*, Leiden, Brill, 2003, vol.1, p.589-590.

“Se você definir a tarefa, eu não sou seu irmão mais velho! Porque você invade meu status de irmão mais velho? Eu me tornei excelente na arte dos escribas. Eu cumpri a função de irmão mais velho com perfeição! Você é lento na compreensão e difícil de escutar; você é um novato na escola! Você é desatento na arte dos escribas e calado no sumério! Sua mão é aleijada, ela é imprópria para escrever com caniço e imprópria para a argila; sua mão não pode manter-se com a boca. Você seria um escriba como eu?”

(Enki-Mansum)

“Porque eu não seria um escriba como você?”

[linhas 15-18 perdidas ou fragmentadas]

(Girine-Isag)

“Você escreveu um tablete, mas não pode entender seu sentido. Você escreveu uma carta, mas esse é o limite para você! Vá dividir um lote de terra, você não é capaz de dividir um lote de terra! Vá repartir um campo, você nem mesmo é capaz de segurar a fita e a vara corretamente (...) Mas você admite um irmão atacar um irmão. Entre os escribas, você apenas é incapaz para a argila. Do que você é capaz? Alguém pode nos dizer?”

(Enki-Mansum)

“Porque eu não sou bom para nada? Quando eu vou dividir um lote de terra, eu posso dividi-lo. Quando eu vou repartir um campo, eu posso dividir as partes. Então, quando homens injustiçados estão em desavença, eu acalmo seus corações (...) irmão estará em paz com irmão...”

[linhas 33-58 perdidas ou fragmentadas]

(Girine-Isag?)

“Subtrair e adicionar a cota diária de ração das meninas da tecelagem (...) eu sei seu procedimento. Meu pai fala sumério; eu sou filho de um escriba; mas você é filho de um vil, um bárbaro. Você não pode moldar um tablete, nem amassar um exercício de tablete. Você não pode nem mesmo escrever seu próprio nome; a argila não é adequada para sua mão (...) tolo inteligente, cubra seus ouvidos, cubra-os! Você pretende falar sumério como eu?”

(Enki-Mansum?)

“Porque você fica repetindo para mim cubra seus ouvidos, cubra-os?”

[linhas 68-133 perdidas ou fragmentadas]

“Porque você age deste modo? Porque você instiga um contra o outro e lança insultos um contra o outro? Você provoca uma algazarra na escola! Eu estou estudando sumério como exigido...”

[linhas 138-139 fragmentadas]

“Mesmo naqueles longos dias passados, quando você ainda era espancado... nenhuma gritaria chegou até mim como esta! Porque, para ele que é seu irmão mais velho, que sabe mais da arte do escriba do que você, porque você falou com ele de modo tão arrogante, e o amaldiçoou e o insultou? O professor – que sabia de tudo – franziu a testa dizendo: faça como quiser!”

(Girine-Isag?)

Se eu pudesse agir como realmente desejo, então um camarada agindo como você, atacando seu irmão mais velho, depois de lhe dar 60 golpes com a chibata, aprisionaria seus pés, confinando-o na casa para que não pudesse sair por dois meses. Seu crime certamente ainda não estaria expiado! A partir deste dia, seus olhos se mantiveram com ódio. Um atua mesquinamente em relação ao outro: irmão briga com irmão.

A partir da disputa entre Enki-Mansum e Girine-Isag, ambos, o professor dará o veredito: Louvada seja Nisaba!”

Percebe-se que as escolas de escribas primavam pela qualidade do ensino. A profissão de escriba tornou-se uma função ambicionada e requerida pela administração, e por isso especializa-se numa série de atividades setoriais que equipara o escriba ao funcionário. “Os doutores do pincel são repartidos por uma escala de graus hierárquicos, e a competência de escriba passa a estar associada a atividades que, em alguns casos, se revestem de prestígio pessoal.”¹⁸⁷

As funções dos escribas estavam intimamente relacionadas ao templo e ao palácio. Segundo Antonio Largacha, eles “eram o responsáveis por transmitir os desejos dessas instituições para a sociedade, e simultaneamente elaborar documentos que toda sociedade requer, de acordo com as normas existentes.” Além dos serviços prestados ao Estado, “muitos aspectos da vida cotidiana exigiam a participação dos escribas, como redigir contrato de casamento, cópia e leitura de livros que continham a lista de dias

¹⁸⁷ BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*, p.67.

bons e maus, cópia das decisões judiciais, documentos de herança, empréstimos que se realizaram, a concessão de terras da parte do Estado.” Somente os escribas tinham condições de elaborar tais documentos. As pessoas dependiam desses profissionais, que de modo geral eram os mesmos que trabalhavam na administração.¹⁸⁸

Com o passar do tempo verifica-se um crescimento considerável da camada mais culta da sociedade, dessa forma o uso da escrita e dos livros e a importância dos escribas foram bastante favorecidos. Muitos membros da elite passaram a levar para os túmulos cópias de textos que o defunto apreciava em vida. “Nem só os textos sagrados eram cuidadosamente redigidos e guardados. Uma literatura de ‘passatempo’, mas também de sutil edificação era promovida pelo palácio, levando à redação escrita de obras gnômicas e narrativas dotadas de notáveis ambições estilísticas. Por conseguinte, o escriba passava de ‘inventor da escrita’ para inventor de textos’.”¹⁸⁹

No Novo Império as atividades de muitos escribas não estavam diretamente voltadas à administração, eles passaram a constituir uma verdadeira casta intelectual, que produzia cultura. De qualquer forma, a produção literária destinavam-se à classes abastadas, quase sempre ligadas ao templo ou à corte.

Em Israel, no tempo de Salomão, pode-se dizer que os escribas não produziam apenas documentos oficiais, assim como em outros países, o avanço da escrita provoca o desejo de se produzir obras literárias. É na época de Salomão, em decorrência do incentivo às escolas de escribas, bem como, as relações internacionais, ampliadas durante o seu reinado, que surgem as obras literárias mais elaboradas e por que não dizer direcionadas. É provável que os escribas de Salomão tenham se preocupado em redigir textos a respeito de algumas tradições orais, reorganizando e reinterpretando-as da maneira como melhor lhes aprouvesse, com a finalidade de justificar e legitimar o reinado de Salomão. São textos que possuem uma tendência ‘nacionalista’, legitimam a cobrança de impostos e procuram elevar Judá a uma categoria acima das outras tribos.

¹⁸⁸ LARGACHA, Antonio Pérez. “El saber Del palácio y El templo: las escuelas de escribas em El Próximo Oriente Antiguo y Egipto”. In: *Arbor - Ciência, Pensamiento y Cultura*. Castilla: Dpto. de Historia. Universidad de Castilla-La Mancha, 2008, n.731, p. 411.

¹⁸⁹ BERLEV, O., BRESCIANI, E., CAMINOS, R. A., DONADONI, S., HORNUNG, E., AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A., PERNIGOTTI S., ROCCATTI, A., VALBELLE, D. *O homem egípcio*, p.67.

No que se refere a historiografia oriental e historiografia bíblica, Cazelles afirma que:

“a monarquia israelita foi fundada à maneira das monarquias estrangeiras (1Sm 8,6.20). Ora, no Antigo Oriente, os ensaios históricos estavam centrados sob a eleição do rei e sobre sua ação. Não nos admiraremos, pois, que a mais antiga “história” de Israel também tenha sido centrada sobre o rei e os problemas dinásticos. Como no Gênesis e no Êxodo, encontramos ali cenas particulares das quais o chefe é o centro e sínteses relativas aos problemas dinásticos. É o rei, o eleito da divindade nacional, que constitui a força ou fraqueza de seu povo. Esse tipo de historiografia não se contenta com celebrar o rei atual, quer também reportar-se ao passado.”¹⁹⁰

Quando Gass escreve sobre os textos que foram reinterpretados durante a época de Salomão, ele afirma que “a teologia que predominou nesta releitura foi a teologia de quem patrocinou a obra, isto é, dos que dominavam sobre Israel e os povos vizinhos a partir de Jerusalém. É, pois normal que os escritos saídos da corte reflitam a sua mentalidade, sua ideologia. E tudo isto com muita religiosidade.”¹⁹¹ Ele menciona alguns textos contendo partes que evidenciam tais expedientes. Em Gn 12,1-3 é possível perceber que os escribas “reinterpretaram a promessa a Abraão com forte dose de nacionalismo, imperialismo e universalismo”, com as frases “farei de ti uma grande nação; engrandecerei o teu nome; te abençoarei; serás uma bênção para todos os clãs da terra”. Nos textos Gn 19,30-38, 25,21-34; 27,1-45, os quais podem ser classificados como etiologia, também passaram pelas mãos dos escribas de Salomão. O primeiro quer explicar o parentesco com os moabitas e amonitas, como também justificar sua submissão ao império de Salomão, devido a maneira ilícita como foram concebidos. O mesmo acontece em relação à Edom. A atitude de Jacó roubando a bênção de Isaac de seu irmão mais velho, Esaú, interessava a Salomão, a fim de justificar a usurpação do trono de seu irmão Adonias.

¹⁹⁰ CAZELLES, Henri. *História política de Israel desde as origens até Alexandre Magno*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983, p. 60-61.

¹⁹¹ GASS, Ildo Bohn. *Uma Introdução à Bíblia – Formação do Império de Davi e Salomão*. São Paulo: Paulus, 2005, p 67-68.

Com relação aos textos que procuram legitimar a cobrança de tributos durante o governo de Salomão, Gass cita Gn 14, 18-24, o qual apresenta Abraão como um bom pagador de impostos (cf. v. 20) e Gn 47, 13-26, que expõe a política tributária de José no Egito, assim justificando que Salomão estava agindo da mesma forma que José. Até mesmo na sabedoria existe correspondência entre a narrativa de José e a fama de Salomão, pode-se comparar os textos de Gn 41, 33.39 com 1Rs 3,12 e 5,11.

A respeito da legitimação de Judá sobre as demais tribos, Gass comenta o texto Gn 49,1-27, afirmando que “a narrativa das bênçãos provém do mesmo grupo de escribas de Salomão e descreve a situação de cada tribo naquele momento histórico. O que convém destacar aqui é como a narrativa pretende induzir o povo a aceitar como normal a opressão sobre as tribos do Norte, como se ela já tivesse sido anunciada pelo pai Jacó ao abençoar os filhos que deram nome às tribos israelitas.”¹⁹²

Segundo Clévenot, os primeiros textos referentes à história de Israel, surgiram na época de Salomão, produzidos por seus escribas. Afirma também que os autores fizeram uso das tradições do norte e do sul. “com esses elementos os escribas régios fizeram um trabalho de tecelagem bastante complexo, para juntarem tradições distintas numa mesma história.”¹⁹³ Para ele, “tudo se passa como se nossos escribas estivessem utilizando um fio geográfico para coser pedaços diferentes; Abraão e Jacó fazem o papel da agulha ou naveta.” Clévenot escreve:

“No documento J muitas promessas são feitas aos patriarcas: a Abraão, Gn 12,1-3; 15,3-5; 18-21; a Rebeca, Gn 25,23; a Isaac, Gn 26,24; a Jacó, Gn 27,28-29; ao filho de Jacó, Gn 49; (cf. Cântico de Débora, Juízes 5 e o oráculo de Balaão: Números 24). E o que é prometido? Uma *terra*, cujos limites são precisamente os do reino de Salomônico; um *herdeiro*, que nunca é o filho mais velho (Isaac leva vantagem sobre Ismael; Jacó sobre Esaú; Judá sobre José). Em suma, tudo se passa como se Salomão tivesse mandado escrever a história dos patriarcas em função de sua própria história e da dupla

¹⁹² GASS, Ildo Bohn. *Uma Introdução à Bíblia – Formação do Império de Davi e Salomão*. p 68-75.

¹⁹³ CLÉVENOT, Michel. *Enfoques Materialistas da Bíblia*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, p. 40.

necessidade de legitimar sua ascensão ao trono e de justificar seu domínio sobre as tribos do Norte e os povos vizinhos.”¹⁹⁴

A partir do que foi exposto até aqui, pode-se afirmar que a sabedoria de Salomão nada mais é do que uma construção ideológica, escrita por seus escribas com o objetivo de legitimar seu poder. Mesmo porque, a sabedoria para governar estava diretamente ligada à justiça, e já temos indícios de que Salomão não estava preocupado com a prática da justiça. Pelo contrário, seus projetos acabaram por oprimir a população, segundo Cazelles,

“esta é o fundamento das realezas orientais, embora pratiquem muito imperfeitamente. O faraó recebia de seu pai, o deus Rea, o dom de *maat*, que era um misto de verdade, retidão e justiça. O rei babilônico, por sua vez, como, por exemplo, Hamurabi, recebia o *Kittu* e o *mesharu*, e o rei fenício recebia a *sdq* e *yshr* ou *mshr*. Todos esses termos são de tradução problemática. Trata-se mais de virtudes do que de normas. Por meio delas, o rei garante aos súditos do deus nacional uma base sólida para a atividade de cada um e facilidades para o desenvolvimento de suas empresas. Isso comporta a justiça, mas também a prosperidade. A ortodoxia israelita ficará com a *sdq*, mas ligará a justiça ao julgamento de Moisés (Gn 18,19; 2Sm 8,15). O rei deverá pôr em prática essas virtudes e resolver os casos difíceis, como Salomão no caso das duas mães (1Rs 3,16-28). Deverá frequentemente confiar esse encargo a escribas, visto que a justiça local dos anciãos não é suficiente. O sábio egípcio Pta-Hotep ensinava a seu filho como tratar com equidade os litigantes: esta era a tarefa dos escribas de Israel.”¹⁹⁵

Neste sentido, o Salmo 72 nos apresenta muito bem a ideologia de que Salomão é o protótipo da paz e da justiça:

Salmo 72

“De Salomão”

“Ó Deus, concede ao rei teu julgamento
e a tua justiça ao filho do rei;

¹⁹⁴ CLÉVENOT, Michel. *Enfoques Materialistas da Bíblia*. p. 41.

¹⁹⁵ CAZELLES, Henri. *História política de Israel desde as origens até Alexandre Magno*. p. 124.

que ele governe teu povo com justiça,
e teus pobres conforme o direito.

Montanhas e colinas, trazei

a paz ao povo.

Com justiça ele julgue os pobres do povo,
salve os filhos do indigente
e esmague seus opressores.

Que ele dure sob o sol e a lua,

por geração de gerações;

que ele desça como chuva sobre a erva roçada,
como chuvisco que irriga a terra.

Que em seus dias floresça a justiça

e muita paz até o fim das luas;

que ele domine de mar a mar,

desde o rio até aos confins da terra.

Diante dele a Fera se curvará

e seus inimigos lambeirão o pó;

os reis de Tárzis e das ilhas

vão trazer-lhe ofertas.

Os reis de Sabá e Seba

vão pagar-lhe tributo;

todos os reis se prostrarão diante dele,

as nações todas o servirão.

Pois ele liberta o indigente que clama

e o pobre que não tem protetor;

tem compaixão do fraco e do indigente,

e salva a vida dos indigentes.

Ele os redime da astúcia e da violência,
o sangue deles é valioso aos seus olhos.
(Que ele viva e lhe seja dado o ouro de Sabá!)
Que orem por ele continuamente!
Que o bendigam todo o dia!

Haja abundância de trigo pelo campo
e tremulem sobre o topo das montanhas,
como o Líbano com suas flores e frutos,
como a erva da terra.

Que seu nome permaneça para sempre,
e sua fama dure sob o sol!
Nele sejam abençoados as raças todas da terra,
e todas as nações o proclamem feliz!

Bendito seja Iahweh, o Deus de Israel,
porque só ele realiza maravilhas!
Para sempre seja bendito o seu nome glorioso!
Que toda a terra se encha com sua glória!
Amém! Amém!

Fim das orações de Davi, filho de Jessé.¹⁹⁶

A respeito de Salmo 72, Gorgulho fez uma análise apontando tanto a evolução da figura de Salomão nas épocas persa e grega, como também qual é a imagem de Salomão apresentada nesse salmo. Considera-se importante trazer as considerações desse autor a respeito desse tema. Gorgulho escreve que “no Cântico dos Cânticos parece que a figura de “Salomão” é a personificação simbólica da comunidade restaurada por Neemias e Esdras.” Entretanto, não se consuma a união entre o Esposo e

¹⁹⁶*Bíblia de Jerusalém* (A). revista, São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional, Paulus, 9 ed., 2000, p. 1026-1027.

a Esposa, porque “o tempo definitivo ainda não chegou. ‘Salomão’ é uma figura idílica e utópica”. “Na ideologia do Cronista, ‘Salomão’ é a encarnação da Paz”. Essa apresentação de um rei pacífico tem como finalidade demonstrar ao império persa que “a comunidade litúrgica e sacerdotal de Jerusalém não apresenta nenhum perigo para o Império!” Mas, aqui já aparece a ambiguidade da figura de Salomão, fazendo-se uso de seu pecado, o casamento com mulheres estrangeiras (Ne 13,25-27), para “explicar as desordens características da época”.

“Na teologia de Zacarias” (Zc 9-11), a figura de Salomão é apresentada em duplo sentido, duas faces de Salomão aparecem nesses textos, uma positiva e outra negativa. Em Zc 9,9-12 Salomão aparece de forma positiva, ele é o herdeiro da promessa feita por Deus à dinastia davídica. “Ele é visto na perspectiva do príncipe da paz anunciado por Is 9,5s e Mq 5,4.” Já na Alegoria do Pastor (Zc 11,4-11) a figura de Salomão se apresenta de forma negativa. Aqui ele representa o rei opressor. Foi por conta da conduta dos reis que o rebanho se dispersou. Continuando seu estudo, Gorgulho diz que na “época grega, Ecl 2,1-11 descreve a figura do Pseudo- Salomão.” Ele é visto de forma negativa. “A figura idílica chegou ao fim.” Chega-se à conclusão de que os reis é que oprimem os pobres (cf. Ecl 4,1-4; 5,7-8).

Com relação ao salmo 72, Gorgulho afirma que nesse salmo se apresenta “a figura sapiencial de Salomão. Ele é o tipo que fundamenta a esperança. O fundamento real desta, no entanto, são as promessas divinas”.¹⁹⁷

Ao final desse capítulo, surge um importante questionamento a respeito da historiografia apresentada no primeiro capítulo desta tese. Qual é a imagem de Salomão que se sobressai? Ao que parece a historiografia tradicional sobre Salomão, ainda encontra-se muito dependente da figura idealizada de Salomão. Resultado de uma construção feita desde a sua época, pelas mãos de seus escribas, como também em tempos posteriores, de acordo com as necessidades de cada época.

¹⁹⁷ GORGULHO, Gilberto. “O libertador dos pobres (Salmo 72)”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.23, p.45-51.

Acredita-se ser de grande importância orientar a pesquisa historiográfica a respeito de Salomão numa outra perspectiva, buscando em outros textos, uma nova face dessa história.

2.3. Conclusão

A grande preocupação dos monarcas no Antigo Oriente era a arte de governar e a sabedoria estava intimamente ligada com a política e a administração. Salomão investiu em recursos humanos para compor sua máquina administrativa. Durante seu governo houve um grande incentivo para o surgimento das escolas de escribas ou centros acadêmicos nos quais eram educados os membros da família real e os filhos da elite, destinados a fazer parte do governo e da administração do Estado. Tais escolas foram criadas seguindo o modelo das escolas de escribas que funcionavam no Egito.

Salomão aperfeiçoou o modo de produção tributária com a criação de doze distritos com o objetivo de assegurar a arrecadação de tributos destinados à manutenção da corte, extremamente dispendiosa. Para garantir seus projetos de construções desenvolveu um extraordinário sistema de trabalhos forçados e obrigatórios. O audacioso projeto de Salomão de se igualar aos reis estrangeiros custou muito caro ao povo que foi obrigado, seja pela força do exército, seja pela ideologia, a arcar com todo o ônus de sua ambição.

Observamos que sabedoria e poder durante o reinado de Salomão estavam intimamente ligados. A sabedoria foi usada para legitimar o poder e para perpetuá-lo nas mãos do rei e da classe dominante. O primeiro dentre os sábios deveria ser o rei. Ocorre que a sua sabedoria era recebida de Deus, portanto o rei era o escolhido de Deus para governar e deveria possuir sabedoria divina a fim de poder reinar em nome de Deus. No caso de Salomão ele recebeu a sabedoria de Iahweh, o Deus da dinastia de seu pai, o rei Davi. Dinastia prometida por Iahweh, através de uma aliança com o rei, por intermédio de Natã (2Sm 7), um profeta-funcionário. A introdução da Arca de Iahweh na cidade de

Jerusalém foi outro golpe de mestre de Davi para selar definitivamente sua aliança com Iahweh.

Como sucessor Salomão adota o Deus da dinastia de seu pai e recebe sabedoria para governar com justiça. Em todos os países do Antigo Oriente Médio o discurso é o mesmo: o rei deve governar com sabedoria e justiça. Mas na prática verificamos que não é assim que as coisas acontecem. E Salomão foi ainda mais longe que Davi, construiu um templo para abrigar a Arca, dessa forma coloca Iahweh junto do palácio, perto do rei e bem longe do povo. A estratégia usada por Salomão para garantir seu direito à realeza e à cobrança de tributos foi legitimar seu poder religiosamente. Com a construção do templo, Iahweh passa a ser vinculado ao rei e à corte. Salomão pertence à dinastia de Davi e Iahweh é o Deus da Casa de Davi. Foi o próprio Iahweh quem designou Salomão para governar seu povo. Assim como os reis do Antigo Oriente Médio, Salomão participa da sabedoria divina, portanto não pode ser contestada.

Salomão era um homem ambicioso, pretendeu igualar-se aos monarcas dos reinos vizinhos. Para desenvolver seus projetos precisava de pessoas qualificadas ao seu redor, tanto para realizar os serviços administrativos, aconselhá-lo em suas decisões, como também, poder relacionar-se com as nações vizinhas em pé de igualdade. Num país essencialmente agrícola, era necessário criar um centro de educação e formação de homens sábios na capital. O acesso à formação estava destinado às classes mais abastadas. Assim sabedoria e poder caminham juntos. Somente o rico tem condições de alcançar o conhecimento e adquirir sabedoria e esta por sua vez é usada para a manutenção do poder e dos privilégios que ele pode oferecer.

Podemos afirmar que os escribas tiveram participação relevante durante o governo de Salomão. Verificamos que a implantação de um novo projeto político e econômico só foi possível através da eficiência de uma máquina administrativa. Mas também detectamos que em Israel, no tempo de Salomão, pode-se dizer que os escribas não produziam apenas documentos oficiais, assim como em outros países, o avanço da escrita provoca o desejo de se produzir obras literárias. É na época de Salomão, em decorrência do incentivo às escolas de escribas, bem como, as relações internacionais, ampliadas durante o seu reinado, que surgem as obras literárias mais elaboradas e por

que não dizer direcionadas. É provável que os escribas de Salomão tenham se preocupado em redigir textos a respeito de algumas tradições orais, reorganizando e reinterpretando-as da maneira como melhor lhes aprouvesse, com a finalidade de justificar e legitimar o reinado de Salomão. Concluimos que a sabedoria de Salomão nada mais é do que uma construção ideológica.

CAPÍTULO III

“DISSE ADONIAS... SOU EU QUE VOU REINAR!”

DESAFIOS À MEMÓRIA DE SALOMÃO EM 1RS 1-2

3.1. Introdução

Nesse capítulo pretende-se buscar outra memória de Salomão, a fim de que se possa descobrir um caminho alternativo, que nos permita produzir uma nova historiografia a respeito de Salomão. Infelizmente, as fontes disponíveis sobre esse assunto são realmente escassas, o que temos são textos, isto é, *memórias* sobre Salomão. Escolheu-se um texto crítico a Salomão. Trata-se de 1Rs 1-2, texto que pertence a chamada História da Sucessão de Davi, acreditando-se que a partir dele, consiga-se produzir uma historiografia diferente da historiografia tradicional esboçada no primeiro capítulo.

O primeiro passo será compreender como se deu a ascensão de Salomão ao trono de Israel e Judá e como ele se consolidou no poder. Acreditamos que as narrativas que compõem 1Rs 1-2 trazem os elementos necessários para que possamos responder a essas questões, considerando que a intenção do autor da História da Sucessão de Davi não foi narrar a história de Davi, ao contrário, seu principal objetivo foi apontar os jogos de interesse e as ideologias existentes na corte de Jerusalém, demonstrando as condições que possibilitaram a Salomão a usurpação do trono de Israel e Judá. Bem como os expedientes utilizados por Salomão a fim de se consolidar no poder. Tais características já bastam para afirmar que se trata de um texto crítico a Salomão, bem diferente dos capítulos 1Rs 3-10, que juntamente com 1Rs 1-2, completam o conjunto de textos que se referem ao reinado de Salomão. Em 1Rs 3-10, são narrados os grandes feitos de Salomão.

No segundo capítulo dessa tese, chegou-se à conclusão que Salomão, assim como os monarcas do Antigo Oriente Médio, legitimou seu poder religiosamente, apoiando-se na ideologia da designação divina. Sua sabedoria fora um presente divino, segundo o sonho de Gabaon. Ele era o legítimo representante do Deus de Israel na terra.

A partir da construção do templo, o Deus de Israel não estava mais junto do povo, das tribos, na sua tenda. Agora, residia junto do rei, no palácio, apoiando seu reinado. Afinal, era o grande Salomão, cheio de sabedoria, cujo objetivo era modificar completamente o antigo regime tribal numa monarquia poderosa e bem aceita pelas nações vizinhas, principalmente o Egito, modelo indiscutível para qualquer soberano com a intenção de se projetar no âmbito internacional.

Verificou-se também, no primeiro capítulo dessa tese, que existe uma forte tendência da historiografia tradicional a respeito de Salomão, levar em conta as memórias contidas nos capítulos 1Rs 3-10. Trata-se de uma “história oficial”, memórias carregadas de ideologia dominante. Esquecendo-se, muitas vezes, que antes de iniciar a “história oficial” – aquela que foi escrita pelos donos do poder – temos o texto 1Rs 1-2, que pertence a um conteúdo bem maior, a História da Sucessão, com seu início em 2Sm 6,20 e seu término em 1Rs 2. Um texto intrigante. A partir dele, percebe-se que existem outras memórias a respeito de Salomão. Que memórias são essas?

Então, constata-se que já está em tempo de buscarmos outro tipo de historiografia. Uma historiografia que não se firme na “memória oficial”, mas que siga na direção contrária, a partir das memórias dos que não se deixaram influenciar pela ideologia do poder.

Segundo Schwantes,

“Unidades literárias pequenas não são a expressão típica de instituições como Estado ou templo. A macroestrutura costuma valer-se de unidades literárias maiores, complexas e abrangentes. Pode-se observá-lo no próprio AT: a ‘história da sucessão de Davi’ que vai de 2Sm 6 até 1Rs 2 certamente surgiu no âmbito da corte, e se distingue nitidamente do estilo da perícopes. A unidade literária menor provém dos pequenos organismos sociais, das microestruturas, das quais, no antigo Israel, a família ou o clã são as mais dinâmicas.”¹⁹⁸

¹⁹⁸ SCHWANTES, Milton. “Interpretação de Gn 12-25, no Contexto da Elaboração de uma Hermenêutica do Pentateuco”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1987, 1, p. 36.

Partindo desse pressuposto e levando-se em consideração as conclusões obtidas no segundo capítulo dessa tese, as quais nos informam que durante o reinado de Salomão surgiram as famosas escolas de escribas e estes foram os responsáveis tanto pelo funcionamento e desempenho da estrutura administrativa, como pela construção da ideologia salomônica, fica a grande pergunta: quem é o autor da História da Sucessão de Davi? Era ele um escriba?

Para que se possa responder essas perguntas será necessário realizar uma profunda análise do texto 1Rs 1-2. Também deve-se recorrer a outras fontes que possam nos ajudar nessa tarefa.

3.2. A fonte – relato sobre a sucessão de Davi

Os capítulos 1Rs 1-2 fazem parte de uma obra literária chamada “História da Sucessão de Davi”. Provavelmente uma história independente que posteriormente foi incorporada pelos autores deuteronomistas. É possível que tenha sido escrita nos primeiros anos do reinado de Salomão, portanto um dos primeiros textos históricos produzidos em Israel.

A respeito desse texto, existem algumas divergências entre os historiadores e os teólogos, quanto ao seu verdadeiro início e término, com relação aos acréscimos feitos pelos deuteronomistas ou outros autores depois deles, isto é, se o texto teve ou não muitas modificações posteriores. Outra questão é a datação do texto. Rost foi o primeiro a defender a hipótese dos grandes blocos. Rost considera o conteúdo dos livros de Samuel e Reis um conjunto de blocos literários. Ele distinguiu quatro grupos: a história da ascensão de Davi ao trono (1Sm 16-25); a história da arca (1Sm 4-6, 2Sm 6); a história da sucessão (2Sm 9-20 e 1Rs 1-2) e os apêndices (2Sm 21-24)¹⁹⁹. Por se tratar do texto que será analisado neste capítulo é importante elaborar uma coletânea de

¹⁹⁹ ROST, Leonhard. *The succession to the throne of David*. Sheffield: The Almond Press, 1982, p.3-115.

alguns autores e verificar o que escreveram a respeito da “História da Sucessão de Davi”. A seguir faremos um breve comentário dessas obras.

Segundo Noth, antes do período davídico-salomônico não existiam obras que pudessem ser consideradas como literatura real, isto é, “deliberadas e pensadas por um autor literário”. Ele acredita que os grandes acontecimentos históricos a partir do nascimento da monarquia impulsionaram o surgimento dessas crônicas. Afirma também que “o que mais surpreende é o desejo de escrever a história ser associado com a capacidade de observar os fundamentos e sua associação com a captura de eventos, para expressá-los em seguida, com objetividade e habilidade literária. Os resultados não são de modo algum uma simples coleção de acontecimentos históricos”. Diferentes dos escritos em forma de anais reais, o objetivo dessas obras, baseadas em acontecimentos fidedignos, era expressar o desenvolvimento da história.²⁰⁰ Concluindo que o texto 2Sm 9-20 – 1Rs 1-2 trata-se de “uma obra histórica, que provavelmente foi escrita antes da morte de Salomão, descrevendo essas ações com grande conhecimento dos fatos e da decisão tomada sobre o problema da sucessão monárquica.”²⁰¹

Para Sellin e Fohrer a “narrativa sobre a sucessão ao trono de Davi (2Sm 9-20; 1Rs 1-2) constitui um conjunto completo”²⁰². Estes exegetas caminham em direção à Rost, ao apontarem como característica principal dessa narrativa o fato de que o autor deu maior ênfase às cenas e seus diálogos; não se preocupando em designar a Deus como a causa verdadeira dos acontecimentos, colocando em segundo plano tanto o culto quanto os sacerdotes.

Para eles essa obra “constitui uma fonte histórica da mesma importância que a da narrativa da ascensão de Davi, foi considerada, e com razão, como uma obra-prima insuperável da historiografia do Antigo Oriente”. Acreditam que:

“o redator foi certamente testemunha ocular dos acontecimentos e membro da corte real, tendo escrito sua obra na época de Salomão, cuja realeza é defendida

²⁰⁰ NOTH, Martin. *Historia de Israel*. Barcelona: Ediciones Garriga, 1966, p.207-209.

²⁰¹ NOTH, Martin. *Historia de Israel*, p.189-190.

²⁰² SELLIN, Ernst; FOHRER, Georg. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, vol. 1, p. 313-314.

na conclusão (1Rs 2,46) – escreveu talvez no terceiro ano (1Rs 2,39), ou, como faltam referências à futura construção do templo, no quarto do seu reinado (1Rs 6,1) – para justificar sua sucessão no trono. Não se pode saber quem foi sua pessoa. Pensou-se em Aquimaaz, genro de Salomão ou em Abiatar, sacerdote de Davi”.²⁰³

Ellis afirma que a História da Sucessão:

“é um relato homogêneo e imparcial escrito por uma testemunha ocular no reinado de Davi, é reconhecida pelos críticos como o mais bem escrito e o mais dramático dos documentos históricos antigos. Mereceu para seu autor desconhecido o título de “Pai da História”, título até então dado a Heródoto, o historiador grego.”²⁰⁴

Donner assegura que “sobre a sucessão no trono de Davi, temos em mãos uma obra historiográfica excelente, possivelmente contemporânea em seu cerne, que foi inserida no conjunto da exposição deuteronomista da história de Israel: 2Sm (7) 9-20 e 1Rs 1-2.” Ele afirma que por tratar-se de uma novela histórica é natural que o autor tenha se utilizado de artifícios literários para construir todo o enredo da trama, mas não se pode duvidar que ele possuía um “excelente conhecimento de detalhes e, por outro lado, descreve com admirável probabilidade intrínseca a atmosfera, os motivos e as disposições mentais”, Donner acredita que pode-se considerá-la como fonte histórica. Para ele a obra não começa em 2Sm 9; possivelmente tem sua introdução em 2Sm 7, levando-se em consideração que esse texto da forma como se apresenta hoje é “produto de múltiplas revisões e reelaborações que não se pode mais separar analiticamente com segurança”, assim ele conclui que a obra historiográfica da sucessão do trono teve como início um texto base que não está em 2Sm 9. O texto 2Sm 7 “apenas serve como um toque de clarins que abre o drama”, na verdade todo o peso da decisão recai sobre Davi e a “obra historiográfica não deixa dúvidas de que, diante da decisão que se exigia dele, Davi fracassou”.²⁰⁵

²⁰³ SELLIN, Ernst; FOHRER, Georg. *Introdução ao Antigo Testamento*, p.179-180.

²⁰⁴ ELLIS, Peter F. *Os homens e a mensagem do Antigo testamento*. São Paulo: Editora Santuário, p.179-180.

²⁰⁵ DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos – dos primórdios até a formação, do Estado*. São Leopoldo: Sinodal, vol.1, 2004, p. 240-243.

Segundo Long, existem algumas controvérsias a respeito do início e do término dessa obra, bem como uma tendência entre os críticos mais recentes de desacreditar de sua unidade. Ele afirma também que 1Rs 1,53 exige uma continuação e dessa forma 1Rs 2,13-25 está diretamente ligado ao capítulo 1 e ao mesmo tempo “firmemente enraizado no contexto de 1Rs 2,26-46”. Para Long:

“a intenção da história, portanto, não pode e não deve ser limitado desnecessariamente. Como qualquer boa história, esta funciona em vários níveis. Obviamente, em ambos os seus originais e seu contexto atual, a história tem a intenção de dizer como Salomão chegou a sentar no trono de seu pai”.²⁰⁶

Apesar do trabalho de Knoppers ter como ponto central a visão deuteronomista de Salomão e não demonstrar interesse em discutir sobre “a questão de que uma antiga edição de 1Rs 1-2, era originalmente parte da narrativa da sucessão

esse texto foi escrito como uma conclusão para a história da corte de Davi. E posteriormente utilizado pelo deuteronomista como uma conclusão para o reinado de Davi e uma introdução para o início da regência de Salomão. Nesse ponto, ele discorda de Rost que defende que as contribuições do deuteronomista foram mínimas.²⁰⁷

Lamadrid elaborou um breve histórico a respeito da evolução das pesquisas bíblicas do ponto de vista literário dos textos. Ele escreve que até a década de setenta, do século XX, acreditava-se que as primeiras produções literárias surgiram durante o período da monarquia israelita, baseados na hipótese de que junto ao templo e ao palácio havia se formado um centro acadêmico voltado para a formação da família real e daqueles que deveriam fazer parte da administração do Estado. Foi desse centro que saíram os autores das primeiras obras literárias do Antigo Testamento, dentre elas a história da sucessão de Davi, “considerado por Meier (1855-1930), um dos textos historiográficos mais antigos da história universal”.

²⁰⁶ LONG, Burke O., *1 Kings*, Grand Rapids, Eerdmans Publishing Co., vol IX, p.36-41.

²⁰⁷ KNOPPERS, Gary N. *Two Nations Under God – The Deuteronomistic History of Solomon and the Dual Monarchies*. Atlanta: Scholars Press, vol.1, 1993, p.63-71.

A partir dos anos 1970 surgem alguns autores que preferem atrasar as datas desses textos bíblicos para a etapa final da monarquia ou datá-los para o tempo do exílio e pós-exílio. Lamadrid cita van Seters, como um dos principais autores da corrente que acredita ser a história deuteronomista o ponto de partida da historiografia israelita. Afirma também que van Seters nega a antiguidade das fontes deuteronomistas, por exemplo, a antiguidade da história da sucessão de Davi.²⁰⁸

Liverani afirma que “as histórias das sucessões como as conhecemos, verdadeiros romances históricos que, obviamente, escolheram como protagonistas os personagens mais célebres de toda a dinastia e que se enquadram bem melhor no clima literário dos séculos VI-V do que no clima (no máximo “epigrafo”) do século X”.²⁰⁹

Gottwald dedica algumas páginas aos “estudos críticos literários mais antigos” e considera que “cedo sobre isso percebeu-se que os relatos incidiam em blocos temáticos com graus variados de coesão interna e ligações problemáticas. Um bloco tratava de um agrupamento de família e de assuntos públicos na corte do rei Davi e culminava na escolha de Salomão como seu sucessor (2Sm 9-20; 1Rs 1-2). Esta obra, intitulada a “História da Corte” ou “Narrativa da sucessão”, julgou-se ser uma peça, sucintamente composta e magnífica, de escrita histórica.”²¹⁰

Von Rad, a história da sucessão ao trono de Davi pode ser “qualificada como a forma mais antiga de historiografia do antigo Israel”.²¹¹ Ele coloca seu início em 2Sm 6,20, argumentando que esse texto, o qual narra o rompimento de Davi com Mical, frustrando de uma vez por todas a possibilidade de gerar um herdeiro dessa união, foi reelaborado pelo autor da História da Sucessão e usado por ele como um ponto de partida para sua obra.²¹² Von Rad discorda dos intérpretes que defendem a hipótese de que a História da Sucessão de Davi foi composta por um conjunto de diversas “novelas”. Ele traz alguns argumentos para combater tal teoria. O fato de que narrador

²⁰⁸ LAMADRID, Antonio González. *As tradições históricas de Israel*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p.117-119.

²⁰⁹ LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia – História antiga de Israel*. p.386.

²¹⁰ GOTTWALD, Norman K. *Introdução Socioliterária à Bíblia hebraica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988, p.297.

²¹¹ von RAD, Gerhard. *Estudios sobre el Antiguo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1976, p.151.

²¹² von RAD, Gerhard. *Estudios sobre el Antiguo Testamento*, p.151-152.

acompanha tantos personagens ao longo de um grande espaço de tempo, até a morte de cada um deles, é uma das razões para se entender esta obra como um quadro narrativo único. Discorda também de que 2Sm 13-20 seria “a novela da insurreição de Absalão”, pois basta um olhar mais atento para verificar que existe uma série de itens anteriores e posteriores, o que exige a aceitação de um contexto maior. Outro exemplo usado por von Rad é o relato em que Davi convida Mifiboset e Siba (2Sm 9) para se mudarem para a corte, ele afirma que este texto não poderia ser considerado como uma unidade que existia em outra época isoladamente, explicando que os dois personagens aparecem de forma um tanto obscura para o leitor que só irá conhecer seus verdadeiros papéis durante a insurreição (2Sm 16, 1-4; 19, 25-31).

A hipótese de que se trata de lendas é descartada por von Rad de maneira incisiva, argumentando que só a quantidade de material e a complexidade interna da obra ultrapassam de longe a capacidade das lendas. Ele conclui dizendo que “estes capítulos contêm historiografia”.

Segundo Schwantes, a História da Sucessão de Davi tem seu início em 2Sm 6,20 e seu término em 1Rs 2. Ele afirma que essa História “careceria de um elemento importante, caso não lhe atribuíssemos 2Sm 7.”²¹³ Ao contrário de Liverani, que diz tratar-se de um texto pertencente aos séculos VI-V, Schwantes afirma que “a História da Sucessão é da época de Salomão, pois, em tempos posteriores a este rei, dificilmente lhe fariam uma crítica tão aguda como a que está em 1Reis 2, em que Salomão é incriminado de haver promovido uma verdadeira chacina.”²¹⁴

Obtêm-se aqui, portanto, considerações de importantes autores, e o que pensam a respeito da História da Sucessão ao trono de Davi.

Com base nas exposições acima, pode concluir-se que a História da Sucessão de Davi é uma obra historiográfica, escrita na época de Salomão e que tem seu início em

²¹³ SCHWANTES, Milton. “Um Promessa de Dinastia para Davi na Ótica de Jerusalém”. In: *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo: Paulinas, 2008, vol. 16, n. 63, p. 21.

²¹⁴ SCHWANTES, Milton. “Um Promessa de Dinastia para Davi na Ótica de Jerusalém”. In: *Revista de Cultura Teológica*, p. 21.

2Sm 6,20 e seu término em 1Rs 2. Contêm alguns acréscimos posteriores, dos quais será tratado no decorrer do estudo do texto. Esta análise estará centralizada em 1Rs 1-2. É justamente no desfecho da História da Sucessão de Davi que reside o maior interesse. Nesse capítulo o objetivo é compreender como se deu a ascensão de Salomão ao trono de Israel e Judá e como ele se consolidou no poder. Acredita-se que as narrativas que compõem 1Rs 1-2 trazem os elementos necessários para que se possa responder a essas questões, considerando que a intenção do autor da História da Sucessão de Davi não foi narrar a história de Davi, ao contrário, seu principal objetivo foi denunciar as artimanhas, as falcatruas e as intrigas existentes na corte de Jerusalém, demonstrando como tudo isso contribuiu para que Salomão conseguisse usurpar o trono de Israel e Judá, bem como os expedientes utilizados por Salomão a fim de se consolidar no poder. Através de uma narrativa, escrita com uma riqueza de detalhes impressionante, o autor da História da Sucessão de Davi faz uma severa crítica a Salomão e ao governo despótico que ele instituiu.

Antes, porém de se iniciar a análise da perícopre 1Rs 1-2, é importante recorrer a textos anteriores, que também fazem parte da História da Sucessão de Davi, os quais contêm informações importantes para uma melhor compreensão dos acontecimentos que culminaram com a ascensão de Salomão ao trono de Davi.

3.3. O Nascimento de Salomão

O relato a respeito do nascimento de Salomão faz parte da narrativa da guerra contra os amonitas, que se desenvolve ao longo de 2Sm 10,1-11,1; e conclui-se em 2Sm 12,26-31. Donner escreve: “estamos de posse de um relato bélico sobre a campanha militar de Davi contra os amonitas, que foi incluído na obra historiográfica sobre a sucessão no trono de Davi.”²¹⁵ A guerra é o pano de fundo para a história do adultério do rei Davi e Bate-Seba. Por essa razão, o autor dedica apenas um parágrafo para dizer que o rei enviou Joab, sua guarda pessoal (o exército de mercenários) e todo o Israel (é

²¹⁵ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 233.

muito provável que estava referindo-se ao exército popular), e para anunciar que venceram a guerra e sitiaram Rabá. Os motivos pelos quais o rei não participou da guerra não são explicados. Isso porque, para o autor o importante é que o rei ficou em Jerusalém, e a partir daí ele começa a narrar os acontecimentos que se sucederam até o nascimento de Salomão.

Numa tarde, depois de haver descansado, Davi passeava no terraço do palácio quando avistou uma linda mulher que se banhava. Segundo o relato, o rei quis obter informações sobre aquela mulher, atitude estranha visto que ela era mulher de um de seus antigos companheiros e que moravam próximo ao palácio pois o rei conseguiu vê-la enquanto se banhava. Na resposta do servo o autor deixa transparecer um tom de admiração da parte do servo: “Ora, é Bate-Seba, filha de Eliam e mulher de Urias, o heteu” (2Sm 11,3). Supondo que ele realmente não a conhecesse foi informado de quem se tratava, e conhecia muito bem o pai e o marido. Mesmo assim, ordenou que a trouxessem até o palácio, certamente porque sabia que Urias estava em campanha militar. O rei deitou-se com ela. De qualquer forma o resultado desse envolvimento, foi a gravidez de Bate-Seba, fato que traria consequências gravíssimas tanto para o rei quanto para ela. O castigo para uma mulher adúltera era a morte (Nm 5,11-31). A situação do rei como traidor de um de seus soldados não seria nada favorável para sua imagem de “rei perfeito”. Daí surge a ideia de reparar o erro. Parecia fácil. Só precisava criar uma situação em que Urias se deitasse com a esposa, dessa forma acreditaria ser o pai do filho que Bate-Seba esperava. Davi mandou uma mensagem ordenando que Joab trouxesse Urias para Jerusalém. O rei o recebeu no palácio, deu-lhe presentes, comeram e beberam juntos, tudo na intenção de persuadi-lo a ir para casa e deitar-se com a mulher. Mas, infelizmente, para Urias ele cumpriu seu dever como soldado. Segundo a lei, a guerra era uma instituição sagrada e os soldados deviam guardar continência.

Diante do fracasso de seu plano, Davi o enviou novamente para a guerra com ordens expressas, escritas numa carta ao comandante Joab, que o colocasse no pelotão de frente, assinando assim sua sentença de morte: “coloca Urias no ponto mais perigoso da batalha e retirem-se, deixando-o só, para que seja ferido e venha a morrer” (2Sm 11,15).

O autor apresenta um rei sem escrúpulos para conseguir o que deseja; trata as mulheres como objetos sexuais. Fica claro que seu intento com Bate-Seba era apenas satisfazer seus desejos de deitar-se com uma mulher de grande beleza, sabia que era impossível tê-la como esposa, pois ela já era casada. Não se importou com as consequências de seu ato, querendo depois que outro homem assumisse seu filho, assim como agem os covardes. Não respeitou a amizade, a fidelidade de seus soldados, o pai e o marido de Bate-Seba. Sua falta de caráter chega ao ponto máximo: o assassinato. Para resolver o problema, o rei recorre à morte do inocente e o faz por intermédio da própria vítima (2Sm 11, 14). O rei não decretou só a morte de Urias, mas a de muitos outros soldados que foram mandados para o ponto mais perigoso da batalha, como estratégia para que Urias pudesse ser morto (2Sm 17-21).

O filho de Davi com Bate-Seba morreu alguns dias depois do nascimento (2Sm 12, 15b-19). Em seguida, há informados que Bate-Seba novamente “concebeu e deu à luz um filho, ao qual deu o nome de Salomão” (2Sm 12, 24). O rei entregou Salomão para ser educado por Natã, que lhe deu o nome de Jededias, que significa “Amado de Javé”.²¹⁶ Segundo Schwantes:

“Natã é o educador de Salomão (cf. 2Rs 10, 1-6). Nessa qualidade de educador – não de profeta! -, dá um nome especial ao filho do rei. Como Salomão apenas nessa passagem do Antigo Testamento é chamado de Jededias, pode-se deduzir que se trata de um nome de intimidade dado pelo mestre Natã a seu educando Salomão”.²¹⁷

Bate-Seba era neta de Aquitofel, um dos principais conselheiros de Davi. Filha de Eliam e mulher de Urias, o heteu, para Schwantes “certamente um dos antigos moradores de Jerusalém”.²¹⁸ Tanto o pai quanto o marido pertenciam à guarda pessoal do rei (2Sm 23, 34b; 39). Salomão foi educado em Jerusalém por um dos homens mais

²¹⁶ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, São Paulo, Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1978, vol. 18, nº 03, p. 115.

²¹⁷ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, p. 115.

²¹⁸ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, p.103.

importantes e influentes junto do rei, portanto toda a família de Bate-Seba pertencia à corte de Jerusalém.

3.4. O texto 1Rs 1-2

De posse dessas informações, será apresentado a seguir, a análise do texto 1Rs 1-2 como literatura. Para tanto é necessário avaliar a forma do texto e nela identificar a delimitação do próprio texto, verificando se ele pode ser estudado como um texto autônomo. Será realizado um diálogo exegético com a literatura, mas não é nossa intenção o aprofundamento a respeito das questões da crítica literária ou da história da redação, serão ressaltados apenas os assuntos que ajudarão a definir os objetivos.

3.4.1. Delimitação

Os capítulos 1 e 2 do primeiro livro dos Reis pertence a uma obra literária chamada “História da Sucessão de Davi”, que tem seu início em 2Sm 6 e seu término em 1Rs 2. O objetivo dessa obra é responder a uma questão: quem sucederá o rei Davi no trono de Israel e Judá? (1Rs 1,20). Para responder a tal pergunta o autor narra de forma surpreendente, como cada um dos possíveis candidatos a sucessão foram deixando o caminho rumo ao trono de Davi. A história começa com a chegada da Arca de Iahweh em Jerusalém e com o desentendimento entre Micol e Davi. O filho dessa união seria um legítimo herdeiro da casa de Saul. Mas o autor informa que “Micol, filha de Saul, não teve filhos até o dia da sua morte.” (2Sm 6, 23). Em 2Sm 9, 1-13, há um relato sobre um neto de Saul chamado Mifiboset e como Davi conseguiu neutralizar qualquer tipo de pretensão ao trono da parte desse descendente de Saul. Entre essas duas narrativas encontra-se uma promessa de dinastia feita a Davi pelo profeta Natã. Portanto, logo de início fica descartada a possibilidade de um descendente de Saul ser o sucessor de Davi.

A história continua apresentando o envolvimento de Davi com Bate-Seba, a morte de Urias seu marido e o nascimento de Salomão. Depois o autor informa como Amnon, o primogênito de Davi, candidato natural ao trono, foi assassinado deixando seu irmão Absalão como principal candidato à sucessão. A insurreição de Absalão é narrada com riqueza de detalhes. Com a derrota e morte de Absalão mais um pretendente é eliminado da corrida sucessória, ficando ainda em aberto a resposta sobre quem haveria de suceder a Davi.

Em seguida, o autor dá um salto na história e coloca-nos a frente um rei envelhecido e senil e apresenta mais dois candidatos à sucessão: Adonias, o filho mais velho de Davi e Salomão, o filho de Davi com Bate-Seba, bem como os membros dos dois partidos que surgiram na corte de Jerusalém, na luta pelo poder. A partir daí, o autor segue narrando como se deu a ascensão de Salomão ao trono de Davi e a maneira pela qual ele se consolidou no poder, eliminando de forma cruel todos os seus oponentes.

Para contar a História da Sucessão de Davi, o autor utiliza como cenário a família de Davi e os vários conflitos envolvendo seus membros: o adultério do rei, as discórdias entre os filhos, a indecisão de Davi na escolha de um sucessor, contribuindo para aguçar ainda mais a rivalidade entre seus filhos. Assim, o autor pretende demonstrar como a família de Davi se firmou no poder, estabelecendo uma dinastia em Jerusalém. Todas as historietas que compõem a História da Sucessão de Davi estão inter-relacionadas. Nenhuma é totalmente autônoma. Trata-se de uma unidade narrativa incorporada à história deuteronomista.

O texto 1Rs 1-2 é uma narrativa extensa, mas é possível afirmar que é uma unidade literária. O início do texto no verso 1Rs 1 está em sintonia com o final 1Rs 2, 46. Trata-se dos acontecimentos finais da História da Sucessão de Davi e as narrativas estão dispostas de maneira a apresentar ao leitor como se deu a ascensão e a consolidação de Salomão no trono de Israel e Judá. A unidade começa com a narrativa a respeito das condições de saúde do rei Davi (1Rs 1,1), deixando entrever que, provavelmente em breve, o trono de Davi precisaria de um sucessor e termina com a afirmação de que a “realeza se consolidou nas mãos de Salomão” (1Rs 2,46). Os fatos

foram colocados numa sequência cronológica e estão totalmente interligados entre si. Será verificado a seguir como está estruturada a perícopé 1Rs 1-2, bem como uma análise de cada sub-unidade.

3.4.2. Conteúdos

3.4.2.1. Como Salomão ascendeu ao trono: análise de 1Rs 1.

A velhice de Davi (versos 1-4) - O narrador apresenta Davi como um “rei velho, com idade avançada” (1Rs 1,1) , tão velho que nenhuma coberta conseguia mantê-lo aquecido. A solução encontrada foi procurar uma moça jovem, bela e virgem, para que cuidasse dele aquecendo-o com o próprio corpo. Foi encontrada Abisag de Sunam, que era “extremamente bela” (1Rs 1, 4), e passou a cuidar do rei Davi.

O rei deveria ter nessa época cerca de 70 anos, se se considerar a cronologia do Antigo Testamento (2 Sam 5, 4; 1 Rs 2, 11), para a época era uma idade bem avançada, visto que a expectativa de vida era muito inferior a isso. O quadro da situação mostra um rei preso a uma cama, sofrendo, sem expressar nenhuma vontade ou ordem. São seus servidores que decidem o que fazer para melhorar sua qualidade de vida. Tal imagem leva a crer que Davi estava senil, um problema relacionado a velhice que causa declínio físico e desorganização mental. O autor termina a narrativa afirmando que o rei não teve relações sexuais com a bela jovem Abisag de Sunam, revelando a impotência do rei, não somente com relação à sua vida sexual, mas sua impossibilidade de governar.

Esses versos iniciais funcionam como uma introdução para o que vai acontecer posteriormente. Deve-se nos lembrar que a intenção do autor nos textos que compõem 1Rs 1, 1-53 é contar como se deu a subida de Salomão ao trono de Davi. A questão da sucessão estava em aberto e era uma situação complicada, tendo em vista que a monarquia em Israel estava num processo de consolidação e ainda não havia uma legislação a respeito da sucessão ao trono. O problema estava nas mãos de Davi. E

diante da debilitada situação em que o rei se encontrava aparecem os interessados em ocupar o seu trono. Mas, acometido de senilidade o rei teria condições de decidir quem seria seu sucessor?

Adonias pretende ser rei (versos 5-10) - Nessa sub-unidade se inicia a luta pela sucessão do trono entre os dois pretendentes e seus partidos. A partir daqui o autor da história da sucessão passa a narrar os acontecimentos que efetivamente elevaram Salomão ao posto de co-regente do rei Davi. Adonias, filho de Hagit, era o filho mais velho de Davi, depois da morte de seus irmãos Amnon e Absalão. Há tempos Adonias contava com a sucessão. Embora não houvesse uma legislação a respeito, no costume e tradição tribal de Israel o primogênito era o que assumia a função de liderança após a morte do pai. Suas atitudes lembram muito as de Absalão e mesmo assim não foram impedidas pelo rei. O texto bíblico diz claramente: “Ora, Adonias, filho de Hagit, gabava-se dizendo: “Sou eu que vou reinar!” Arranjou para si carro e cavalos, além de cinquenta guardas que corriam diante dele. Seu pai enquanto viveu, não o repreendeu, dizendo: “Por que fazes isso?” (1Rs 1,5-6). Até na aparência física era semelhante ao irmão Absalão, o redator o descreve dessa maneira: “ele também era extremamente belo e sua mãe o havia gerado depois de Absalão” (1Rs 6). O modo como procedeu Adonias não é mera coincidência, mas uma simulação. As cinquenta guardas que corriam diante dele” representavam uma guarda pessoal ou um séquito real, como em 1Sm 8,11: “este é o direito do rei que reinará sobre vós: Ele convocará vossos filhos e os encarregará dos seus carros de guerra e dos seus cavalos e os fará correr à frente do seu carro.”

As indecisões de Davi perante situações que há muito tempo já vinham ocorrendo dentro de sua família fez com que nascessem pelo menos dois partidos na corte. Os que apoiavam Adonias e os que preferiam Salomão, ambos compostos por pessoas poderosas e atuantes na administração de Davi. O príncipe Adonias contava com o apoio de Joab, general do exército e do sacerdote Abiatar, além de todos os filhos de Davi, exceto Salomão, e os homens de Judá que estavam a serviço do rei. Salomão era apoiado pelo sacerdote Sadoc, por Banaías, chefe dos mercenários e seus comandados e pelo profeta Natã.

A sub-unidade termina relatando que Adonias e seus partidários ofereceram sacrifícios junto à “Pedra-que-escorrega, situada perto da fonte do Pisoeiro” (1Rs 1,9). Segundo Vogels “a Pedra do Escorrego, que está perto da fonte de En-Roguel [do pisoeiro], é a fonte do Fulon, a sudoeste de Jerusalém, no vale do Cedron.”²¹⁹

Enquanto isso, no palácio, os partidários de Salomão resolveram tomar suas providências a fim de impedir que Adonias assumisse o poder, utilizando-se de artimanhas junto a Davi, convencendo-o a nomear Salomão como seu sucessor.

O plano de Natã (versos 11-14) - Nesse texto, o autor nos apresenta o plano de Natã. Ele foi o grande articulador das manobras para colocar Salomão no trono de Israel. Como afirma Noth, ele era o “chefe indiscutível do partido inimigo de Adonias”²²⁰ Foi ele quem decidiu agir imediatamente, aproveitando-se da festa de Adonias. Também foi o autor intelectual do plano para convencer o velho rei a tomar uma decisão favorável a Salomão. O plano de Natã consistia em utilizar a grande influência que Bate-Seba exercia sobre Davi. Ela era a peça chave de seu intento. Fazendo-se valer de um suposto juramento, a mãe de Salomão deveria cobrar de Davi o cumprimento da promessa de que seu filho seria o sucessor do trono de Israel. Natã articula seu enredo de uma forma tão bem planejada, não permitindo que as pessoas envolvidas tivessem tempo para refletir ou apurar a situação. Ele precisava aproveitar-se daquele momento e definitivamente arrancar de um rei debilitado e sem discernimento, a decisão que lhe era favorável. A festa de Adonias e seus partidários, era a ocasião ideal para que Natã pudesse inventar que Adonias havia se proclamado rei. De acordo com o texto, não se tratava de uma cerimônia de aclamação de Adonias como rei. O narrador escreve que “quando, certa vez, Adonias imolou ovelhas, bois e bezerras cevados junto à Pedra-que-escorrega, situada perto da fonte do Pisoeiro, convidou todos os seus irmãos, os filhos do rei, e todos os homens de Judá que estavam a serviço do rei, mas não convidou o profeta Natã, nem Banaías, nem os valentes, nem seu irmão Salomão.” (1Rs 9-10). É certo que se tratava de uma reunião

²¹⁹ VOGELS, Walter. *Davi e sua história – 1 Samuel 16,1- 1Rs 2,11*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, p.273.

²²⁰ NOTH, Martin. *Historia de Israel*, p.192.

política, mas Natã tira proveito do fato para inventar que Adonias havia se proclamado rei.

A fim de levar seu objetivo adiante, ele teria de contar com a cumplicidade de Bate-Seba, para isso Natã precisava convencê-la de que não havia outra escolha senão enganar Davi, insinuando que tanto ela como Salomão seriam mortos, caso Adonias se tornasse rei. O profeta procura Bate-Seba e lhe pergunta se desconhece o fato de que Adonias se proclamou rei, sem que Davi soubesse. Logo em seguida, aconselha-a a tomar uma atitude antes que seja tarde demais. Então ele a instrui como proceder diante do rei: “Vai ter com o rei Davi e dize-lhe: ‘Senhor, meu rei, porventura não juraste à tua serva: Salomão, teu filho, reinará depois de mim e é ele que se sentará no meu trono? Por que então Adonias se tornou rei?’” (1Rs 1, 13). Logo em seguida, Natã entraria nos aposentos do rei e confirmaria as palavras de Bate-Seba. Aqui, Salomão aparece como um personagem passivo, são seus partidários que empreendem ações em seu favor. Ao contrário de Adonias.

Natã de maneira ardilosa aproveitando-se da senilidade de Davi inventou uma mentira para conseguir seu intento. Essa promessa jamais havia sido feita por Davi a Bate-Seba, do contrário, outras pessoas já saberiam desse compromisso nessa altura dos acontecimentos. Tal juramento não aparece em outra passagem bíblica nem antes, nem depois dessa. No texto original verificamos que Natã instrui Bate-Seba, usando o verbo “dizer”, “vai e entra Davi dirás”. Se realmente houvesse uma promessa a instrução teria sido no sentido de que Bate-Seba se recordasse do juramento e fosse cobrá-lo de Davi.

1Reis 1.13

‘wyl’ae T.r>m: -
hmoÜl{v.-yKi(rmoêale `^t.m’(a]l; T’[.B;Ûv.nI %l,M,^h;
ynIâdoa] hT’úa;-al{)h]
yai_s.Ki-l[; bveäyE aWhßw> yr:êx]a; %l{æm.yI `%nEb.
`Why”)nIdoa] %l:im’ [:WDBm;W

“Vai, e entra ao rei Davi, e dirás a ele: Acaso tu, o meu senhor, o rei, não juraste à tua serva, dizendo: Verdadeiramente Salomão, o teu filho, reinará depois de mim, e ele se assentará sobre o meu trono? E por que reina Adonias?

As condições de saúde física e mental em que se encontrava o rei, as palavras de Bate-Seba, confirmadas por ele, o profeta, o conselheiro real, o homem de confiança de Davi, foi o enredo perfeito a fim de convencer o rei em favor de Salomão.

O encontro de Bate-Seba com Davi (versos 15-21) - A sub-unidade inicia com a chegada de Bate-Seba ao quarto do rei. Novamente o autor afirma que Davi estava muito velho e que Abisag de Sunam o servia. Após fazer as reverências diante do rei, Bate-Seba, assim como havia sido instruída por Natã, coloca o plano do profeta em prática. Ela se dirige ao rei falando-lhe sobre o suposto juramento em favor de seu filho Salomão: “Meu senhor, juraste à tua serva por Iahweh teu Deus: ‘Teu filho Salomão reinará depois de mim e é ele que se sentará no meu trono’.” (1Rs 1, 17). Depois, ela o informa a respeito das atitudes de Adonias e sobre seus convidados, enfatizando que apenas Salomão não havia sido chamado para a festa. Ela também afirma que nesse momento todo o Israel espera a decisão do rei. É ele quem deve nomear seu sucessor. Além disso, Bate-Seba expõe ao rei sua preocupação com relação à própria vida e a de Salomão. Todos os argumentos usados por Bate-Seba certamente deveriam exercer grande pressão psicológica sobre um Davi doente e cansado.

Natã questiona o rei (versos 22-27) - O texto começa com a chegada de Natã aos aposentos do rei. Assim como havia combinado com Bate-Seba, o profeta vai ao quarto do rei a fim de questioná-lo a respeito da aclamação de Adonias. O discurso de Natã contém os mesmos elementos de Bate-Seba, sua intenção é afirmar que Adonias havia se tornado rei. Acrescenta que além de Salomão, o sacerdote Sadoc, Banaías e ele próprio não haviam sido convidados para o banquete de Adonias. Ao contrário de Bate-Seba que questiona Davi por estar alheio aos últimos acontecimentos, Natã acusa o rei de ter tomado uma decisão de tal envergadura sem ao menos ter-lhe informado. É bom lembrar que quando Natã procurou Bate-Seba para arquitetar seu plano, ele lhe disse que Adonias havia se proclamado rei sem que Davi o soubesse. Mas, diante de Davi ele usa outro artifício psicológico para influenciar na decisão do velho rei, fazendo-se de

desentendido e colocando-se como vítima de traição da parte de seu senhor, que teria nomeado o sucessor do trono sem ao menos ter-lhe comunicado. Nesses pequenos detalhes o autor deixa entrever as artimanhas de Natã para envolver tanto Bate-Seba quanto Davi no seu inescrupuloso plano.

O juramento de Davi a Bate-Seba (versos 28-31) - A pressão psicológica e moral exercida por Bate-Seba e Natã contra Davi, trouxe o resultado desejado. Finalmente, o sucessor do rei fora nomeado. Davi toma a decisão apoiado numa mentira, foi convencido de que realmente prometara o trono a Salomão. Bate-Seba então prostrou-se com o rosto em terra dizendo “Viva para sempre o rei Davi, meu senhor!” (1Rs 1,31) numa alusão de que sua dinastia continuaria viva em seu filho Salomão. Com relação à sucessão real De Vaux escreve:

“O princípio dinástico não inclui necessariamente o da primogenitura. É provável que essa fosse a regra entre os hititas, mas não parece que foi observada nos reinos arameus da Síria. No Egito e na Assíria, o filho mais velho normalmente sucede a seu pai, embora isso não seja uma regra absoluta. O rei designa o príncipe herdeiro, ao qual em vida associa já o seu governo. Igualmente em Ugarit, o rei designa entre seus filhos o príncipe herdeiro. Também em Israel, a primogenitura era um título à sucessão, mas ela não dispensava a designação por parte do rei, que podia fazer outra escolha.”²²¹

Davi ordena que Salomão seja aclamado rei (versos 32-37) - Davi manda chamar o Sacerdote Sadoc, o profeta Natã e Banaías para procederem os ritos da coroação do novo rei. A guarda pessoal de Davi (os cereteus e os feleteus) também acompanhou o cortejo de Salomão (1Rs 1,33). O ritual aconteceria em três etapas: a procissão até Gion, a unção e as homenagens ao novo rei e a procissão solene para a coroação. O cerimonial utilizado para transmitir o poder real a Salomão foi posteriormente regulamentado para a consagração dos reis de Judá.

²²¹ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003, p.128.

A cerimônia começa com a procissão até Gion. “Tomai convosco os servos do vosso rei, fazei montar na minha mula o meu filho Salomão e fazei-o descer até Gion” (1Rs 1,33). “Desceram, pois, o sacerdote Sadoc, o profeta Natã, Banaías, filho de Joiada, os cereteus e os feleteus. Fizeram Salomão montar a mula do rei Davi e o conduziram a Gion” (1Rs 1, 38). As mulas eram consideradas montaria da nobreza, usadas como transporte da família real (Jz 5,10; 10,4; 2Sm 13,29; 18,9; 1Rs 18,5) e figura entre os bens que os reis recebiam como presente (1Rs 10,15; 2Cr 9,24). Então, Salomão seguiria até o santuário sobre a montaria do próprio rei, fato de extrema honra e importância.

A fonte de Gion localizada no Vale do Cedron era a principal fonte de água para Jerusalém. Aproximadamente quinhentos metros da fonte de En-Rogel, onde Adonias estivera, sendo que a fonte de Gion fica mais próxima à cidade. Era ali que se encontrava o santuário, a Tenda Tabernáculo que Davi havia construído para colocar a Arca. A cerimônia da unção era um ritual de caráter religioso e uma tradição desde os começos da monarquia. Durante esse regime somente os reis podiam ser ungidos. Ela é mencionada no caso de Saul em 1Sm 10,1; por ocasião de Davi como rei de Judá em 2Sm 2,4 e depois como rei também de Israel. Nestes dois momentos Davi foi ungido por anciãos, mas já havia sido ungido por Samuel quando ainda era jovem antes de assumir o poder de Judá e Israel (1Sm 16,13).

Após a unção chega o momento da aclamação. “E vós tocareis a trombeta e gritareis: ‘Viva o rei Salomão!’” (1Rs 1,34); “soaram a trombeta e todo o povo gritou: ‘Viva o rei Salomão!’”(1Rs 1,39). Deveria se tocar a trombeta e esperava-se que o povo aplaudisse e gritasse “Viva o rei”. Essa era uma resposta de aprovação da parte do povo ao escolhido de Iahweh, reconhecendo-lhe a autoridade. Depois de ter sido ungido e aclamado no santuário, Salomão deveria voltar ao palácio para a entronização oficial. A cerimônia de entronização consistia no gesto de “sentar-se no trono” o que significava a tomada do poder e o início do reinado.

As ordens de Davi são executadas (versos 38-40) - Aqui a presença da guarda pessoal de Davi que estava implícita no verso 1Rs 1,33, está explícita no verso 1Rs 1,38, afirmando que os cereteus e os feleteus desceram com Salomão até a fonte do

Gion. Esse texto apresenta dois problemas: a questão da unção e a questão da aclamação de Salomão como novo rei de Israel. Salomão foi ungido pelo sacerdote Sadoc (1Rs 1, 39). De acordo com a tradição quem deveria ter realizado a unção de Salomão? Saul foi ungido pelo profeta Samuel em nome de Iahweh (1Sm 9,16; 10,1; 15,1). Quando jovem Davi também foi ungido por Samuel em nome de Iahweh (1 Sm 16,1). Posteriormente, Davi recebeu a unção mais duas vezes, a primeira como rei sobre Judá, onde foi ungido pelos “homens de Judá” (2Sm 2, 4) e a segunda vez como rei de Israel, ungido em Hebron pelos “anciãos de Israel” (2Sm 5,3). Assim o direito à unção estava reservado ao povo ou a Iahweh, realizada através de um profeta. Salomão foi ungido por um sacerdote por ordem de Davi. Para Schwantes existe uma boa probabilidade de Natã, assim como Sadoc, ser um Jebusita.²²² Dessa forma, a ascensão de Salomão ao trono desde o início é uma completa ruptura com as antigas tradições tribais. Outro problema: os homens de Judá estavam com Adonias. Quem aclamou Salomão?

Fim da festa de Adonias (versos 41-48) - Nessa sub-unidade o narrador deixa a cena da unção e aclamação de Salomão e inicia a narrativa a respeito de Adonias e seus convidados diante do surpreendente acontecimento. Eles ainda estão reunidos quando ouvem toda a agitação na cidade. Jônatas, filho de Abiatar, o qual figura como mensageiro na rebelião de Absalão (2 Sm 15,36; 17,17), foi quem chegou à festa com as últimas notícias. Mas elas não eram boas, como desejavam Adonias e seus convidados, pelo menos não para eles. Jônatas é direto em sua mensagem: “De fato; o rei Davi, nosso senhor, acaba de proclamar Salomão rei!” (1Rs 1,43), para depois relatar sobre como se deu o processo e quais as pessoas que participaram dele.

Reação do partido de Adonias (versos 49-53) - A notícia da nomeação de Salomão provocou um verdadeiro terror nas pessoas que estavam presentes na festa de Adonias. Cada qual seguiu o próprio caminho. Não houve sequer uma tentativa de reação dos partidários de Adonias, nem do próprio príncipe. Talvez a presença dos mercenários de Davi, que acompanhavam Salomão tenha intimidado qualquer tipo de manifestação contrária à sua coroação como o sucessor de Davi. Enquanto cada um dos convidados procurava se salvar como podia, Adonias agarrou-se aos chifres do altar

²²² SCHWANTES, Milton. “Uma Promessa de Dinastia para Davi na ótica de Jerusalém”. In: *Revista de Cultura Teológica*, p. 24-25.

apoiando-se no direito de asilo regulamentado pela lei (Ex 21,13-14). O chifre representando a força de um animal simbolizava o poder, e esse poderia se estender a uma pessoa ou a uma nação. Os chifres colocados no altar eram símbolos da presença de Deus. Era também nesses chifres que se colocavam sangue para expiar pecados em situações especiais como pecar por inadvertência ou no caso do pecado de algum sacerdote (Ex 30.10; Lv 4,7). Conforme nota da Bíblia de Jerusalém:

“Nesta sociedade em que a justiça de Estado ainda não havia tomado o lugar da vingança particular, o assassino involuntário deve ser protegido do vingador do sangue (cf. Nm 35,19+); o lugar de asilo, primitivamente, é o santuário (1Rs,50; 2,28-34; mas o direito de asilo não se aplica ao homicídio premeditado, v.14). Essa disposição está na origem da instituição das cidades de refúgio (cf. Js 20,1+)”.²²³

Quanto a Adonias, enquanto segurava os chifres, pediu a Salomão que lhe poupasse a vida e colocou-se na posição de seu servo (1Rs 1,51). Salomão poupou-lhe a vida. Mas não jurou como havia implorado seu irmão, não deu nenhum tipo de garantia que sua vida seria poupada no futuro, ao contrário colocou toda a responsabilidade nas mãos de Adonias. Seu comportamento daquele dia em diante seria o parâmetro utilizado pelo rei para condená-lo ou não. O problema de Adonias é que ele sempre estaria sob o julgamento de Salomão e só o futuro diria o que era certo ou errado para o rei. Qual era o valor da vida de Adonias a partir daquele momento, ninguém sabia.

O primeiro capítulo termina com a ordem expressa de Salomão para que Adonias fosse para casa. Provavelmente, isso significasse que Adonias deveria esquecer-se da vida pública e de qualquer pretensão com relação ao trono de Israel. Para o leitor ficam muitas questões, que serão respondidas no capítulo dois.

Antes, porém de se iniciar o estudo do texto 1Rs 2, 1-46, será feita uma análise dos dois partidos que se formaram na corte de Jerusalém. O estudo da perícopa 1Rs 1, 1-53 revelou que a disputa pela sucessão ao trono de Davi se deu entre dois grupos

²²³ BÍBLIA DE JERUSALÉM (A), revista, São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional, Paulus, 9 ed., 2000, p.136.

rivais que defendiam interesses opostos. Será apresentado a seguir o perfil de cada um dos componentes dos partidos de Adonias e de Salomão.

3.4.2.2. Os partidos

3.4.2.2.1. O partido de Adonias

O príncipe Adonias nasceu em Hebrom (2Sm 3,2-4) e seu partido era composto por Abiatar, Joab, os filhos de Davi e os homens de Judá. A respeito dos filhos de Davi nascidos em Hebrm há notícias em 2Sm 3,1-5 “os filhos nascidos a Davi em Hebrom foram: o seu primogênito Amnon, de Aquinoam de Jezrael; o segundo, Queleab, de Abigail, que fora mulher de Nabal de Carmel; o terceiro, Absalão, filho de Maaca, a filha de Tolmai, rei de Gessur; o quarto, Adonias, filho de Hagit; o quinto, Safatias, filho de Abital; o sexto, Jetraam, nascido de Eglá, mulher de Davi.” Donner escreve: “três dos filhos de Davi nascidos em Hebron foram eliminados por motivos ignorados; talvez não estivessem mais vivos por ocasião dos acontecimentos ligados à sucessão no trono”.²²⁴ Dessa forma, por falta de qualquer informação a respeito dos outros filhos os herdeiros seriam Amnon, Absalão e Adonias respectivamente. Amnon foi morto por Absalão por ter violentado sua meia irmã Tamar, irmã de Absalão (2Sm 13, 28-29). Absalão foi morto por Joab durante sua insurreição contra Davi (2Sm 18, 9-15).

Abiatar era um sacerdote levita, sua família fazia parte dos descendentes de Eli (1Sm 14,3), que após a destruição do santuário de Silo (1Sm 4) refugiaram-se em Nob, santuário localizado próximo a Jerusalém. Enquanto fugia de Saul, Davi esteve em Nob, sendo muito bem recebido pelo sacerdote Aquimelec, pai de Abiatar. Quando Saul soube que Aquimelec havia dado refúgio a Davi, ele e sua família foram acusados de traição e condenados à morte. Nessa ocasião, foram executados oitenta e cinco

²²⁴ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 244.

sacerdotes, o único que escapou foi Abiatar, que fugiu para o local onde Davi se encontrava, informando-lhe tudo o que havia acontecido (1Sm 22,17-23).

Consta que Abiatar serviu a Davi como sacerdote durante todo o tempo em que este viveu como um fugitivo (1Sm 23,6,9; 30,7) e lhe permaneceu fiel até sua ascensão ao trono (1Rs 2,26). Depois há notícias dele já em Jerusalém, como sacerdote ao lado de Sadoc. Até o final do reinado de Davi eles serão mencionados sempre juntos (2Sm 15,29,35; 17,15; 19,12; 20,25; 1Rs 1,7,8,25,26; 4,4; 1Cr 15,11). Coincidência ou não, o nome de Sadoc precede o de Abiatar em todas essas ocasiões. Para De Vaux isso significa que ele deve ter sido “relegado a um posto secundário desde a instalação em Jerusalém.”²²⁵

De qualquer forma, Abiatar esteve ao lado de Davi nas ocasiões mais importantes de seu reinado. Participou do transporte da Arca de Iahweh da casa de *Obed-Edom* para Jerusalém. Juntamente com Sadoc apoiou o rei durante a rebelião de Absalão ficando em Jerusalém como pessoas de ligação, informando Davi de todas as ações do filho rebelde (2Sm 15,24-36; 17,15). Atuaram da mesma forma por ocasião do retorno do rei à capital após a morte de Absalão.

Adonias contava também com o apoio de Joab. Ele era sobrinho de Davi, filho de sua irmã Sárvia e irmão de Abisai e Asael (1Cr 2,16). Sua família também era de Belém, assim como a de Davi (2Sm 2,32). Pode-se afirmar que Joab e seus irmãos estavam com Davi desde a época tribal. Seu nome é citado juntamente com o do seu irmão Abisai em 1Sm 26,6 na ocasião em que Davi, acompanhado de Abisai, se aproximaram do local onde Saul e seu general dormiam e Davi poupou-lhes a vida. Quando Davi assumiu o governo de Judá, Joab aparece como comandante do exército. Foi um homem destemido, um grande guerreiro e como tal muitas vezes violento e vingativo, mas totalmente fiel a Davi.

Joab teve participação decisiva nos principais momentos do reinado de Davi. Participou da conquista da cidade de Jerusalém, conhecida também pelo nome de Jebus.

²²⁵ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p. 411.

Davi pretendia mudar a capital para uma cidade neutra que não pertencesse nem ao sul Judá, nem ao norte Israel, para que não despertasse ciúmes de nenhuma das partes. Escolheu a cidade dos Jebuseus e para tomá-la fez questão de utilizar seu exército pessoal, para que, posteriormente, o norte ou o sul não pudessem reivindicar a posse da cidade. Utilizando-se de seus próprios recursos o rei garantia que a nova cidade se tornasse sua propriedade, ficando assim conhecida como a Cidade de Davi. Com relação dois relatos. Em 2Sm 2,6-8, encontra-se a seguinte frase: “Todo aquele que ferir os jebuseus e subir pelo canal...”. Segundo o comentário bíblico:

“‘Subir’, conj.; ‘ferir’ ou ‘atingir’, hebr. – completar-se-á no final: ‘receberá tal recompensa’. Mas o texto é incerto. O ‘canal’, se é que é esse o sentido da palavra, seria um túnel cavado na antiga colina de Jerusalém para se descer à fonte de Gion (1Rs 1,33s) sem sair da cidade. Homens resolutos podiam escalá-lo e achar-se dentro da praça.”²²⁶

Esses túneis existiam em diversas cidades com a finalidade de levar o abastecimento de água, principalmente em época de guerra ou cerco. A água era captada na fonte que geralmente ficava fora das muralhas das cidades e conduzida por canais, a localização destes, por questões de segurança, era considerado segredo de estado. Se a hipótese de que os homens de Davi chegaram até a cidade por meio desse canal estiver correta, pode-se deduzir que os homens de Davi poderiam ter descoberto o ponto de partida desse túnel e através dele entrado facilmente na cidade fortificada. Quanto a Joab o redator não faz nenhuma menção.

Diferente a posição do cronista, que faz questão em mencionar Joab como homem de confiança de Davi e seu grande colaborador nessa importante conquista. Ele narra o seguinte: “E disse Davi: ‘Quem for o primeiro a ferir um jebuseu será chefe e príncipe. ’Joab, filho de Sárvia, foi o primeiro a subir e tornou-se chefe. Davi estabeleceu-se na fortaleza, que por isso foi chamada de Cidade de Davi. Depois restaurou os contornos da cidade, tanto o Melo como as muralhas, e foi Joab quem restaurou o resto da cidade” (1Cr 11,6-8). O redator quer deixar claro a nomeação de

²²⁶BÍBLIA DE JERUSALÉM (A), revista, São Paulo, Sociedade Bíblica Católica Internacional, Paulus, 9 ed., 2000, p.472.

Joab como comandante-chefe e sua colaboração na reconstrução da cidade. Tendo a preocupação de colocá-lo no seu devido lugar com relação ao rei. Segundo o comentário bíblico, “o cronista reserva a Davi a construção das muralhas e atribui a Joab a construção das casas, obra de menor vulto.”²²⁷

Seu respeito e fidelidade a Davi também foi demonstrado no cerco à cidade de Rabá, a capital dos amonitas, que ele tomou, mas recusou-se a entrar na cidade antes do rei, a fim de que, subjugando-a, não viesse ele a ser aclamado como o vencedor (2Sm 12,26-28). Também ajudou Davi na trama que culminou com a morte de Urias (2Sm11).

No caso de Absalão, Joab foi o responsável por seu retorno. Talvez o considerasse como o sucessor de Davi e por essa razão tenha se empenhado pela volta. A ligação entre o rei e o comandante de seu exército era muito forte, isso fica claro em 2Sm 14,1-22. Nesse texto, Joab espera a hora certa para solicitar ao rei o perdão do filho, demonstrando que Joab o conhecia profundamente, chegando ao ponto de perceber que Davi já havia se recuperado da morte de Amnom e sentia falta de Absalão. Outro fato é que o rei diante da mulher de Técula conseguiu reconhecer a astúcia de Joab por trás daquele episódio. E mais uma vez Davi revelou a estima que tinha por esse general. Foi ele também que serviu como mediador para a aproximação entre pai e filho.

Com relação à morte de Absalão, pela qual Joab assume toda a responsabilidade (2Sm 18,2-15; 19,5-7) o general tinha diante de si duas alternativas, obedecer cegamente as ordens de Davi: “Tratai o moço Absalão com brandura, por amor de mim” (2Sm 18,5) ou acabar com a vida daquele que tentava usurpar o trono. Nesse caso ele não teve dúvidas, eliminou sumariamente o inimigo. Foi severamente punido por essa decisão, perdeu seu posto de comandante chefe do exército para Amasa, comandante de Absalão durante a revolta.

²²⁷BÍBLIA DE JERUSALÉM (A), p.614.

Mas, Joab estava tão envolvido com o poder como o próprio Davi. Não aceitou o fato de ser removido do posto de general do exército e na primeira oportunidade ele acabou com a vida de Amasa, retornando ao comando do exército.

3.4.2.2.2. O partido de Salomão

No partido de Salomão estavam Natã, Sadoc, Banaías, os soldados da guarda pessoal de Davi. Ver-se-á então quem eram cada um deles. Começaremos por Sadoc, sacerdote de Davi, função que era compartilhada com o sacerdote Abiatar. Seu nome aparece pela primeira vez em 2Sm 8,17 na lista dos altos funcionários da administração de Davi. Sua origem ainda provoca muitas discussões. A confusão surge em primeiro crônicas no qual ele é citado em duas genealogias diferentes. Aparece em 1Cr 24,3 como descendente de Eleazar e em 1Cr 5,29-34; 6,35-38 informam sua genealogia completa a partir de Arão e seu filho Eleazar. Mas em 2Sm 8,17 ele é filho de Aquitob, dessa forma ele estaria ligado à família de Eli. Segundo De Vaux:

“essas genealogias de Crônicas são artificiais e é impossível que Zadoque seja um descendente de Eli, pois sua nomeação é apresentada como o cumprimento da maldição pronunciada contra a casa de Eli, 1Rs 2,27, cf. 1Sm 2,27-36; 3,11-14. Há outra marca de desordem no texto de 2Sm 8,17 “Zadoque, filho de Aitube, e Aimeleque, filho de Abiatar, eram sacerdotes”; mas Abiatar era o filho de Aimeleque e não seu pai, 1Sm 22,20. Já a versão siríaca fez essa correção, mas deve-se sem dúvida ir mais longe: Abiatar, em 1Sm 22,20 é chamado de “filho de Aimeleque, filho de Aitube” e pode-se pensar que, em 2Sm 8,17, Aitube tenha sido transferido como pai de Zadoque, acidentalmente ou deliberadamente. O texto primitivo seria então: “Zadoque e Abiatar, filho de Aimeleque, filho de Aitube”. O que deixa Zadoque sem genealogia.”²²⁸

Uma hipótese muito aceita atualmente é que Sadoc seria um sacerdote que servia ao templo de Jebus antes de ser conquistada por Davi. A partir de então, o templo

²²⁸ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p.411.

jebuseu foi transformado em santuário javista, assim pode-se pensar que Sadoc tenha se convertido à nova religião passando a ser sacerdote da corte de Davi. Seu nome também tem como raiz “sadic” ou “sedec”, muito comum nos nomes jebuseus, como por exemplo, Melquisedec (Gn 14,18) e Adonisedec (Js 10,1-3). Sua origem permanece na obscuridade, mas uma coisa é certa Sadoc acabou por suplantar Abiatar, tornando-se o único sacerdote da corte (1Rs 2,26-27) e seus descendentes conseguiram se manter em Jerusalém até o exílio e todos os sumos sacerdotes também eram de sua descendência até a revolta dos macabeus quando foi deposto o sumo sacerdote sadoquita Onias III em 174 a.C. (2Mc 4,7), portanto a legitimidade de seu sacerdócio nunca foi contestada.

Banaías, filho de Joiada, originário de Cabseel (2Sm 23,20) também apoiou Salomão, bem como seus comandados. Ele aparece pela primeira vez entre os “valentes de Davi” ao lado de Abisai e Asael. Era comandante da guarda pessoal de Davi. Essa guarda era composta por mercenários de Judá e regiões vizinhas como também estrangeiros que foram recrutados entre os cereteus e os feleteus (2Sm 8,18) oriundos da Filisteia. Esse tipo de recrutamento era costume entre cananeus e filisteus. Saul também recrutou mercenários. Quanto a Davi, depois que rompeu com Saul e passou a ser um fugitivo foi recrutando homens nas diversas regiões por onde passou. Essas tropas foram crescendo com o passar do tempo e permaneceram com Davi mesmo depois de sua ascensão ao trono de Judá e Israel. De Vaux escreve que: “esses soldados, ou parte deles, são às vezes chamados de *nearim*, literalmente “jovens”, no sentido militar, “cadetes”. Eles acompanharam Davi em sua fuga, 1Sm 21,3,5; 25,5s. e não se vê o que os distingue dos “homens” de Davi, 1Sm 25,13,20.”²²⁹

Eles nos são apresentados em duas listas: 2Sm 23,8-39 e 1Cr 11,10-47 sendo que esta última é mais extensa, provavelmente, um acréscimo do cronista. Em 2Sm 23,8-39 os valentes são distribuídos em dois grupos: os “três” cujos nomes são Jesbaam, Eleazar e Sama (2Sm 23,8-12); “os trinta valentes”, dentre esses o autor narra as façanhas de três valentes anônimos (2Sm 23,13-17) e cita outros dois descrevendo também seus feitos heróicos e os postos que alcançaram, são eles: Abisai, irmão de Joab, filhos de Sárvia, chefe dos trinta e Banaías, filho de Joiada chefe da guarda pessoal de Davi (2Sm 23,18-23). Em seguida existe uma lista com os nomes dos trinta valentes, na qual Asael,

²²⁹ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p.258.

irmão de Joab aparece em destaque no topo da lista. Na verdade, essa lista é composta por trinta e seis homens, trinta e sete se contarmos Joab (2Sm 23,24-39). Dreher apresenta uma relação da suposta origem desse grupo:

“13 são de Belém e seus arredores; 5 são de diferentes cidades das montanhas de Judá ou de famílias calibitas; 1 é de Bete-Harabá, no Deserto de Judá, perto de Jericó; 2 do norte do Neguebe. Portanto, 21 provêm do território de Judá. Além destes, entre os Trinta haveria: 5 de Benjamin; 2 de Efraim; 2 de Dã. Os últimos sete valentes constantes da lista são de natureza distinta. Todos eles provêm de regiões distantes ou da população indígena, e são mercenários ligados a Davi. Um é amonita; três são aparentemente heveus, um é hitita; um é hagarita; e um é de origem desconhecida”.²³⁰

Assim, é muito provável que Davi tenha reunido em torno de si um grupo de mercenários estrangeiros para acompanhá-lo quando ainda era um fugitivo. Carlos Dreher escreve que: “o grupo dos trinta seria um séquito composto por Davi, para sua proteção, para seu aconselhamento e para representações. Comporia uma guarda pessoal – diferenciada da guarda real, comandada por Benaia, um dos Trinta.”²³¹ Esse grupo de mais ou menos trinta homens teria se tornado uma instituição em Israel, alguns autores defendem a ideia de que essa instituição teria sido inspirada numa instituição egípcia da qual se tem notícia através de uma “inscrição tumular tebana, na qual se faz menção a um “bando dos trinta” a acompanhar Ramsés II, compreendendo-o como um grupo de soldados de elite, participantes do séquito real”.²³²

Natã foi quem liderou o partido de Salomão, sendo o mentor e o grande articulador das manobras para impor Salomão como sucessor ao trono de Davi. Foi profeta e conselheiro na corte de Davi. Suas funções na corte assemelham-se à dos altos funcionários, ele mesmo se autodenomina como “escravo”, dentro da corte todos os que serviam ao rei, mesmo os que ocupavam os mais elevados cargos eram chamados de “escravos”. Foi um profeta ligado aos interesses do rei e do Estado.

²³⁰ DREHER, Carlos A. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*, São Paulo, Paulus, 2002, p.59-60.

²³¹ DREHER, Carlos A. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*, p.59.

²³² DREHER, Carlos A. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*, p.58.

Em 2Sm 7, Natã desempenha sua função de profeta. Sua profecia se refere a uma dinastia davídica. Templo e descendência são os dois eixos da profecia de Natã. Nessa aliança proposta por Iahweh, não será Davi quem lhe edificará uma casa (“casa de Deus” ou “templo”), mas será Iahweh quem lhe construirá uma casa (“família” ou “dinastia”). Natã é o responsável pela fundamentação teológica da dinastia davídica. Posteriormente, Natã repreende Davi por seu adultério com Bate-Seba e o assassinato de Urias, seu marido (2 Sm 12,1-15). Após o nascimento de Salomão, Davi o entrega a Natã, para ser educado pelo profeta, que lhe dá o nome de Jedidias (2Sm 12,24-25). Assim como Sadoc, Natã não tem descendência, por essa razão acredita-se que também era israelita.

Com base nas informações acima, é possível perceber claramente as características de cada partido. Adonias nasceu em Hebron, antiga capital de Judá e posteriormente também de Judá e Israel, após a unificação dos reinos do norte e do sul sob o governo de Davi. Em Hebron, Davi foi ungido rei de Judá. Pode-se dizer que tanto o sacerdote Abiatar quanto o comandante Joab são homens com suas origens enraizadas nas tradições tribais. Abiatar é descendente dos “sacerdotes de Silo que guardavam a arca (1Sm 1ss).²³³ Legítimo representante das tradições de Iahweh e portanto, intimamente ligado aos ideais camponeses de igualdade. Também Joab estava ligado à terra, embora fosse um soldado, era de Belém e comandava “o exército de guerreiros voluntários (2Sm 8,16; 20,23; 1Rs 1,19 etc.) convocados, em especial, para guerras de defesa, para as assim chamadas ‘guerras santas’ (cf. 2Sm 10ss).”²³⁴

Os homens de Judá são os habitantes de Judá, ainda que sejam designados como servos do rei, eram cidadãos que continuaram ligados ao campo, viviam fora da cidade. É a mesma classe de homens que ungiu Davi em Hebron (2Sm 2,4). Os apoiadores de Adonias foram homens muito ligados a Davi, mas ao jovem Davi, ungido pelo profeta Samuel em nome de Iahweh, ligado às tradições tribais, aos camponeses e seus costumes. O guerreiro que libertou as tribos dos filisteus. O velho Davi estava muito distante desses ideais. Ele havia direcionado seu governo aos interesses dos habitantes

²³³ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, p. 103.

²³⁴ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, p. 102.

da cidade, se aliado a pessoas que possuíam tradições e interesses diferentes das tribos. Quando decidiu implantar um sistema para consolidar a monarquia, Davi optou por copiar o modelo dos países vizinhos, que estavam presentes na administração de Jerusalém como uma cidade-estado, para isso contou com a ajuda de antigos membros do governo da cidade. A formação dos dois partidos na corte mostra que os membros do partido de Adonias eram contrários aos costumes das cidades-estados, e portanto, desfavoráveis aos cortesãos de Jerusalém.

Totalmente oposto é o partido que apoiou Salomão. O próprio Salomão nasceu em Jerusalém (2Sm 5,14; 12,24s). Era bisneto de Aquitofel um dos principais conselheiros de Davi e filho de Bate-Seba. Para Schwantes ela era uma “israelita (conf. 2Sm 11,3; 23,34), mas seu primeiro matrimônio foi com o heteu Urias, certamente um dos antigos moradores de Jerusalém.”²³⁵ Foi educado por Natã, alto funcionário e conselheiro do rei, totalmente envolvido com a corte de Jerusalém. O sacerdote Sadoc aliou-se a Davi após a conquista de Jerusalém. Um acordo que beneficiou tanto Sadoc que passou a ocupar um cargo de extrema importância na administração davídica, como para Davi que pode contar com um forte aliado para a instalação e permanência da nova capital junto à população cananeia. Isto porque “em geral se supõe que Sadoc tenha sido um sacerdote (ou até rei, conf. Gn 14,18ss) no antigo santuário jebusita”, conforme Schwantes.²³⁶ Banaías era o comandante dos mercenários estrangeiros, diferente de Joab que comandava o exército de camponeses.

Posteriormente, Salomão decidiu que o corpo do exército não seria mais separado entre o exército de camponeses e os mercenários, passando a ser uma única instituição comandada por Banaías. A introdução do carro de guerra exigiu a criação de um corpo régio que provavelmente foi constituído por membros das classes mais altas das cidades cananéias. Donner escreve que “o reinado de Salomão estava emancipado da população rural; estava separado dos homens de Israel e Judá como que por uma camada de isolamento. Essa alteração já se havia anunciado nos últimos anos de Davi;

²³⁵ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, p. 103.

²³⁶ SCHWANTES, Milton. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, p. 104.

sob Salomão, ela se consumou”.²³⁷ A corte de Jerusalém era constituída por altos funcionários, militares e religiosos. Como se observou anteriormente, boa parte dessas pessoas pertencia à elite da antiga cidade de Jebus, portanto uma classe social com uma cultura e interesses totalmente diversos dos camponeses. Esses representavam apenas uma fonte para a cobrança de impostos. A vida de Salomão estava inteiramente ligada à cidade e principalmente à corte de Jerusalém, que nessa época já estava bastante envolvida com as regalias provenientes do poder.

3.4.2.3. Da eliminação dos adversários – análise de 1Rs 2

No capítulo 2,1-46 o autor revelará as medidas tomadas por Salomão logo no início de seu governo. Como ele derrotou seus inimigos e se consolidou definitivamente no trono de Israel.

As últimas instruções de Davi a Salomão (versos 1-12) - Os versos de 2 a 4 apresentam uma série de frases deuteronomistas: “Sê forte” (v. 2) tem paralelo com a admoestação deuteronomista a Josué, em Josué 1,8. Com relação ao compromisso: “Guardarás as ordens de Iahweh teu Deus” (v. 3), encontram-se paralelos em Deuteronômio 11,1 e Josué 22,3; “andando em teus caminhos” (v.3) há frases equivalentes em Deuteronômio 8,6 e 10,12. Quanto a frase “observando seus estatutos, seus mandamentos, suas normas e seus testemunhos” (v. 3) pode-se citar Deuteronômio 4,40. Paralelos de “a fim de seres bem sucedido” (v. 3) podem ser encontrados em Josué 1,7 e Deuteronômio 29,8. No verso 4 as afirmações: “de o seu coração e de toda a sua alma” e “jamais te faltará alguém no trono de Israel” encontram semelhanças em Deuteronômio 4,29 e 2Samuel 7,12 respectivamente. Os versos 10 e 11 também são deuteronomistas. Tais evidências nos leva a concluir que o texto 1Rs 2,2-9 é deuteronomístico e foi provavelmente, incorporado à história da sucessão após a reforma de Josias.

²³⁷ DONNER, Herbert. *História de Israel*, p. 262.

O fim de Adonias (versos 13-25) - Após a morte de Davi, finalmente Salomão se assentou sobre o trono de Israel e Judá. Era preciso consolidar seu poder e o passo inicial foi eliminar os inimigos. A primeira vítima de Salomão foi seu próprio irmão. Salomão poupou a vida de Adonias, por ocasião da coroação, mas negou-se a jurar-lhe que nunca o mataria. Certamente, aquele não era o momento para vingar-se do irmão. Seu pai ainda estava vivo e enquanto ele fosse o co-regente de Davi dificilmente alguém conseguiria usurpar o trono. Mas com a morte de Davi, Adonias talvez representasse o maior dentre todos os inimigos. Salomão só precisaria esperar o primeiro deslize do irmão. E foi justamente o que aconteceu.

Adonias procurou Bate-Seba e lhe solicitou que levasse até o rei seu desejo de desposar Abisag de Sunam. Não é possível saber as reais intenções de Adonias ao fazer tal pedido a Salomão. Existem pelo menos duas hipóteses: ele realmente queria a concubina de Davi, que agora pertencia ao harém de Salomão ou talvez Adonias não tivesse aceitado ter perdido o trono para seu irmão e resolveu enfrentar Salomão. Pretender ficar com uma esposa ou uma concubina poderia significar um desejo de apossar-se de outros bens pertencentes ao rei, inclusive o trono. Se se tomar por base o texto 2Sm 12,8 no qual Natã repreende Davi e faz referência a tudo que ele havia herdado de Saul: “eu te dei a casa do teu senhor, eu coloquei nos teus braços as mulheres do teu senhor, eu te dei a casa de Israel e Judá, e se isso não é suficiente, eu te darei qualquer coisa.”, pode-se acreditar que as mulheres do rei, ao menos no início da monarquia, faziam parte do patrimônio real e passavam a pertencer ao seu sucessor. Em Jerusalém, durante sua revolta, seguindo os conselhos de Aquitofel, Absalão apossou-se das concubinas que Davi havia deixado e deitou-se com elas publicamente (2Sm 16,21).

O narrador conta que Bate-Seba aceitou o pedido de Adonias e foi falar com Salomão. Nesse momento ele faz uma pequena pausa no assunto para descrever a forma como o rei recebeu a mãe. Considera-se ser interessante fazer um breve comentário a respeito do papel da rainha-mãe (*gebirah*). Segundo De Vaux tratava-se de uma “posição oficial dentro do reino de Judá, o título tinha uma dignidade e poderes especiais”. Tanto que “o livro dos Reis sempre mencionam o nome da mãe do rei na

apresentação de cada reinado de Judá.”²³⁸ O que não acontece quando se trata do reino de Israel, as rainhas-mães não são mencionadas. Existem várias teorias sobre o poder destinado à rainha-mãe, Ben-Barak escreve que:

“alguns estudiosos consideram a *gebirah* uma reminiscência do período matriarcal. Outros argumentam que o status político da *gebirah* no governo estava abaixo apenas do próprio rei. Há aqueles que sustentam que ela exercia seu poder principalmente no âmbito cultural, e alguns atribuem a ela a função de conselheira-chefe do rei. Há pesquisadores que falam de uma instituição da *gebirah*, que na visão de alguns era exclusiva de Judá, enquanto outros acreditam ter se originado sob a influência dos reinos vizinhos.”²³⁹

Bate-Seba foi a primeira *gebirah*. Pelas informações contidas no texto 2Rs 2,12-25 percebe-se claramente a importância da rainha-mãe e o poder por ela exercido sobre o rei. Pode-se analisar da seguinte maneira: Adonias quando procurou Bate-Seba, por certo conhecia a influência que ela exercia sobre o filho, pois lhe disse: “Dize, eu te peço, ao rei Salomão (pois ele nada te negará).” (2Rs 2,17). O redator reafirma as palavras de Adonias na resposta do rei à sua mãe: “Pede, minha mãe, que não to negarei” (2Rs 2,20). A maneira como o rei Salomão a tratou também demonstra sua importância dentro da corte: “Bate-Seba foi, pois, à presença do rei Salomão para lhe falar de Adonias e o rei se ergueu para ir ao seu encontro e se prostrou diante dela; depois sentou-se no trono e mandou colocar um assento para a mãe do rei e ela sentou-se à sua direita.” (1Rs 2,19-20).

Ao ouvir o pedido, Salomão se enfureceu. Nas palavras de Salomão, o autor deixa transparecer a insegurança do rei com relação ao trono, bem como a consciência de que havia usurpado o trono de seu irmão. Ele diz: “E por que pedes para Adonias Abisag de Sunam? Pede também para ele a realeza! Pois ele é meu irmão mais velho e já tem de seu lado o sacerdote Abiatar e Joab, filho de Sárvia!” O fato de se referir a Adonias como seu irmão mais velho, demonstra a não legitimidade de sua posição. Mas

²³⁸ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, p.147.

²³⁹ BARAK, Zafira Bem, em *Samuel e Reis: a partir de uma leitura de gênero*. São Paulo: Paulinas, 2003, p.218.

como todo usurpador e déspota, Salomão recorreu à violência para garantir seu poder. Ordenou ao comandante Banaías que matasse o seu irmão.

O desterro de Abiatar (26-27) - O próximo da lista foi o sacerdote Abiatar. Sob a acusação de ter apoiado Adonias foi condenado ao exílio na cidade de Anatot. Salomão preferia tê-lo condenado à morte, mas em consideração a todos os serviços prestados a Davi resolveu poupá-lo de tal destino. Não se pode nos esquecer que o exílio de Abiatar privilegiava Sadoc, que permaneceu sozinho como sacerdote, considerado um alto cargo dentro da estrutura administrativa de Salomão.

A morte de Joab (28-35) – Temeroso e ciente do que poderia lhe acontecer Joab se refugiou no santuário e agarrou-se nos chifres do altar, assim como fizera Adonias, tendo em vista o direito de asilo conforme a lei (Ex 21,13-14). Dessa forma, Joab não poderia ser morto dentro do santuário, razão pela qual num primeiro momento Banaías encarregado por Salomão de tirar a vida de Joab, ordena que ele saia da Tenda. Mas Joab responde “eu morrerei aqui” (1Rs 2, 30). Em decorrência dessa resposta surgem duas alternativas para a atitude de Joab: Acreditando que Banaías não invadiria o santuário, ele morreria de fome, fugindo da violência de Salomão. A segunda, conhecendo bem o rei, sabendo de sua falta de escrúpulos, Joab estava consciente de que Salomão não recuaria, mesmo diante do local sagrado. Sua decisão de desafiar o rei pode ter tido a finalidade de fazer recair sobre Salomão a ignomínia da profanação do santuário. Se a segunda hipótese estiver correta é mais uma prova de que o rei não respeitava nem mesmo a mais sagrada instituição de Israel. A hesitação de Banaías em cumprir a ordem de Salomão demonstra a consciência do fiel servo do rei a respeito da gravidade do derramamento de sangue dentro do santuário.

A eliminação de Semei (36-46) - Quanto a Semei, filho de Gera, benjaminita de Baurim, pertencente a família de Saul, Salomão se utiliza de um estratagemas que no final o levará para morte. Isto porque não havia uma acusação contra ele que justificasse sua morte. Ele havia amaldiçoado Davi durante sua fuga de Jerusalém, por ocasião da revolta de Absalão, mas Semei acabou sendo perdoado publicamente por Davi (2Sm 19, 17-24). Semei deveria residir em Jerusalém e jamais poderia deixar a cidade sob pena de perder a vida. Após três anos, Semei foi para Gat a fim de procurar alguns escravos fugitivos e

dessa forma selou seu destino. Salomão que só esperava por uma falha para poder eliminá-lo de uma vez de seu caminho deu ordens para que Banaías executasse a pena de morte contra Semei. Desde o início Semei foi considerado por Salomão como um inimigo em potencial. Ele pertencia à casa de Saul, embora tenha pedido perdão a Davi, era claramente contra o rei, acusando-o de usurpador do trono que pertencia à família de Saul (2Sm 16,7-8). Também em 2Sm 19, 18 há a informação de que junto com Semei estavam “mil homens de Benjamim”. A prisão domiciliar imposta por Salomão, certamente tinha a intenção de evitar uma possível rebelião comandada por Semei. Novamente é Banaías quem dá cabo da vida de Semei.

O autor termina sua história afirmando “E a realeza então se consolidou nas mãos de Salomão.”

Após o estudo do texto pode-se concluir que o autor da História da Sucessão de Davi não nutria nenhuma simpatia por Salomão e seus partidários. Ao contrário, procurou, tendo como cenário as desavenças na família de Davi e depois em 1Rs 1-2 a corte de Jerusalém, mostrar os interesses políticos que levaram Salomão a ocupar o trono de Israel e Judá. O autor deixa transparecer que considerava a ascensão de Salomão ao trono como ilegítima. Conseguida por meio de mentiras, aproveitando-se da senilidade de Davi e, claro, contando o apoio dos mercenários sob o comando de Banaías. Enquanto no capítulo 1 ele se dedica a contar as falcatruas de Natã, sem dúvida o líder do partido de Salomão e articulador do plano para garantir sua sucessão ao trono, no capítulo 2 o alvo é o próprio Salomão. Se para conseguir a nomeação de Davi como seu sucessor os partidários recorreram à mentira, para se consolidar no poder Salomão recorreu à violência, mandando matar seus possíveis inimigos. Como se viu, Adonias, Joab e Semei poderiam de alguma forma questionar a legitimidade da sucessão. A decisão de eliminar os adversários mostra que Salomão realmente tinha medo de que seu poder fosse questionado, portanto, podemos imaginar que tivesse consciência da ilegitimidade de seu trono. Assim, o autor nos apresenta que o sucessor ao trono de Israel e Judá era um tirano, apoiado por um grupo de corruptos, cada qual procurando defender seus interesses para garantir os privilégios que o poder sempre propicia.

É evidente que tamanha revolta contra Salomão, nos leva a crer que o autor da História da Sucessão de Davi, não estava apenas desabonando a forma como Salomão se apossou do trono e se consolidou no poder, mas o seu reinado como um todo. A crítica é contra o mau uso do poder. É contra a postura política de Salomão.

Antes, porém, de se tentar responder às questões que norteiam esse capítulo, será preciso entender as circunstâncias que levaram o autor da História da Sucessão de Davi a fazer críticas tão sérias contra Salomão. Para isso, temos que recorrer a outras memórias desse período, para que possamos construir o outro lado da historiografia. Uma historiografia feita a partir dos que não estão no poder, daqueles que sofreram as consequências do poder, da corrupção, da falta de escrúpulos, da exploração e da opressão. Uma historiografia, pois, com base nas propostas de Schwantes e de outros autores da América Latina. Assim, pretendem-se analisar, quais foram as consequências para a população rural, especialmente, para as tribos do norte, advindas das políticas econômicas e políticas adotadas por Salomão.

3.4.3. Memórias críticas e uma outra historiografia

O rei tinha projetos para Israel e precisava de uma administração mais eficiente que permitisse a ele centralizar ainda mais o poder em suas mãos. A exploração dos recursos e a conseqüente prosperidade do país dependiam da existência de uma administração coordenada, capaz de garantir a transmissão e a execução das ordens de um único dirigente. No primeiro capítulo, houve a oportunidade de verificar que Salomão, também na organização do reino tanto econômica quanto administrativamente seguiu os modelos egípcios. Dividiu o país em doze distritos a fim de implantar um sistema eficiente para a cobrança de tributos e criou novos cargos na administração para garantir que todos os setores da sociedade estivessem sob sua direção e poder. Conforme Cardoso:

“Assim os traços mais visíveis da economia egípcia antiga era, sem dúvida, o *estatismo faraônico*: a quase totalidade da vida econômica “passava” pelo rei

e seus funcionários, ou pelos templos. Os bens dos templos estavam sob a supervisão do *tjati*, espécie de “primeiro-ministro” nomeado pelo faraó. As atividades produtivas e comerciais, mesmo quando não integravam os numerosos monopólios estatais, eram estritamente controladas, regulamentadas e taxadas pela burocracia governamental.”²⁴⁰

“Seja em forma de colheitas, rebanhos, produtos artesanais e matérias-primas provenientes de seus próprios campos, oficinas e expedições de mineração ou comércio, seja na qualidade de impostos em espécie que taxavam a quase totalidade das terras e atividades, a maioria absoluta do excedente econômico disponível era cada ano concentrada pelo rei e pelos templos. Estes agiam, em seguida, como gigantescos mecanismos de redistribuição da riqueza assim concentrada: nos níveis superiores, fazendo viver uma aristocracia burocrática, sacerdotal e, no Reino Novo, também militar; nos níveis inferiores, remunerando o trabalho dos artesãos especializados e alimentando os trabalhadores que executavam as obras públicas.”²⁴¹

Com base nas políticas implantadas por Salomão é possível incluir Israel e Judá no modo de produção tributário. Parece importante fazer um breve comentário a respeito do modo de produção tributário. Modo de produção é a forma como a sociedade determina as condições de sua sobrevivência. Conforme Cardoso, “modo de produção é um conceito marxista que designa uma articulação dada historicamente entre um determinado nível e formas de desenvolvimento das forças produtivas, e as relações de produção que lhes correspondem.”²⁴²

O modo de produção tributário caracteriza os primeiros Estados surgidos no Oriente Médio, Índia, China e África. A agricultura, base econômica desses Estados, era praticada por camponeses presos à terra, que viviam submetidos a um regime de servidão coletiva. Todas as terras pertenciam ao Estado, representado pelas figuras do rei, imperador ou faraó, que se apropriavam do excedente da produção agrícola, distribuindo-o entre a nobreza, formada por sacerdotes e guerreiros. Esse Estado forte e centralizador, onde os reis eram considerados divinos, intervinha diretamente no

²⁴⁰ CARDOSO, Ciro S. Flamarion. *O Egito Antigo*. São Paulo: Editora Brasiliense S/A, 1982, p. 37.

²⁴¹ CARDOSO, Ciro S. Flamarion. *O Egito Antigo*, p. 38.

²⁴² CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1988, p. 82.

controle da produção. Nos períodos entre as safras, era comum o deslocamento de grandes levas de trabalhadores para a construção de imensas obras públicas, principalmente canais de irrigação e monumentos.

Esse tipo de poder, também denominado despotismo oriental, marcado pela formação de grandes comunidades agrícolas e pela apropriação dos excedentes de produção, caracteriza a passagem das sociedades sem classe das primitivas comunidades da pré-história para as sociedades de classe. Guardadas as particularidades históricas, pode-se afirmar que os primeiros Estados surgidos no Oriente Médio (egípcios, babilônios, assírios, fenícios, hebreus, persas) desenvolveram esse tipo de sociedade.

O modo de produção tributário surge em decorrência de uma estratificação da sociedade. Uma minoria se torna proprietária dos meios de produção ao passo que a grande maioria passa a ser dependente dela. Enquanto nas sociedades tribais não existia a produção do excedente, nas sociedades caracterizadas pelo modo de produção tributário, os trabalhadores não são donos da produção, que pertence ao Estado. Com relação ao modo de produção tributário Cardoso escreve:

“expressão usada por Marx uma única vez, mas que se tornou usual entre os marxistas para designar determinado tipo de sociedade em que uma “comunidade superior”, mais ou menos confundida com o Estado e que se encarna num governante “divino”, explora mediante tributos e trabalhos forçados as comunidades aldeãs – caracterizadas pela ausência de propriedade privada e pela auto-suficiência, permitida pela união do artesanato e da agricultura.”²⁴³

Cardoso divide as características essenciais do modo de produção tributário em sete tópicos, conforme explanação abaixo:

Um nível de forças produtivas mais avançado do que o das sociedades tribais primitivas: caracteriza-se pelo aumento populacional que garante uma oferta

²⁴³ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*, p. 82.

maior de mão-de-obra, bem como o conhecimento do metal e o desenvolvimento de técnicas agrícolas e de irrigação.

A existência da comunidade de aldeia: trata-se de uma forma alterada da comunidade primitiva. Os produtores diretos organizam-se em aldeias quase totalmente fechadas e autárquicas. Nessas comunidades não existe propriedade privada e se caracterizam pela associação das atividades agrícolas e artesanais em termos de uma insuficiente divisão do trabalho.

A existência de um Estado despótico acima das comunidades de aldeia: é o resultado da separação entre os produtores diretos e os organizadores da produção. O Estado é comandado por um déspota cujo poder se fundamenta na religião. Em virtude de sua função ele se torna dono de todas as terras. Está acima de uma complexa estrutura estatal que dirige todos os setores da sociedade: economia, política, defesa e religião.

A relação entre o Estado e as comunidades aldeãs se expressa na chamada “escravidão generalizada”: o Estado exerce uma exploração direta e coletiva sobre as comunidades, utilizando-se de duas maneiras: apropriação do excedente produzido sob a forma de tributos e a exigência do trabalho compulsório para a realização das obras públicas. Os tributos coletados são utilizados pelo Estado para sustentar uma aristocracia de função, isto é, a posição social do indivíduo é determinada pela função que ele ocupa dentro da estrutura do Estado. Outro destino dado aos impostos é o armazenamento para previsão de épocas de carência.

Embora existam escravos no sentido comum do termo, não constituem a base da produção social: a base são as comunidades aldeãs e os escravos são domésticos.

A inexistência de comércio e artesanato como atividades suficientemente autônomas para alterar a ordem social: em função do excedente apropriado a nobreza se torna um mercado consumidor, possibilitando o desenvolvimento do comércio. Uma parte dos impostos é destinada à exportação, em troca de

matérias-primas para a realização de construções e para o artesanato de artigos de luxo consumidos pela elite ou trocados no mercado internacional. O Estado monopoliza e regulamenta toda a atividade industrial e todo o comércio externo, dessa forma é impossível a formação de uma classe mercantil independente.

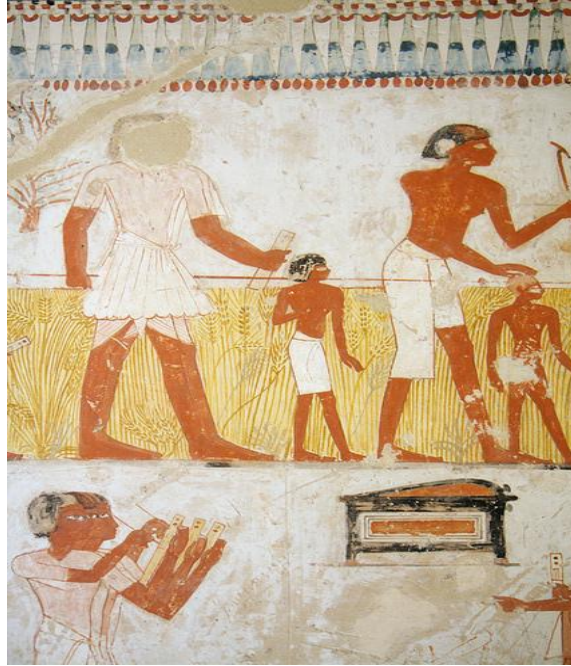
A tendência à estagnação: os altos impostos e a inexistência de relações comerciais entre o campo e as cidades contribuem para preservar imutáveis ou com poucas variações as técnicas e os hábitos agrícolas.²⁴⁴

Um importante exemplo sobre a cobrança de impostos no Egito antigo é a tumba de Menna²⁴⁵ localizada na margem ocidental do rio Nilo em Luxor. Ele foi um oficial que viveu durante o reinado de Tutmés IV (1400-1390 a.C.), ou de seu sucessor, Amenhotep III, na 18ª Dinastia. Menna era um alto funcionário descrito como o “Escriba dos Campos do Senhor das Duas Terras do Alto e Baixo Egito”. Exercia a importante função de fiscalizar a semeadura das plantações e as colheitas. Os desenhos feitos na capela de sua tumba mostram cenas da vida cotidiana de Menna. Através dessas pinturas obtém-se inúmeras informações a respeito do modo de vida no Egito Antigo, especialmente pode-se constatar a diferença existente entre as classes dos trabalhadores e a dos funcionários do Estado.

Na parede número 01 da tumba, existem cenas que mostram a colheita das safras. Os escribas estão registrando a quantidade de grãos produzidos. Outras cenas mostram barcos transportando os grãos colhidos pelo rio Nilo. A figura de Menna é sempre a maior. Ele é representado usando roupas finas e uma peruca sofisticada. Sua pele é vermelho-ocre, cor usada para representar os homens. As mulheres eram representadas com a cor amarelo-ocre. De modo geral as mulheres, especialmente as mais ricas, não passavam muito tempo no sol.

²⁴⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito Antigo*, p. 102 a 105.

²⁴⁵ Disponível em: <http://discoverybrasil.uol.com.br/momia/interativo/>, acesso em 03/02/2012.



Escribas registrando a colheita da safra.²⁴⁶

Na pintura mostrando os escribas transportando cestos cheios de grãos, um detalhe chama a atenção. A seguir há três imagens, a primeira com a cena mais completa e as outras duas maiores retratando detalhes da mesma cena.

²⁴⁶ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/soloegipto/5246680147/sizes/z/in/photostream/>, acesso em 03/12/2012.



Funcionários com uma trena no braço medindo o campo para calcular a parte destinada ao faraó.²⁴⁷

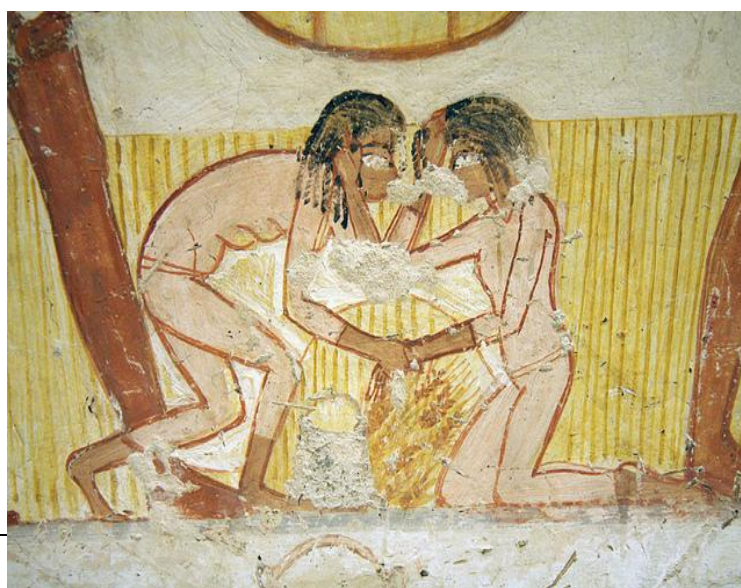


²⁴⁷ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/soloegipto/5247279478/sizes/z/in/photostream/>, acesso em 03/02/2012.

Escritas recolhendo o tributo.²⁴⁸



Detalhe da pintura, mostra os camponeses colhendo os grãos.²⁴⁹



²⁴⁸ Disponível em: http://www.flickr.com/photos/soloegipto/5246680147/sizes/z/in/photostream/http://www.egiptologia.org/tumbas/nobles/tt_069/, acesso em 03/02/2012.

²⁴⁹ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/soloegipto/5247325330/sizes/z/in/photostream/>, acesso em 03/02/2012.

Detalhe mostrando a briga das mulheres.²⁵⁰

Abaixo do cesto cheio dos grãos recolhidos, segurado pelos escribas, foram representadas duas mulheres brigando sobre os grãos caídos depois da colheita, evidentemente, a realidade da vida no antigo Egito. Enquanto homens como Menna levavam uma existência confortável, a vida da maioria dos camponeses era muito árdua.

A parede número 12 traz como tema as oferendas. Menna e sua esposa aparecem sentados diante de uma mesa repleta de comida e bebida. Outra cena os dois estão participando de um banquete, eles são apresentados tomando um copo de vinho. A esposa de Menna usa um grande colar, brincos e braceletes de ouro e uma elaborada peruca.



Menna e sua esposa.²⁵¹

Através das cenas representadas pelas pinturas nas paredes da capela da tumba de Menna, as quais representavam o modo de vida dos antigos egípcios, é possível perceber a diferença monumental entre a classe da aristocracia e a classe dos trabalhadores. Os funcionários do faraó levavam uma vida confortável, cheia de

²⁵⁰ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/soloegipto/5247326292/sizes/z/in/photostream/>, acesso em 03/02/2012.

²⁵¹ Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/soloegipto/sets/72157625286595065/>, acesso em 03/02/2012.

regalias: fartura de comida e bebida, participavam de banquetes e festas, usavam roupas de qualidade, se enfeitavam com perucas e joias. Muitos objetos encontrados nas tumbas revelam que os ricos no Egito levavam uma vida privilegiada. Enquanto os ricos se deliciavam em banquetes e festas, duas mulheres brigam por um punhado de grãos caídos dos cestos após a colheita. Isto demonstra também que os pobres viviam uma vida miserável, essa cena mostra que possivelmente a quantidade de alimentos era insuficiente.

Era comum que fossem levados para dentro das tumbas, no antigo Egito, objetos pessoais e domésticos dos mais variados. Artigos que a pessoa havia usado em vida, em muitos casos praticamente todos os objetos da casa eram levados para a tumba. Dentre esses objetos havia as “imagens *Ushabti*”, trata-se de estátuas representando trabalhadores. Os antigos egípcios acreditavam que após a morte teriam de trabalhar nos campos do céu, deveria cuidar do plantio, das colheitas e da manutenção dos canais de irrigação. Com a finalidade de evitar o trabalho após a morte, eram confeccionadas pequenas estátuas em forma de múmia, feitas de madeira ou cerâmica. Elas seguravam uma enxada e um enxó e carregavam uma cesta nas costas. Um texto indica que eles assumiriam qualquer trabalho que os mortos ordenassem. Entre as imagens dos trabalhadores havia também imagens de capatazes. No final do Novo Reinado era comum haver 365 imagens de trabalhadores em cada tumba.²⁵²

Como os egípcios acreditavam que após a morte teriam o mesmo status ou posição social que possuíam enquanto vivos, então era necessário que levassem trabalhadores para realizarem os trabalhos pesados. A opressão sob a qual vivia a população é demonstrada pela existência entre as “imagens *Ushabti*”, estátuas de capatazes que cuidariam para que as ordens fossem executadas da forma como o senhor as tivesse ordenado. A classe dominante queria preservar as vantagens e as riquezas mesmo depois da morte.

Nos túmulos, é claro, são reproduzidas as vidas de seus donos, esses indubitavelmente pertenciam aos grupos privilegiados da sociedade.

²⁵² Disponível em: <http://discoverybrasil.uol.com.br/momia/interativo/>, acesso em 03/02/2012.

“Fosse quem fosse, era sempre reproduzido em tamanho muito maior do que os homens e os animais que trabalhavam sob seu controle. Ou se mantinha direito, numa atitude de majestosa dignidade, ou estava sentado num pavilhão, ao abrigo do sol, tendo a seu lado uma mesa bem fornecida e um servo que lhe estendia alimentos e bebidas. As inscrições referem que ele chegou ao local para inspecionar e controlar ou apenas para ver como prosseguia o trabalho nos campos. Podemos estar certos de que, em toda a sua vida, nunca pegou num arado.”²⁵³

Em contrapartida, temos a cantiga de um jovem boieiro. “É um canto melancólico, que alude à resignação do camponês para com o seu triste destino: de fato, sabendo nós o que será feito do grão e da palha, o que ficará para o jovem boieiro?”

“Debulhai, que é para vosso bem,
Debulhai, que é para vosso bem
bois,
debulhai, que é para vosso bem.
Comereis a palha,
que o grão é para vosso dono.
Não vos mostreis cansados, está fresco,
bois, debulhai.”²⁵⁴

Dentre os inúmeros textos didáticos usados como instrução aos escribas, durante o Novo Império, tratando de diversos assuntos, inclusive vários deles descrevendo as vantagens de se tornar um escriba; como no texto abaixo, no qual é possível entender a dura vida de um camponês:

“Sê escriba. Não terás canseiras e ficarás preservado de outros tipos de trabalho. Não terás de transportar a enxada, a picareta e o cesto. Não terás de guiar o arado e serás poupado a todos os tipos de canseira. Deixa que te recorde o estado miserável do camponês quando chegam os funcionários para fixar a taxa da colheita e as serpentes levaram metade do cereal e o hipopótamo comeu o resto. O pássaro voraz é uma calamidade para os camponeses. O trigo que restava na eira desapareceu, os ladrões levaram-no. Não pode pagar o que

²⁵³ BERLEV, O.; BRESCIANI, E.; CAMINOS, R. A.; DONADONI, S.; HORNUNG, E.; AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A.; PERNIGOTTI S.; ROCCATTI, A.; VALBELLE, D. *O homem egípcio*, Lisboa, p. 20.

²⁵⁴ BERLEV, O.; BRESCIANI, E.; CAMINOS, R. A.; DONADONI, S.; HORNUNG, E.; AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A.; PERNIGOTTI S.; ROCCATTI, A.; VALBELLE, D. *O homem egípcio*, Lisboa, p. 24.

deve pelos bois que pediu emprestados: além disso, os bois morreram de tanto lavrarem e debulharem. E já o escriba atraca à margem do rio para calcular o imposto sobre a colheita, com um séquito de servos armados de bastões e de núbios com ramos de palmeira. Dizem: ‘Mostra-nos o trigo!’ Mas não há nenhum trigo e o camponês é espancado sem dó nem piedade. É preso e lançado de cabeça para baixo num charco, ficando ensopado em água. A mulher é presa na sua presença e os filhos são agrilhoados. Mas o escriba manda em todos. Quem trabalha escrevendo não paga impostos; não é obrigado a pagar. Lembra-te bem disto.”²⁵⁵

Isso revela que essa classe vivia à custa de exorbitantes impostos. Do trabalho no campo era retirado todo o sustento, o luxo e as construções que eles projetavam. Os túmulos mostram a maneira luxosa em que viviam e até onde ia o gosto pelas construções e obras de arte, pintura, joias, utensílios. As tumbas dos ricos refletiam seu status. Mas a riqueza provinha da exploração, da extorsão. Tanto que os impostos eram cobrados e controlados por meio da força. Não há como sonegar, no Egito a produção era pré calculada. Através do nilômetro era possível ter uma previsão do que plantar e o do resultado da colheita, e conseqüentemente calcular o valor dos impostos. Essa tarefa cabia ao escriba cobrador de impostos. Eles mantinham registros escritos dos títulos de propriedade, do tamanho dos campos e sabiam calcular áreas. A escrita no Egito era fiscalizada pelo fisco real, o que tornava os escriturários zelosos e sérios em sua profissão. Pode-se citar o exemplo da produção de vinho. Os cestos de uvas eram contados pelos escribas antes de serem pisados e processados. Depois conferiam o número de jarros produzidos.

Assim, como era exigido o imposto dos camponeses e artesãos, também os cobradores de impostos e os governadores dos distritos estavam sujeitos ao poder central. Eram severos com relação à corrupção desses funcionários. Os impostos arrecadados concentravam-se nas mãos do faraó, sendo que era ele quem decidia a forma que os tributos seriam utilizados. Grande parte dos tributos arrecadados ficava com a própria família do faraó. Eram usados para a construção de palácios,

²⁵⁵ BERLEV, O.; BRESCIANI, E.; CAMINOS, R. A.; DONADONI, S.; HORNUNG, E.; AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A.; PERNIGOTTI S.; ROCCATTI, A.; VALBELLE, D. *O homem egípcio*, Lisboa, p. 27.

monumentos, aquisição de artigos de luxo, alimentação, etc. Outra parte era utilizada para pagar funcionários (escribas, militares, sacerdotes, administradores, etc) e garantir a manutenção do reino.

Em Israel o poder centralizado nas mãos do rei trouxe graves consequências. Junto do rei havia uma camada da sociedade que também vivia à custa da exploração do povo. Para compreender a extensão e a composição da camada mais rica da sociedade em Judá e Israel será necessário verificar quem eram e qual a sua função na sociedade, das pessoas que pertenciam a essa camada social.

Pode-se identificar um grupo constituído por homens que exerciam algum tipo de autoridade e possuíam grande prestígio na sociedade. Os anciãos (*zeqenîm*) exerciam funções políticas e religiosas. Cada cidade possuía um conselho de anciãos. Esta era uma das instituições mais antigas de Israel, bem como dos povos do Antigo Oriente. Eles eram os representantes do povo: “Iahweh disse a Moisés: ‘Passa adiante do povo e toma contigo alguns anciãos de Israel; leva contigo, na mão, a vara com que feriste o Rio, e vai’” (Ex 17,5); “Jetro, sogro de Moisés, ofereceu a Deus um holocausto e sacrifícios. Vieram Aarão e todos os anciãos de Israel, para comerem pão com o sogro de Moisés diante de Deus” (Ex 18,12); Davi mantém relações amigáveis com os anciãos de diversas cidades de Judá, inclusive enviando-lhes presentes, com o objetivo de conquistar aliados: “Chegando a Siceleg, Davi enviou parte do despojo aos anciãos de Judá, segundo suas cidades, com esta mensagem: ‘Aqui vai um presente para vós do que foi tomado dos inimigos de Iahweh’” (1Sm 30,26); Abner procura os anciãos a fim de obter o apoio de Israel a Davi: “Abner tinha conversado com os anciãos de Israel e lhes tinha dito: ‘Faz já muito tempo que vós desejais ter Davi como vosso rei’” (2Sm 3,17); os anciãos foram chamados para ouvir a leitura do livro da lei descoberto durante o governo de Josias: “Então o rei mandou reunir junto de si todos os anciãos de Judá e de Jerusalém, e o rei subiu ao Templo de Iahweh com todos os homens de Judá e todos os habitantes de Jerusalém, os sacerdotes e os profetas e todo o povo, do maior ao menor. Leu diante deles todo o conteúdo do livro da Aliança encontrado no Templo de Iahweh” (2Rs 23,1-2).

Como líderes da comunidade sua função era proteger o povo, exercer a disciplina, cuidar para que a lei fosse cumprida e administrar a justiça, exercendo ampla autoridade nas questões religiosas, civis e domésticas. Dessa forma, podiam fazer parte do conselho real: “A ideia agradou a Absalão e a todos os anciãos de Israel” (2Sm 17,4); possuíam voto deliberativo nas questões de guerra: “Então o rei de Israel convocou todos os anciãos da terra e disse: ‘Reparai e vede que esse homem quer a nossa parda! Exige de mim minhas mulheres e meus filhos, embora não lhe tenha recusado minha prata e meu ouro’. Todos os anciãos e todo o povo disseram-lhe: ‘Não obedecemos nem consintamos!’” (1Rs 20,7-8); formavam o corpo judiciário nas cidades: “Contudo, se alguém é inimigo do seu próximo e lhe arma uma cilada, levantando-se e ferindo-o mortalmente, e a seguir se refugia numa daquelas cidades, os anciãos da sua cidade enviarão pessoas para tirá-lo de lá e entregá-lo ao seu vingador de sangue, para que seja morto” (Dt 19,11-12); “O pai e a mãe da jovem tomarão as provas da sua virgindade e as levarão aos anciãos da cidade, na porta” (Dt 22,15); “Contudo, se o cunhado recusa desposar a cunhada, esta irá aos anciãos, na porta, e dirá: ‘Meu cunhado está recusando suscitar um nome para seu irmão em Israel! Não quer cumprir seu dever de cunhado para comigo!’ Os anciãos da cidade o convocarão e conversarão com ele. Se ele persiste, dizendo: ‘Não quero desposá-la!’, então a cunhada se aproximará dele na presença dos anciãos, tirar-lhe-á a sandália do pé, cuspirá em seu rosto e fará esta declaração: ‘É isto que se deve fazer a um homem que não edifica a casa do seu irmão’, e em Israel o chamarão com o apelido de casa do descalçado” (Dt 25,7-10). Isaías denuncia que os anciãos estavam entre aqueles que oprimiam o povo: “Iahweh entra em julgamento com os anciãos e os príncipes do seu povo: ‘Fostes vós que pusestes fogo à vinha; o despojo tirado ao pobre está nas vossas casas” (Is 3,14).

Outros que figuravam entre as diversas categorias de líderes existentes na estrutura social, os quais eram chamados de *sarîm*, entre eles estavam os ministros de Salomão, governadores, funcionários em geral, oficiais militares e civis. Há alguns textos nos quais a mesma palavra é usada para designar diferentes funções ou cargos: “E os nomeará chefes de mil e chefes de cinquenta, e os fará lavrar a terra dele e ceifar a sua seara, fabricar as suas armas de guerra e as peças de seus carros” (1Sm 8,12); “Estes dez pedaços de queijo, oferece-os ao chefe de mil. Indagarás sobre a saúde dos teus irmãos, e trará deles um soldo” (1Sm 17,18); “Quando Saul viu Davi partir ao encontro

do filisteu, perguntou a Abner, o chefe o exército: ‘Abner, de quem aquele jovem é filho?’ Abner respondeu: ‘Tão certo como estares vivo, ó rei, eu o ignoro’” (1Sm 17,55); “O rei disse a Joab e aos chefes do exército que o acompanhavam: ‘Percorrei, pois, todas as tribos de Israel, de Dã a Bersabeia, e fazei o recenseamento do povo, a fim de que eu saiba o número da população’” (2Sm 24,2); “Mas não impôs a corveia aos filhos de Israel, que serviam antes como soldados; eram seus guardas, seus oficiais e seus escudeiros, bem como comandantes de seus carros e de sua cavalaria” (1Rs 9,22); os textos acima se referem àqueles que estava à frente do exército, eram oficiais militares.

A seguir alguns textos nos quais a palavra *sarîm* é usada para nomear os oficiais civis como: os ministros de Salomão “O rei Salomão reinava sobre todo o Israel, e estes eram seus principais chefes” (1Rs 4,2); os governadores “Acab perguntou: ‘Por quem?’ E o profeta: ‘Assim fala Iahweh: Pelos servos dos chefes das províncias.’ Acab insistiu: ‘Quem dará início ao combate?’ ‘Tu mesmo’, respondeu o profeta” (1Rs 20,14); “O rei de Israel ordenou: ‘Prende Miquéias e conduze-o a Amon, governador da cidade, e a Joás, filho do rei’” (1Rs 22,26); outras autoridades “Mas como os figos estragados que, de tão estragados, não podem ser comidos – sim, assim disse Iahweh –, assim eu tratarei a Sedecias, rei de Judá, os seus príncipes e o resto de Jerusalém: aqueles que restarem nesta terra e os que habitam na terra do Egito” (Jr 24,8); “Quando os príncipes de Judá ouviram estas palavras, subiram do palácio do rei à Casa de Iahweh e assentaram à entrada da porta Nova da Casa de Iahweh” (Jr 26,10); oficiais de nações estrangeiras “Viram-na os oficiais de Faraó e gabaram-na junto dele; e a mulher foi levada para o palácio de Faraó” (Gn 12,15); “Então disse Jeremias a Sedecias: ‘Assim disse Iahweh, o Deus dos Exércitos, o Deus de Israel. Se, realmente, te entregares aos príncipes do rei da Babilônia, salvarás a tua vida e esta cidade não será incendiada; tu e tua família sobreviveréis’” (Jr 38,17).

Existem também os homens influentes, de famílias abastadas que possuem lugar de honra nas assembleias, são os *nedîbîm*: “Levanta do pó o fraco e do monturo o indigente, para os fazer assentarem-se com os nobres e colocá-los num lugar de honra” (1Sm 2,8); “É melhor abrigar-se em Iahweh do que pôr confiança nos nobres” (Sl

118,9); “Não coloquês a segurança nos nobres e nos filhos do homem, que não podem salvar!” (Sl 146,3).

Um harém podia abrigar centenas de pessoas. Assim como no Egito, o harém de Salomão não abrigava somente suas esposas e concubinas, mas os filhos do rei, agregados, protegidos e funcionários que trabalhavam no harém. Parece que numa monarquia incipiente como Israel o harém ainda não havia atingido a posição de uma instituição, nem sua independência econômica, certamente vivia de impostos e de doações reais. Imaginando que o local onde moravam as mulheres e os filhos do rei deveria ser um lugar com muito luxo e conforto; economicamente falando, pode-se afirmar que manter um harém era extremamente oneroso ao Estado.

Quanto aos filhos e filhas do rei, enquanto pequenos residiam no harém com a mãe, as outras mulheres do rei e as amas de leite que amamentavam e cuidavam das crianças. A respeito das princesas há uma única informação com base no texto que se refere a Tamar, filha de Davi: “Davi mandou dizer a Tamar no palácio:”Vai ao quarto do teu irmão Amnon e prepara a sua refeição.” (2Sm 13,7); “Ela trajava uma túnica especial que antigamente usavam as filhas do rei ainda solteiras.” (2Sm 13,18). É praticamente certo que as filhas viviam no palácio sob a tutela das mulheres até se casarem. De acordo com o texto, usavam as roupas diferenciadas.

Geralmente eram entregues pelo pai para se casarem com altos oficiais do reino ou com outros reis conforme os textos a seguir: “Filho de Abinadab: todo o distrito de Dor. “Era casado com Tabaat, filha de Salomão” (1Rs 4,11); “Aquimaás em Neftali, que também se casou com uma filha de Salomão, de nome Basemat” (1Rs 4,15); “No quinto ano de Jorão, filho de Acab, rei de Israel, Jorão, filho de Josafá, tornou-se rei de Judá. Tinha trinta e dois anos quando começou a reinar e reinou oito anos em Jerusalém. “Imitou o comportamento dos reis de Israel, como fizera a casa de Acab, pois foi da casa de Acab que ele tomou sua esposa, e fez o mal aos olhos de Iahweh” (2Rs 16-18). Com relação às filhas de Salomão, da mesma forma como o rei casou-se com mulheres estrangeiras a fim de consolidar acordos políticos, deve ter dado em casamento algumas de suas filhas a reis e príncipes do seu círculo de amizade.

Os príncipes tinham outra sorte. Recebiam uma educação diferente. Seus tutores eram escolhidos entre os homens importantes da cidade: “Jônatas, tio de Davi, conselheiro, homem inteligente e escriba, era o encarregado dos filhos do rei junto com Jaiel, filho de Hacamon” (1Cr 27,32). “Havia em Samaria setenta filhos de Acab. Jeú escreveu cartas e enviou-as a Samaria, aos comandantes da cidade, aos anciãos e aos tutores dos filhos de Acab. Dizia a carta: “Quando esta carta vos chegar às mãos, vós, que tendes convosco os filhos de vosso senhor, carros e cavalos, uma cidade forte e armamento, vede qual é, entre os filhos de vosso senhor, o melhor e o mais digno, e ponde-o no trono de seu pai e combatei pela casa de vosso senhor!”(2Rs 10,1-3).

Ao contrário das filhas, os filhos ao se casarem passavam a ter uma vida independente, inclusive economicamente. Recebiam um dote do pai, moravam fora do palácio e administravam suas propriedades. “Jorão tinha irmãos, filhos de Josafá: Azaria, Jaiel, Zacarias, Azarias, Miguel e Safatias; todos filhos de Josafá, rei de Israel. Seu pai lhes havia dado numerosos presentes de prata, ouro, jóias e cidades fortificadas, mas deixara o trono para Jorão, pois era o filho mais velho” (2Cr 21,2-3). Há, também, os exemplos dos irmãos de Salomão, tanto Amnom como Absalão possuem suas propriedades rurais, seus rebanhos e residem fora do palácio: “Então Jonadab lhe disse: ‘Mete-te na cama, finge que estás doente e, quando teu pai vier ver-te, dir-lhe-ás: ‘Permite que a minha irmã Tamar me sirva o alimento e prepare o prato na minha presença, para que o veja e coma depois da sua mão’” (2Sm 13,5). “Absalão, seu irmão, lhe perguntou: “Esteve o teu irmão Amnon contigo? Agora, minha irmã, cala-te; é teu irmão. Não te angusties dessa maneira.” E Tamar ficou sozinha na casa do seu irmão Absalão” (2Sm 13, 20); “Dois anos mais tarde, Absalão mandou convidar todos os filhos do rei a se reunirem em Baal-Hasor, nas propriedades de Efraim, onde ele tinha seus tosquiadores” (2Sm 13,23); “Disse, então Absalão aos seus servos: ‘Vedes ali, ao lado do meu, o campo de Joab, no qual há cevada. Ide e atei fogo nele’. E foram os servos de Absalão e puseram fogo no campo” (2Sm 14,30). Além disso, podiam assumir cargos especiais na corte: “Banaías, filho de Joiada, comandava os cereteus e os feleteus. Os filhos de Davi eram sacerdotes” (2Sm 8,18). É evidente que o príncipe herdeiro possuía privilégios especiais: “Roboão fez de Abias, filho de Maaca, o chefe da família, príncipe entre seus irmãos, a fim de fazê-lo rei” (2Cr 11,22).

Diante do que foi analisado até aqui a respeito da camada mais privilegiada da sociedade em Israel, surge a inevitável pergunta: Quem sustentava essa elite? Na tentativa de responder a essa questão crucial para o entendimento do funcionamento do Estado e da sociedade nos tempos de Salomão, em primeiro lugar utilizar-se-á trechos de algumas obras da literatura egípcia que trazem aspectos muito interessantes a respeito da manutenção dos funcionários reais, porque acreditamos que os funcionários e outros membros da corte de Salomão viviam de forma bastante parecida, guardadas as devidas proporções. Em segundo lugar, buscaremos alguns textos contrários à monarquia, a fim de que possamos comprovar a exploração a que foram submetidos os camponeses.

Do romance egípcio chamado *História de Sinuhe*, no qual o protagonista, um alto funcionário em idade avançada, narra sua história, há alguns trechos que interessantes. Canhão escreve:

“Conhecemos a *História de Sinuhe* graças seis manuscritos sobre papiro, donde se destacam dois: o *Papiro de Berlim 3022 (B)*, com 311 linhas mas sem o princípio do conto, e o verso do *Papiro Ramesseum A ou Papiro de Berlim 10499 (R)*, com 203 linhas que incluem o princípio do conto. Como manuscritos secundários temos cinco pequenos fragmentos de papiro.

Ainda que não se saiba a origem da maioria dos papiros, nem se conheça o original, o texto era conhecido no Egito desde XII dinastia. E no Novo Império e no Terceiro Período Intermediário, pelo menos os escribas e candidatos a escriba tinham conhecimento deste conto, como provam não só o “Papiro Golénischeff, como a existência de vinte óstracos, a maioria datada da XIX ou da XX dinastia.”²⁵⁶

Na velhice, Sinuhe requer ao faraó autorização para voltar ao Egito. Aos altos funcionários ou protegidos do faraó era destinada uma velhice tranquila. Em Israel, também há notícias a esse respeito. Uns dos pedidos de Davi a Salomão em seu leito de morte foi a respeito dos descendentes de Berzelai: “Aos filhos de Berzelai, o galaadita,

²⁵⁶ CANHÃO, Telo Ferreira. *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, tese (Doutorado em História), Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2010, p.81.

porém, tu os tratarás com bondade e eles estarão entre os que comem à tua mesa, pois tal foi o auxílio que me prestaram quando eu fugia diante de teu irmão Absalão” (1Rs 2,7). Depois de narrar com minúcias como foi seu encontro com o faraó, Sinuhe descreve como se deu sua instalação no palácio. Os detalhes presentes nesse texto demonstram o luxo, o conforto e a fartura em que viviam os privilegiados pelo poder na época.

“Sua majestade disse: «Ele não terá medo.
Ele não estará mais em condição de ter muito medo.
Ele será um amigo entre os oficiais,
ele será posto no meio dos cortesãos.
Ide vós aos (seus) aposentos privados para fazer o seu serviço!»

Eu saí do interior da sala de audiências
e as crianças reais vieram dar-me as suas mãos.
De seguida nós fomos para a grande porta dupla
e eu fui instalado na casa de um príncipe,
cheia de luxos: tinha uma casa de banho e espelhos.
Havia aí coisas preciosas que pertenciam ao tesouro:
roupas de linho real, mirra e óleo fino do rei
e dos oficiais que ele amava, em cada quarto.
Todos os servidores estavam na sua função.
Fizeram com que os anos fossem eliminados do meu corpo:
barbearam-me, cortaram-me o cabelo.
A sujidade foi dada ao deserto
e as roupas aos beduínos.
Vestido de linho fino,
ungido com óleo fino
e estendido sobre uma cama,
deixei a areia para os que aí vivem
e o óleo de árvore para os que se ungem.
Então deram-me uma casa de proprietário de jardim
que tinha pertencido a um amigo.
Numerosos trabalhadores (re)construíram-na
e todas as suas árvores foram plantadas como novas.
Traziam-me comida do palácio
três ou quatro vezes por dia,
sem contar com a que me davam as crianças reais

sem pararem um momento.”²⁵⁷

Outra obra que se refere aos benefícios de se posicionar próximo ao faraó é o poema “*Ensinamento Lealista*”. Trata-se de instruções de um alto funcionário, dirigidas aos filhos. O poema está dividido em duas partes. A primeira da qual há alguns trechos, demonstra as vantagens e desvantagens da lealdade para com o faraó; a segunda parte refere-se à utilidade e necessidade dos subalternos. Segundo Canhão:

“Desconhece-se o autor deste texto, mas existem duas indicações de que possa ter sido escrito, ou mandado escrever, pelo vizir Mentuhotep, um alto funcionário de Senuseret I, segundo rei da XII dinastia. Uma delas é o fato de algumas partes do texto e o próprio desenho da estela de Sehetepibré aparecerem na grande estela do referido vizir Mentuhotep (Museu Egípcio, Cairo CG 20539); a outra é o fato de os títulos preservados em alguns dos manuscritos antes do nome desaparecido corresponderem aos de um alto funcionário do início da XII dinastia, perfeitamente possível coincidir com Mentuhotep a que nos temos vindo a referir: vizir, tesoureiro, respectivamente, primeiro e segundo cargos da administração egípcia.”²⁵⁸

A seguir alguns trechos do poema:

“Princípio do ensinamento
feito pelo membro da elite e governador,
pai divino, amado do deus,
superior dos segredos da casa real, v. p. s.,
chefe do país inteiro,
sacerdote *sem*, administrador do *chendjit*.

... ..

Ele [diz] como ensinamento aos seus filhos:

«Eu vou dizer (uma coisa) importante e fazer com que vós (a) escuteis.

Eu vou fazer com que vós tenhais um (bom) comportamento para sempre,
um método de vida com sucesso (para) passar a existência em paz.”²⁵⁹

“Adorai o rei Nimaatré, que ele viva eternamente no interior do vosso corpo!

Confraternizai com sua majestade no vosso coração!

Propagai o seu terror diariamente!

²⁵⁷ CANHÃO, Telo Ferreira. *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.88.

²⁵⁸ CANHÃO, Telo Ferreira. *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.417.

²⁵⁹ CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.177.

Suscitai para ele louvores em relação a cada momento!
É Sia que está nos corações:
os seus olhos exploram cada ser!
É Ré, sob a governação de quem vivemos:
aquele que está sob a sua sombra terá grandes posses!
É Ré, graças aos raios de quem vemos:
ele ilumina as Duas Terras mais do que o disco solar!”²⁶⁰
“O seu ardor queima mais do que a chama do fogo.
No seu momento ele é mais ardente do que o (próprio) fogo.
Ele faz florescer mais do que a grande inundação.
Ele encheu as Duas Terras de força e de vida.
Os narizes gelam quando ele se encoleriza
e quando ele está calmo até se respira o ar.
Ele dá alimentos a quem o segue
e assegura uma renda a quem adere ao seu caminho.”²⁶¹
“Aqueles que ele favorece estão destinados o a serem senhores de provisões,
aqueles que forem seus inimigos não terão (nada).
O do rei está destinado a ser venerado,
..... os seus inimigos”²⁶²

“Ele é Bastet que protege as Duas Terras:
aquele que o adorar terá a protecção do seu braço.
É Sekhmet contra quem transgride as suas ordens:
aquele a quem ele tiver aversão está destinado à miséria.”²⁶³

“Combatei em seu nome.
Mostrai respeito pela sua vida.
Evitai (qualquer) momento de oposição:
um partidário do rei tem o estatuto de venerável.
(Mas) não haverá um túmulo para quem se revoltar contra sua majestade:
o seu cadáver será lançado à água.
Não vos oponhais às recompensas que ele der.
Aclamai a deusa do Baixo Egipto e adorai a coroa branca.
Prestai homenagem àquele que usa a coroa dupla.
Se fizerdes isto será bom para vós.

²⁶⁰CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.177.

²⁶¹CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.177-178.

²⁶²CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.178.

²⁶³CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.178.

Constatá-lo-eis na eternidade:
aquele que está na terra sem problemas,
atravessa a existência em paz!”²⁶⁴

Ainda a respeito do mesmo tema há alguns trechos do *Ensinamento de Kethi*, também conhecido pelo título de *Sátira das Profissões*:

“Foi um texto que teve a preferência dos professores das escolas de escribas do Império Novo, mais especificamente da XVIII e XIX dinastias. É um texto composto por trinta estrofes, que pertence ao tipo “instruções” ou “ensinamentos” ou, ainda, “sapiências”. Não são considerações abstratas à moda dos filósofos gregos, mas como sempre com os Egípcios, são guias práticos destinados a transmitir a experiência de uma pessoa mais velha a outra mais jovem, geralmente o filho, sob forma de casos concretos em que se deverá agir sempre segundo maat. A data de composição é incerta. Embora a escrita pareça ser o médio egípcio, a utilização dos critérios lingüísticos aqui é difícil devido corrupção do texto, assentando a sua datação do início da XII dinastia num critério pouco fiável. Segundo é aceito por todos, mas com as reservas de quem não tem mais nenhum elemento a este respeito, faz-se fé da afirmação de um escriba do Império Novo, 700 anos depois da hipotética criação do texto, de que o Kheti que escreveu este texto seria o mesmo sábio do início da XII dinastia que escrevera o *Ensinamento de Amenemhat I ao seu filho Senuseret*, as instruções que o fundador da XII dinastia dirigiu ao seu filho Senuseret I, que foram escritas claramente depois de sua morte e não escritas pelo faraó. Em todo caso, há alguns pontos de similaridade entre estas duas obras e, sobretudo, entre o *Ensinamento de Kheti*, o *Ensinamento Lealista* e o *Ensinamento de um homem ao seu filho*. Estas três obras eram uma espécie de trilogia, onde cada uma delas correspondia a uma das três etapas fundamentais na formação dos jovens pertencentes à elite dirigente. Talvez a única certeza que se possa ter é que este texto é claramente elitista: emana do meio letrado, dos escribas e destina-se ao mesmo meio.”²⁶⁵

“Aqui começa o ensinamento
feito por um homem de Tjaret,

²⁶⁴ CANHÃO, Telo Ferreira. *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.178-179.

²⁶⁵ CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.443-446.

chamado Kheti, filho de Duauf,
ao seu filho chamado Pepi,
quando viajavam em direção ao sul,
onde ficava a residência real,
para o pôr na escola dos escribas,
com os filhos dos magistrados,
a elite da residência real.”²⁶⁶
“Então ele disse-lhe:
«Eu vi muitos espancamentos.
Dirige o teu interesse para a escrita.
Eu observei como se salvam as pessoas através do seu trabalho!
Olha, não há nada melhor do que a escrita!
É como ser levado pela água!
Lê até ao fim o livro Kemit
e aí encontrarás estas palavras dizendo:
“Quanto ao escriba, seja qual for a sua posição na residência real,
ele nunca será insignificante aí”.”²⁶⁷
“Olha, nenhum escriba terá falta de comida
ou de bens do palácio real, v.p.s.!
Meskhenet fará florescer o escriba
e pô-lo-á à frente do tribunal.
Agradece ao teu pai e à tua mãe
que te deram vida!
Olha, isto que eu fiz para ti
é também para as gerações futuras!”²⁶⁸

No Egito, o patrimônio de um alto funcionário dividia-se em duas partes: uma formada pelos bens hereditários e a outra pelos bens inerentes ao cargo, constituída de propriedades e outros bens recebidos do faraó como forma de retribuição.

. Na Babilônia, época de Hamurabi, os inúmeros funcionários eram pagos através do usufruto de um lote de terra que recebem do rei.

A partir de alguns textos é possível se perceber que em Israel a situação não era diferente em relação aos seus vizinhos. O rei não era dono de todas as terras, mas

²⁶⁶ CANHÃO, Telo Ferreira. *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.185.

²⁶⁷ CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.185.

²⁶⁸ CANHÃO, Telo Ferreira, *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, p.194.

possuía o direito de apossar-se delas e incorporá-las aos bens da coroa: “Tomará os vossos campos, as vossas vinhas, os vossos melhores olivais, e os dará aos seus oficiais” (1Sm 8,14). Já no início da monarquia, apesar de muito ocupado em defender o território, pode-se notar que o patrimônio de Saul aumentou consideravelmente. Em 1Sm 9,1s há notícias de que Saul trabalhava com seu pai, depois em 2Sm 9,7; 9,9-12 seus bens são devolvidos ao neto Meribaal, deixando entrever que se tratava de uma grande herança: “Davi lhe disse: ‘Não tenhas medo, porque eu quero tratar-te com bondade, por amor a teu pai, Jônatas. Eu te restituirei todas as terras de Saul, teu avô, e comerás sempre à minha mesa’” (2Sm 9,9); “Depois o rei chamou Siba, o servo de Saul, e lhe disse: ‘Tudo o que pertencia a Saul e à sua família, eu o dou ao filho do teu senhor. Tu trabalharás a terra para ele, tu com os teus filhos e os teus escravos, e recolherás os frutos que garantirão à família do teu senhor o pão que comerá; quanto a Meribaal, o filho do teu senhor, tomará sempre as suas refeições à minha mesa.’ Ora, Siba tinha quinze filhos e vinte escravos. Siba respondeu ao rei: ‘O teu servo fará tudo o que o rei meu senhor ordenou a seu servo.’ Portanto, Meribaal comia à mesa de Davi, como um dos filhos do rei. Meribaal tinha um filho pequeno chamado Micas. Todos os que moravam com Siba estavam a serviço de Meribaal.” (2Sm 9, 9-12).

Os bens da coroa confundiam-se aos bens pessoais do rei. Não havia distinção entre eles. A herança do soberano passava ao seu sucessor: “eu te dei a casa do teu senhor, eu coloquei nos teus braços as mulheres do teu senhor, eu te dei a casa de Israel e de Judá, e se isso não é suficiente, eu te darei qualquer coisa.” (2Sm 12,8).

No caso da herança de Saul, mesmo entregando-a ao neto, pode-se perceber como o rei podia dispor das terras como bem entendesse, visto que após ter cedido as propriedades a Meribaal ele as confisca e entrega a outra pessoa: “Então o rei disse a Siba: ‘Tudo o que Meribaal possui é teu.’ Siba disse: ‘Eu me prostro diante de ti. Possa eu encontrar graça aos teus olhos, senhor meu rei!’” (2Sm 16,4). Posteriormente, Davi reparte o mesmo patrimônio entre Meribaal e Siba: “O rei disse: ‘Por que continuar falando? Eu decido que tu e Siba repartais as terras.’” (2Sm 19,30). Dessa forma, pode-se concluir que o rei podia perfeitamente conceder terras aos funcionários do estado e aos oficiais militares.

Assim, é evidente que a concessão de terras não era suficiente para a manutenção da máquina estatal. Sabe-se que a estrutura administrativa desenvolvida por Salomão demandava uma legião de trabalhadores desde funcionários qualificados para atuarem nas diversas áreas relacionadas à administração, economia, política, relações exteriores, religião e manutenção do exército, quanto trabalhadores braçais empregados no palácio, nas construções públicas e nos diversos departamentos ligados ao estado. Na lista de despesas do estado pode-se incluir também o templo. Para De Vaux: “o templo de Jerusalém não possuía grandes bens de latifúndio como os templos da Mesopotâmia e do Egito, mas ele era um santuário de Estado e pode-se admitir que o rei se encarregava das despesas ordinárias do culto público e também das despesas extraordinárias de manutenção das construções. Ele o faz pelo menos até Joás.”²⁶⁹ No seu estudo sobre a constituição dos exércitos em Israel, Dreher afirma que “embora a existência e a utilização de terras da coroa para a manutenção do aparelho de estado durante a monarquia esteja fora de questão, não parece que tenha sido suficiente para fazer frente a toda a gama de necessidades econômicas até aqui mencionadas. O tributo terá tido, certamente, caráter fundamental.”²⁷⁰ Opinião da qual se vê como correta.

Na sua origem, o modo de produção tributário baseia-se numa troca de serviços. Uma minoria recebe para realizar tarefas que devem suprir algumas necessidades da sociedade como a defesa da população, o serviço religioso e a construção de obras públicas em benefício da comunidade. Durante os reinados de Saul e Davi, os tributos eram em grande parte justificados pela defesa e expansão do território. Salomão recebe um reino consolidado, com as bases preparadas para o desenvolvimento. Assim sendo, Salomão precisava de uma boa razão para a cobrança de tributos cada vez mais pesados para os camponeses. Salomão importou o modelo econômico do Egito e assim como o faraó justificava a cobrança de tributos com a construção de monumentos religiosos. No caso de Salomão foi a construção do templo que serviu como justificativa ideológica para o sistema tributário. “Assim o trabalho da construção do templo dará sustentação à monarquia salomônica. E, enquanto constrói a casa de Deus, Salomão terá tempo para

²⁶⁹ VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003, p. 417.

²⁷⁰ DREHER, Carlos Arthur. “A constituição dos exércitos no Reino de Israel”. São Paulo: Paulus, 2002, p.150.

fortalecer seu próprio exército real, um mecanismo eficiente de repressão, que lhe garantirá a exploração de seus súditos”, escreve Dreher.²⁷¹

Alguns textos contrários ao regime monárquico ajudam a compreender a extensão da exploração sofrida pela população camponesa. Essa análise poderá ser feita através de textos que trazem como tema o sistema monárquico visto de forma negativa, como um sistema de exploração e expropriação da maioria por uma minoria privilegiada. Uma vez ocupando o poder, lançará mão de todos os meios para perpetuá-lo e torná-lo cada vez mais forte e concentrado nas mãos do rei. A monarquia trouxe consequências negativas para a ordem econômica e social. Permitiu que tanto a família real, quanto as famílias próximas a ela, se enriquecessem às custas dos camponeses.

O primeiro texto encontra-se em 1Sm 8,11-20 que tem por finalidade demonstrar de que maneira a sociedade estava organizada no sistema monárquico. O rei tinha direito não somente sobre a terra, mas também sobre as pessoas. Quanto terra o v. 14 diz que o rei podia apropriar-se dos campos, das vinhas e olivais e doá-los aos funcionários da corte; ainda com relação às propriedades rurais o v.15 fala a respeito da tributação sobre a colheita dos campos e vinhas. Além dos impostos que incidiam sobre os produtos da terra, o v. 17 informa que havia uma tributação sobre os rebanhos. Com relação ao povo parece-me que o autor quis deixar bem claro que ninguém estava imune de algum tipo de exploração, dessa forma a vida familiar tanto econômica como socialmente foi afetada pela estratificação social. O texto indica os trabalhos e o grupo de pessoas que eram convocadas para realizá-los. Os filhos exerciam algumas funções no exército como a fabricação de armas, a manutenção dos carros de guerra e funções de comando. Outros prestavam serviços agrícolas nos campos do rei. Para as filhas, destinavam-se os serviços de abastecimento e manutenção das necessidades diárias da corte. Elas trabalhavam na fabricação de pães, no cozimento de alimentos e no preparo de perfumes. No v. 16 o autor fala a respeito da convocação dos escravos, das escravas e dos jovens para o serviço do rei. Segundo Dreher, “estes jovens na realidade também são filhos. Diferenciam-se dos anteriores, pelo fato de ainda não serem casados e, por

²⁷¹ DREHER, Carlos Arthur. “Salomão e os trabalhadores”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, vol.5/6, Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1990, p.15.

estarem na dependência da casa paterna como os escravos”.²⁷² As funções para as quais eram convocados não está especificada no texto, é provável que fossem encaminhados para os trabalhos nas construções do rei.

O texto Jz 9,8-15, o apólogo de Joatão, talvez seja a crítica mais radical à monarquia, transmite a real experiência vivenciada pelos camponeses. Assim, como o espinheiro, o rei, sua corte e funcionários são improdutivos e desejam o poder. Vivem à custa do trabalho alheio e não tem escrúpulos, nem limites quando se trata da expropriação do povo em benefício próprio. É claro que semelhante ao espinheiro a ideologia usada pelo monarca é sempre a de que alguém o escolheu, ungiu e lhe concedeu poderes. Tanto que no Antigo Oriente Médio, os reis são apresentados de forma muito positiva, pois sempre representam alguma divindade seja como filho de deus, imagem de deus, representante de deus na terra, defensor da justiça e do direito, responsável pela proteção do povo. Aqui, reside a grande questão: como pode o espinheiro abrigar em sua sombra árvores ou arbustos como a oliveira, a figueira e a videira? Como pode o rei se colocar como guardião da justiça e protetor do povo se é justamente ele quem explora e de forma injusta condena o povo à miséria e ao sofrimento?

Pode-se concluir que o autor ou autores dessa história são pessoas que defendiam os camponeses, pela forma com que se referem à produção da oliveira, da figueira e da videira. Exaltando suas qualidades tanto para os homens quanto para a honra de Iahweh. O azeite era usado para honrar a Iahweh nos sacrifícios: “esta é a oferenda que Aarão e seus filhos farão a Iahweh, no dia da sua unção: um décimo de medida de flor de farinha como oblação perpétua, metade de manhã e metade de tarde. Será preparada na assadeira com azeite, bem mexida; trará a massa na forma de oblação, em diversos pedaços que oferecerás em perfume de agradável odor a Iahweh. O sacerdote que entre seus filhos receber a unção procederá do mesmo modo. É uma lei perpétua. Esta oblação será queimada inteiramente para Iahweh” (Lv 6,13-15). Também o fruto da videira alegrava o coração dos homens e de Deus: “A sua oblação, neste dia, será de dois décimos de flor de farinha amassada com azeite, oferenda queimada para

²⁷² DREHER, Carlos Arthur. “Resistência popular nos primórdios da monarquia israelita”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v. 32. Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1999, p.62.

Iahweh, em perfume de agradável odor; a sua libação de vinho será de um quarto de hin” (Lv 23,13). Sem dúvida o fruto da figueira era bastante apreciado.

Em contra partida está o espinheiro, no alto de sua arrogância, além de nada produzir, ameaça destruir caso seu poder seja questionado. Tudo o que é produzido pelo camponês é bom e traz vida boa ao ser humano. O problema é que quem produz não é dono do fruto de seu trabalho. De tudo o que produz, pode se beneficiar com muito pouco. Quanto maior for a concentração de poder nas mãos do rei, mais oprimido e ameaçado será o seu povo. Para os camponeses indignados com as condições de vida a que foram submetidos, a monarquia só poderia significar um grande mal que deveria ser combatido.

O texto Dt 17,14-20 é praticamente o oposto, item por item, dos direitos do rei citados em 1Sm 8,11-20. Não é permitido ao rei acumular riquezas, nem aumentar o poderio de seu exército e tamanho de seu harém, para que o povo não seja sacrificado com tributos para manter a suntuosidade da corte. Nesse sentido, podemos citar literatura semelhante tanto no Egito, quanto na Mesopotâmia. Tais textos demonstram a existência de uma literatura de resistência ao poder estabelecido, entre os sábios desses países. Citaremos “Advertências a um príncipe”, da Mesopotâmia e “Queixas do camponês”, do Egito.

“Advertências a um príncipe

Se um rei não der atenção ao direito, o seu povo cairá na anarquia, o seu país será devastado.

Se um rei não der atenção ao direito de seu país, Ea, o divino rei dos destinos, mudará seu destino e o impelirá sempre para o caminho do infortúnio.

Se ele der atenção a um velhaco, a mentalidade do país mudará.

Se ele der atenção à mensagem de Ea, os grandes deuses o conduzirão sempre no conselho e nas vias da equidade.

Se ele tratar injustamente um cidadão de Sippar e fizer justiça a um estrangeiro, Shamash, o Juiz do céu e da terra, introduzirá no país uma lei estrangeira, de modo que o Sábio e os juizes não darão mais atenção à justiça.

Se forem levados diante dele, para serem julgados, cidadãos de Nippur, e ele, por ter recebido um presente, tratá-los injustamente, Enlil, o

divino Senhor do país, suscitará contra ele um inimigo vindo do exterior, o qual derrotará o seu exército e fará com que seus nobres e seus oficiais-eunucos errem a esmo pelas ruas como vendedores ambulantes.

Se ele se apropriar do dinheiro dos cidadãos de Babilônia e colocá-lo em seu próprio tesouro, ou se, conhecendo a lei dos babilônios, tratá-la com futilidade, Marduk, o Senhor dos céus e da terra, tornará seu adversário mais forte do que ele e fará presente dos seus bens e de suas riquezas aos seus inimigos.

Se, para inflingir uma punição a cidadãos de Nippur, de Sippar ou de Babilônia, eles forem atirados à prisão, a cidade na qual a condenação tiver sido inflingida será arrasada até seus alicerces, e naquela na qual eles tiverem sido atirados à prisão entrará um inimigo vindo do exterior...

Se o Conselheiro e os oficiais-eunucos, familiares da corte do rei, apresentarem a situação pior do que ela realmente é, a fim de receberem gratificação, - por ordem de Ea, o divino rei do Abismo- este Conselheiro e estes oficiais-eunucos morrerão na guerra, as casas nas quais eles moraram serão transformadas em ruínas desertas, o vento levará o que eles tiverem deixado, e o que tiverem feito será tido como vaidade...

Se um “pastor” ou um intendente de templo ou um oficial-eunuco do rei assumir, em Sippar, em Nippur ou em Babilônia, a função de intendente de templo e impuser aos seus habitantes o trabalho forçado em proveito dos templos dos grandes deuses, estes grandes deuses, encolerizados, abandonarão seus templos e jamais voltarão para os seus santuários.”²⁷³

“Queixas do camponês

Não tomes do pobre o que ele possui,
homem fraco que tu conheces.

O sopro da vida do miserável são os seus bens:
quem lhos arrebatou, sufoca-o.

Tu foste colocado para entenderes os negócios,
para julgares entre as partes, para punires o malfeitor.

Mas não fazes outra coisa senão dar teu apoio ao ladrão.

.....

Tu fostes estabelecido para servires de dique ao miserável.

Cuida que ele não se afogue,
porque tu és para ele uma água de corrente impetuosa...”²⁷⁴

²⁷³ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p.48-49.

²⁷⁴ VV.AA. *As raízes da sabedoria*, p.47.

Em seu comentário a respeito de Cântico dos Cânticos 8,5-14, Schwantes afirma que nos versos 11-12 “Salomão é criticado”, diz que o rei “tem suas produções de vinho. Manobra seus meeiros e seus guardas. Com eles faz suas transações. Recebe tributos. Cobra-os, pois governar é tributar a “vinha”.”

“Teve Salomão uma vinha em Baal-Hamom.
Entregou-a a uns guardas,
e cada um lhe trazia pelo seu fruto
mil peças de prata.
A vinha que me pertence está ao meu dispor.
Tu, ó Salomão, terás os mil siclos,
E os que guardam o fruto dela, duzentos.”

Schwantes escreve que é bem provável que a localidade de Ball-Hamom citada no verso acima, seja um lugar imaginário, e faz uma “brincadeira” com esse nome dizendo que deveria ser “traduzido por Baal da Confusão, um deus que cria baderna”. Na sua opinião, Salomão ‘bagunçou’ a vida da população de Israel, procurando apenas seus interesses, “suas negociações, seus tributos, seus comércios”. “Salomões” e “irmãos”, bons sócios é que são. Vendem irmãs, compram mulheres. Formam haréns. Em seu Baal da Confusão fez o que é desprezível: Submeter a paixão ao ouro!”, escreve Schwantes.²⁷⁵ Para Dreher,

“Madeira de cedro, mão-de-obra especializada, cavalos e carros de guerra, ouro e artigos de luxo, até mesmo bugios e pavões, certamente dão muito brilho e esplendor à corte e cercam de elogios o rei. Ele supera em riqueza e em sabedoria todos os reis da terra (1Rs 10,23). Porém, todo este brilho e todo este esplendor também exigem um enorme sacrifício da parte dos trabalhadores. Todos eles carregam o fausto da corte: são operários nas construções das obras públicas, na armação de navios, no serviço militar e marítimo; são camponeses que mantêm a corte, o exército, as levas de trabalhadores com os produtos de seus campos; são camponeses que produzem as mercadorias para o intenso comércio externo. Nenhum benefício lhes advém. Até mesmo seu Deus, que antes perambulava de tribo em tribo, agora está fixo em Jerusalém, em uma

²⁷⁵ SCHWANTES, Milton. “Debaixo da macieira...” Cantares à luz de Ct 8,5-14. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1993, 40, p. 47-48.

casa controlada pelo rei. O que lhes resta é pagar as dívidas interna e externa. E sofrem jugo pesado e dura servidão.”²⁷⁶

Por uma série de motivos, já citados no primeiro capítulo, as tribos do norte sentiam mais injustiçadas pelo regime monárquico. Pelo que consta, Judá ficou de fora quando o território foi dividido em doze distritos. Sabe-se também que a finalidade da criação desses distritos era a cobrança de tributos, isto é, a administração real implantou um sistema eficiente para a cobrança, fiscalização, armazenagem e distribuição dos tributos. Sendo assim, alguns autores acreditam que apenas os habitantes do norte foram convocados para a corveia. O autor da História da Sucessão de Davi deixa bem claro em sua narrativa, a rivalidade entre o norte e o sul, já nos tempos de Davi. Situações que se agravam muito durante o governo de Salomão. Alguns trechos da narrativa da sucessão podem ajudar a entender um pouco mais essa rivalidade e as queixas das tribos do norte.

Logo no início da história da sucessão, temos notícias de um neto de Saul, filho de Jônatas, chamado Mifiboset. O rei procura saber se ainda resta alguém da família de Saul. “Não ficou alguém da família de Saul, para que eu o trate com bondade semelhante à de Deus?” (2Sm 9,3). Quem apareceu diante do rei foi um servo da família de Saul chamado Siba, provavelmente tenha sido enviado por Mifiboset com medo das reais intenções de Davi para com ele. Acreditando nas boas intenções de Davi, ou possivelmente por falta de escolha, o servo informou-lhe que havia um filho de Jônatas, aleijado de ambos os pés que morava em Lo-Dabar, na casa de Maquir, filho de Amiel. É muito provável que ele estivesse escondido na casa de Maquir. Após a morte de Saul e seus filhos na batalha de Gelboé, o reino de Israel foi dividido em dois territórios: o reino do sul, Judá e o reino do norte Israel. Davi foi coroado rei de Judá na cidade de Hebron e o reino do norte ficou sob o comando de Isbaal, único filho de Saul que estava vivo, pois não havia participado da batalha de Gelboé. Ele se estabeleceu na cidade de Maanaim, com o apoio de Abner, general de Saul, o qual parece exercer uma forte influência sobre Isbaal.

²⁷⁶ DREHER, Carlos Arthur. “Salomão e os trabalhadores”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, p.22.

A rivalidade entre os dois reinos recém formados aparece em 2Sm 2,12-3,1 com o relato da Batalha de Gabaon. O que nos interessa é a informação contida em 2Sm 3,1 “A guerra entre a casa de Saul e a de Davi continuou, mas Davi se fortalecia, ao passo que a casa de Saul se enfraquecia”. Tanto que em meio a uma série de traições e vinganças, Abner e Isbaal foram assassinados. Os dois reinos foram unificados sob a liderança de Davi e seu poder foi crescendo a cada dia. Portanto, é natural que os remanescentes da casa de Saul buscassem ficar incógnitos temendo algum tipo de represália da parte do rei ou de seus homens. Razões não faltavam.

O rei ordenou a Siba, que trouxesse Mifiboset juntamente com seu filho Micas para Jerusalém. Devolveu-lhe todas as terras que haviam pertencido a Saul e a partir desse dia Mifiboset comia à mesa do rei como se fosse um de seus filhos. Davi também deixa os trabalhos nas propriedades de Mifiboset sob a responsabilidade de Siba, seus filhos e seus escravos.

Apesar das aparências, o gesto do rei para com o neto de Saul certamente possuía outras implicações. Davi trouxe para junto de si um possível inimigo, podendo assim acompanhar suas ações bem de perto. Como descendente de Saul, Mifiboset poderia perfeitamente ter pretensões ao trono e Davi tinha que garantir que isso não aconteceria.

Durante a revolta de Absalão, filho de Davi, da qual trataremos mais tarde, Mifiboset manifestou sua esperança com relação ao poder. Quando soube que Davi sairia de Jerusalém, Siba foi ao seu encontro oferecendo-lhe jumentos carregados de pães, cachos de passas, frutas e vinho. É certo que Siba conhecia as reais intenções do filho de Jônatas e precisava tomar partido, a oferta demonstra que seu apoio era para Davi. Foi no momento em que o rei perguntou por Mifiboset, que o redator através das palavras de Siba, nos informa que o descendente de Saul acreditava que o trono de Israel lhe pertencia por direito. O servo respondeu a Davi que seu senhor havia ficado em Jerusalém e complementa “ficou em Jerusalém porque disse: hoje a casa de Israel me restituirá o reino de meu pai” (2Sm 16,3). Como punição a Mifiboset, o rei Davi entregou todos os seus bens ao servo Siba.

Outro episódio que denota a rivalidade entre o norte e o sul é a revolta de Absalão. Mas antes de entrarmos propriamente nesse assunto, será preciso entender a maneira como Absalão tornou-se o principal candidato à sucessão ao trono de Davi. O primogênito Amnon foi morto por seu meio irmão Absalão. Toda a trama narrada nos capítulos 2Sm 13-20 tem como foco principal a rebelião de Absalão. Antes, porém, vejamos como o príncipe Amnon deixou o caminho da sucessão. Amnon dizendo-se apaixonado por sua meia irmã Tamar, irmã de Absalão, ajudado por Jonadab irmão de Davi, atraiu a moça até sua cama e ali a violentou e depois a expulsou do quarto. Os dois poderiam ter se casado, pois segundo o costume antigo (conf. Gn 20,12), era permitido o matrimônio entre irmãos de mães diferentes, posteriormente tais uniões foram proibidas (Lv 18,11; 20,17; Dt 27,22). Mas o príncipe logo demonstrou que sua real intenção não era o casamento. O intento de Amnon tornava o crime ainda mais grave. Mesmo assim ele não sofreu nenhum castigo da parte do rei. Amnon deveria ter sido obrigado a casar-se com ela para corrigir o mal que lhe tinha feito, conforme Dt. 22,29, onde está escrito que o homem que violentou uma mulher deve casar-se com ela e não poderá jamais divorciar-se dela. Mas ele a violentou e a escorraçou de seu quarto. O triste episódio despertou a ira de Absalão que tramou a vingança contra o irmão durante dois anos.

Passado esse tempo, Absalão, aproveitando-se da festa da tosquia convidou todos os filhos de Davi para festejarem com ele em “Baal Hasor nas propriedades de Efraim” (2Sm 13,23). O plano de Absalão era atrair o irmão para sua propriedade, assim como fizera Amnon com Tamar, quando a trouxe para seu quarto, e assassiná-lo durante a festa. O objetivo de Absalão foi alcançado, depois de embebedar Amnon seus servos o mataram. O primogênito do rei estava morto e a disputa pela sucessão do trono continuaria acirrada dentro da família de Davi.

Sobre o segundo filho de Davi só temos notícia através de 2Sm 3,1-5 “os filhos nascidos a Davi em Hebrom foram: o seu primogênito Amnon, de Aquinoam de Jezrael; o segundo, Queleab, de Abigail, que fora mulher de Nabal de Carmel; o terceiro, Absalão, filho de Maaca, a filha de Tolmai, rei de Gessur; o quarto, Adonias, filho de Hagit; o quinto, Safatias, filho de Abital; o sexto, Jetraam, nascido de Eglá, mulher de Davi.” Donner escreve: “três dos filhos de Davi nascidos em Hebrom foram eliminados

por motivos ignorados; talvez não estivessem mais vivos por ocasião dos acontecimentos ligados à sucessão no trono”.²⁷⁷ Dessa forma, por falta de qualquer informação a respeito dos outros filhos os herdeiros seriam Amnon, Absalão e Adonias respectivamente.

Se seguirmos a linha de sucessão o próximo candidato ao trono seria Absalão, mas após ter mandado assassinar seu irmão ele se refugiou em Gessur, onde reinava Tolmai, seu avô materno. Lá permaneceu por três anos. Após esse período o rei permitiu que o príncipe retornasse a Jerusalém por intermédio de Joab, comandante do exército de Davi. Mas Absalão não pode residir no palácio.

Interessante é a descrição da figura de Absalão em 2Sm 14, 25: “Em todo o Israel, não havia ninguém que fosse tão belo como Absalão, ao qual se podiam fazer muitos elogios: da planta dos pés ao alto da cabeça ele era sem defeito.” Se compararmos esse texto com as narrativas em 1Sm 9,2; 10,23-24 e 1Sm 16,12.18 sobre a aparência física de Saul e de Davi respectivamente, vamos constatar que a aparência física de Absalão lembra muito a de Saul e Davi. Parece-me que estas informações poderiam indicar que ele seria o sucessor ideal para o governo de Israel. A beleza era uma das qualidades que um rei abençoado deveria ter (cf. Sl 45,3).

Já havia se passado dois anos desde sua chegada a Jerusalém e Absalão ainda não tinha se encontrado com Davi. Novamente ele recorre a Joab para que este pudesse intervir junto ao rei. Dessa vez Joab não mostrou interesse por seu pedido. Absalão recorreu a outros expedientes para que Joab lhe prestasse atenção, queimando-lhe um campo de sua propriedade. A intenção de Absalão como sucessor de Davi começa a se manifestar no questionamento que enviou ao rei através de Joab, “Por que, afinal vim de Gessur?” (2Sm 14,32). O rei então resolveu recebê-lo, mas desse encontro só temos a notícia de que Davi beijou Absalão, um gesto de perdão e provavelmente a permissão para que Absalão voltasse ao palácio. Mas ao que parece o beijo teria sido um sinal apenas de perdão e não a confirmação que Absalão tanto queria: ser o sucessor do pai,

²⁷⁷ DONNER, Herbert, *História de Israel e dos povos vizinhos – dos primórdios até a formação, do Estado*, São Leopoldo, Sinodal, vol.1, 2004, p. 244.

visto que não foi beijado na boca como era de costume fazer com o filho mais velho. Conforme escreve Blau:

“O beijo aludiu, também, a que não o faria suceder ao trono, já que não o beijou na boca, como cabe ao filho mais velho, herdeiro do trono. – Na língua hebraica, o uso do verbo “beijar” com um dativo (i.e. a pessoa beijada está na forma de objeto indireto) indica um beijo em qualquer parte do corpo, menos na boca; o uso com o acusativo (i.e. a pessoa beijada está na forma de objeto direto; significa beijar na boca)”.²⁷⁸

A partir daí Absalão inicia sua campanha em direção ao trono. Demonstrava grande humildade junto ao povo: “E quando alguém se aproximava para se prostrar diante dele, ele estendia-lhe a mão, puxava-o para si e o beijava. Absalão agia desse modo com todo o Israel que apelava ao tribunal do rei, e Absalão ia seduzindo o coração dos homens de Israel” (2Sm 15,5-6). Ele interpelava as pessoas antes que estas chegassem à porta da cidade em busca da justiça: “Absalão ficava à beira do caminho que vai dar à porta” (2Sm 2). Segundo De Vaux:

“Em cada cidade, as disputas e processos eram decididos pelos Anciãos, ou seja, os chefes das famílias do clã, os notáveis do lugar. Assentavam-se à porta da cidade, onde se discutem todos os casos da comunidade. É a estes tribunais que aludem os profetas quando eles exigem respeito pela justiça “na porta”. A lei deuteronomica designa “os Anciãos à porta da cidade”, ou “os anciãos da cidade” como juízes de algumas causas.”²⁷⁹

Sua estratégia era criticar a política do pai e se colocar como aquele que resolveria os problemas enfrentados pelo povo, nesse caso a população das tribos do norte, que deviam andar descontentes com a política de Davi. Absalão acusava o rei de não praticar o direito e a justiça. Durante quatro anos ele foi ganhando aliados e seguidores. Ao final desse tempo Absalão retorna de sua campanha no norte, mas não fica em Jerusalém, segue para Hebrom local onde nascera e onde seu pai havia sido

²⁷⁸ BLAU, Avraham, *O livro de Samuel (II)*, São Paulo, Editora Maayanot, 1994, p.82.

²⁷⁹ VAUX, Roland de, *Instituições de Israel no Antigo Testamento*, São Paulo, Editora Teológica, 2003, p.187.

coroado rei. Segundo Donner “a tradicional cidade régia judaíta”.²⁸⁰ Após ter conseguido apoio no norte, contava também conquistá-lo no sul, levando-se em conta que a população de Hebrom pudesse não ter ficado satisfeita com a transferência da capital para Jerusalém.

Em Hebrom, Absalão se declara rei de Israel e de lá parte para Jerusalém a fim de tomar o poder. Ao que tudo indica Absalão tencionava atacar Jerusalém com tropas vindas do norte e do sul ao mesmo tempo, imaginando que Davi iria entrincheirar-se na capital, e se assim acontecesse o reinado de Davi estaria próximo do fim. Acompanhado de um exército e ao que parece possuindo um grande apoio da população, Absalão segue em direção a Jerusalém. Quem também tomou partido de Absalão foi Aquitofel, amigo e conselheiro de Davi.

Ao saber que Absalão estava a caminho e que a rebelião liderada por ele havia sido muito bem preparada, conforme anuncia o mensageiro: “O coração dos homens de Israel se voltou para Absalão” (2Sm 15,13), referindo-se provavelmente aos duzentos homens que partiram de Jerusalém com Absalão, certamente pessoas importantes, o que contribuía ainda mais para a adesão popular. Diante de tal situação, o rei decidiu partir, em direção à transjordânia, evitando um enfrentamento em Jerusalém. Absalão entrou em Jerusalém com seus homens sem nenhuma resistência. Davi havia deixado dez concubinas para que tomassem conta do palácio durante a sua ausência. No caminho, quando ainda estava próximo à cidade no vale do Cedrom, decidiu que alguns dos que estavam com ele deveriam voltar. Dentre eles retornaram os sacerdotes Sadoc e Abiatar com seus filhos Aquimaás e Jônatas trazendo a Arca, que tinha sido levada na fuga, com a intenção que Iahweh protegesse Davi. Voltou também Cusai, homem de confiança do rei, para cumprir um plano arquitetado por Davi. Ele deveria se passar por traidor e enganar Absalão, com o objetivo de ganhar tempo a fim de que o pessoal de Davi se preparasse para o confronto.

²⁸⁰ DONNER, Herbert, *História de Israel e dos povos vizinhos – dos primórdios até a formação, do Estado*, São Leopoldo, Sinodal, vol.1, 2004, p. 246.

Durante a fuga, na altura de Baurim, um homem chamado Semei, filho de Gera, que pertencia ao mesmo clã da família de Saul, saiu ao encontro de Davi e o amaldiçoou com as seguintes palavras: “Vai-te! Vai-te! Homem sanguinário, bandido! Iahweh fez cair sobre ti todo o sangue da casa de Saul, cujo trono usurpaste. Assim fez Iahweh, tirando das tuas mãos a realeza para dá-la a teu filho Absalão. Estás entregue à tua própria maldade, porque és homem sanguinário” (2Sm 16,7-8). Apesar da insistência de Abisai, filho de Sárvia em acabar com a vida de Semei ali mesmo, o rei não permitiu que o ferissem.

Em Jerusalém, seguindo os conselhos de Aquitofel, Absalão apossou-se das concubinas que Davi havia deixado e deitou-se com elas publicamente. Se tomarmos como referência o texto 2Sm 12,8 no qual Natã repreende Davi e faz referência a tudo que ele havia herdado de Saul: “eu te dei a casa do teu senhor, eu coloquei nos teus braços as mulheres do teu senhor, eu te dei a casa de Israel e Judá, e se isso não é suficiente, eu te darei qualquer coisa.” , pode-se acreditar que as mulheres do rei, ao menos no início da monarquia, faziam parte do patrimônio real e passavam a pertencer ao seu sucessor. Portanto, apossar-se de uma esposa ou concubina era o mesmo que demonstrar a intenção de apoderar-se do trono também. Esse ato de Absalão era a declaração de que ele havia tomado posse da corte e rompido definitivamente com seu pai.

O erro de Absalão foi ter seguido o conselho de Cusai ao invés do que lhe havia sugerido Aquitofel. Seu plano era não perder tempo e seguir imediatamente atrás dos fugitivos, com a intenção de matar somente Davi, dessa forma os seguidores do rei passariam todos para o lado de Absalão. Ao acolher os conselhos de Cusai que estava mancomunado com Davi, Absalão deu tempo para que o exército do rei, que estava em Maanaim se organizasse e a batalha se deu na região de Galaad (norte da Transjordânia).

O exército de Davi foi dividido em três corpos os quais foram comandados por Joab, Abisai e Etai respectivamente. O rei por precaução não participou da batalha. No comando do exército de Absalão estava Amasa, filho de Abigail que era irmã de Sárvia, a mãe de Joab (2Sm 17,25). Durante a luta Absalão sofreu um acidente, ficando com a

cabeça presa num galho. Quando soube do acontecido Joab e alguns de seus homens foram até o local onde estava Absalão e o mataram. Essa atitude de Joab trouxe-lhe graves consequências, uma delas foi sua destituição do comando do exército de Davi, que nomeou Amasa, general de Absalão, chefe do exército.

Num primeiro momento a decisão de Davi em dar o comando do exército a Amasa parece apenas a decisão de um pai inconformado com a morte do filho e seu desejo de castigar o responsável por isso. Nesse caso ele poderia ter mandado matar Joab. Mas foi o próprio general quem lhe enfrentou justificando sua atitude, acusando Absalão por desejar a morte do rei e seu trono, afirmando que o exército fez o que deveria ter feito e aquela era a oportunidade de Davi conseguir o apoio de todo o povo. “Joab se aproximou do rei, no interior da casa, e lhe disse: “Tu cobres hoje de vergonha o rosto de todos os teus servos que hoje salvaram a tua vida, a dos teus filhos e das tuas filhas, a das tuas mulheres e das tuas concubinas, porque amas os que te odeiam e odeias os que te amam. Pois demonstraste hoje que chefes e soldados nada são para ti, porque agora sei que, se Absalão estivesse vivo e nós todos mortos hoje, tu acharias muito bem. Vamos, rogo-te, sai e fala aos teus soldados, porque, eu juro por Iahweh, se tu não saíres, não haverá ninguém que passe contigo esta noite, e isso será para ti um mal maior do que todos os males que têm caído sobre ti desde a tua mocidade até o dia de hoje” (2Sm 19,6-8). Analisando todo o contexto em que os fatos aconteceram podemos afirmar que a atitude do rei em nomear Amasa chefe do exército foi também um audacioso gesto político, com a finalidade de congratular-se com os vencidos. Mais uma vez Davi demonstra que sua ambição pelo poder não tinha limites.

Na viagem de volta a Jerusalém, várias pessoas vieram ao encontro do rei, agora em busca de perdão. O primeiro foi Semei, aquele que o amaldiçoou e lhe atirou pedras, chamando-o de usurpador do trono que pertencia à casa de Saul. Novamente, Abisai queria matá-lo, pois o considerava um inimigo e mais uma vez Davi poupou-lhe a vida. Semei era um homem importante da tribo de Benjamim e o rei sabia que precisava da adesão de todas as tribos. Ainda não era o momento certo para eliminá-lo.

Outro que saiu ao encontro do rei foi Mifiboset, o neto de Saul. Quando questionado por Davi a respeito de sua permanência em Jerusalém, ele justificou-se

dizendo que havia sido enganado por seu servo Siba. Como era deficiente físico dependia do servo para selar o cavalo a fim de acompanhar o rei na fuga. Mas além de não preparar o necessário para a viagem, Siba seguiu ao encontro do rei e o caluniou dizendo que ele tinha pretensões com relação ao trono. Como vimos anteriormente, Davi havia doado para Siba todas as terras de Mifiboset como pagamento pelas informações e apoio do servo. Agora, diante da versão de Mifiboset e talvez acreditando que não fosse o momento de apurar os fatos, Davi ordena que as terras fossem repartidas entre eles. Mifiboset diz não querer as terras de volta, que para ele o que realmente importava era o retorno do rei. Provavelmente uma atitude covarde, temendo a reação de Siba em ser obrigado a devolver-lhe parte das terras. Siba poderia colocá-lo numa situação perigosa diante de Davi. Portanto era melhor não arriscar.

O relato de uma discussão que teria acontecido entre os homens de Judá e o povo de Israel demonstra a eterna rivalidade entre o norte e o sul. Os homens do sul diziam que eram mais próximos do rei por serem da mesma região, os homens do norte se sentiam mais poderosos porque abrangia a maior parte do território, o equivalente a dez tribos. Aqui autor da história da sucessão toma para si as dores das tribos do norte, pois afirma: “mas as palavras dos homens de Judá foram mais ofensivas do que as dos homens de Israel” (2Sm 19,44).

Outro fato importante que evidenciou a rivalidade entre o norte e o sul foi a revolta de Seba, filho de Bocri. Esse benjaminita liderou uma insurreição contra Davi, buscando o apoio das tribos do norte. Com certeza esta foi uma rebelião muito mais perigosa do que a de Absalão, porque o seu projeto era diferente. Seus anseios estão presentes na declaração de guerra: “Não temos parte com Davi, nenhuma herança temos no filho de Jessé! Cada qual para suas tendas, ó Israel!” O mesmo pronunciamento que será feito décadas mais tarde quando as tribos do norte reunidas em Siquém optam pela separação de Judá (1Rs 12,16).

Na primeira frase de Seba percebemos a revolta da parte das tribos do norte com relação à opressão que sofriam do sul. Segundo Alt “o processo de subjugação dos Estados transjordânicos já deve ter alcançado um estágio bastante adiantado quando

Israel se revoltou contra Davi”.²⁸¹ E a segunda frase demonstra claramente porque essa revolta era mais preocupante do que a de Absalão, enquanto este pretendia realizar mudanças na monarquia, Seba propunha o fim desse regime e a volta à sociedade tribal. Perante a nova ameaça, Davi ordena a Amasa que reúna um exército de homens de Judá, com a finalidade de combater os revoltosos. Como Amasa demorasse a retornar, o rei confiou o assunto a Abisai, junto com ele foi também Joab. Muito estranha essa demora de Amasa em cumprir as ordens do rei, se levarmos em conta que Amasa foi o comandante de Absalão e que até o fim da revolta essas duas forças eram aliadas na luta contra Davi, esse atraso poderia ter sido proposital. O fato é que o exército comandado por Abisai já estava em Gabaon, quando Amasa os encontrou. Joab fingindo cumprimentá-lo com um beijo o matou traiçoeiramente, enterrando uma espada em seu ventre.

Com a morte de Amasa, Joab e Abisai seguem em perseguição a Seba, que se refugiou em Abel-Bet-Maaca. Quando chegou à cidade o exército de Davi ameaçava derrubar a muralha, a fim de capturar Seba. Os habitantes com medo da destruição, assassinaram Seba e entregaram sua cabeça nas mãos de Joab. Dessa forma, Joab torna-se novamente o comandante do exército e mais um adversário de Davi havia sido destruído.

Por fim, temos a separação definitiva entre o norte e o sul, relatada em 1Rs 12. Dobberahn fez um estudo comparando o Texto Massorético em 1Rs 11-12 e a tradição extra da Septuaginta em 3Rs 12,24 a-z. A esse respeito ele escreve:

“A tradição-extra da Septuaginta (LXX) em 3Rs 12,24 a-z coloca, ao contrário da versão ‘oficial’, apresentada pelo Texto Massorético (TM) em 1Rs 11-12, a revolta de Jeroboão, o cisma e o surgimento no Reino do Norte como um ato de libertação, iniciado pelo próprio povo e seus ancião, e até mesmo por Deus em virtude de sua solidariedade com os oprimidos e explorados. É claro que a literatura popular, por sua vez, também é interpretação de fatos historicamente ocorridos. No entanto, a ótica dos oprimidos, de igual maneira, é um

²⁸¹ ALT, Albrecht, *“Terra Prometida - Ensaio sobre a História do Povo de Israel”*, São Leopoldo, Editora Sinodal, 1987, p.168.

documento histórico, transmitindo para nós uma manifestação da consciência histórica do povo israelita, remetida ao esquecimento pela historiografia ‘oficial’ dos dominadores.”²⁸²

Depois de fazer a tradução dos textos, Dobberahn, enumera as diferenças e divergências entre as redações do Texto Massorético e da Septuaginta. Transcreveremos apenas os itens que demonstram o descontentamento das tribos do norte com relação à política de Salomão.

1. “O povo entra nas negociações com Roboão sem nenhuma participação de Jeroboão (12,24p; mas cf. 1Rs 12,3).
2. Negociação direta dos anciãos tribais (12,24q) com Roboão sobre o alívio da servidão; segundo 1Rs 12,6-15 havia apenas uma discussão interna na corte entre conselheiros anciãos e jovens.
3. A caracterização de Roboão como “não serve como governante, nem como líder” pelo povo (12,24t).”

Ele também cita alguns acréscimos feitos pelo Texto Massorético:

1. “As referências à eleição de Judá e de Davi por parte de Javé (1Rs 11, 32-39).
2. Reflexões sobre o “pecado” de Jeroboão (1Rs 14, 7b-9).
3. Anúncio do juízo sobre o povo do reino do norte (1Rs 14,15-16).”

O autor afirma que a ausência de reflexões teológicas na Septuaginta, isto é, sem os “elementos deuteronômicos”, possibilita que os “motivos sociais da revolta” apareçam no texto. O deuteronomista relaciona a separação entre os dois reinos, com os “pecados teológicos de Salomão”. Em 1Rs 11,32-39 o autor deuteronomista, “reafirma, constantemente, a supremacia e a legitimidade exclusiva da dinastia davídica sobre o reino israelita”. Dobberahn escreve que com todos os artifícios usados pelo deuteronomista, não foi possível eliminar, os reais motivos da revolta. “Parece que a versão da septuaginta, em termos históricos, reflete mais do que a versão do texto massorético a história efetivamente acontecida.” Ele conclui suas reflexões afirmando que sendo “a tradição da septuaginta, uma tradição ‘popular’ ainda livre de processos

²⁸² DOBBERAHN, Friedrich Erich. “Uma antiga leitura alternativa à revolta das tribos do norte contra a dinastia davídica após a morte de Salomão”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, n.19, p.81.

redacionais por parte do deuteronomista, viu em tudo isto um ato de libertação, iniciado pelo povo e seus anciãos, e até mesmo Deus, em virtude de sua solidariedade com os oprimidos e explorados. Tudo aquilo que a historiografia dos dominadores, por sua opção, remete ao esquecimento, ela guarda por meio de sua ótica.”²⁸³

A própria disputa pela sucessão ao trono de Davi entre os dois partidos surgidos dentro de sua corte, demonstra o descontentamento da população camponesa para com a cidade de Jerusalém, que enfim, acabava por agregar em si todos os mecanismos de opressão. Numa rápida comparação entre os partidos de Adonias e de Salomão é possível perceber que a disputa pelo poder não era apenas uma disputa entre dois irmãos, mas uma competição entre dois projetos completamente diferentes. Com relação a Adonias as informações que temos é que seu comportamento no que dizia respeito à sucessão do trono foi semelhante ao de Absalão. Quanto aos seus projetos de governo nada podemos afirmar de maneira concreta. Mas a divisão da corte em dois partidos pode nos indicar que havia pelo menos dois planos de governo distintos, visto que tanto Salomão quanto Adonias tinham como apoiadores pessoas muito poderosas dentro da corte de Davi. Se por um lado não temos informações sobre as intenções de Adonias, de outro lado conhecemos os projetos de Salomão e a partir daí pode-se fazer algum tipo de comparação.

Adonias nasceu em Hebrom. Seus principais aliados foram Joab e Abiatar pessoas que estiveram com Davi desde o início de sua história, muito antes dele se tornar rei. Por que esses dois homens apoiaram Adonias? A resposta está, certamente, em suas origens, é muito provável que as tradições tribais e vida ligada ao campo ainda estivessem bem enraizadas dentro deles. Dessa forma poderíamos pensar que Adonias representava mais os interesses dos camponeses.

Salomão, por sua vez, nasceu em Jerusalém. Era bisneto de Aquitofel um dos principais conselheiros de Davi antes de apoiar Absalão. A vida de Salomão estava

²⁸³ DOBBERAHN, Friedrich Erich. “Uma antiga leitura alternativa à revolta das tribos do norte contra a dinastia davídica após a morte de Salomão”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, n.19, p.86-91.

ligada à cidade e principalmente à corte de Jerusalém, que nessa época já estava bastante envolvida com as regalias provenientes do poder. Davi iniciou um projeto quando decidiu centralizar o poder em Jerusalém, transferindo para lá sua residência pessoal, o tabernáculo e a arca da aliança. Seu sucessor deveria ser capaz de dar continuidade a esse projeto, isto significava entre outras coisas, a construção do templo, uma estratégia política que permitiria centralizar cada vez mais o poder dentro da “Casa de Davi”. Segundo Schwantes,

“Norte e sul trilharam caminhos próprios. As tribos do centro e do norte palestinese desenvolveram características diferentes das do sul. Suas realidades econômicas eram diversas e específicas. Seus projetos políticos não tinham os mesmos matizes. Por exemplo, o norte, Israel, a rigor, nunca chegou a verdadeiramente incorporar a monarquia e o Estado em sua cultura política. Em Judá, a monarquia, de fato, chegou a ser parte, como que essencial, da sociedade. Sim, norte e sul tiveram trajetórias diversas.”²⁸⁴

Com base em todas as informações obtidas no decorrer dessa pesquisa, acredita-se que será possível identificar o autor da História da Sucessão. No início desse capítulo colocou-se uma hipótese em questão. Seria ele um escriba? Mas, a partir do que foi escrito no segundo capítulo, o mais óbvio seria pensar que os escribas da corte estavam ansiosos para legitimar o poder de Salomão e para desenvolver uma ideologia do Estado. Segundo Schwantes,

“permanece válida e necessária a pergunta pelo surgimento dos textos. Literatura traz consigo as marcas de seu “lugar vivencial”. Estas marcas ajudam a demarcar valor e sentido dos textos. Por isso, a pergunta por sua origem não pode ser abandonada. É irrenunciável, em especial também em vistas a metodologias que, ao insistirem em demasia no resultado literário final, correm o risco de perder o senso para a diacronia da vida e seus processos históricos.”²⁸⁵

²⁸⁴ SCHWANTES, Milton. “Esperanças messiânicas e davidicas”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.23, p.19.

²⁸⁵ SCHWANTES, Milton. “Interpretação de Gn 12-25, no Contexto da Elaboração de uma Hermenêutica do Pentateuco”. In: *Estudos Bíblicos*. p. 33.

Tendo em vista a qualidade literária da obra em questão, a História da Sucessão de Davi, também levando-se em conta as considerações de importantes autores, coletadas no início desse capítulo com relação a esta obra, chega-se à conclusão que trata-se de uma obra historiográfica de grande importância para a pesquisa da História de Israel e para o estudo da literatura bíblica. Julgando-se que foi uma obra escrita durante o reinado de Salomão, ela não poderia ter outro lugar sociológico que o âmbito da corte, em Jerusalém. O que nos leva a pensar num escriba subversivo. Alguém que não se deixou corromper pelo poder constituído ou pela posição social que ocupava. Apesar da forte ideologia dominante, de sua posição privilegiada como escriba, foi alguém que possuía uma visão crítica aguçada da realidade de seu tempo. Em sua obra historiográfica fica claro sua preferência por Adonias. Provavelmente ele não estava sozinho, acredita-se que pertencia a uma escola anti-salomônica, anti-Jerusalém, anti-urbana, por isso denuncia Salomão de forma tão contundente.

A partir desse ponto de vista, o mito do rei mais sábio de todos os tempos, “a sabedoria de Salomão foi maior que a de todos os filhos do oriente” (1Rs 5,10), cai por terra. Felizmente, percebe-se que toda ideologia salomônica, contida em textos de propaganda – como por exemplo: “Todo o Israel soube da sentença que o rei havia dado, e todos lhe demonstraram muito respeito, pois viram que possuía uma sabedoria divina para fazer justiça” (1Rs 3,28); “Vinha gente de todas as nações para ouvir a sabedoria de Salomão e ele recebeu tributo de todos os reis da terra que ouviram falar de sua sabedoria” (1Rs 5,14); “Quando a rainha de Sabá viu toda a sabedoria de Salomão, o palácio que fizera para si, as iguarias de sua mesa, os aposentos de seus oficiais, as funções e vestes de seus domésticos; seus copeiros, os holocaustos que ele oferecia ao templo de Iaweh, ficou fora de si e disse ao rei: ‘Realmente era verdade quanto ouvi na minha terra a respeito de ti e da tua sabedoria! Eu não queria acreditar no que diziam antes de vir e ver com meus próprios olhos, mas de fato não me haviam contado nem a metade: tua sabedoria e tua riqueza excedem tudo quanto ouvi. Felizes das tuas mulheres, felizes destes teus servos, que estão continuamente na tua presença e ouvem a tua sabedoria!’” (1Rs 10, 4-8) – não foram suficientes para convencer a todos. Pode-se afirmar que a ideologia feita de cima para baixo foi desafiada e contestada por uma ideologia construída a partir dos oprimidos pelo sistema injusto instituído por Salomão.

Conclui-se, que, dentro da escola de escribas salomônica existiam duas visões do poder, isto é, duas ideologias conflitantes.

Será importante se fazer um retrocesso aos inícios da monarquia, para se buscar as origens das duas ideologias existentes na corte de Salomão. Pode-se iniciar por Davi, visto que o governo de Saul não trouxe mudanças significativas. Davi era de origem camponesa e antes de tornar-se rei, viveu como um fugitivo, se juntou a bando de mercenários, que prestavam serviços para os ricos, como por exemplo, Nabal (1Sm 25,16). Mas, a partir do momento em que foi ungido como rei, primeiro em Judá, depois Israel, Davi procurou estruturar o regime monárquico.

A conquista de Jerusalém representa um marco de grande importância para a monarquia e também para nossa tese. Davi conquista a cidade Jebusea com seu próprio exército de mercenários. Transferiu a residência real para lá e transformou a cidade na capital do seu reino. Curiosamente, parece que Jerusalém, não se incorporou aos reinos de Israel e Judá, ela continuou com as mesmas características de uma cidade-estado cananéia. Noth afirma que “Jerusalém não foi habitada por judaítas nem por israelitas, ficando reservada a seus antigos habitantes, e somente acolheu o rei, o séquito, a corte e os mercenários.”²⁸⁶ Logo depois, Davi trasladou a Arca, o símbolo das tribos, para a nova capital. Segundo Noth, “provavelmente a Arca foi instalada no santuário da cidade, seguramente num monte que se elevava no norte da antiga cidade, e foi alí, onde mais tarde Salomão ergueu seus edifícios.”²⁸⁷ Na verdade, a capital do reino de Davi, era uma cidade cananeia que nada conhecia a respeito das tradições de Israel. Chega-se à conclusão de que Davi, pelo menos no início de seu reinado, representava os interesses das tribos, isto é, a defesa de uma vida digna no campo. Mas, também pode-se afirmar que Jerusalém representava os interesses das elites urbanas, interessadas no comércio e na cobrança de tributos.

²⁸⁶ NOTH, Martin. *Estudios sobre El Antiguo Testamento*. p. 184.

²⁸⁷ NOTH, Martin. *Estudios sobre El Antiguo Testamento*. p. 184.

Se Davi conseguiu conquistar a confiança das tribos, Salomão despertou a revolta. Seu reinado voltou-se para os interesses das elites de Jerusalém. Usurpou o trono e instituiu um governo despótico. Fortaleceu o exército, tomou providências políticas e econômicas, estruturando sua administração, visando a centralização do poder em suas mãos. Criou um eficiente mecanismo de cobrança de tributos e exploração de trabalho forçado. Investiu na propaganda ideológica de que fora designado pelo Deus de Israel para governar o seu povo. Segundo Schwantes,

“A construção do templo está em função da tributação em espécies, em alimentos. O templo está dedicado a Javé, que é o Deus do camponês, como em geral os templos tributaristas estão dedicados ao deus dos tributados, porque de outra forma estes (os tributados, os camponeses) não pagariam seus tributos. Na sociedade tributária, a religião hegemônica tende a ser a religião do campo, mas esta é falsificada, no caso de Javé presa no santo dos santos, portanto, desvirtuada. O Deus histórico é transformado, pelo templo, em um Deus fora da história.”

Até mesmo o nome Salomão está ligado à cidade de Jerusalém. Ao nascer, ele recebeu o nome de Jededias. Provavelmente, Salomão é um nome de entronização. Para Schwantes, “no Sião, ter-se-á tido uma devoção especial por: “salém”/shalom (Jerusalém!). O “deus altíssimo” talvez fosse a divindade homenageada em Jerusalém (Gn 14,18-20).” Afirma também que “não há indícios que permitissem localizar as tradições do Sião no interior, em Judá, entre pastores ou lavradores. O Sião não teve origens interioranas e nem mesmo alcançou interiorizar-se.”²⁸⁸

Essa escola anti-Salomão estaria, por fim, representando e defendendo os anseios dos camponeses?

Concluimos que sim. Em sua obra, o autor da História da Sucessão de Davi, nos aponta muitos indícios nessa direção. As palavras de Tamar contra seu meio-irmão Amnom: “não se procede assim em Israel” (2Sm 13,12), representam uma crítica aos

²⁸⁸ SCHWANTES, Milton. “Esperanças messiânicas e davídicas”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.23, p.23.

valores da corte. São também palavras de características sapienciais, demonstrando que o autor é realmente um sábio. A ordem de Salomão para o assassinato de Joab segurando os chifres do altar, trata-se de uma denúncia gravíssima feita pelo autor, mostrando que Salomão não respeitava as tradições tribais. Outras indicações já foram citadas anteriormente, como as revoltas de Seba e Absalão. As denúncias contra Natã, acusando-o de intriguista e mentiroso, principal articulador das manobras que levaram à usurpação do trono por Salomão. E por fim, seu apoio a Adonias.

Certamente, Adonias não pretendia acabar com o regime monárquico, provavelmente, essa também não era a intenção da escola anti-Salomão. O que desejavam, era implantar uma monarquia mais próxima aos interesses do campo. Assim, podemos afirmar que haviam duas correntes de pensamento dentro da corte de Jerusalém.

O poder de Salomão subsistiu até sua morte. Isso prova que a opressão durante o seu reinado foi total. Mas, não foi capaz de eliminar o desejo de justiça e a esperança de um mundo melhor, do coração e da mente de muitas pessoas. Gente simples do campo ou sábios, verdadeiros sábios, da cidade.

Termino esse capítulo com as palavras, estas sim de muita sabedoria, de um dos grandes sábios do nosso tempo, Schwantes,

“O projeto de Salomão, da cidade, de construir uma ilha de luxo em meio ao empobrecimento do campo com a força das armas (as melhores e mais modernas: o carro de combate!), manteve-se por um tempo, mas caiu por terra, vai à sepultura com seu fundador, por volta de 926 a.C.”²⁸⁹

²⁸⁹ SCHWANTES, Milton. *Breve História de Israel*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 26.

3.5. Conclusão

No primeiro capítulo concluiu-se que a historiografia tradicional continua muito dependente das memórias pró-salomônicas, as quais são resultado de propagandas ideológicas construídas tanto na época de seu reinado, como em períodos posteriores nas quais essas memórias tornaram úteis aos seus escritores.

Nesse capítulo, pretendíamos buscar um caminho alternativo, que nos permitisse produzir uma nova historiografia, a partir de outras memórias, isto é, de textos, que nos mostrassem a outra face de Salomão. Escolheu-se um texto crítico a Salomão. Trata-se de 1Rs 1-2, texto que pertence à chamada História da Sucessão de Davi. Após uma profunda análise desse texto, verificou-se que o autor tinha verdadeira aversão por Salomão. Tamanha revolta contra Salomão, nos leva a crer que o autor da História da Sucessão de Davi, não estava apenas desabonando a forma como Salomão se apossou do trono e se consolidou no poder, mas o seu reinado como um todo. A crítica é contra o mau uso do poder. É contra a postura política de Salomão. Dessa forma, recorreremos a outras memórias desse período, bem como a utilização do método da historiografia comparada, a fim de que fontes extra-bíblicas nos auxiliassem nessa tarefa.

Após a análise do texto 1Rs 1-2, concluímos que dentro da corte de Jerusalém surgiram dois partidos na luta pela sucessão ao trono de Davi. Um deles formado pelo comandante do exército Joab e pelo sacerdote Abiatar, contavam com o apoio dos filhos de Davi e dos homens de Judá, apoiavam o príncipe Adonias. O outro constituído pelo profeta Natã, o sacerdote Sadoc, o comandante Banaías e os soldados da guarda pessoal de Davi, que preferiam Salomão como sucessor de Davi.

Verificamos que havia duas ideologias em jogo. O partido de Adonias era formado por pessoas com uma tradição fortemente tribal. O próprio Adonias nasceu em Hebrom. Defendiam os interesses dos camponeses e das tribos do norte que já nessa época sentiam-se injustiçadas com o governo de Davi. O partido de Salomão contava com pessoas de tradição urbana. Salomão nasceu em Jerusalém, uma antiga cidade-estado. Seus partidários eram as pessoas que se aliaram a Davi por ocasião da conquista de Jerusalém. Portanto, estavam interessados em manter o poder e as regalias da corte,

conseguidos através da exploração do campo. Salomão representava os interesses urbanos e a manutenção dos privilégios da elite. Uma classe que nascida na cidade estava muito distante dos interesses populares. Podemos dizer que estavam em jogo os interesses do campo contra os da cidade. Também podemos concluir que não foi uma disputa honesta.

Embora nessa época ainda não houvesse uma legislação a respeito da sucessão ao trono de Israel e Judá, tudo nos leva a crer que o filho mais velho deveria assumir o trono. Na falta da legislação e do pronunciamento do rei na escolha de um sucessor, fica subentendido que o primogênito sucederia o pai. Dessa forma, Salomão não teria chances, pois Adonias era o filho mais velho. Então o partido de Salomão liderado por Natã decidiu que seria preciso usurpar o trono. Natã só tinha que esperar pelo momento certo. Aproveitando-se de uma ocasião na qual Adonias estava reunido com seus partidários, ele resolveu colocar seu plano em prática.

Sabendo das condições de senilidade do rei, usou de uma mentira para conseguir seu intento. Precisava de Bate-Seba para levar adiante seu plano. Disse a ela que Adonias se proclamara rei, assim a vida dela e do filho corriam sério risco. Para evitar essa tragédia era preciso colocar Salomão no trono. Bate-Seba deveria fazer o rei acreditar que havia prometido a ela, que Salomão seria o seu sucessor. Davi já bastante debilitado e senil acabou caindo na armadilha de Natã e nomeou Salomão como seu sucessor.

Após a morte de Davi, Salomão tratou de eliminar violentamente seus inimigos. O primeiro foi seu irmão Adonias, que havia sido condenado a ficar fora da vida pública, decidiu pedir para si, Abisag, a concubina de Davi. Salomão não perdeu a oportunidade de acusá-lo de traição e condenou-o à morte. O comandante Joab foi morto dentro do santuário. Além da violência, a morte de Joab demonstra a falta de escrúpulos de Salomão e o seu desrespeito à lei e ao local sagrado. O rei mandou matar Semei, membro da família de Saul, que provavelmente gostaria de ver o trono nas mãos de algum descendente de Saul. O sacerdote Abiatar que também apoiou Adonias foi exilado.

Alguns textos contrários ao regime monárquico, ajudaram a compreender a extensão da exploração sofrida pela população camponesa. A monarquia trouxe consequências negativas para a ordem econômica e social. Permitiu que tanto a família real, quanto as famílias próximas a ela, se enriquecessem às custas dos camponeses.

Ao final de nosso estudo de 1Rs 1-2, concluímos que a História da Sucessão de Davi é uma obra historiográfica, escrita na época de Salomão e que tem seu início em 2Sm 6,20 e seu término em 1Rs 2. Através de uma narrativa, escrita com uma riqueza de detalhes impressionante, o autor da História da Sucessão de Davi faz uma crítica bem severa a Salomão e ao governo despótico que ele instituiu. Precisamos ainda identificar o autor da História da Sucessão de Davi. Somente através dessa conclusão é que chegaríamos à comprovação de nossa tese: a existência de duas memórias conflitantes a respeito de Salomão, na escola de escribas da corte de Jerusalém.

Nosso estudo leva a pensar num escriba subversivo. Alguém que não se deixou corromper pelo poder constituído ou pela posição social que ocupava. Apesar da forte ideologia dominante, de sua posição privilegiada como escriba, foi alguém que possuía uma visão crítica aguçada da realidade de seu tempo. Em sua obra historiográfica fica claro sua preferência por Adonias. Provavelmente ele não estava sozinho, acredita-se que pertencia a uma escola anti-salomônica, anti-Jerusalém, anti-urbana, por isso denuncia Salomão de forma tão contundente.

Concluímos que o autor dessa obra era, provavelmente, um sábio que vivia em Jerusalém, talvez pertencesse à corte de Davi e Salomão, mas que não compactuava com a ideologia de Salomão. Portanto, podemos afirmar que dentro da escola de escribas salomônica existiam duas visões do poder, isto é, duas ideologias conflitantes. Os que eram a favor de Salomão, defendiam os interesses urbanos, as elites que moravam na cidade, interessadas no comércio e na cobrança de tributos. A escola anti-salomônica e anti-Jerusalém, representavam os interesses dos camponeses explorados e oprimidos pelo poder.

CONCLUSÃO

Ao longo dessa pesquisa tive a oportunidade de conversar com muitas pessoas a respeito do tema escolhido para a elaboração desta tese. Pessoas de todas as idades, de classes sociais diferentes, todos os níveis de escolaridade, de várias crenças e todas elas tinham algo para falar a respeito de Salomão. Constatei que, praticamente, todas elas têm uma imagem idealizada de Salomão: o rei mais famoso de Israel, o rei mais rico que já existiu, o rei mais sábio! Poderoso, possuidor de grande sabedoria, mas um rei justo. É extraordinário como depois de três mil anos a ideologia usada pela realeza ainda permanece firme na cabeça das pessoas. Salomão exerce fascínio sobre as pessoas. Existe aura de mistério envolvendo seu nome. Basta procurar por “Salomão” num site de busca e encontrará uma série de produtos exotéricos que se referem a Salomão, como anéis e orações mágicas. Salomão desperta o interesse das pessoas. Diante disso, não há como não se perguntar: quem foi Salomão? Por que seu nome até hoje é divinizado e está diretamente ligado à sabedoria? Trilhamos um longo caminho em busca dessas respostas. Algumas perguntas ainda continuam em aberto, isso significa que o trabalho de pesquisa deve continuar. O tema é instigante, sobretudo quando se busca metodicamente dissociar a história da memória.

Ao final deste estudo conclui-se que o título escolhido “A dupla face de Salomão – Memórias de uma Escola de Escribas no século X a.C.” reflete muito bem os temas presentes nesta tese. Para tratarmos desse tema, precisávamos em primeiro lugar conhecer a *memória* de Salomão dentro da historiografia tradicional. Optou-se por privilegiar a obra de Donner, por ser representativo de uma ala historiográfica mais usual - a de reconstruir o real período de Salomão, porém, levando em consideração a opinião de outros autores.

Dedicamos o primeiro capítulo ao estudo do reinado de Salomão por inteiro. Levantamos as principais teses de Donner a respeito do reinado de Salomão para que pudessemos compreender os mecanismos usados por ele para governar, impor seu poder e sua ideologia.

De acordo com a historiografia tradicional, o reinado de Salomão foi um período de paz. Salomão adotou uma política defensiva construindo cidades fortalezas e modernizando o exército com a introdução dos carros de combate. Procurou manter

relações amigáveis com as nações vizinhas. Sua intenção era a consolidação e o desenvolvimento do regime monárquico, e para isso seguiu os passos de seus vizinhos, principalmente do mais famoso dentre eles, o Egito. Fez várias alianças, seladas por casamentos, como era costume no Antigo Oriente Médio. O casamento mais famoso foi com uma princesa egípcia e o acordo comercial mais importante foi com Hirão, o rei de Tiro. Para Donner, esse tratado comercial com Hirão acabou se tornando uma relação de dependência, pois Salomão passou a depender de Tiro para levar adiante seus projetos. Além da madeira para suas construções, precisava de mão-de-obra especializada, visto que a população de Israel e Judá era totalmente de origem camponesa. Salomão precisou dos experientes fenícios tanto nas suas construções como no desenvolvimento de uma marinha mercante.

Além do templo, sua construção mais famosa, Salomão construiu um complexo palaciano em Jerusalém, edificou ou reformou antigas cidades cananeias a fim de transformá-las em fortalezas, armazéns ou cavalariças. Para empreender tantos projetos e conseguir sustentar uma corte luxuosa, Salomão precisava de recursos. Donner cita alguns empreendimentos comerciais do rei, como as viagens marítimas e o comércio de carros de combate e cavalos. O que com toda certeza não era suficiente para manter as despesas de Salomão. Nos tempos de Davi, muita riqueza era conseguida através dos despojos de guerra. Salomão não se envolveu em nenhuma batalha, portanto ele precisava de outra fonte de renda. A cobrança de tributos.

Desenvolveu um eficiente mecanismo de cobrança. Dividiu o território em doze distritos, nomeou doze prefeitos e cada um desses distritos era responsável pelo sustento da corte durante um mês no ano. Além disso, instituiu a corveia de forma definitiva durante o seu reinado.

Salomão também investiu na parte administrativa. Criou mais três cargos estratégicos em seu gabinete, além dos doze funcionários responsáveis pela administração dos distritos. Cercou-se de pessoas com experiência nos negócios de Estado. Os quais não possuíam nenhum vínculo com as antigas tradições tribais. Todos os projetos de Salomão estavam voltados para o benefício de uma pequena camada da população que girava em torno dele. Basicamente a população urbana, que buscando

imitar as monarquias vizinhas exploravam mais e mais a população do campo. O pagamento do principal acordo comercial de Salomão com Tiro era feito com trigo e azeite, produzidos pelos camponeses israelitas. Certamente precisava-se de uma quantidade muito grande desses produtos. Salomão acabou por entregar vinte cidades para Hiram, fato que nos leva a crer que sua dívida era muito alta.

A corveia também representou uma grande exploração da população, tanto que logo após a morte de Salomão aconteceu a separação de Israel em dois reinos independentes.

No segundo capítulo, o objetivo era estabelecer a relação existente entre a sabedoria e o poder durante o reinado de Salomão. Verificamos que durante o governo de Salomão houve um grande incentivo para o funcionamento das escolas de escribas, nos moldes das existentes no Egito. Essas escolas destinavam-se a formar intelectuais, ou na linguagem da época, sábios, que deviam ser muito bem preparados, possuindo profundo conhecimento em administração, economia, leitura, escrita e na arte da retórica. Os sábios deveriam ser capazes de aconselhar o rei sobre qualquer assunto referente ao Estado. Embora os alunos dessas escolas tivessem acesso aos conhecimentos e a cultura de diversos países, tornando-se verdadeiros intelectuais, todo esse conhecimento deveria ser colocado a serviço do poder. Salomão precisava desses sábios para levar adiante seus projetos, seja na parte burocrática, ou nas relações internacionais, como também, conselheiros que o auxiliassem nas mais importantes decisões.

O rei deveria ser o primeiro dentre os sábios. No antigo Oriente Médio, a sabedoria estava ligada com a arte de governar. A complexa estrutura administrativa, política e econômica que Salomão instituiu em Israel e em Judá precisava de uma base sólida a fim de conseguir os recursos necessários para sua manutenção, desenvolvimento e principalmente a centralização do poder. Salomão optou por fundamentar seu governo na sabedoria, tanto que até hoje ele é lembrado como um sábio por excelência.

Salomão pretendeu igualar-se aos monarcas do antigo Oriente Médio e deixou se influenciar pelo modelo de Estado desses países, principalmente do Egito. No antigo Oriente Médio, o poder exigia sabedoria superior, próxima da dos deuses. O rei deveria participar da sabedoria divina a fim de manter o equilíbrio de seu reino. No texto que narra o sonho de Gabaon, em 1Rs 3,1-15, podemos perceber claramente que Salomão, assim como os monarcas dos países vizinhos é escolhido por Iahweh para governar e recebe de suas mãos a sabedoria divina. Uma ideologia real muito bem construída!

Quando Davi conquistou Jerusalém, fez aliança com os antigos sacerdotes e administradores da cidade-estado jebuseia. Essas cidades mantinham as tradições comuns no antigo Oriente Médio, muitas delas certamente foram incorporadas às tradições de Israel. Trazer a Arca da Aliança para a capital foi uma decisão importante da parte de Davi para assegurar seu poder. O rei estabeleceu uma aliança com Iahweh, que lhe deu uma dinastia, poderíamos chamar de uma ideologia real ou uma teologia davídica. Ocorre que a promessa de uma dinastia para Davi foi profetizada por Natã, um alto funcionário da corte, ferrenho defensor da monarquia.

Dentre todas as construções de Salomão, a edificação do templo foi a mais importante para a manutenção de seu poder. Através do templo Salomão garantia legitimação religiosa e, por conseguinte, garantia o direito da realeza e também o direito ao tributo. Aqui se encontra a justificativa ideológica que assegura o poder nas mãos de Salomão. Sua sabedoria vem de Iahweh e ele se torna o seu representante na terra, aquele que foi designado para governar o povo escolhido.

Portanto, a fundamentação religiosa de uma aliança feita entre Iahweh e a dinastia de Davi; a sabedoria doada por Iahweh a Salomão no sonho de Gabaon e a construção do templo foram as bases do projeto de expansão salomônica. O templo faz parte do complexo palaciano, assim Iahweh é tirado do meio dos camponeses e passa a residir com o rei, conseqüentemente, Salomão passa a ser o intermediário entre Iahweh e o povo, assim sendo sua sabedoria e poder não podiam ser contestados.

Num país essencialmente agrícola, era necessário criar um centro de educação e formação de homens sábios na capital. O acesso à formação estava destinado às classes

mais abastadas. Assim sabedoria e poder caminham juntos. Somente o rico tem condições de alcançar o conhecimento e adquirir sabedoria e esta por sua vez é usada para a manutenção do poder e dos privilégios que ele pode oferecer.

Podemos afirmar que os escribas tiveram uma participação relevante durante o governo de Salomão. Verificamos que a implantação de um novo projeto político e econômico só foi possível através da eficiência de uma máquina administrativa. Mas também detectamos que em Israel, no tempo de Salomão, pode-se dizer que os escribas não produziam apenas documentos oficiais, assim como em outros países, o avanço do conhecimento provoca o desejo de se produzir obras literárias. É na época de Salomão, em decorrência do incentivo às escolas de escribas, bem como, as relações internacionais, ampliadas durante o seu reinado, que surgem as obras literárias mais elaboradas e por que não dizer direcionadas. É provável que os escribas de Salomão tenham se preocupado em redigir textos a respeito de algumas tradições orais, reorganizando e reinterpretando-as da maneira como melhor lhes aprouvesse, com a finalidade de justificar e legitimar o reinado de Salomão. Concluimos que a sabedoria de Salomão nada mais é do que uma construção ideológica.

A partir dessa conclusão, surgiu um importante questionamento a respeito da historiografia apresentada no primeiro capítulo desta tese. Qual é a imagem de Salomão que se sobressai? Ao que parece, a historiografia tradicional sobre Salomão, ainda encontra-se muito dependente da sua figura idealizada. Resultado de uma construção feita desde a sua época, pelas mãos de seus escribas, como também em tempos posteriores, de acordo com os interesses de cada época.

Acredita-se ser de grande importância orientar a pesquisa historiográfica a respeito de Salomão numa outra perspectiva, buscando em outros textos, uma nova face dessa história.

A partir dessa perspectiva, o desafio para o terceiro capítulo, foi buscar outra memória de Salomão, a fim de propor um caminho alternativo, que nos permitisse produzir uma nova historiografia a respeito de Salomão. Constatamos que já está em tempo de buscarmos outro tipo de historiografia. Uma historiografia que não se firma na

“memória oficial”, mas que siga na direção contrária, a partir das memórias dos que não se deixaram influenciar pela ideologia do poder. Dessa forma, poderemos alcançar a comprovação de nossa tese: a existência de duas memórias conflitantes a respeito de Salomão, dentro da escola de escribas da corte de Jerusalém no século X a.C.

Infelizmente, as fontes disponíveis sobre esse assunto são realmente escassas, o que temos são textos, isto é, *memórias* sobre Salomão. Escolheu-se um texto crítico a Salomão. Trata-se de 1Rs 1-2, texto que pertence a chamada História da Sucessão de Davi, acreditando-se que a partir dele, consiga-se produzir uma historiografia diferente da historiografia tradicional esboçada no primeiro capítulo. Após uma profunda análise desse texto, verificou-se que o autor faz uma crítica muito severa a Salomão. Tamanha revolta contra Salomão nos leva a crer que o autor da História da Sucessão de Davi não estava apenas desabonando a forma como Salomão se apossou do trono e se consolidou no poder, mas o seu reinado como um todo. A crítica é contra o mau uso do poder. É contra a postura política de Salomão. Dessa forma, recorreremos a outras memórias desse período, bem como a utilização do método da historiografia comparada, a fim de que fontes extra bíblicas nos auxiliasse nessa tarefa.

Após a análise do texto 1Rs 1-2, concluímos que dentro da corte de Jerusalém surgiram dois partidos na luta pela sucessão ao trono de Davi. Um deles formado pelo comandante do exército Joab e pelo sacerdote Abiatar, contavam com o apoio dos filhos de Davi e dos homens de Judá, apoiavam o príncipe Adonias. O outro constituído pelo profeta Natã, o sacerdote Sadoc, o comandante Banaías e os soldados da guarda pessoal de Davi, que preferiam Salomão como sucessor de Davi.

Verificamos que havia duas ideologias em jogo. O partido de Adonias era formado por pessoas com uma tradição fortemente tribal. O próprio Adonias nasceu em Hebrom. Defendiam os interesses dos camponeses e das tribos do norte que já nessa época sentiam-se injustiçadas com o governo de Davi. O partido de Salomão contava com pessoas de tradição urbana. Salomão nasceu em Jerusalém, uma antiga cidade-estado. Seus partidários eram as pessoas que se aliaram a Davi por ocasião da conquista de Jerusalém. Portanto, estavam interessados em manter o poder e as regalias da corte, conseguidos através da exploração do campo. Salomão representava os interesses

urbanos e a manutenção dos privilégios da elite. Uma classe que nascida na cidade estava muito distante dos interesses dos camponeses. Podemos dizer que estavam em jogo os interesses do campo contra os da cidade. Também podemos concluir que não foi uma disputa honesta.

O caminho para a elaboração de nossa hipótese passava pela localização sociológica do autor da História da Sucessão de Davi.

Concluimos que o autor dessa obra era um sábio que vivia na corte, em Jerusalém. Um escriba. Pertencia a uma escola anti-salomônica, anti-Jerusalém, anti-urbana, por isso denuncia Salomão de forma tão contundente. Portanto, podemos afirmar que dentro da escola de escribas salomônica existiam duas visões do poder, isto é, duas ideologias conflitantes. Os que eram a favor de Salomão, defendiam os interesses urbanos, as elites que moravam na cidade, interessadas no comércio e na cobrança de tributos. Aqueles que pertenciam à escola anti-salomônica e anti-Jerusalém, representavam os interesses dos camponeses explorados e oprimidos pelo poder.

Não desejavam liquidar com o regime monárquico, almejavam a implantação de uma monarquia mais próxima aos interesses do campo. Assim, podemos afirmar que haviam duas correntes de pensamento dentro da corte de Jerusalém.

Felizmente, essa pesquisa também mostrou que muitos homens e mulheres, mesmo subjugados pelo poder econômico, militar e ideológico não deixam de lutar por justiça: os textos antimonárquicos demonstraram tal afirmação. A História da Sucessão de Davi revelou a capacidade de discernimento de alguns homens que, mesmo fazendo parte da elite intelectual de Jerusalém, formados pelas famosas escolas de escribas, desenvolveram e conservaram um censo crítico perante a realidade. Não se calaram nem mesmo diante do poderio salomônico. Assim podemos concluir que a ideologia salomônica encontrou resistência no seio da escola de escribas, praticamente o coração do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bíblias e obras de referência

ACHTEMEIER, Paul J. (editor), *Harper's Bible Dictionary*. São Francisco: Harper Collins Publishers, 1985, 1178p.

BÍBLIA DE JERUSALÉM (A). revista, São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional, Paulus, 9 ed., 2000, 2366p.

BIBLIA HEBRAICA STUTTGARTENSIA. Karl Elliger e Wilhelm Rudolph (editores). Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997, 1574p.

BÍBLIA SACRA. *luxta Vulgatam Versionem*, Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 3 ed., 1969, 1980p.

BÍBLIA SAGRADA. tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, Barueri, 1969, 1334p.

BÍBLIA TRADUÇÃO ECUMÊNICA. São Paulo: Loyola, 5 ed., 1997, 2480p.

BIBLOS – The Harper Atlas of the Bible Edited by James B. Pritchard, Harper & Row Publishers. Toronto: 1987, 254p.

BORN, Van den A. *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1992, 1588p.

BOTTERWECK, Johannes G.; RINGGREN, Helmer (editors) *Theological Dictionary of the Old Testament*, v.1 e seguintes Grand Rapids, Michigan, William Eerdmans, 1997.

BROWN, Francis, DRIVER, S.R. e BRIGGS, Charles A. (editores). *The Driver-Briggs Hebrew and English Lexico.*, Peabody: Hendrickson Publishers, 2001, 1185p.

BURGUIERE, André (org). *Dicionário das ciências históricas*. Traduzido por Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. 775p.

BUTTRICK, George Arthur (editor). *The Interpreter's Dictionary of the Bible*. Nashville: Abingdon Press, vols.1-5, 1985.

CORSANI, Bruno; SOGGIN, Alberto (Editores). *Dizionario bíblico*. Torino: Claudiana Editrice, 1984, 635p.

GESENIUS, William. *A Hebrew and English Lexicon of the Old Testament*. Oxford: Clarendon Press, 1909, 1127p.

HARRIS, Laird R., ARCHER JR., Gleason L. e WALTKE, Bruce K. *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1998, 1789p.

JENNI, Ernst; WESTERMANN, Claus. *Diccionario teológico manual del Antiguo Testamento*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 1978, vol.1, 1272p., v.2, 725p.

KOEHLER, Ludwig & BAUMGARTNER, Walter. *Lexicon in Veteris Testamenti Libros*. Leiden: E. J. Brill, 1985, 1138p.

NEUSNER, Jacob e WILLIAM, Scott Green (editores). *Dictionary of Judaism in the Biblical Period*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1999, 693p.

McKENZIE, L. John. *Dicionário bíblico*. São Paulo: Paulus, 1984, 982p.

NELSON, Wilton M. (editor). *Dicionário Ilustrado de La Bíblia*. Barcelona: Editorial Caribe, 1974, 735p.

NEUSNER, Jacob; WILLIAM, Scott Green (Edits.). *Dictionary of Judaism in the Biblical Period*. Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1999, 693p.

PEREGO, Giacomo. *Atlas bíblico interdisciplinar: escritura, história, geografia, arqueologia, teologia: análise comparativa*. São Paulo: Paulus, 2001. 124p.

POWELL, David R. (editor). *Nuevo diccionario bíblico*. Barcelona: Ediciones Certeza, 1991, 1479p.

ROWLEY, H. H. *Pequeno atlas bíblico*. São Paulo: ASTE/Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1966, 24p.

Bibliografia

ALBRIGHT, William Foxwell. *Archaeology and the religion of Israel*. Louisville: Kentucky, Westminster John Knox Press, 2006. 252p.

ALT, Albrecht. *Terra Prometida - Ensaio sobre a História do Povo de Israel*. São Paulo: Editora Sinodal, 1987, 236p.

ALTER, Robert; KERMODE, Frank. (Org.) *Guia literário da Bíblia*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. 725p.

AMORESE, Rubem Martins. *Meta-histórica: a história por trás da história da salvação*. Brasília: Editora Comunicante, 1992, 27p.

ANDERSON, Ana Flora; GORGULHO, Gilberto. *Os profetas e as lutas do povo*. São Paulo: Centro Ecumênico de Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. 2.ed., 1991, 108p.

AYMARD, André, AUBOYER, Jeanine, *O Oriente e a Grécia Antiga: as civilizações imperiais*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, 325p.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; FRANCO, Denize de Azevedo e LOPES; Oscar Guilherme Paul Campos. *História das sociedades – Das comunidades primitivas às sociedades medievais*, Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986, 458p. [veja em especial Parte III: “A realza é uma boa profissão – As sociedades do Antigo Oriente Próximo”, p.85-158].

ASSMANN, Jan. *Moses the Egyptian: the Memory of Egypt in Western Monotheism*. Cambridge: Harvard University Press, 1997,

AUZOU, Georges. *A tradição bíblica*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971, 373p.

BACON, Betty. *Estudos na Bíblia Hebraica – Exercícios de exegese*. São Paulo: Edições Vida Nova, 1991, 318p.

BARRERA, Julio C. Treballe, *Salomon y Geroboan. Historia de La recensión y redacción de 1 Reyes, 2-12,14*. Jerusalem: Salamanca, 1980, 524p.

BENETTI, Santos. *Política, poder y corrupción en la Biblia*. Buenos Aires: São Pablo, 1996, 431p.

BERETTA, CARDONA e GRANDI. *História: pós-exílio e período grego – assessoria Sandro Gallazzi*. Barranquilla: CIB, 1992, 55p.

BERLEV, O.; BRESCIANI, E.; CAMINOS, R. A.; DONADONI, S.; HORNUNG, E.; AL-NUBI, ‘I, LOPRIENO, A.; PERNIGOTTI S.; ROCCATTI, A.; VALBELLE, D. *O homem egípcio*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, 273p.

BLANK, Renold J. *Quem afinal, é Deus?* 2. ed. 1992, 121p.

BLAU, Avraham. *O livro de Samuel (II)*. São Paulo: Editora Maayanot, 1994.

BRENNER, Athalya. *Samuel e Reis: a partir de uma leitura de gênero*. São Paulo: Edições Paulinas, 2003, 371p.

BRIGHT, John. *História de Israel*. 7. ed. São Paulo: Paulus, 2003, 621p.

BRUEGGEMANN, Walter. *A terra na Bíblia: Dom, promessa e desafio*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

BRUEGGEMANN, Walter; WOLFF, Hans Walter. *O dinamismo das tradições do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984, 204p.

BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna: Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

_____. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. 354 p.

_____. *História e teoria social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 275 p.

_____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 241 p.

_____. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004. 264 p.

CANHÃO, Telo Ferreira. *A literatura egípcia do Império Médio: espelho de uma civilização*, tese (Doutorado em História), Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, Departamento de História, Lisboa, 2010, 497p.

CANTÚ, Césare. *História universal*; Tradução Savério Fittipaldi. São Paulo: EDAMERIS, vol. II, 1967. 647p.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990. (Este livro já está publicado no Brasil pela Editora Bertrand Brasil, 1990, 244p.)

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *A Afro-América - A escravidão no novo mundo*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, 120p. (Coleção Tudo é História, 44).

_____. *A América pré-colombiana*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, 119p. (Coleção Tudo é História, 16).

_____. *Antiguidade oriental - Política e religião*. São Paulo: Contexto, 1990, 77p. (Repensando a História Geral).

_____. *A cidade-estado antiga*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993, 95p. (Princípios, 39).

_____. *O Egito antigo*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992, 113p. (Coleção Tudo é História, 36).

_____. *Sete olhares sobre a antiguidade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1994, 224p. (Coleção Tempos).

_____. *Sociedades do Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Ática, 1988, 92p. (Série Princípios, 47).

_____. *O trabalho na América Latina colonial*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988, 96p. (Princípios, 33).

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. *Os métodos da história - Introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social*, tradução de João Maia. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, 528p. (Biblioteca de História, 5).

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (Org.), *Domínios da história - Ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, 508p.

CARVALHO, Edgard de Assis (Org.). *Maurice Godelier - Antropologia*. São Paulo: Ática, 1981, 208p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 21).

- CARR, Edward H. *Que é história?*. 5. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 130p.
- CASTEL, François. *Historia de Israel y Judá – desde los Orígenes hasta El siglo II d.C.* São Paulo: Editora Verbo Divino, 1998, 244p.
- CAZELLES, Henri. *História política de Israel desde as origens até Alexandre Magno.* São Paulo: Edições Paulinas, 1983, 250p.
- CERESKO, Anthony R. *Introdução ao Antigo Testamento numa perspectiva libertadora.* São Paulo: Paulus, 1996, 351p.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: DIFEL Difusão Editorial, 1988, 244p.
- CHRISTIAN, Jacq. *A sabedoria Viva do Antigo Egito.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 173p.
- CLEMENTS, Ronald E. *O mundo do antigo Israel – Perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas.* São Paulo: Paulus, 1995, 416p.
- CLÉVENOT, Michel. *Enfoques Materialistas da Bíblia.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1979, 164p.
- _____. *Introdução Geral ao Comentário Bíblico – Leitura da Bíblia na perspectiva dos pobres.* Petrópolis: Editora Vozes, 1985, 20p.
- COULAGES, Fustel. *A Cidade Antiga.* Tradução Jean Melville. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002. 432 p.
- CRABTREE, A.R. *Teologia do Velho Testamento.* 3. ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1980, 310p.
- CROCETTI, Giuseppe. *1-2 Samuel e 1-2 Reis.* São Paulo: Paulus, 1994, 170p.

CRUSEMAM, Frank. *A Torá*. Petrópolis: Vozes, 2002, 599p.

CURRID, John D. *Ancient Egypt and the Old Testament*. Michigan: Baker Books House Co, 1997, 269p.

DALHER, Etienne. *Lugares bíblicos*. Aparecida: Editora Santuário, 1997, 135p.

DAY, John. *Rei e Messias em Israel e no Antigo Oriente Próximo*. São Paulo: Paulinas, 2005, 527p.

DAVIES, Philip R., In Search of 'Ancient Israel, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1995. 166 p. (Journal for the study of the Old Testament ;Supplement series 148)

DAVIES, Philip. *Memories of Ancient Israel: An Introduction to Biblical History*. Louisville: Westminster John Knox Press, 2008.

DE MIT, Hans. *En la dispersión el texto es patria - Método de exégesis*, 436p.

DEVER, William G. *Who were the early Israelites and where did they come from?*. Wm. B. Eedmans Publishing Co., 2003. 268p.

DONNER, Herbert. *História de Israel e dos povos vizinhos – dos primórdios até a formação do Estado*, v.1. São Leopoldo: Sinodal, 1997, 268p.

DREHER, Carlos A. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*. São Paulo: Paulus, 2002, p.59-60.

_____. *O cântico de Débora, Juízes 5 – Conflito social e teologia num episódio da história do Israel pré-estatal*. São Leopoldo: Faculdade de Teologia, 1984, 178p. (dissertação de mestrado).

_____. *O livro de Juízes*. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos, 1995, 26p. (A Palavra na Vida, 87).

_____. *Os exércitos no reino do norte – Sua constituição, sua função e seus papéis políticos no conflito social no sistema tributário, segundo distintas avaliações na literatura*. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 1999, 410p. (tese de doutorado)

_____. *A constituição dos exércitos no Reino de Israel*. São Paulo: Paulus, 2002, 204p.

EBAN, Alba. *A história do povo de Israel*. Rio de Janeiro: Bloch, 1982, 4ed, 483p.

EISSFELDT, Otto. *The Old Testament – An introduction*. Blackwell: Oxford Basil, 1974, 861p.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991, 179p.

ELLIS, Peter F. *Os homens e a mensagem do Antigo Testamento*. Aparecida: Editora Santuário, 1985, 526p.

EPSZTEIN, Leon. *A justiça social no Antigo Oriente Médio e o Povo da Bíblia*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990, 207p.

FINKELSTEIN, Israel. *The Archaeology of the Israelite Settlement*. Jerusalem: Israel Exploration Society, 1988, 380p.

FINKELSTEIN, Israel; SILBEMAN, Neil Asher. *A Bíblia não tinha razão*. São Paulo: A Girafa Editora, 2003, 515p.

FIORINZA, Elisabeth Schüssler. *As origens cristãs a partir da mulher*. Edições Paulinas: São Paulo, 1991, 393p.

FLORENZANO, Maria Beatriz B. *O mundo antigo – Economia e sociedade (Grécia e Roma)*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, 104p. (Tudo é História, 39).

FOHRER, Georg. *Estruturas teológicas fundamentais do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, 392p.

_____. *História da Religião de Israel*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982, 507p.

FOX, Robin Lane. *Bíblia verdade e ficção*. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 430p.

FRÉDÉRIC, Louis. *A arqueologia e os enigmas da Bíblia*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1978. 318p.

GALDWIN, Joyce G. *I e II Samuel*. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1997, 336p.

GALLAZI, Sandro. *A teocracia sadocita – sua história e ideologia*. Macapá: SCP, 2002, 274p.

_____. *Aportes para una reflexión bíblica desde los oprimidos – ¿Quién es nuestro Dios?* Centro Tiempo Latinoamericano: Córdoba, 1992, p.33.

GARBINI, Giovanni. *History & Ideology en Ancient Israel*. New York: Crosroad, 1988, 222p.

GASS, Ildo Bohn. *Uma Introdução à Bíblia – Formação do Império de Davi e Salomão*. São Paulo: Paulus, 2005, 109p.

GEBRAN, Phililomena (coordenadora). *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 275p.

GIBERT, Pierre. *A Bíblia na origem da História*. São Paulo; Edições Paulinas, 1986, 390p.

_____. *Os livros de Samuel e dos Reis – da lenda para a história*. São Paulo: Editora e Distribuidora Candeia, 2000, 1460p.

GOFF, Jacques Le. *Historia e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008, 541p.

GONZÁLEZ ECHEGARAY, Joaquín. *O crescente fértil e a Bíblia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, 278p.

GONZALEZ LAMADRID, Antonio. *As tradições Históricas de Israel*. Petrópolis: Vozes, 1999, 238p.

GORDON, R.P. *1&2 Samuel, (Old Testament Guides)*. Sheffield: JSOT Press, 1984, 102p.

GOTTWALD, Norman Karl. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1988, 639p.

_____. *As tribos de Iahweh - Uma sociologia da religião de Israel liberto 1250-1050 a.C.* São Paulo: Edições Paulinas, 1986, 931p.

GRABBE, Lester L. (ed.). *Can a 'history of Israel' be written*, Sheffield, Sheffield Academic Press, 1997.

GRAY, John. *I e II Kings – A commentary*. Philadelphia: The Westminster Press, 1963, 744p.

GRUEN, Wolfgang. *O tempo que se chama hoje – Uma introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1977, 275p.

GUNNEWEG, Antonius H. J. *História de Israel: dos primórdios até Bar Kochba e de Theodor Herzl até nossos dias*; Tradução Monika Ottermann. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005. 391p.

_____. *Teologia bíblica do Antigo Testamento: uma história da religião de Israel na perspectiva bíblico teológica*; Tradução Werner Fuchs. São Paulo: Teológica/Loyola, 2005. 368p.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *Onde dormirão os pobres?* São Paulo: Paulus, 1998, p.66.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso; XAVIER, Regina Célia Lima (org). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

HAAG, Herbert. *El país de la Biblia - Geografía, historia, arqueología*. Barcelona: Editorial Herder, 1992, 243p.

HAM, Adolfo. *Historia y Poder-Comentario sobre el Libro de Reyes*, Quito, 1999, 249p.

HEBERT, Arthur Gabriel. *When Israel came out of Egypt*. Richomond: John Knox Press, 1961. 128p.

HEATON, E. W. *La vida en tiempos del Antiguo Testamento*. Madrid: Taurus, 1989, 165p.

HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1985, 554p. (Biblioteca de Estudios Bíblicos, 23).

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história. Ensaaios*. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.

JOSEFO, Flávio. *Antiguedades judias*. Buenos Aires: Acervo Cultural Editores, 1961, 1130p. (Obras completas)

KESSLER, Rainer. *História Social do Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 2009, 297p.

KIPPENBERG, Hans G. *Religião e formação de classes na antiga Judéia - Estudo socioreligioso sobre a relação entre tradição e evolução social*, tradução de João Aníbal G. S. Ferreira. São Paulo: Paulinas, 1988, 173p. (Coleção Bíblia e Sociologia).

KLEIN, Ralph W. *Israel no exílio – Uma interpretação teológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990, 174p.

KNOPPERS, Gary N. *Two Nations Under God – The Deuteronomistic History of Solomon and the Dual Monarchies*. Atlanta: Scholars Press, vol.1, 1993, 302p.

KRÜGER, Rene; CROATTO J. Severino. *Métodos exegeticos*. Buenos Aires: Publicaciones EDUCAB/ISEDET, 1993, 269p.

HAAG, Herbert. *El país de la Biblia - Geografía, historia, arqueología*. Barcelona: Editorial Herder, 1992, 243p.

HAYES, John H.; MILLER, Maxwell, *Israelite & Judaeen History*, Philadelphia: Trinity Press Internacional, 1990, 735p.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Vértice, 1990, 280p.

HERRMANN, Siegfried. *Historia de Israel en la época del Antiguo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1985, 554p. (Biblioteca de Estudios Bíblicos, 23)

HOUTART, François. *Religião e modos de produção pré-capitalistas*. São Paulo: Paulinas, 1985, 256p.

AA.VV. *Israel e Judá: textos do Antigo Oriente Médio*. São Paulo: Paulinas, 1985, 99p.

JAMES, Peter. *Siglos de oscuridad: Desafío a la cronología tradicional del mundo antiguo*. Barcelona: Editora Crítica, 1993.

LAMADRID, Antonio González. *Introdução à história do Antigo Testamento – As tradições de Israel*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, 238p.

LARA, Valter Luiz. *A Bíblia e o desafio da interpretação sociológica*. São Paulo: Paulus, 2009, 155p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p.423-478.

LINDEZ, José Vílchez. *Sabedoria e sábios em Israel*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, 268p.

LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia – História antiga de Israel*. São Paulo: Paulus – Edições Loyola, 2008, 537p.

_____. *El Antiguo Oriente: Historia, sociedad y economía*. Barcelona: Crítica, 2008, 796p.

LONG, Burke O. *1 Kings*. Grand Rapids: Eerdmans Publishing Co., vol IX, 265p.

_____. *1 Kings with na Introduction to Historical Literature*. Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 1984, 265p.

LOPES, J. Machado. *Atlas bíblico-geográfico-histórico*. Lisboa: Difusora Bíblica, 1984, 127p.

LOWERY, R. H. *Os reis reformadores – Culto e sociedade no Judá do Primeiro Templo*. São Paulo: Edições Paulinas, 2004, 347p.

KAUFMANN, Yehezkel. *A religião de Israel: do início ao exílio babilônico*. São Paulo: Perspectiva, 1989. 459p.

MAINVILLE, Odette. *A Bíblia à luz da história-Guia de exegese histórico-crítica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1999, 159p.

MALAMAT, Abraham. *Mari and the Bible*. Leiden: Brill, 1998, p.1-10.

_____. *The Age of the Monarchies: Political History*. Jerusalem: Massada Press Ltd, Vol. Four-I, 1979, 380p.

MALY, Eugene. *El mundo de David y Salomon*. Bilbao: Editorial Mensajero, 1972, 190p.

MAZAR, Amihai. *Arqueologia na terra da Bíblia 10000-586a.C.* Tradução de Ricardo Gouveia. São Paulo: Paulinas, 2003. 554p.

MENDENHALL, George E. *The Tenth Generation - True Origins of the Biblical Tradition.* Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1973, 248p.

MERRILL, Eugene H. *História de Israel no Antigo Testamento,* Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 2001, 577p.

METZGER, Martin. *História de Israel.* São Leopoldo: Editora Sinodal, 1984, 213p.

MICHELET, Jules. *A Bíblia da humanidade: Mitologias da Índia, Pérsia, Grécia e Egito.* São Paulo: Ediouro, 2ed., 2001, 368p.

NAKANOSE, Shigeyuki. *Uma História para contar...A Páscoa de Josias – Metodologia do Antigo Testamento a partir de 2Rs 22,1-23,30.* São Paulo: Paulinas, 2000, 342p.

NICCACCI, Alviero. *A casa da sabedoria – vozes e rostos da sabedoria bíblica.* São Paulo: Edições Paulinas, 1997, 321p.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire.* Paris: Gallimard, 1984,

NOTH, Martin. *Estudios sobre El Antigo Testamento.* Salamanca: Ediciones Sigueme, 1985, 316p.

_____. *Historia de Israel.* Barcelona: Ediciones Garriga, 1966, 429p.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. *História do trabalho.* São Paulo: Ática, 1987, 94p. (Série Princípios, 26).

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história.* São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988, 332p.

PINSKY, Jaime (Org.) *Modos de produção na antigüidade*. São Paulo: Global Editora, 1982, 256p. (Textos, 2)

PIXLEY, Jorge. *História Sagrada – História Popular*. San José: DEI, 1989, 125p.

PIXLEY, Jorge. *História de Israel a partir dos pobres*. Petrópolis: Vozes, 1991, 136p.

PROENÇA, Wander de Lara; BURKE, Peter. *Variedades de história cultural / Peter Burke* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002) [Recensão]. *Práxis Evangélica*, n. 7, p. 153-158, 2005.

RACHEWILTZ, Boris de, *A Vida no Antigo Egito*. São Paulo: Círculo de Leitor, 1994, 195p.

RAD, Gerhard Von. *Estudios sobre el Antiguo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1982, 475p.

_____. *La sabiduría em Israel*. Madrid: Ediciones Fax, 1973, 426p.

_____. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo, 1973, 482p.

RAVASI, Gianfranco. *A narrativa do céu, as histórias, as ideias e os personagens do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1999, v.1, 291p.

REICHERT, Rolf. *História da Palestina: dos primórdios aos nossos dias*. São Paulo: Heider-USP, 1972, 411p.

RENDTORFF, Rolf. *A formação do Antigo Testamento*. 5. ed. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1983, 48p.

RENFREW, C. e BAHN, P. *Arqueología: Teorias, métodos y técnicas*. Madrid: Ed. Akal, 1993. 279p.

ROHL, David M. *A test of time. The Bible: from myth to history*. London: Century, 1995. 345p.

ROMER, John. *Testamento: os textos sagrados através da história*. São Paulo: Melhoramentos, 1991. 295p.

ROSSÉ, Gérard. *Não há mais pobres entre nós – riqueza e comunhão de bens na Bíblia*. São Paulo: Cidade Nova, 1985, 77p.

ROST, Leonhard. *The succession to the throne of David*. Sheffield-England: The Almond Press, 1982, 133p.

SANTOS, Bento Silva. *A experiência de Deus no Antigo Testamento*. Aparecida: Editora Santuário, 1996, 142p.

SCHAFF, Adam. *Os fatos históricos e a sua seleção: história e verdade*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

SCHLUCHTER, Wolfgang (editor). *Max Webers Studie über das antike Judentum – Interpretation und Kritik*, Frankfurt, Suhrkamp, 1981, 330p. (Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 340).

SCHMIDT, Werner H. *Introducción al Antigo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1983, 431p. (Biblioteca de Estudios Bíblicos, 36).

_____. *A fé do Antigo Testamento*; Tradução de Vilmar Schneider. São Leopoldo: EST/Sinodal, 2004. 562p.

_____. *Introdução ao Antigo Testamento*, São Leopoldo: Sinodal, 1994. 395p.

SCHNEIDER Harpprecht, Christoph, *Teologia prática no contexto da América Latina*. São Paulo: Editora Sinodal/Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1988, 344p.

SCHULTZ, Samuel J. *A História de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Vida Nova, 2004,

SCHWANTES, Milton. *Breve História de Israel*. São Leopoldo: Oikos, 2008, 92p.

_____. *Teologia do Antigo Testamento*, 1986, 131p.

_____. *As monarquias no Antigo Israel – Um roteiro de pesquisa histórica e arqueológica*. São Paulo: Edições Paulinas, 2006, 85p.

_____. *História de Israel, local e origens*, São Leopoldo, 1984, 162p.

_____. *Amós - Meditações e estudos*, São Leopoldo, Editora Sinodal, 1987, 121p.

_____. *Sofrimento e esperança no exílio - História e teologia do povo de Deus no século VI a.C.* São Leopoldo/São Paulo: Editora Sinodal/Edições Paulinas, 1987, 134p.

_____. *Sentenças e provérbios – Sugestões para a interpretação da Sabedoria*. São Leopoldo: Oikos Editora, 2009, 208p.

SELLIN, Ernst; FOHRER, Georg. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, vol. 1, 2007, 363p.

SCHREINER, Josef, *Palavra e Mensagem do Antigo Testamento*, 2ª. Edição, São Paulo, Editora Teológica, 2002, 210p.

SICRE, José L. *A justiça social nos profetas*. São Paulo: Edições Paulinas, 1990, 670p.

_____. *Introdução ao Antigo Testamento*, Petrópolis, Vozes, 318p.

SIQUEIRA, Tércio Machado, *O povo da terra no período monárquico*, Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UMESP - Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 1997, 195p.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. *Metodologia da exegese bíblica*. São Paulo: Edições Paulinas, 2000, 515p.

SMEND, Rudolf. *La formazione dell'Antico Testamento*. Brescia: Paideia, 1993, 330 p.

SMITH, Ralph L. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 2001, 444p.

SMITH, Mark S. *O memorial de Deus – História, memória e a experiência do divino no Antigo Israel*. São Paulo: Paulus, 2006, 264p.

SOFRI, Gianni. *O modo de produção asiático – História de uma controvérsia marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 208p. (Coleção Pensamento Crítico, 10).

SOGGIN, J. Alberto. *Nueva Historia de Israel*. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer S.A, 1997, 513p.

SOUZA, Marcelo de Barros; CARAVIAS, José L. *Teologia da Terra*. Petrópolis: Vozes, 1988, 440p.

SOUZA, Marcelo de Barros. *A Bíblia e a luta pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1985, 3ed.

TAMEZ, Elsa. *A Bíblia dos oprimidos: a opressão na teologia bíblica*. São Paulo; Edições Paulinas, 1980, (Libertação e Teologia, 5).

TAVARES, António Augusto. *Impérios e propaganda na Antiguidade*. Lisboa: Presença, 1988, 120p.

THIEL, Winfried. *A sociedade de Israel na época pré-estatal*. São Leopoldo: Editora Sinodal, 1993, 158p. (Estudos Bíblico-Teológicos, 6)

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, 427p.

THOMPSON, John A. *A Bíblia e a Arqueologia. Quando a Ciência Descobre a Fé*. São Paulo: Vida Cristã, 2004.

VV.AA. *As raízes da sabedoria*. São Paulo: Edições Paulinas, 1983, 83p.

_____. *Personajes del Antiguo Testamento*. Estralla-Navarra: Editorial Verbo Divino, vol1, 1999, 182p.

_____. *Comentário ao Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2002, 751p.

VAUX, Roland de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Editora Teológica, 2003, 622p.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. 3. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. 198p.

VOGELS, Walter. *Davi e sua história – 1 Samuel 16,1- 1Rs 2,11*. São Paulo: Edições Loyola, 2007, 298p.

WAGNER, Uwe. *A leitura bíblica por meio do método sociológico*. São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1993, 28p.

WEBER, Max. *Ancient Judaism*. London: The Free Press, 1967, 484p.

WEINFELD, Moshe. *Deuteronomy and the Deuteronomistic School*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1992, p.320-359.

WESTERMANN, Claus. *Teologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987, 201p.

WHITELAM, Keith W. *The Invention of Ancient Israel – The Silencing of Palestinian History*. Londres: Routledge, 1996, 281p.

WILSON, Robert R. *Profecia e sociedade no Antigo Israel*. São Paulo: Edições Paulinas, 1993, 294p.

WOLFF, Hans Walter. *Antropologia do Antigo Testamento*. São Paulo: Edições Paulinas, 1993, 294p.

YERUSHALMI, Yosef. *Zakhor: história judaica e memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992,

Artigos e periódicos

ALT, Albrecht. “O Deus paterno”. In: *Deus no Antigo Testamento - Ensaio sobre a História do Povo de Israel*. São Paulo: ASTE/Associação de Seminários Teológicos Evangélicos, 1981, p.31-71.

ARANGO L. José Roberto. “A utopia enterrada. Negação do ideal social na monarquia de Israel”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, n.24, p.7-17.

ARTUSO, Vicente. “Caçando culpados! A ideologia do poder na releitura deuteronomista dos Livros dos Reis”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, n.60, p.3-38.

BAILÃO, Marcos Paulo. “O davidismo camponês”. In: *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, Vozes, 1994, 44, p. 29-35.

BALANCIN, Euclides Martins. “História do povo de Deus”. In: *Como Ler a Bíblia*. São Paulo: Edições Paulinas, 2. ed. 1991, 164p.

BARROS, José D’Assunção. História Comparada: Atualidade e Origens de um campo disciplinar, In: *História Revista*, Goiânia: Revista da Faculdade de História do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Goiânia, 2007, v.12, n.2, p. 279-315.

BERGEN, Robert D. “1,2 Samuel”. In: *The New American Commentary – an exegetical and theological exposition of Holy Scripture NIV text*, Nashville, Broadman & Holman Publishers, vol.7, 1996, 512p.

BERGESCH, Karen. Poder e violência a partir da ótica da mulher. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, n.41, p.129-138.

BOFF, Clodovis, “Como Israel se tornou povo? Evolução de Israel do estado de clã até a monarquia”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, n.7, p.7-41.

BREMER, Margot. “Qué significa em la *Accion*, Asunción, 1994, v.26, n.142, p.30-32.

CARAVIAS, José Luís. Lutar pela terra. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1987, 13, p.37-49.

CLEMENTS, Ronald E. “Israel em sua situação histórica e cultural”. In: *O mundo do antigo Israel – Perspectivas sociológicas, antropológicas e políticas*. São Paulo: Paulus, 1995, p.11-23.

COHEN, Shaye J. D. “Solomon and the Daughter of Pharaoh: Inter-marriage, Conversion, and the Impurity of Women”. In: *The Journal of the Ancient Near Eastern Society*. New York: Copyright ANE Society, 1987, p.23-37.

COMBLIN, José. “Os pobres como sujeito da história”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.3, p.36-48.

_____. “A fome e a Bíblia”. In: *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, Vozes, 1995, n.46, p.25-32.

CROATTO, José Severino. “A Deusa Aserá no antigo Israel: A contribuição epigráfica da arqueologia”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, n.38, p.32-44.

_____. “Dívida e justiça em textos do Antigo Oriente”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1990, n.5-6, p.35-39.

DIETRICH, Luiz José. “A Bíblia e os movimentos populares: leitura teológica da Bíblia”. In: *Palavra Partilhada*. São Leopoldo, 1989, v.8, n.1, p.5-18.

_____. “Davi e Golias e a atual discussão sobre a historia de Israel”. In: *Hermenêuticas Bíblicas – Contribuições ao I Congresso Brasileiro de Pesquisa Bíblica*. Haroldo Reimer, Valmor da Silva (Orgs.). São Paulo: Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica, 2006, 252p.

DOBBERAHN, Friedrich Erich. “Uma antiga leitura alternativa à revolta das tribos do norte contra a dinastia davídica após a morte de Salomão”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, n.19, p.81-91.

DREHER, Carlos A. “Trabalho e direito fundiário – Observações a partir do Antigo Oriente”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, n.11, p.69-75.

_____. “O trabalhador e o trabalho sob o reino de Salomão”. In: *Estudos Bíblicos*, v.11. Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1986, p.48-68.

_____. “Salomão e os trabalhadores”, em *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, vol.5/6, Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo, Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1990, p.14-24.

_____. “A formação social do Israel pré-estatal”. em *A Palavra na Vida*, v. 49. Belo Horizonte: Centro de Estudos Bíblicos, 1992, 42p.

_____. “O surgimento da monarquia israelita sob Saul”. In: *A Palavra na Vida*, v.50. Belo Horizonte: Centro de Estudos Bíblicos, 1992, 21p. (também em *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, Escola Superior de Teologia, v.28, 1988, p.57-70).

_____. “Escravos no Antigo Testamento”, In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, n.18, p.9-26.

_____. “Resistência popular nos primórdios da monarquia israelita”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, n.32, p.58-84.

EVANS, Mary J. “1 and 2 Samuel”. In: *New Internacional Biblical Commentary – Old Testament Series*, v.6. Preaching, Louisville: John Knox Press, 1990, 362p.

FARIAS, Narciso. “Libertar a terra, salvar a vida – A libertação política da terra”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, n.19, p.26-41.

FEITOSA, Marcos. “Pobreza, Shalom y Reino de Dios – uma perspectiva bíblico teológica”. In: *Boletín Teológico*, Buenos Aires, 1990, v.22, n.40, p.281-300.

FÉLIX BOTTA, Alejandro. “Problemas históricos en torno a los orígenes de Israel”. In: *Boletín Teológico*, Lima, 1995, vol.27, n.57, p.61-70.

FRISCH, Amos. “Jeroboam and the Division of the Kingdom: Mapping Contrasting Biblical Accounts”. In: *The Journal of the Ancient Near Eastern Society*, New York, 2001, vol.27, p.15-29.

GALLAZZI, Anna Maria Rizzante. Celebração da conquista da terra. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1988, 19, p.54-60.

GALLAZZI, Sandro. “Liturgia da casa x liturgia do templo”. In: *Estudos Bíblicos*, n.35. Petrópolis: Editora Vozes, 1992, p.27-38

GARCÍA BACHMANN, Mercedes. “Um rei muito velho e uma moça muito linda – Violência quase imperceptível (1Rs 1,1-4)”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, n. 41, p.54-62.

GARMUS, Ludovico. “O imperialismo: estrutura de dominação”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.3, p.7-20.

GERSTENBERGER, Erhard S. “Javé, O Senhor: Um Deus patriarcal e libertador?”. In: *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, 1989, v. 29, n.3, p.313-319.

GORGULHO, Gilberto. “História da libertação do povo”. In: *Curso de Verão*, v.1. São Paulo: Edições Paulinas, 1988, p.13-48.

GORGULHO, Gilberto. “A leitura sociológica da Bíblia”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, n.2, p.6-10.

GOTTWALD, Norman Karl. “O método sociológico no estudo do antigo Israel”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, n. 7, p.42-55.

HEREDIA, Jorge. “Hablar com Dios desde el sufrimiento del inocente”. In: *Christus*, México, 1988, v.53, n.621, p.33-40

HERTZBERG, Hans Wilhelm. “I e II Samuel”. In: *The Old Testament*. Philadelphia: The Westminster Press, 1964, 416p.

HESTER, David C. “First and Second Samuel”. In: *Interpretation Bible Studies*. Louisville: Genova Press, 2000, 118p.

HIGUET, Etienne A. “O Deus de Israel na teologia bíblica latino-americana”. In: *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, 1988, v.3, n.5, p.93-110.

INHAUSER, Marcos R. “Sacerdócio, realeza e profecia”. In: *Boletim Teológico*, São Leopoldo, 1989, v.3, n.8, p. 29-42.

JÜNGLING, Hans Winfried. “A ambigüidade religiosa do estado davídico-salomônico”. In: *Concilium*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, n.220, p.22-35.

KALLAI, Zecharia. “The King of Israel and the House of David”. In: *Israel Exploration Journal*, Jerusalem, 1993, v.43, n.4, p.248-270.

KONINGS, Johan. “A historiografia de Israel nos “Livros Históricos”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, n.71, 8-31.

KRAMER, Pedro. “Uma escola bíblica e arqueológica em Jerusalém”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986, n.5, p.63-66.

KRANS, Hans Joachin. “El Dios de Israel-Yahweh Sebaot”. In: *Teologia de los Salmos*. Salamanca: Ediciones, São Paulo, 1987, 80p.

LARGACHA, Antonio Pérez. “El saber Del palácio y El templo: las escuelas de escribas em El Próximo Oriente Antiguo y Egipto”. In: *Arbor - Ciência, Pensamiento y Cultura*. Castilla: Dpto. de Historia. Universidad de Castilla-La Mancha, 2008, n.731, p. 403-411.

LEFTTEL, Ruth. “A escravidão no período bíblico à luz da pesquisa moderna”. In: *Herança Judaica*, São Paulo, 1991, n.72, p.15-20.

LEMAIRE, Andre. "Escrita e línguas do Oriente Médio Antiguo". In: VVAA. *Escritos do Oriente Antiguo e fontes bíblicas*. São Paulo: Paulinas, 1992, p.11-67.

LÓPEZ, Maricel Mena. “O legado das deusas – Egito e Sabá no tempo da monarquia de Salomão”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, n.54, 2006, p.47-66.

_____. “Raízes afro-asiáticas do mundo bíblico – Desafios para a exegese e a hermenêutica latino-americana”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, n.54, p.21-46.

LUEDY, José Hector. “La historia y los orígenes de Israel”. In: *Stromata*, v.46, San Miguel, 1990, p.275-291.

MAZZAROLO, Isidoro, “O Deus Nacional”, In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, n.41, p.9-12.

MERRILL, Eugene H. The “Accession Year” and Davidic Chronology”. In: *The Journal of the Ancient Near Eastern Society*, New York, 1989, vol.19, p.101-112.

MEYERS, Carol L. “As raízes da restrição – As mulheres no Antiguo Israel” In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, n.20, p.9-25.

MÍGUEZ, Nestor O. “Contexto sociocultural da Palestina”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1995, n.22, p.22-33.

MUELLER, Enio R., *O método histórico-crítico: uma avaliação*, In: FEE, Gordon /STUART, Douglas, Entendes o que Lês?. 330p.

OROFINO, Francisco R. “Contigo eu martelei o cavalo e o cavaleiro, o carro e o condutor”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.4, p.27-35.

PEIXOTO, Western Clay. “Resistir pela reapropriação dos símbolos”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, n.61, p.38-47.

PEREIRA, Nancy Cardoso. “As raízes afro-asiáticas da Bíblia Hebraica – Disfarce acadêmico ou corrente esotérica?”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006, n.54, p.7-20.

_____. “Putas mães mulheres – Obsessões e profecias em 1 Reis 3,16-28”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996, n. 25, p.30-43.

PETERSON, Eugene H. “First and Second Samuel”. In: *Westminster Bible Companion*. Louisville: Westminster John Press, 1999, 270p.

PORATH, Renatus. “Fragmentos do diálogo inter-religioso na Bíblia Hebraica ou a absorção do imaginário ugarítico no culto jerusalemita”. In: *Estudos de Religião*, São Paulo, Universidade Metodista de São Paulo Editora, 2006, ano XX, n.31, p.12-33.

REIMER, Haroldo. “Sobre economia no antigo Israel e no espelho de textos da Bíblia Hebraica”. In: *Economia no mundo bíblico. Enfoques sociais, históricos e teológicos*. Ivoni Richter Reimer (Org.). São Leopoldo: Editora Sinodal, 2006, p.7-32.

REIMER, Haroldo. “Leis de mercado e direito dos pobres na Bíblia Hebraica”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, n.69, p.9-18.

_____. “Água na experiência do povo do antigo Israel”. In: *Estudos Bíblicos*, Petrópolis: Editora Vozes, 2003, n. 80, p.18-28.

ROCHA, Zildo Barbosa. “O escândalo da fome e a práxis da vida cristã”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1995, n.46, p.19-24.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. A importância da cidade para a realeza. In: *Estudos Bíblicos*, v. 36. Petrópolis: Sinodal, 1992, p.9-15.

ROSSI, Luiz Alexandre S “Espiritualidade dos hebreus versus espiritualidade do faraó”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991, n.30, p.26-31.

ROSSI, Luiz Alexandre S. “O triunfo da ironia na parábola de Joatão (Juízes 9,7-15)”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, n.92, p.19-26.

RUBEAUX, Francisco. “A lei do hérèm: o campo contra a cidade”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, n.19, p.18-25.

SANTOS, Fábio Alves dos. “De Moisés ao evento de Jesus”. In: *Teo-comunicação*. Porto Alegre, 1990, v.20, n.88, p.117-124.

SCHMITT, Flávio. “O surgimento da monarquia em Israel”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, n. 44, p.36-46.

SCHWANTES, Milton. “A origem social dos textos”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1987, 16, p. 31-37.

_____. “A profecia durante a monarquia”. In: *Curso de Verão*, São Paulo, 1988, v.2, p.15-33.

_____. “Aos seus ele o dá enquanto dormem”. In: *Cier Boletim*, Florianópolis, 1991, p.4-5.

_____. “Natã precisa de Davi – Na esperança da igreja profética”. In: *Estudos Teológicos*, São Paulo, Faculdade de Teologia da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, 1978, vol. 18, nº 03, p. 100-118.

_____. “Uma parábola sobre a injustiça – exegese sociocrítica de 2 Samuel 12, 1-4”. In: *Estudos de Religião*, Ano XXI, n. 32, jan/jun 2007, p.183-194,

_____. “Povo liberto – Terra resgatada, os camponeses e a Bíblia”. In: *Primeiro Encontro Latino-americano: Teologia da Terra*, São Paulo, 1989, p.1-33.

_____. Caminhos da teologia bíblica. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Vozes, 1989, 24, p. 9-19

_____. *E o Verbo se fez carne e acampou entre nós – notas sobre o estudo da História do povo de Deus*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Bíblicos, 1989, 2ed., 28p.

_____. “História de Israel, dos inícios até o exílio”. In: *Mosaicos da Bíblia*, v.7. São Paulo: CEDI/Centro Ecumênico de Documentação e Informação, 1992, 26p.

SEGER, Joe D. “Reflections on the Gold Hoard from Gezer”. In: *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Missoula, 1976, n.221, p.133-140.

SILVA, Airton José da “A origem dos antigos estados israelitas”. In: *Estudos Bíblicos*.Petrópolis: Editora Vozes, 2003, n. 78, p.18-3.

_____. “A história de Israel na pesquisa atual”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001, n.71, p.62-74.

SILVA, Cássio Murilo Dias da. “Mosaico literário de uma história de reis e de profetas – 1Reis 12 – 2Reis 17”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008, n.60, p.111-124.

SILVA, Valmor da. “Os marginalizados constroem a história”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, n.21, p.9-22.

- SILVANO, Zuleica Aparecida. “O poder das mulheres na monarquia em Israel”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2003, n. 78, p. 56-63.
- SIMPSON, D. C. “Libros Primero y Segundo de Los Reyes”. In: *Comentario Bíblico de Abingdon*. Buenos Aires: Editorial “La Aurora”, 1949, p.355-369.
- SMITH, G.Adam. “Geografía histórica de la Tierra Santa”. In: *Clásicos de la Ciencia Bíblica*, v.3, Valencia, Edicep, 1986, 445p.
- SOUSA, Elías Brasil. “El motivo Del templo/santuario celestial em la oración de Salomón”. In: *Theologika, Facultad de Teología dde La Universidad Peruana Unión*, Lima, 2006, vol. XXI, n. 2, p.161-186.
- STERN, Ephraim. “Hazor, Dor and Megiddo in the Time of Ahab and under Assyrian Rule”. In: *Israel Exploration Journal*, Jerusalem, 1990, vol.40, n.1, p.12-30.
- STORNILO, Ivo, A história de José no Egito (ou a ideologia do reino de Salomão), In: *Vida Pastoral*, São Paulo, Paulus, março-abril, 1996, p. 2-6.
- TERRA, João Evangelista Martins. “Direito e justiça no Antigo Testamento”. In: *Revista de Cultura Bíblica*, São Paulo, 1991, v.34, n.59/60, p.19-44.
- USSISHKIN, David. “Schumacher’s Shrine in Building 338 at Megiddo”. In: *Israel Exploration Journal, Jerusalem*, 1989, vol.39, n.3-4, p.149-172.
- VITÓRIO, Jaldemir. “O Livro dos Reis: redação e teologia”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, n.88, p.63-83.
- WANDERMUREM, Marli. “Nas mãos de Salomão se consolidou a realeza – Um estudo de 1Reis 1-11”. In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, Petrópolis, Editora Vozes, 2008, n.60, p.98-110.

WHYBRAY, R.N. "The Sage in the Israelite Royal Court". In: GAMMIE, J., PERDUE, L. (Eds.). *The Sage in Israel and the Ancient Near East*. Winona Lake: Eisenbrauns, 1990, p.133-139.

WITTIG, Randale M. "El trabajo del consejero frente al suficiente". In: *Apuntes Pastorales*, Buenos Aires, 1989, v.6, n.4, p.36-42.

WINTERS, Alicia. "O sangue derramado por Manasses". In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, vol.11. Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1992, p.57-65

_____. "A mulher no Israel pré-monárquico". In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, vol.15. Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1993, p.16-27

_____. "Uma vasilha de azeite - Mulher, dívidas e comunidade (2Reis 4,1-7)". In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v.14. Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1993, p.44-49

_____. "A memória subversiva de uma mulher - 2Samuel 21,1-14". In: *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*, v.13. Petrópolis/São Leopoldo/São Paulo: Editora Vozes/Editora Sinodal/Imprensa Metodista, 1993, p.67-74.

ZABATIERO, Julio Paulo Tavares. "Conflitos de Espiritualidade – reflexões sobre a memória espiritual do povo de Deus no Antigo Testamento". In: *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, 1991, n.30, p.9-25.

